

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GILSON BATISTA MACHADO

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL NOS ANOS DE
2019 E 2020: UMA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS

UBERLÂNDIA/MG

2021

GILSON BATISTA MACHADO

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL NOS ANOS DE
2019 E 2020: UMA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Estado, Políticas e Gestão da Educação.

Orientador: Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva.

UBERLÂNDIA/MG

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M149p Machado, Gilson Batista, 1968-
2021 Políticas públicas educacionais do Governo Federal nos anos de 2019 e 2020 [recurso eletrônico] : uma análise dos fundamentos ideológicos / Gilson Batista Machado. - 2021.

Orientador: Marcelo Soares Pereira da Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5310>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Silva, Marcelo Soares Pereira da, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida
Bibliotecária - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 29/2021/303, PPGED				
Data:	Vinte de dezembro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	[14:05]	Hora de encerramento:	[17:50]
Matrícula do Discente:	11713EDU016				
Nome do Discente:	GILSON BATISTA MACHADO				
Título do Trabalho:	"POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL NOS ANOS DE 2019 E 2020: UMA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Estado, Políticas e Gestão da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Avaliação do Plano de Ações Articuladas (PAR): um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais no período de 2007 a 2011."				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Catarina de Almeida Santos - UNB; Gercina Santana Novais - UNIUBE; Gabriel Humberto Munõz Palafox - UFU; Maria Simone Ferraz Pereira - UFU e Marcelo Soares Pereira da Silva - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marcelo Soares Pereira da Silva, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Soares Pereira da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/12/2021, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Catarina de Almeida Santos, Usuário Externo**, em 20/12/2021, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gercina Santana Novais, Usuário Externo**, em 20/12/2021, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Simone Ferraz Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/12/2021, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Humberto Munoz Palafox, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2021, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3268460** e o código CRC **E3EC1C3A**.

Dedico este trabalho à minha família e, em especial, à memória do meu amado irmão Helton Machado que nos deixou tão cedo e, infelizmente, não pode estar aqui e dividir conosco sua alegria. Meu amado irmão sei que um dia voltaremos a nos encontrar. Saiba que “aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós” (SAINT-EXUPÉRY, 2016).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a oportunidade que tão poucos têm nesse Brasil tão desigual e a bênção para concretizar mais uma jornada.

Ao meu pai Eurides Machado e à minha mãe Maria Divina Machado, por toda a confiança e educação que me deram e por jamais terem deixado faltar o afeto, a dedicação, o amor, para que tudo em minha vida desse certo. Eu não seria nada sem eles. Tudo que sou e conquistei é mérito deles, não meu. Vivo por eles com todo o meu amor.

Aos meus queridos irmãos Lincoln Machado e Sther Machado, cada qual à sua maneira, sempre manifestando seu amor, carinho, atenção, tão necessários e que me deram o suporte para seguir sempre caminhando.

Aos meus sobrinhos queridos, Fábio Fraissat e Samantha Lohaine, que sempre me socorreram quando eu precisei de apoio.

Eu teria que escrever uma seção a mais neste texto para expressar a gratidão que tenho para com minha querida Simone Cléa. Foram tantos e tantos momentos em que fui tomado pelo desânimo e a vontade de desistir tomava conta de todos os meus pensamentos, e lá estava ela, sempre calma, serena, com uma palavra de afeto e de confiança, de otimismo, vislumbrando uma pessoa em mim que eu não via, projetando sempre um cenário de sucesso para o final desse processo de doutoramento. Sem a sua força, sem o seu carinho, eu jamais conseguiria chegar onde estou agora. Portanto, a concretização dessa tese é muito graças a você. Você tem a minha eterna gratidão.

Meu agradecimento e carinho à querida amiga Sara Caixeta. Já são mais de 20 anos sem deixar faltar seu apoio e companheirismo. Carregarei sempre comigo a admiração por você e a satisfação tê-la em meu convívio.

Aos meus amigos e amigas eu gostaria de tecer muitos agradecimentos. Correndo o risco de cometer alguma injustiça, ousou nominar algumas pessoas que são muito importantes para mim e demonstraram sua preocupação e lealdade ao longo dessa árdua jornada. Meu amigo e ex-professor José Adelino de Castro “Pesado”, pelo incentivo de longa data. Os amigos Tiago Soares e Robson Félix, pela ajuda e amizade sincera. Às amigas queridas que foram gentilmente colocadas por Deus na minha vida e lutam por anos na difícil missão de conviver com meu jeito turrão. O

meu agradecimento, de coração, e enorme gratidão à Kelen Honorato, Lyvia Leal, Abadia do Carmo e Adriana Dias.

Meu mais profundo carinho e agradecimento à professora Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, que infelizmente a vida não me deu a fortuna da convivência por mais tempo. Quisera eu ter desfrutado da sua competência e generosidade por mais tempo na minha vida. Com certeza eu me tornaria uma pessoa melhor. Nessa reta final ela se tornou uma pessoa essencial e ajudou a tornar tudo isso possível. Em um de seus gentis conselhos ela me disse: “Não se compare com ninguém. Sua história, só você sabe”. Levarei suas palavras comigo. Muito obrigado!

Aos amigos, amigas e profissionais que admiro e fazem parte da minha vida: Petuccia Brunelli, Emerson Moreira Nobre, Roneildo Ferreira Campos, Ivana Santos, Adriano Santos, Deize Pereira, Dulce Aparecida, Gislene Amaral, Vanessa Marsden, Eduardo Macedo, Maria Helena Candelori, Guilherme De Agostini, Eduardo Jorge, Fagundo Burgos, Marcos Luiz Ferreira Neto, Maria Rita, Eduardo Henrique Rosa Santos, Cibelly Ferreira... queria ficar aqui igual ao Maguila, ex-pugilista brasileiro e agradecer a todos que, com as marcas de suas lições diárias, contribuíram para eu ser quem eu sou hoje.

À Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação, por ter me recebido tão bem e ter contribuído para minha formação.

À Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que me concedeu a licença de um dia por semana para que eu pudesse estudar durante o período do curso de doutorado.

Às instituições de ensino, seus funcionários e estudantes: E. M. José Gomes Junqueira, E. M. Professor Ladário Teixeira, E. M. Professora Orlanda Neves Strack e Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia (Unipac).

Aos membros convidados que compuseram a banca de qualificação, professor Dr. Gabriel Humberto Munõz Palafox e a professora Dr^a. Maria Simone Ferraz Pereira, que gentilmente e com muita propriedade, fizeram apontamentos substanciais e decisivos para a materialização desta tese.

Aos membros da banca de defesa que abdicaram de outros afazeres de suas vidas para contribuir neste momento tão importante da minha vida. Portanto, externo o meu apreço e gratidão ao professor Dr. Gabriel Humberto Munõz Palafox e às professoras Dr^a. Catarina de Almeida Santos, Dr^a. Gercina Santana Novais e Dr^a. Maria Simone Ferraz Pereira.

Por fim, gostaria de manifestar a minha gratidão, carinho e reconhecimento, ao meu orientador, professor Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva. Sempre atencioso, sorridente e com uma palavra de conforto, soube me conduzir até o final dessa jornada. Obrigado por entender e respeitar meu jeito de ser, dando-me orientações quando necessário e espaço quando precisei.

A todos e todas o meu mais profundo agradecimento!

*“Faça o teu melhor, na condição que você tem,
enquanto você não tem condições melhores, para
fazer melhor ainda!”.*

(Mario Sergio Cortella, 2016)

RESUMO

O presente trabalho se insere na Linha de Pesquisa de Estado, Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e teve a seguinte questão problematizadora: quais são os fundamentos ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista, e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e 2020? Mais especificamente, servindo de alicerce teórico para sustentar as análises da questão central, elencou-se uma série de objetivos específicos, a saber: apresentar uma base teórico-conceitual relacionada às categorias, Estado, Políticas Públicas e Ideologia; explicitar os elementos constitutivos na construção dos mitos políticos; descrever e analisar, historicamente, os fenômenos que impactaram a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República; descrever a trajetória de vida, militar e política de Jair Bolsonaro; elencar e descrever os principais alvos discursivos referentes à área educacional e que estiveram presentes nas mensagens de campanha de Bolsonaro; e analisar as políticas públicas propostas pela gestão Jair Bolsonaro nos anos de 2019 e 2020. Como percurso metodológico, adotou-se os preceitos de uma pesquisa com abordagem qualitativa, descritiva e crítica, recorrendo também às formalidades da pesquisa bibliográfica e documental. O arcabouço de fontes selecionadas para referenciar este estudo compreendeu formatos diversos, tais como: matérias publicadas em sítios diversos, perfis em redes sociais, vídeos, áudios, leis, dossiês, livros, artigos, teses e dissertações. Após a seleção das fontes, elas foram analisadas e suas informações cotejadas para a formulação das respostas à questão central e aos objetivos específicos. Dentre os principais achados desta pesquisa, identificaram-se lacunas na história de vida de Jair Bolsonaro e que quando preenchidas pela literatura, parecem intencionar um remodelamento da história pregressa, encaixando informações pertinentes ao contemporâneo a fim auxiliar na construção imagética de um mito político. A literatura evidenciou informações relevantes quanto à construção dos mitos, dividindo o processo em quatro constelações: mito da Conspiração, mito Salvador, mito da Idade de Ouro e mito da Unidade. A teoria pertinente a esses mitos foi levantada e posteriormente cotejada com as posturas e discursos de Jair Bolsonaro, resultando na conclusão de que os ditames da construção de um mito político se encaixa à ascensão de Bolsonaro à Presidência da República. Durante sua vida parlamentar, campanha e posterior eleição à Presidência da República, Jair Bolsonaro se municiou de ataques a temas estreitamente ligados à educação pública brasileira e, conforme hipótese levantada preliminarmente, apresentou propostas impregnadas ideologicamente com sua visão de educação. Acredita-se, portanto, que o pensamento bolsonarista esteja alicerçado em fundamentos ideológicos voltados à meritocracia, autoritarismo, sectarismo, reacionarismo, neoliberalismo, conservadorismo e, consubstanciados, se concretizam em propostas de políticas públicas educacionais impregnadas dessa essência: ID Estudantil, a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a Educação Domiciliar (*Homeschooling*) e o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se).

Palavras-chave: Políticas Públicas. Ideologia. Jair Bolsonaro. Mito Político.

ABSTRACT

This study is part of the State, Policies and Education Management research line of the Postgraduation Program on Education of the Federal University of Uberlândia and had the following problematizing question: what are the ideological foundations that support the “bolsonarista” thinking, and how do they materialize in the educational policies of the federal government during the years 2019 and 2020? More specifically, serving as a theoretical foundation to support the analysis of a central question, a series of specific objectives were listed, namely: to present a theoretical-conceptual basis related to the categories, State, Public Policy and Ideology; to clarify the constitutive elements in the construction of political myths; to describe and analyze, historically, the phenomena that impacted the rise of Jair Bolsonaro to the Presidency of the Republic; to describe Jair Bolsonaro’s life, military and political trajectory; to list and describe the main discursive targets related to the educational area that were present in Bolsonaro's campaign messages; and to analyze the public policies proposed by the Jair Bolsonaro administration during the years 2019 and 2020. As a methodological path, the precepts of a research with a qualitative, descriptive and critical approach were used, also resorting to the formalities of bibliographical and documentary research. The framework of selected sources to reference this study comprised different formats, such as: articles published on different sites, profiles on social networks, videos, audios, laws, dossiers, books, articles, theses and dissertations. After selecting the sources, they were analyzed and their information collated to formulate answers to the central question and specific objectives. Among the main findings of this research, gaps were identified in the life story of Jair Bolsonaro and which, when filled in by the literature, seem to intend a remodeling of past history, fitting information relevant to the contemporary in order to assist in the imagery construction of a political myth. The literature showed relevant information regarding the myths construction, dividing the process into four constellations: the Conspiracy myth, the Savior myth, the Golden Age myth and the Unity myth. The theory pertaining to these myths was raised and later compared with the postures and speeches of Jair Bolsonaro, resulting in the conclusion that the dictates of a political myth construction fits Bolsonaro's accession to the Presidency of the Republic. During his parliamentary life, campaigning and subsequent election to the Presidency of the Republic, Jair Bolsonaro armed himself with attacks on issues closely linked to Brazilian public education and, according to a preliminary hypothesis, presented proposals that were ideologically impregnated with his vision of education. It is believed, therefore, that the “bolsonarista” thinking is based on ideological foundations focused on meritocracy, authoritarianism, sectarianism, reactionaryism, neoliberalism, conservatism and, embodied, are materialized in educational public policy proposals impregnated with this essence: Student ID, the implementation of National Program of Civic-Military Schools (Pecim), the National Literacy Policy (PNA), Home Education (Homeschooling) and the Entrepreneurial and Innovative Institutes and Universities Program (Future-se).

Keywords: Public Policy. Ideology. Jair Bolsonaro. Political Myth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Esquema paradigmático: a lógica reconstituída.....	45
Quadro 2 – Objetivos Estratégicos e Iniciativas Estratégicas do Pecim	223

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Alfabetização Baseada na Ciência
Acerp	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
ACJR	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ACT	Acordos de Cooperação Técnica
Aman	Academia Militar das Agulhas Negras
Aned	Associação Nacional de Educação Domiciliar
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
Avamec	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
BC	Banco Central
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPE	Batalhão de Polícia do Exército
CA	Concurso de Admissão
Capes	Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIE	Carteira de Identificação Estudantil
CMSP	Colégio Militar de São Paulo
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
Conabe	Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPM	Colégios da Polícia Militar
CPMG	Colégios da Polícia Militar de Goiás
CQC	Custe o Que Custar
Dabe	Diretoria de Alfabetização Baseada em Evidência
DCEs	Diretórios Centrais dos Estudantes
DCFP	Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores
DECEEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército

DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOU	Diário Oficial da União
DSEA	Diretoria de Suporte Estratégico à Alfabetização
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECM	Colégios Militares, das Escolas Cívico-Militares
ED	Educação Domiciliar
EI	Exame Intelectual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESP	Escola Sem Partido
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fupac	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia
Futel	Fundação Uberlandense do Turismo Esportes e Lazer
GAC	Grupo de Artilharia e Campanha
GAC/PQDT	Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista
GAM	Gratificação de Atividade Militar
GBS	Grupamento de Busca e Salvamento
HCE	Hospital Central do Exército
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e no portal Tecnologia
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEA	<i>International Association for the Evaluation of Educational Achievement</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
Inaf	Indicador de Alfabetismo Funcional

Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
InsCer	Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, intersexo, assexuais, todas as outras letras da sigla
MD	Ministério da Defesa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Magistério do Exército
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MPL	Movimento Passe Livre
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTT	Oficiais Técnicos Temporários
PAR	Avaliação do Plano de Ações Articuladas
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDC	Partido Democrata Cristão
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDS	Partido Democrático Social
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
Pecim	Programa Escolas Cívico-Militares
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PIRLS	Estudo Internacional de Progresso em Leitura
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Partido Liberal
PNA	Política Nacional de Alfabetização

PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PPR	Partido Progressista Reformador
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTTC	Prestadores de Tarefa por Tempo Certo
PUCRS	Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Renabe	Relatório Nacional da Alfabetização Baseada em Evidências
RMO	Revisão Médica e Odontológica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SE	Secretaria Executiva
Sealf	Secretaria de Alfabetização
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Social
Semesp	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
Sesu	Secretaria de Educação Superior
SNI	Serviço Nacional de Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes
VC	Verificação Corrente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Esboço teórico sobre o objeto de pesquisa	27
1.1.1 Programa Escola Cívico-Militar.....	28
1.1.2 Programa Escola Sem Partido.	28
1.1.3 Políticas de cotas raciais e ações afirmativas	37
2 APORTE TEÓRICO EPISTEMETODOLÓGICO	41
3 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E IDEOLOGIA.....	52
3.1 Formação do Estado	53
3.2 Ideologias e ideologia	59
3.3 A política, o público: Políticas Públicas	65
4 CONSTRUÇÃO DO MITO	72
5 POR UM PROJETO CONSERVADOR DE PODER.....	95
6 JAIR MESSIAS BOLSONARO, O “MITO”	106
7 O DISCURSO CONSERVADOR DE BOLSONARO	159
7.1 Ideologia marxista nas universidades e nas escolas públicas do Brasil.....	159
7.2 Marxismo Cultural.....	162
7.3 Proposta de expurgar a ideologia de Paulo Freire das escolas do Brasil.....	164
7.4 Escola Sem Partido	168
7.5 Militarização das escolas públicas no Brasil.....	169
7.6 Proposta de inverter a prioridade na educação.....	174
7.7 Cotas raciais nas universidades públicas	176
7.8 Kit gay e material didático da Educação Básica	179
7.9 Ideologia de gênero	193
8 POR ONDE CAMINHOU A EDUCAÇÃO NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE BOLSONARO.....	196
8.1 A consolidação da proposta.....	196
8.2 ID Estudantil.....	203
8.3 Militarização das Escolas Públicas	208
8.4 Linha do tempo do Pecim	215

8.5 Repercussão da proposta de implementação das Escolas Cívico-Militares	223
8.6 Políticas de Alfabetização no governo de Jair Bolsonaro	227
8.7 Educação Domiciliar – (<i>Homeschooling</i>)	248
8.8 Future-se	260
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
REFERÊNCIAS.....	291

1 INTRODUÇÃO

A tese em questão foi construída no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dentro da linha de “Estado, Políticas e Gestão da Educação”. O ingresso ao programa de doutoramento deu-se no primeiro semestre de 2017, sendo a previsão de término do curso para os primeiros meses de 2021 com a apresentação e a defesa pública da tese.

Contaminado não só pelos versos do músico/poeta Gonzaguinha quando, de forma dialética, manifesta ter aprendido “[...] que se depende sempre, de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas” (CAMINHOS..., 1982, 54 s) mas também instigado pelas relações contraditórias ao longo do percurso, julgo necessário dividir a trajetória tomada, tanto no meio acadêmico quanto no profissional.

A escola pública do município de Uberlândia sempre foi a base de minha formação acadêmica. Os anos iniciais do ensino fundamental foram cursados na Escola Estadual Clarimundo Carneiro, sendo que depois, em função da mudança domiciliar de bairro, matriculei-me na Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa – Polivalente. Na ocasião, década de 1980, a Escola Polivalente era uma das mais conceituadas de Uberlândia e, embora localizada em um bairro periférico, recebia alunos de vários lugares do município.

Ao iniciar o ensino médio, ainda na Escola Polivalente, comecei a observar o funcionamento da Escola de outra forma. Comecei a me atinar para detalhes pertinentes à gestão e à administração da Escola. Tomado pelo incômodo frente aos problemas por mim identificados, senti a necessidade de amplificar essa inquietação levando minha mensagem aos alunos do Polivalente por meio do meu primeiro jornal escolar. Veículo de comunicação cujo corpo editorial era composto exclusivamente por alunos secundaristas e que tive a oportunidade de redigir e coordenar. Após o lançamento das primeiras edições, pude perceber a importância de construir uma escola participativa, dando mais voz aos elementos constituintes da comunidade escolar, principalmente ao corpo discente.

Como grande parte do público que busca o ensino médio, experimentei a realidade de abandonar os estudos e ir em busca de algo imediato, uma proposta que julguei ser, de fato, relevante para o momento. Afastei-me da escola e resolvi trabalhar, acreditando que conciliar as duas atividades, trabalho e estudo, seria demasiadamente pesado para a ocasião. Após alguns anos,

regressei aos estudos na Escola Estadual Hortêncio Diniz. Já com 24 anos e tendo a necessidade de trabalhar, optei por concluir os dois anos finais do ensino médio no período noturno. Imbuído do propósito de me tornar um professor, a volta aos estudos regulares deu-se com objetivos diferentes daqueles de outrora. Dessa vez, estava focado em realmente ter a docência como profissão e como meio de vida.

Assumindo a docência como meta, eu teria a oportunidade de intervir na formação das pessoas, e isso, para mim, era algo de significativa valia. Um pouco mais maduro, logo de início, tive não só a oportunidade de me envolver em atividades de representação acadêmica, tais como as de grêmio estudantil e de conselho escolar mas também retomei a proposta de implementar, nessa Escola também, o jornal escolar. Tal realidade fazia com que o entendimento dos meandros da licenciatura fosse se desvelando e consolidando a certeza de que o caminho escolhido era o correto.

Em 1994, modificado, então, pelas experiências diárias que solidificaram o sonho de ingressar em um curso superior de licenciatura, prestei o vestibular da UFU e fui aprovado para cursar a Faculdade de Educação Física. Eu, aos 26 anos, passar a conviver com alunos e alunas, com média não superior a 18 anos, parecia incongruente.

Com objetivos traçados, logo nos primeiros meses, tratei de ir em busca de conquistá-los. Fui eleito representante dos discentes no Colegiado de Curso, função que exerci durante todo o curso. Nesse papel, tive a oportunidade de me aproximar e participar ativamente das decisões políticas pertinentes ao curso de Educação Física da UFU durante minha formação inicial. Concomitantemente, fui presidente da Associação Atlética Acadêmica do Curso de Educação Física por dois anos. Atuar como gestor na Associação Atlética propiciou-me o convívio diário com a totalidade dos alunos do curso, o vivenciar condutas administrativas enriquecendo o período de graduação.

Dentro do enfoque de como aproveitar ao máximo a oportunidade que me era oferecida, fui monitor voluntário de três disciplinas, monitoria essa que perdurou por quatro anos. Participei da diretoria do Diretório Acadêmico do Curso de Educação Física da UFU e atuei como diretor de esportes da Liga de Esportes Universitários da UFU.

Logo no primeiro semestre de faculdade, surgiu a oportunidade de trabalhar, em regime de contrato, lecionando Educação Física em uma escola estadual de Uberlândia. Vislumbrei, em tal momento, a ocasião para concretizar todas as expectativas acumuladas. A experiência

possibilitou-me fazer uma ligação entre as discussões estabelecidas no meio acadêmico e a vivência imediata na educação básica. Após esse primeiro contrato de trabalho com a escola, vieram outros, tanto para lecionar Educação Física como para lecionar Português e Literatura.

Após a formatura em 1999, comecei a trabalhar na Fundação Uberlandense do Turismo Esportes e Lazer (Futel) como professor de Educação Física, afastando-me, dessa forma, do trabalho nas escolas regulares. Tal fato levou-me a buscar uma melhor formação acadêmica, iniciando-se, então, o período em que comecei um curso de especialização intitulado “Treinamento Desportivo”, chancelado pela Universidade Veiga de Almeida – RJ.

A opção por trabalhar em escola falou mais alto e, em 2003, fui aprovado em concurso público para integrar o quadro de professores da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. No ano de 2011, participei de mais um concurso e novamente fui aprovado, passando a exercer, desde essa data, dois cargos junto à Prefeitura de Uberlândia para lecionar Educação Física para alunos e alunas do ensino fundamental.

Ainda insatisfeito e levado pelo anseio de conseguir contribuir mais para as propostas educacionais, participei de processo seletivo para atuar no ensino superior, partindo do pressuposto de que, nesse nível de ensino, eu poderia contribuir de forma mais significativa e ampla para a Educação municipal. Portanto, em 2006, fui escolhido pela banca examinadora e comecei a lecionar no curso de Educação Física da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia (Fupac). Ao trabalhar com a formação de professores, deparei-me com novas demandas pedagógicas que não me eram exigidas na educação básica. A partir daí, veio a necessidade de ampliar o arcabouço teórico e de investir mais em formação acadêmica. Delineava-se ali o projeto de cursar o Mestrado em Educação.

Em 2013, ingressei no PPGED-UFU para cursar o mestrado na linha de pesquisa intitulada “Estado, Políticas e Gestão da Educação”. Na ocasião, o que mais me intrigava era a forma de gestão aplicada nas escolas. Anteriormente, muito havia sido pesquisado com relação à gestão democrática e à idealização e execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Embora a revisão bibliográfica apontasse para uma gama de trabalhos nessa direção, eu ainda me inquietava diante de sua inaplicabilidade no “chão da escola”.

Após aprovação do projeto de pesquisa nesse norte, logo no primeiro contato com meu orientador, professor Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva, recebi o convite para ingressar no grupo de pesquisa que desenvolvia um estudo dentro do programa do Observatório da Educação por meio

do projeto de pesquisa “Avaliação do Plano de Ações Articuladas (PAR): um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, do Pará e de Minas Gerais no período de 2007 a 2011” que objetivava analisar a implantação do PAR enquanto uma política pública no contexto das atuais políticas educacionais. Aceitei de pronto o convite e, motivado pelos estudos, redirecionei o objetivo central da minha dissertação que culminou com a análise da participação e mobilização social no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de Uberlândia, mais especificamente em relação à atuação do Comitê Local do Compromisso Todos Pela Educação, abarcando o período de 2007 a 2014.

Após a euforia causada pela conclusão do processo de mestrado, restava agora pensar em um projeto condizente com a proposta de conquistar uma vaga no curso de doutorado no PPGED-UFU. Elaborei a proposta de estudo com base na dissertação de mestrado, na perspectiva de dar sequência ao estudo, só que de forma ampliada. Participei do processo seletivo em 2016 e tive a grata satisfação de ser aprovado no programa com previsão de ingresso para 2017.

Nos dois primeiros anos do processo de doutoramento, estive dividido entre os dois cargos na prefeitura, as aulas no ensino superior à noite, o cumprimento dos créditos atinentes às cinco disciplinas e as atividades programadas; tornaram-se necessários o estudo e uma revisão bibliográfica inicial objetivando respaldar o objeto de estudo e dar seguimento à proposta do projeto original.

Concomitantemente aos estudos, eu acompanhava o panorama político nacional que se desenhava ante às articulações delineadas para a disputa do cargo de Presidente da República. O espectro político no Brasil caminhava para a solidificação de uma dicotomia entre os simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) que representava, na figura de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), um projeto de governo supostamente mais alinhado à esquerda do governo. Em contraponto, encontravam-se os eleitores que se consideravam oposição ou que até mesmo manifestavam o que a mídia definia como “antipetismo” ou “antilulismo” e depositavam suas esperanças na figura de Jair Messias Bolsonaro (Bolsonaro) que articulava alianças para viabilizar sua candidatura à presidência.

Condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o ex-presidente Lula foi preso em 7 de abril de 2018, embora sempre mantivesse a postura de expressar e denunciar, perante a opinião pública, tanto a sua inocência quanto a existência de um processo de judicialização da política, que estaria, na verdade, ocorrendo para impedir que ele pudesse concorrer como candidato

às eleições presidenciais daquele ano. Na ocasião, mesmo preso, Lula liderava as pesquisas de intenção de voto. Diante desse contexto político¹, Bolsonaro ganhou forças imbuído de uma contranarrativa pautada por críticas radicais aos governos de Lula e de Dilma Vana Rousseff. Com um discurso inflamado, Jair Bolsonaro, então filiado ao PSL, vence Fernando Haddad, do PT, em segundo turno, com 55,13% contra 44,87% dos votos válidos respectivamente.

Tanto a campanha eleitoral para a Presidência da República quanto o seu posterior resultado serviram para reforçar em mim a consciência de que um discurso extremamente conservador conquista cada vez mais espaço na sociedade brasileira e, diante de tal panorama, torna-se necessário um posicionamento mais contundente de minha parte enquanto cidadão. Esse panorama fez com que eu começasse a considerar a possibilidade de mudar meu objeto de pesquisa tendo em vista a preocupação com a perda de sua relevância. Passei então a vislumbrar um redirecionamento dos meus olhares para as questões ideológicas do bolsonarismo e como tal pensamento se sustentaria na materialização das políticas públicas educacionais do governo federal.

Alguns programas e ações, implementados no segundo mandato do governo Lula, faziam parte do escopo da tese pretendida, tais como o Plano de Ações Articuladas (PAR) que assumiu a função de estabelecer uma ligação entre os entes federados e a União; o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, que consubstanciou 24 diretrizes propostas pela União visando a melhoria na Educação; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) passou a ser o principal referencial de qualidade da educação no Brasil; e, conseqüentemente, o Comitê Local do Compromisso Todos Pela Educação foi idealizado com a proposta de acompanhar as notas do Ideb e propor ações que melhorassem a qualidade da educação dos entes federados: municípios, estados, União e Distrito Federal. Essa assertiva me fez ventilar a possibilidade que tais políticas educacionais perderiam o foco da União no governo de Jair Bolsonaro.

Por meio dos estudos e da pesquisa realizada ao longo do mestrado, pude acessar programas e ações, tais como o Plano de Ações Articuladas (PAR), que assumiu a função de estabelecer uma ligação entre os entes federados e a União e o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, consubstanciado em 24 diretrizes propostas pela União visando a melhoria na Educação, além do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que passou a ser o principal referencial de qualidade da educação no Brasil. Nesse contexto, surge o Comitê Local do

¹ Nas seções seguintes esse contexto político será abordado com maior detalhamento.

Compromisso Todos Pela Educação idealizado com a proposta de acompanhar as notas do Ideb e propor ações que melhorassem a qualidade da educação dos entes federados, dos municípios, dos estados, da União e do Distrito Federal. Diante desse cenário, vislumbrei dar continuidade ao estudo, investigando quais seriam as reverberações das ações do Comitê Local do Compromisso Todos Pela Educação em um novo cenário socioeconômico. No entanto, diante da alternância do governo federal, percebi que tais programas e ações, permeadas por políticas públicas educacionais dos governos anteriores, perderiam o foco da União ou se alterariam consubstancialmente diante da perspectiva de Bolsonaro ser eleito Presidente da República, fato esse que ocorreria no ano de 2018.

Em meio a elucubrações e conjecturas, tendo como base os meandros da narrativa do novo governo Bolsonaro, vislumbrei o quanto as políticas públicas educacionais poderiam sofrer alterações em função do viés ideológico apresentado, tanto durante a campanha quanto após o resultado das eleições de 2018. A inquietação levou-me a tomar a decisão de mudar a problemática da tese e direcionar os estudos para outro caminho que julguei mais pertinente para o momento.

Portanto, por meio deste estudo, pretendeu-se identificar e analisar quais são os fundamentos ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e 2020. É notório que o Presidente Jair Bolsonaro foi eleito embasado em um discurso² antiPT, antiLula, e com uma narrativa, no espectro educacional, rechaçando o que estava posto há décadas, prometendo “acabar com isso daí³” (frase que foi cunhada pelo candidato e agora presidente Jair Bolsonaro). Em campanha, as falas de Jair Bolsonaro não se mostravam propositivas. Sua narrativa resumia-se a atacar fatos com os quais não concordava e que, concomitantemente, fazia com que angariasse mais simpatizantes e apoiadores.

Embasados nessas assertivas, estabelecemos, como norte, a seguinte questão problematizadora: Quais são os fundamentos ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista, e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e de 2020? A partir dessa identificação, pretendeu-se analisar e discutir os meandros

² Mais informações a esse respeito podem ser encontradas no estudo de Dibai (2018). Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28473/1/Disserta%3%a7%3%a3o_Priscilla_Dibai_final.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.

³ Dentre outras tantas ocasiões, destacamos uma publicada pela BBC News Brasil no Rio de Janeiro, em 1.º de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46705007>. Acesso em: 29 nov. 2021.

ideológicos que circundaram as propositivas educacionais do Ministério da Educação sob o comando do governo Jair Bolsonaro.

Além dessas questões, partimos da hipótese de que as políticas públicas educacionais a serem idealizadas pelo governo federal, na gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), sendo implementadas ou não, são/serão responsáveis por uma guinada ideológica diante de programas e ações voltados para a Educação desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996, cuja gestão era do então Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (PSDB). São mais de duas décadas em que mudanças estruturais foram implementadas no que tange às políticas públicas voltadas à educação.

Vale ressaltar que, quando nos referimos à expressão “guinada ideológica”, de forma alguma pretendemos, a priori, atribuir-lhe um juízo de valor, negativo ou positivo, ou seja, queremos nos afastar de análises maniqueístas. Defendemos, sim, que suas propostas, caso ganhem concretude, tendam a redirecionar as políticas públicas educacionais no Brasil, tendo como elemento de comparação o que vinha sendo desenvolvido por governos anteriores.

Diante desse cenário, os termos “retrocesso” e “retrógrado” são/serão usados como adjetivos para qualificar a gestão educacional do governo Jair Bolsonaro (2019/2022), não com sentidos/significados pejorativos, mas, sim, na tentativa de explicitar a aproximação das narrativas governistas desta gestão a programas e ações, bem como ideologias defendidas em décadas passadas, mais especificamente durante o período regido pelos militares no Brasil.

O recorte temporal deste estudo se limita à análise das políticas educacionais dos dois primeiros anos de gestão de Jair Bolsonaro (2019 e 2020) na Presidência da República, tendo em vista as exigências legais para o cumprimento desse processo de doutoramento. Pretende-se, quiçá em um pós-doutoramento, a análise dos dois anos finais do primeiro mandato de Jair Bolsonaro à frente do mais alto cargo executivo do Brasil.

Especificamente, servindo de alicerce teórico para sustentar as análises da questão central, elencamos os seguintes objetivos: apresentar uma base teórico-conceitual relacionada às categorias, Estado, Políticas Públicas e Ideologia; explicitar os elementos constitutivos da construção dos mitos políticos; descrever e analisar, historicamente, os fenômenos que impactaram a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República; descrever a trajetória de vida, militar e política de Jair Bolsonaro; elencar e descrever os principais alvos discursivos referentes à área

educacional e que estiveram presentes nas mensagens de campanha de Bolsonaro; e, por fim, analisar as políticas públicas propostas pela gestão Jair Bolsonaro nos anos de 2019 e 2020.

Desde a época do *impeachment* da Presidente Dilma, tornou-se comum a existência de uma contranarrativa crítica dos fundamentos filosófico-pedagógicos considerados de esquerda por parte dos setores ultraconservadores da sociedade, de alguma forma, representados pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Narrativa essa reproduzida e ampliada no exercício do cargo de presidente que pode ser facilmente identificada nas inúmeras matérias jornalísticas e pelos mais diversos veículos de comunicação, seja da grande imprensa, seja por meio das redes sociais criadas e utilizadas pelo então candidato e sua legião de seguidores espalhados pelo país e pelo exterior.

Com o bordão de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Jair Bolsonaro, um dia antes da cerimônia de posse, usou suas redes sociais para comentar a péfida colocação do Brasil nos rankings mundiais de educação, atribuindo o resultado ao que ele intitulou de “lixo marxista”, além de afirmar que seu governo pretendia “evoluir”, formando “cidadãos e não mais militantes políticos”.

Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos (BOLSONARO, 2018b, n. p.).

Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2019, dirigindo-se ao público presente, Jair Bolsonaro disse que se colocaria “[...] diante de toda a Nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (POSSE..., 2019, 18 min 51 s), e que não poderia deixar que “[...] ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros, ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade” (POSSE..., 2019, 21 min 33 s). Para Bolsonaro, o brasileiro poderia e deveria sonhar. “Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe[ria] ser honesto e eficiente” (POSSE..., 2019, 22 min 45 s). Finaliza seu discurso segurando a bandeira do Brasil bradando: “essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha!” (POSSE..., 2019, 26 min 42 s).

Corroborando o pensamento do Presidente da República, Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro da Educação da época, afirmou que o “marxismo cultural” seria combatido nas “[...] instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo”, e que Bolsonaro não permitiria que pautas nocivas aos costumes do país fossem impostas com a alegação de que se trataria de temas adotados por agências internacionais (CERIMÔNIA..., 2019, 12 min 17 s). O discurso sobre a ameaça do “Marxismo Cultural” seria recorrente entre o clã Bolsonaro, seus Ministros de Estado da Educação e seus seguidores de uma parcela social.

Durante a campanha, em um de seus discursos, Jair Bolsonaro afirmou que

A educação brasileira está afundando. Temos que debater a “ideologia de gênero” e a escola sem partido. Entrar com um lança-chamas no MEC para expulsar o Paulo Freire lá de dentro. A imprensa já falou que eu queria matar gente lá, eu não posso mais usar figura de linguagem. Os alunos de 15 anos já não sabem fazer nem regra de três, não sabem nada de física, química e matemática. Por outro lado, eles defendem que tem que ter senso crítico. Vai lá no Japão, vai ver se eles estão preocupados com pensamento crítico. A educação tem que ser mais objetiva (BOLSONARO..., 2018d).

Essas são algumas das inúmeras demonstrações consubstanciadas no discurso do Presidente Jair Bolsonaro que seus apoiadores passaram a reproduzir como se fossem mantras reverberados por todo o Brasil, principalmente utilizando-se da facilidade e velocidade de propagação característico das redes sociais, com especial destaque para o *Twitter*, *Facebook*, *YouTube* e *WhatsApp*. Nesse sentido, vale ressaltar aqui o arcabouço ideológico de Bolsonaro e seus seguidores que teve como base as ideias do escritor Olavo de Carvalho, o qual também foi responsável direto, em 2018, pela indicação de dois ministros, a saber: Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores e Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro da Educação.

De antemão, é manifesto o posicionamento do governo Bolsonaro diante das pautas educacionais vigentes no país. O que antes era esperado pelos correligionários ou temido pelos opositores saiu do plano discursivo e ganhou concretude em propostas como a ID Estudantil; a militarização de escolas públicas; a Política Nacional de Alfabetização (PNA); a educação domiciliar (*Homeschooling*); e o Future-se. A lupa teórica que conduzirá este estudo e servirá de guia para análise dos documentos, programas, propostas e leis introduzidas pelo atual governo, no período estudado, foi circundada pelos estudos de Karl Marx, Friedrich Engels, Norberto Bobbio,

Louis Althusser, Pierre Bourdieu, István Mészáros, György Lukács, Antonio Gramsci, dentre outros.

Nessa linha, publicizamos, a seguir, estudos que nos auxiliam a sintonizar a proposta em questão no cenário teórico vigente.

1.1 Esboço teórico sobre o objeto de pesquisa

Corroborando a relevância de se pautar os estudos em temáticas voltadas às políticas públicas educacionais, passamos a elencar pesquisas que trazem à tona propostas que vêm ao encontro do presente estudo. Uma síntese que destaca objeto, caminhos investigativos e resultados de pesquisa acerca da “ideologia de gênero”, cotas raciais nas universidades públicas, movimento escola sem partido, militarização das escolas, consistiu-se em uma primeira aproximação sistemática ao problema levantado na atual investigação.

Os estudos elencados em torno das temáticas mencionadas foram identificados por meio de consultas ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes, à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações/BDTD, ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e ao portal Tecnologia/IBICT, disponibilizados via internet.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da utilização dos descritores: militarização das escolas, escola sem partido, ideologia de gênero e cotas raciais. No total, foram encontradas 17 pesquisas sendo 14 dissertações e três teses. Duas dissertações tratando da militarização das escolas (SANTOS, 2016; CRUZ, 2017). Seis dissertações (CAMELO, 2019; LIRA, 2018; MOURA, 2016; NUNES, 2018; RESENDE, 2018; SILVEIRA, 2019) e uma tese (TOMMASELLI, 2018) se ocuparam de investigar o movimento “Escola Sem Partido”. A “ideologia de gênero” apareceu como objeto de pesquisa em quatro dissertações (CAVALCANTE, 2017; MARACCI, 2019; ARAGUSUKU, 2018; SILVA, 2018). A política afirmativa de cotas raciais nas universidades foi pesquisada em duas dissertações (BARANZELI, 2014; IENSUE, 2009) e duas teses (PEREIRA, 2011; OLIVEIRA, 2016). Todos os 17 trabalhos localizados foram baixados dos repositórios pesquisados, e seus conteúdos fichados. As informações extraídas e sistematizadas por meio da técnica de fichamento subsidiaram a elaboração da síntese que segue.

1.1.1 Programa Escola Cívico-Militar

Em relação ao processo de militarização de escolas da educação básica, Santos (2016) investigou o fenômeno de implantação dos Colégios da Polícia Militar (CPM) no sistema público de ensino do estado de Goiás. Teve seu objeto de pesquisa elaborado e analisado a partir de teorias de Michel Foucault. Ele apontou que o processo de criação desse tipo de escola é resultado da transferência de instituições de ensino básico para a gestão da Polícia Militar de Goiás, por meio da Secretaria de Segurança Pública. O autor analisou e descreveu como esse programa tem modificado a estrutura das escolas transferidas, as quais, de espaços democráticos e acessíveis a todos, têm se constituído em estruturas seletivas e militarizadas. Valendo-se de análise histórica, o autor evidenciou que o ritmo acelerado da instalação dos Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG) tem tido, como pano de fundo, o impacto social de um projeto político promovido pelo governo de Goiás. Apontou que o processo de militarização tem sido permeado por relações de interesse e conflito entre governo, grupos sociais que apoiam e resistem a esse processo. Trouxe assuntos alijados dos debates como a prioridade das vagas dada a determinados candidatos, a escolha das escolas para se tornarem colégios da polícia e a cobrança de taxa mensal, fazendo os estudantes serem selecionados, incluídos e posteriormente excluídos dessas unidades. O autor identificou que o ensino militar dos CPMG se aproxima do Colégio Militar do Exército Brasileiro, no que tange à predominância da hierarquia e da disciplina, além da obediência servil aos profissionais militares; afasta-se, contudo, no que diz respeito à finalidade de preparação dos jovens, pois, enquanto os Colégios Militares preparam jovens para a carreira militar de candidatos a essas instituições, os estudantes do Colégio Militar do Exército Brasileiro são formados para servir ao Exército Brasileiro. Cruz (2017) chama a atenção para o maior investimento de recursos a essas instituições como elemento que tem contribuído para os melhores resultados para além da gestão militar.

1.1.2 Programa Escola Sem Partido.

Em se tratando do Programa “Escola Sem Partido”, Camelo (2019), em sua dissertação, analisou o assunto no município de Goiânia, capital do estado de Goiás, com o intuito de mostrar como os sujeitos, favoráveis ou contrários a esse projeto, percebem as possíveis implicações e/ou

consequências para a sociabilidade goiana. Buscando uma abordagem qualitativa, aplicou questionários aos educadores da Rede Municipal e fez entrevistas semiestruturadas com o representante do Movimento Social Direita Goiás, do Movimento Negro Unificado e com o representante no poder legislativo que propôs o Programa Escola Sem Partido na Câmara Municipal de Goiânia. Com isso, teve a pretensão de captar as subjetividades e compreender as implicações e consequências do Programa Escola Sem Partido em Goiânia. Para analisar os dados coletados, Camelo (2019) relacionou a categoria de gênero, partindo de estudos de Safiotti (2001, 2015), conforme a conjuntura brasileira atual, com suas reformas no âmbito das políticas públicas e discutindo, também, as consequências do patriarcalismo para os estudos de gênero. O autor conclui que o projeto da Escola Sem Partido utilizou estratégias discursivas como o silogismo a fim de convencer que a educação pública brasileira possui um problema. E complementa que uma das sérias implicações desse projeto é a desqualificação da educação pública e da vida humana, o que oportuniza as reformas no âmbito das políticas públicas educacionais que, de acordo com Camelo (2019), acredita-se estar relacionado à tendência da reforma empresarial da educação.

Apoiado nos pressupostos da análise de discurso de linha francesa, Lira (2018) objetivou identificar os discursos fomentadores do movimento Escola Sem Partido. Para tanto, buscou identificar e analisar as relações interdiscursivas, políticas e ideológicas presentes, implícita e explicitamente, nos discursos que sustentam o Escola Sem Partido. Os enunciados do Projeto de Lei Escola Sem Partido, do site do movimento e de recortes de pronunciamentos e artigos de pessoas e instituições ligadas ao debate, constituíram o *corpus* da pesquisa. A concepção de escola/educação; neutralidade político-ideológica; sexualidade/gênero foram os trajetos temáticos de referências utilizados para organizar redes de sequências discursivas, cujos enunciados foram oriundos principalmente do site do movimento.

Os sentidos dos enunciados foram analisados considerando-se suas condições materiais de produção, veiculação, utilização e reutilização. Os resultados encontrados por Lira (2018) evidenciaram as forças dinâmicas que possibilitam e sustentam relações de dominação/exploração/reprodução e que são ocultadas pelo movimento de interpelação presente já na constituição do próprio nome do movimento. Tal movimento de interpelação, com suas filiações discursivas, permite concluir acerca do jogo de forças políticas e ideológicas que funcionam no sentido de conservar, legitimar e reproduzir a dominação e exploração de uma classe sobre a outra, concluiu o autor.

Tommaselli (2018), em sua tese de doutoramento, analisou de que maneira o projeto Escola Sem Partido (ESP) se articula a um movimento social e político mais amplo, de raiz autoritária e com notável potencial fascista que tem crescido no Brasil, desde 2013. Ele partiu da hipótese de que o ESP é um componente importante da pauta política da direita contemporânea. Para desenvolvimento de uma análise, foi considerado o autoritarismo e sua disseminação por meio da educação. Objetivou traçar os componentes autoritários que, na atualidade, se apresentam às vezes em clareza, às vezes concentrados em práticas e discursos explícitos quanto às pretensões. O autor realizou um percurso histórico com a finalidade de identificar, nas raízes do Brasil, a presença de elementos autoritários que ajudem a compreender o avanço de tais forças no cenário atual. Recorreu a autores clássicos do pensamento nacional, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto da Matta e Marilena Chauí para contestar o mito de não violência e o mito da democracia racial. Deveu-se a observar como esses elementos foram reestruturados na composição moderna do Brasil e, de forma mais acentuada, como o acirramento de classes impulsiona o discurso conservador e autoritário, fortalecido pelo apoio da imprensa nacional, em um processo de desestabilização da democracia brasileira, no qual as forças conservadoras unidas conduziram o país a um golpe político em novos moldes. Tommaselli (2018) procurou demonstrar que a composição e modo de operação do projeto Escola Sem Partido, inclusive discursivo, se combinam e reforçam um movimento mais amplo, vinculado às pautas defendidas pela direita.

O que é o Programa Escola Sem Partido, sua relação com a sociedade, suas bases ideológicas, bem como as consequências do Projeto de Lei Programa Escola Sem Partido e outros a ele vinculados para o Ensino de História, principalmente no que tange à questão do respeito às diferenças, à formação de identidades e à história das relações de gênero, compuseram o estudo investigativo de Moura (2016). O estudioso examinou o surgimento do movimento Escola Sem Partido, seu desenvolvimento, bem como a crise política do Partido dos Trabalhadores. Valendo-se do método histórico, analisou os sites do movimento realizando a crítica interna e externa do material neles veiculado ao considerar o lugar de produção do discurso, demonstrando que o Escola Sem Partido é um projeto político conservador já característico da sociedade brasileira. Abordou o referencial do pensamento conservador para confirmar o vínculo do movimento a esse pensamento. Discutiu a laicidade na educação e levantou algumas hipóteses sobre o porquê de a intromissão da religião no campo educacional ser aceita e mesmo naturalizada.

Nunes (2018) buscou compreender o ideário do movimento Escola Sem Partido sobre a educação escolar em contraposição a uma concepção democrática de escola. Numa pesquisa de natureza bibliográfica e documental e utilizando o método de abordagem dialético: identificou as origens e razões pelas quais surgiram proposições sobre a educação do movimento Escola Sem Partido; analisou a função social da escola em uma perspectiva crítico democrática e comparou os argumentos favoráveis e contrários à implantação dos ideais do referido movimento. O estudo revelou uma crescente notoriedade dos ideais propostos pelo movimento Escola Sem Partido no cenário educacional, o qual tem inspirado a propositura de diversos projetos de lei em escalas nacional, estadual e municipal, que trazem relevante discussão sobre o papel do professor em sala de aula, bem como dos limites de sua atuação. Apoiados nos princípios constitucionais da liberdade de consciência e de crença, da liberdade de aprender dos alunos, do pluralismo de ideias, da neutralidade política, ideológica e religiosa, o movimento Escola Sem Partido alega representar pais e estudantes contrários ao que chamam de abuso da liberdade de ensinar, ou melhor, da “doutrinação ideológica” nas escolas.

Partindo do reconhecimento da escola como uma instituição política, Resende (2018) se propôs a discutir, em seu trabalho, o papel da escola na formação dos valores políticos dos estudantes. O referencial teórico por ele utilizado procedeu do debate entre duas perspectivas divergentes acerca do papel da escola. Uma que defende a neutralidade política nas escolas e a institucionalização de mecanismos que inibem os sujeitos envolvidos nos processos escolares de expressarem suas posições políticas, com foco nos docentes. Outra que intercede por um modelo de educação escolar que provoca nos estudantes a capacidade de realizar uma leitura crítica sobre a sociedade e os conteúdos escolares. Para tanto, não prescinde do debate político no contexto das escolas que devem posicionar-se politicamente ante à realidade social. A partir de entrevistas conduzidas com gestores da Secretaria Municipal de Ensino de Congonhas/Minas Gerais, diretores escolares e professores, Resende (2018) identificou, seguindo os preceitos da análise crítica do discurso dos participantes, os valores predominantes nos agentes políticos e pedagógicos inseridos no Sistema Municipal de Ensino de Congonhas/MG. Para o autor, a sociedade precisa ser esclarecida quanto ao discurso falacioso do movimento “Escola Sem Partido” de que a escola deve ser um espaço politicamente neutro. Tal movimento político conservador ignora a complexidade do universo educacional, os debates efervescentes dentro das escolas e até mesmo o modelo educacional predominante, que pouco tem a ver com o que é pregado na mídia e alarmado como

“uma grande ameaça”. As análises dos dados, nessa investigação, evidenciaram ainda haver um forte indicativo de predominância do modelo pedagógico liberal, mascarado como neutro e mais democrático que alternativas progressistas por não apregoar valores políticos.

Resende (2018) conclui que as hipóteses apresentadas por parte da literatura e por movimentos sociais conservadores quanto ao fato de que as escolas públicas são instituições que estão sendo usadas para doutrinar os alunos de acordo com uma ideologia de esquerda e de que há o predomínio de valores progressistas entre os educadores e os agentes políticos da Educação não se sustentam. O autor ainda destaca que o ambiente escolar é um espaço de exposição à diversidade de ideias e que a legitimação de uma política educacional e de uma concepção de educação está condicionada por relações de poder estabelecidas entre os agentes envolvidos (alunos, pais, professores, funcionários dos diferentes setores da instituição educacional, membros da comunidade) no processo da educação escolar nas esferas local, estadual e nacional.

Silveira (2019) dedicou-se a analisar os enunciados produzidos pelo movimento “Escola Sem Partido” sobre professores e suas práticas em sala de aula. Buscando os conceitos de ideologia e, de aparelhos ideológicos de Estado, propostos por Althusser (1985) e Pêcheux (1995), a autora realizou uma reflexão sobre a relação que há entre o ato de doutrinar e patrulhar. Por meio de um patrulhamento ideológico do trabalho dos professores, o movimento “Escola Sem Partido” indica que há, na ação praticada pelos docentes, doutrinação ideológica. Silveira (2019) destaca o patrulhamento ideológico como mecanismo de vigia utilizado pelas instituições para lutar pela manutenção de uma ideologia dominante. O *corpus* de análise foi composto por vinte e cinco enunciados retirados da *fanpage* no *Facebook* do movimento “Escola Sem Partido”, a partir dos critérios temporalidade (março de 2015 a agosto de 2016) e temática (discurso sobre o educador e suas práticas). Baseado na perspectiva discursiva de linha francesa, o processo de análise do material foi desenvolvido a partir dos estudos sobre o discurso-transverso. Nesse movimento de análise, Silveira (2019) compreende como o discurso de doutrinação do programa “Escola Sem Partido” é atravessado pelo discurso de patrulhamento ideológico. É caracterizado como doutrinador, o professor que questiona as ideias do movimento e/ou possui uma perspectiva diferente daquela considerada ideal por parte dos defensores desse programa. Para a autora, há um mascaramento do patrulhamento ideológico sobre o discurso doutrinador, caracterizando uma relação entre o ato de patrulhar e o suposto ato de doutrinar. No caso da escola, esse patrulhamento

estaria atravessado por um discurso de ódio, mediante a desqualificação e intimidação dos sujeitos professores, analisa a autora.

O conjunto de investigações apresentadas acerca do movimento “Escola Sem Partido” traz importantes contribuições para a compreensão e produção de nossas análises no que tange aos espectros políticos e ideológicos desse movimento que se constituiu política educacional no governo Bolsonaro. Embora cada trabalho tenha se debruçado sobre o entendimento de um aspecto do fenômeno, um discurso falseador da realidade como marca e estratégia do movimento “Escola Sem Partido” para tentar convencer a sociedade de que a escola e os professores vêm realizando doutrinação marxista no ensino brasileiro é um ponto comum nos achados das pesquisas aqui reunidas.

Nos dizeres de Camelo (2019), a utilização de silogismos, como estratégia discursiva para convencer a sociedade de que a educação pública brasileira possui um problema, se constituiria num enredo para abrir caminhos de consolidação da tendência de reforma empresarial da educação. Essa situação vai ao encontro do jogo de forças políticas e ideológicas que funcionam no sentido de conservar, legitimar e reproduzir a dominação e exploração de uma classe sobre a outra, em que tais relações são ocultadas por um movimento de interpelação identificado por Lira (2018). Na mesma linha de jogo arduo de linguagem, Silveira (2019) evidencia um patrulhamento ideológico disfarçado por um discurso de doutrinação que seria realizado pelos professores que questionam as ideias do movimento ou possuem uma perspectiva diferente daquela considerada ideal pela “Escola Sem Partido”. Tal patrulhamento, sustentado por um discurso de ódio, mediante desqualificação e intimidação dos sujeitos professores.

Os estudos de Tommaselli (2018) e Moura (2016) se aproximam quando apontam o programa Escola Sem Partido como um componente importante que reforça um movimento mais amplo vinculado às pautas políticas defendidas pela direita contemporânea, sustentadas em um discurso conservador e autoritário, admitindo, inclusive, a intromissão da religião no campo educacional, contrariando o princípio de laicidade do Estado Brasileiro.

Apesar de todos os trabalhos citados evidenciarem um discurso estratégico por parte dos defensores do programa “Escola Sem Partido”, Nunes (2018) mostrou a força e alcance de tal discurso eivado quando indicou uma crescente adesão aos ideais sugeridos pelo movimento “Escola Sem Partido” no cenário educacional. A proposição de projetos de lei tratando do papel do professor em sala de aula, bem como seus limites de atuação, tem se propagado nas esferas

nacional, estadual e municipal. Esse panorama concorda com análises de Resende (2018) que evidenciou haver um forte indicativo de predominância do modelo pedagógico liberal, mascarado como neutro e mais democrático que alternativas progressistas por não preconizar valores políticos.

Na pauta das questões de gênero, Cavalcante (2017) analisou as discussões em torno da diversidade de gênero e sexual no processo de construção e aprovação do Plano Municipal de Educação de João Pessoa. Para tanto, realizou uma pesquisa bibliográfica e documental, abordando, qualitativamente, leis, diretrizes nacionais, pactos e convenções internacionais, atas, planos, documentos das Conferências Nacional e Municipal de Educação, blogs, sites, vídeos, postagens no *Facebook* e *Instagram*, notas públicas e técnicas, livros em torno da diversidade de gênero e sexual nos planos de educação. Levantou a discussão dos Direitos Humanos na perspectiva contra-hegemônica e intercultural de modo a contribuir para o respeito às diversidades de gênero e sexual, entendendo o contexto histórico-conceitual e os aspectos normativos internacionais e nacionais que fundamentam a educação nessa perspectiva. Analisou embates entre os setores fundamentalistas e aliados com as demais forças políticas e o governo federal no debate das políticas educacionais nos últimos anos relativos à diversidade de gênero e sexual. Com o aporte de todos esses elementos, buscou compreender os contextos discursivos pertinentes à “ideologia de gênero” na construção do Plano Municipal de Educação de João Pessoa. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram alianças entre os segmentos fundamentalistas e partidos políticos numa direção distinta e antagônica à Conferência Nacional de Educação contrária ao princípio da não discriminação e do respeito à diversidade como parte do jogo democrático; apesar disso, a diversidade de gênero e sexual encontra respaldo normativo para ser trabalhada na educação escolar (CAVALCANTE, 2017).

O trabalho de Maracci (2019) se propôs a refletir sobre as relações entre verdade e política a partir da polêmica do Kit Gay baseado na concepção de verdade operativa, fundamentada nos estudos da Ciência e Tecnologia. Para um mapeamento de controvérsias acerca do Kit Gay, buscou na internet redes performativas do objeto de 2011 a 2018. Nessa busca, confirmou um movimento de aproximação e afastamento entre os significantes Kit Gay e Escola sem Homofobia, bem como o uso do primeiro como mobilizador e articulador de combate a pautas entendidas como “de esquerda”. Observou a força retórica e persuasiva que a polêmica em torno do Kit Gay assume na esfera política do Brasil, principalmente quando associada à “ideologia de gênero” tomada como investida internacional e marxista contrária ao ideal tradicional de família. O autor apresenta a

dificuldade da crítica que indica a polêmica como mentira ou falseamento do projeto financiado pelo Ministério da Educação, desconsiderando os complexos modos, graus de veracidade assumidos por ela. Diante dessas considerações, Maracci (2019) elaborou reflexões indicando a verdade como fruto de uma relatividade, resultado da relação estabelecida entre diferentes sujeitos, suas realidades e engajamentos semiótico-materiais específicos.

Aragusuku (2018) analisou como se materializou, nos pronunciamentos realizados no plenário da Câmara dos Deputados, o discurso da “ideologia de gênero” envolvendo o período de 2003 (primeira aparição do termo) a 2017. Amparado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (Norman Fairclough e Teun Van Dijk) e nas reflexões da Psicologia Política, dividiu o processo de análise em dois momentos. O primeiro intitulou de “análise discursiva socialmente orientada”, em que examinou o contexto sociopolítico que circunda esse discurso, e o segundo de “análise discursiva linguisticamente orientada”, direcionado à averiguação linguístico-textual da sua enunciação em uma situação política em específico. Aragusuku (2018) indica que o discurso da “ideologia de gênero” pode ser compreendido enquanto um discurso político que mobiliza sujeitos e grupos sociais em torno de uma agenda unitária no campo das políticas sexuais. Esclarece que, no contexto brasileiro, tal discurso se difundiu na arena político legislativa, a partir da atuação de parlamentares vinculados a uma ampla agenda conservadora protagonizada por lideranças religiosas, católicas e evangélicas. Por isso, carrega a reafirmação do ordenamento heteronormativo e patriarcal, sendo uma estratégia político-discursiva de característica transnacional, que surge como uma reação de grupos vinculados ao conservadorismo cristão contra o avanço das demandas feministas e LGBT no âmbito das políticas governamentais (ARAGUSUKU, 2018).

Valendo-se da bricolagem como metodologia científica baseada na proposta de Meyer e Paraíso (2014), Silva (2018) investigou fatores relacionados à retirada das questões de gênero e sexualidade do Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Santa Maria/RN. Realizou entrevistas semiestruturadas com integrantes do Fórum Municipal de Educação de Santa Maria/RN responsáveis pela análise e reelaboração das metas e estratégias do PME e condução de todo o processo de construção e aprovação do documento-base. Dois focos principais de análise emergiram dos dados. Um relativo ao que ficou vulgarmente conhecido como “kit gay” (que se refere aos materiais do Kit Escola sem Homofobia). O outro à “ideologia de gênero” (expressão cunhada por grupos conservadores que a atribuem a uma suposta agenda esquerdista que teria como

meta a destruição daquilo que eles chamam de “família natural”). Silva (2018) apoiou-se no conceito de gênero elaborado nos estudos de Louro (1997) entre outros pesquisadores e no conceito de ideologia de Bobbio (1909-2004). As análises produzidas a partir do “kit gay” e “ideologia de gênero” evidenciaram crenças, tais como a existência de uma suposta agenda esquerdista visando a extinção da família natural, além da crença no determinismo biológico para definição de gênero, que pode sofrer alterações por parte de experiências e/ou influências externas como a educação escolar. Essas crenças foram determinantes na decisão tomada pelos membros da comissão de elaboração do PME de Santa Maria/RN de silenciar as questões de gênero e sexualidade do texto principal (SILVA, 2018).

Tanto o trabalho de Cavalcante (2017) quanto o de Aragusuku (2018) apontam o discurso da “ideologia de gênero” como um discurso político fruto de alianças entre segmentos fundamentalistas, partidos políticos e parlamentares vinculados a uma ampla agenda conservadora encenada por lideranças religiosas, católicas e evangélicas. A reafirmação por parte desses grupos de um ordenamento heteronormativo e patriarcal é indicada por Aragusuku (2018) como uma estratégia político-discursiva contra o avanço das demandas feministas e LGBTQIA+ no âmbito das políticas de governo. A investigação de Maracci (2019) corrobora os resultados das pesquisas supracitadas na medida que evidencia o jogo discursivo criado em torno do Kit Escola sem Homofobia chamado de “kit gay”. Uma força retórica e persuasiva foi criada a partir dessa expressão “kit gay”, originando-se, assim, uma polêmica na esfera política do Brasil. Associada à “ideologia de gênero”, foi tomada como investida internacional e marxista contrária ao ideal tradicional de família, observou Maracci (2019). O uso da expressão “kit gay” foi utilizada como mobilizadora e articuladora de combate a pautas entendidas como “de esquerda”. Com achados que confirmam os de Maracci (2019), Silva (2018) indicou que o silenciamento dos membros da comissão de elaboração do Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN acerca das questões de gênero e sexualidade do texto principal foi motivado por crenças, tais como a existência de uma suposta agenda esquerdista visando a extinção da família natural e o determinismo biológico para definição de gênero; esta última pode sofrer influências externas, tais como as do ambiente escolar.

O discurso político produzido acerca da existência de uma “ideologia de gênero” nos parece estar fundamentado em uma concepção e interpretação mítico-religiosa da realidade. Identificar e compreender tal concepção que alicerça esse discurso se torna importante para as análises do trabalho de investigação que pretendemos produzir.

1.1.3 Políticas de cotas raciais e ações afirmativas

Seguimos com trabalhos que se preocuparam com o tema das cotas raciais em universidades. É o caso de Pereira (2011) que buscou entender como ocorre o debate entre o Estado brasileiro, os movimentos da sociedade organizada e as universidades acerca da implantação de políticas de ação afirmativa e como a imprensa, enquanto espaço de amplificação de sentidos nas sociedades modernas, se apropria desse assunto. Construiu-se um *corpus* formado por documentos, registros históricos, relatórios, dados estatísticos e demográficos, legislação e matérias de jornal. A análise foi empreendida nos editoriais e matérias de opinião publicados no jornal O Globo, de 2004 a 2010. O discurso jornalístico foi foco dessa pesquisa em que Pereira (2011) procurou averiguar como, no discurso da imprensa, a linguagem é colocada a serviço de uma determinada perspectiva ideológica que, ao mesmo tempo em que rejeita as cotas, alimenta um discurso conservador no processo de enfrentamento das desigualdades educativas e de seus efeitos. Não é um discurso comum, sendo protegido pelo princípio da “imparcialidade”. Nesse processo, o pesquisador destacou a imprensa “[...] como um espaço privilegiado de formulação e fixação de sentidos e de disputa do consenso em torno do assunto” (PEREIRA, 2011, p. 204), que elabora um discurso sobre as cotas privilegiando argumentos perversos e fúteis de uma ordem ideológica que tende a perpetuar o status quo.

Nessa linha de discurso, Oliveira (2016) objetivou discutir pistas linguísticas presentes nas práticas discursivas que passaram a permear os campos sociais – acadêmico, jurídico e, sobretudo, midiático no que tange à implantação de Políticas Afirmativas no Brasil, voltadas para o sistema de cotas nas universidades. Buscou a interioridade da linguagem que permite apontar marcas linguístico-discursivas como formas simbólicas associadas ao conflito racial existente no Brasil quando questões étnico-raciais são trazidas à baila. Esse processo revelou um momento de inflexão do poder público desde um discurso centrado no elogio à miscigenação e à ausência de conflito racial para o do reconhecimento, não apenas do racismo como um grave problema de iniquidade social, mas também da necessidade de criar instrumentos políticos que o debelem a partir do diagnóstico das desigualdades raciais. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa). Os resultados da pesquisa apontaram tanto para a relação de assimetria nas relações sociais entre o grupo de estudantes cotistas e os não-cotistas quanto para a dissonância

entre o aspecto formal dos dispositivos legais e a sua (in)aplicabilidade para amenizar conflitos raciais. A tese (OLIVEIRA, 2016) significa uma contribuição para estudos futuros continuarem a desvendar o papel ambíguo da mídia no tratamento de assuntos étnico-raciais, ora posicionando-se ideologicamente contra o sistema, ora utilizando-se de figuras notórias para esquivar-se de opiniões comprometedoras.

Na linha de diagnosticar o entendimento de estudantes do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS acerca das políticas de ação afirmativa, mais especificamente cotas raciais implementadas na Instituição, Baranzeli (2014) analisou as interpretações desses estudantes sobre a matéria. No primeiro momento, examinam-se a conceituação e trajetória histórica das Ações Afirmativas em contextos globais e locais, chamando a atenção para como a mídia brasileira tem retratado a adoção desse tipo de política nas universidades. Os achados apontam que o entendimento dos estudantes participantes da pesquisa em relação a essa política é diversificado, não sendo possível, por exemplo, reduzir os resultados entre grupos contra ou a favor. Baranzeli (2014) encontrou tendências relacionadas ao critério racial e à condição ou não de cotistas dos entrevistados. Estudantes brancos e não-cotistas se posicionam contra as cotas raciais num percentual maior quando comparado a estudantes cotistas ou não-cotistas autodeclarados pretos e pardos. Ainda sobre os estudantes brancos contrários à política de cotas, estes demonstraram desconhecer o processo, justificando assumir posição contrária por terem se sentido prejudicados com o aumento da concorrência e diminuição do número de vagas. Ainda nesse grupo, há os que não se sentem prejudicados por terem passado no vestibular e reconhecerem privilégios adquiridos em função da educação/posição de classe (BARANZELI, 2014).

Baranzeli (2014) apontou ainda que os mesmos estudantes brancos contrários às cotas são favoráveis a outras políticas afirmativas sob a justificativa de que as cotas deveriam ser apenas sociais e não raciais, o que abrangeria outros grupos sociais desprivilegiados, sem considerar a questão da cor. Na análise da pesquisadora, essa argumentação não estaria maculada por ingenuidade ou ignorância dos estudantes, pois reconhecem que a discriminação racial é a mais frequente no Brasil. Seus posicionamentos sedimentam-se na crença de que políticas sociais e educacionais são suficientes para resolver os problemas de grupos socialmente excluídos no país. Tal perspectiva, consolidada no senso comum, é amplamente divulgada pelos meios de comunicação. É uma construção histórica que parte das “[...] concepções de que a mestiçagem

ocorreu de maneira natural e de que as condições dos brancos, pardos e pretos se igualaram no período pós-abolição” (BARANZELI, 2014, p. 163). Apoiada teoricamente, Baranzeli (2014, p. 163) ainda complementa que essa “[...] concepção de neutralidade da raça serve como uma estratégia ideológica para sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1995), pois silencia a forma como as categorias raciais estão presentes nos processos de exclusão social”.

Iensue (2009) analisou a legitimidade e a eficácia da política de cotas raciais para o acesso dos afrodescendentes ao ensino superior público no Brasil, partindo da aparente dicotomia entre os valores de liberdade e de igualdade e buscando compreender sua influência nas concepções modernas e contemporâneas de Estado e de justiça. O processo investigativo conduzido por Iensue (2009) produziu reflexões que permitiram algumas conclusões. Uma ação afirmativa, segundo a estudiosa, precisa levar em consideração todos os fatores relevantes, tais como contexto socioeconômico, cultural, político, fatores históricos, geográficos, recursos disponíveis, fatores temporais e dados estatísticos. Seu estudo constatou que o dilema racial, no caso brasileiro, não se constitui somente por uma questão de cor de pele, mas, conecta-se, sobretudo, ao fator classe, origem, à pobreza herdada principalmente do sistema da escravidão. À vista disso, ações afirmativas, especialmente as cotas para o acesso ao ensino superior, para guardarem coerência com a ideia de igualdade e de justiça relacionadas ao contexto do Brasil, devem associar o critério racial ao critério socioeconômico, sob pena de discriminação reversa (IENSUE, 2009).

De forma analítica, Iensue (2009) apontou as principais objeções, quanto à eficácia, presentes no debate público daqueles que se opõem à política afirmativa das cotas raciais. Ela destacou: a não concretização de maior oportunidade de igualdade, a vulneração do critério do mérito, o risco de criação de uma cultura de dependência ou mentalidade de assistidos, criação de efeitos perversos, tais como racismo e incitação ao ódio entre as raças, a estigmatização do afrodescendente e a ineficácia do instituto. Respondendo a tais objeções, a autora mostra resultados da política afirmativa de cotas raciais em diversas universidades brasileiras que adotam programas afirmativos há alguns anos, mediante análise dos estudos e dados apresentados por tais instituições (IENSUE, 2009).

Esses dados e estudos permitiram a Iensue (2009) demonstrar que as políticas de cotas raciais para acesso à educação superior revelam-se instrumentos necessários de correção das injustiças historicamente perpetradas contra afrodescendentes e constituem instrumentos aptos à concretização de maiores oportunidades de igualdade. O princípio do mérito não se encontra

excluído entre os concorrentes cotistas, apenas relativizado em relação a candidatos não-cotistas. A pesquisa ainda apresenta a política de cotas

[...] como instrumento eficaz de eliminação dos efeitos persistentes de discriminações passadas, sejam eles de ordem cultural, como a mentalidade discriminatória e preconceituosa, sejam eles de ordem socioeconômica, através do acesso a prestações estatais socialmente valorizadas, como a educação superior.

Não obstante, deve-se atentar ao desafio posto pela convivência em uma sociedade diversificada, isto porque, o simples reconhecimento desse caráter sem a adoção de políticas de respeito aos diferentes, dificilmente resultará em mudança de valores e atitudes em relações de dominação e exclusão, vivenciadas tanto no interior de uma universidade, de uma empresa, ou enfim, nas diversas esferas sociais (IENSUE, 2009, p. 276, grifo nosso).

Por fim, Iensue (2009) ressalta que a política afirmativa na modalidade de cotas raciais não constitui remédio para todos os males oriundos da desigualdade racial, mas constitui um primeiro passo. Para ela, a simples oposição às cotas, sem propor uma alternativa para o enfrentamento da desigualdade de oportunidades entre brancos e negros na área educacional, é ser conivente com uma política de subordinação social e racismo gestada no Brasil escravocrata e, ainda, perpetuada até os dias atuais.

No que tange aos resultados de pesquisas que trataram da política afirmativa de cotas raciais nas universidades, Pereira (2011) e Oliveira (2016) evidenciam o que chamaremos de uma espécie de desserviço da mídia. Sob a égide de uma pretensa imparcialidade, o discurso jornalístico rejeita as cotas alimentando uma narrativa conservadora no processo de enfrentamento das desigualdades educativas e de seus efeitos, contribuindo para uma ordem ideológica de manutenção do estado atual das coisas (PEREIRA, 2011). Ao posicionar-se ideologicamente, ora contra o sistema, ora esquivando-se de opiniões comprometedoras, assume um papel ambíguo no tratamento de assuntos étnico-raciais (OLIVEIRA, 2016) que contribui para a formação, por parte da sociedade, de um ponto de vista superficial sobre o assunto.

Trabalhos como o de Baranzeli (2014) e Iensue (2009) trazem elementos do discurso que forjam o mito da democracia racial. A ideia de que a mestiçagem brasileira ocorreu de maneira natural e de que as condições de brancos, pardos e pretos se igualaram no período pós-abolição encorajam as pessoas a acreditarem que políticas sociais e educacionais seriam suficientes para resolver os problemas de grupos socialmente excluídos, uma vez que defendem que as cotas deveriam ser apenas sociais e não raciais (BARANZELI, 2014). Iensue (2009) contribui esclarecendo que a ação afirmativa de cotas raciais para acesso ao ensino superior deve associar o

critério racial ao critério socioeconômico sob pena de discriminação reversa, isso porque a questão racial no Brasil não se limita apenas à questão de cor de pele, como também ao fator classe, origem, à pobreza herdada principalmente do sistema da escravidão.

Podemos dizer que o conjunto de trabalhos de pesquisa apresentados nesta revisão bibliográfica sobre as questões de “ideologia de gênero”; as políticas afirmativas de cotas raciais nas universidades públicas; o programa Escola Sem Partido; e os programas de militarização das escolas trouxeram um elemento comum. Com maior ou menor ênfase, todas as pesquisas se preocuparam em abordar a produção de discursos acerca das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, são investigações com potencial de fornecer importantes elementos para que possamos, a partir de nossas análises, responder à questão colocada por nosso trabalho: Quais são os fundamentos ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e 2020?

Esperamos que analisar e discutir, de modo geral, os meandros ideológicos que circundam as propositivas educacionais do Ministério da Educação, sob o comando do governo Jair Bolsonaro, possa contribuir para uma compreensão rigorosa de discursos e práticas que têm servido de sustentação para a elaboração e/ou modificação de políticas públicas educacionais e que precisam ser superados em suas argumentações falaciosas, de senso comum e de uma compreensão mítico-religiosa da realidade.

2 APORTE TEÓRICO EPISTEMETODOLÓGICO

Esta seção apresenta o aporte teórico epistemológico que embasa o presente estudo. Portanto, optou-se por apresentar uma estrutura organizacional começando pela reapresentação da questão problematizadora da pesquisa pela qual circundam todos os objetivos propostos.

Em seguida, são apresentados os elementos que justificam as escolhas temáticas, bem como a relevância da pesquisa. Nessa direção, segue-se apresentando e discutindo, à luz de pensadores renomados, a abordagem epistemológica pela qual serão analisadas as fontes, assim como concatenadas as considerações a partir das informações juntadas no decorrer do tempo.

Dando forma à pesquisa, serão apresentados os caminhos metodológicos percorridos sob o prisma do pesquisador, referendados pela literatura analisada. Tal procedimento oportunizará ao leitor compreender determinadas argumentações e considerações; isso, partindo do pressuposto

de que o resultado dessa aproximação e desse distanciamento entre o pesquisador e o objeto de análise dependerá, preponderantemente, da cosmovisão de quem realiza o estudo.

A seção segue apresentando as escolhas definidas quanto ao tipo de pesquisa, métodos de obtenção de informações, tipos de fontes de dados, perspectiva de análise, bem como o recorte temporal determinado. Isso posto, acredita-se que, com todos esses cuidados, possa-se, ao final da pesquisa, obter resultados que sejam capazes de embasar novos estudos e contribuir para a tão decantada melhora da qualidade na educação pública brasileira.

Pesquisar, portanto, em seu cerne, se constitui como uma atividade básica das Ciências. Ela nos ajuda a refletir, construir indagações e buscar possíveis respostas acerca de uma dada realidade. Com efeito, pesquisa e ensino estão intrinsecamente ligados, pois sua práxis envolve a busca constante de novos conhecimentos, sejam eles provisórios ou em desenvolvimento. Sem dúvida é “[...] uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados, pensamentos e ação” (MINAYO, 2013, p. 47).

A pesquisa social se insere nesse escopo considerando diferentes tipos de abordagem, investigando o sujeito em sociedade, nas relações que podem se estabelecer entre ele e as instituições, a cultura, o tempo e o espaço, nos quais ele está inserido, influenciado, portanto, geográfica, política e historicamente. Essa dinâmica, relacionada ao real e às circunstâncias culturais, oferece certo desafio e problemáticas ao pesquisador das Ciências Sociais, sobretudo quanto no que se refere ao dinamismo histórico (MINAYO, 2013).

Nesse sentido, o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora marcos teóricos-metodológicos e instrumentais operativos para conseguir resultados; noutra, inventa, ratifica caminhos, abandona certas vias, faz novas indagações e se orienta para outras direções. Ao fazer essas trilhas, os investigadores aceitam os critérios de historicidade, de colaboração e da única certeza possível: a de que qualquer conhecimento é aproximado, é construído. A história da ciência revela não um a priori, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade que o dinamismo do processo social requer (MINAYO, 2013, p. 47).

As inquietações proporcionadas pelo cenário político no tempo presente foram a força motriz desencadeadora deste estudo. O ano de 2018, principalmente, trouxe consigo os discursos proferidos pelos candidatos ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. Após um embate de narrativas que inundaram as redes sociais, além das mídias tradicionais, o Brasil foi palco, com o resultado das eleições, de uma disruptura quanto ao grupo político que vinha gerindo

o país nas últimas décadas, como também em relação à sua respectiva visão de mundo, de homem e de sociedade.

O conteúdo das narrativas apresentadas pelo então candidato e hoje Presidente da República, nos instigou a focar os estudos desta tese nos aspectos ideológicos que embasaram as políticas públicas educacionais de sua gestão à frente do governo federal. Focado nessa intenção, determinamos a seguinte questão problematizadora: Quais são os fundamentos ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e 2020?

Esta tese parte da assertiva de que as propostas apresentadas para a área da educação pelo então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, durante sua caminhada eleitoral, são suficientemente consistentes para vislumbrar a defesa de que elas se colocam antagonicamente, ou talvez em uma direção diferente das políticas que vinham sendo adotadas nas últimas décadas.

Corroborando nossa inquietação, a hipótese de que as políticas públicas educacionais a serem idealizadas pelo governo federal, na gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), sendo implementadas ou não, são/serão responsáveis por uma guinada ideológica frente aos programas e ações voltados para a Educação desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.º 9.394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996, cuja gestão era do então Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (PSDB).

Vale ressaltar que, quando nos referimos à expressão “guinada ideológica”, de forma alguma pretendemos, a priori, atribuir-lhe um juízo de valor, negativo ou positivo, ou seja, queremos nos afastar de análises maniqueístas. Defendemos, sim, que suas propostas, caso ganhem concretude, tendam a redirecionar as políticas públicas educacionais no Brasil, apresentando como elemento de comparação o que vinha sendo desenvolvido por governos anteriores.

Diante desse cenário, os termos “retrocesso” e “retrógrado” serão usados como adjetivos para qualificar a gestão educacional do governo Jair Bolsonaro (2019/2022), não com sentidos/significados pejorativos, mas, sim, para explicitar a aproximação ou o distanciamento da narrativa governista dessa gestão, presente em seus planos, programas e ações, bem como em relação às ideologias de décadas passadas, relacionadas, particularmente, ao governo militar ocorrido entre 1964 e 1985.

A escolha por esse recorte temporal justifica-se pelas limitações do pesquisador, haja vista a necessidade do cumprimento dos prazos legais de entrega desta pesquisa para fins de seu

doutoramento. Na outra ponta, estabeleceu-se, como recorte deste estudo, a análise dos dois primeiros anos de governo de Jair Bolsonaro na expectativa de evidenciar as mudanças educacionais no tempo presente, embora saibamos que esta pesquisa não terá condições de apresentar e discutir os consequentes impactos socioeducacionais.

Acreditamos ser oportuno, neste momento, destacar que, historicamente, a educação brasileira vem se constituindo como política social e sendo amparada pelos documentos legais que regem o país. À guisa de exemplo, destaca-se a Constituição Federal, promulgada em cinco de outubro de 1988 que traz, em seu capítulo III, seção I, o artigo 205 que preconiza o direito à educação a todos os cidadãos. A letra do artigo diz: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, n. p.).

Diante do exposto, começa-se a delinear o arcabouço teórico que dará sustentação ao estudo. Antes, porém, cabe destacar que todos esses níveis se interconectam dialeticamente. Portanto, os posicionamentos epistemológicos explicitam os olhares do investigador, dando forma ao objetivo da pesquisa a partir de sua cosmovisão.

No intento de estruturar a presente tese, recorreremos ao esquema paradigmático recomendado por Gamboa (2007). No esquema apresentado, o autor transita pelos meandros da construção de uma pergunta central para instigar o estudo, determinando o percurso que deve ser percorrido, passando pelas fontes, análises, até culminar nas respostas para a pesquisa.

Quadro 1 – Esquema paradigmático: a lógica reconstituída

Relação dialética entre Pergunta (P) e resposta (R)		
Pergunta - P		R - Resposta
1. A CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA		
Mundo da necessidade  Problema  Indagações múltiplas  Quadro de questões 		
2. A CONSTRUÇÃO DA RESPOSTA		
Nível Técnico	Fontes, técnicas de coleta, organização, sistematização e tratamento de dados e informações.	
Nível Metodológico	Abordagem e processos da pesquisa: formas de aproximação ao objeto (delimitação do todo, sua relação com as partes) e (des)consideração dos contextos.	
Nível Teórico	Fenômenos privilegiados, núcleo conceitual básico, autores e clássicos cultivados, pretensões críticas, tipo de mudança proposta.	
Nível Epistemológico	Concepção de causalidade, de validação da prova científica e de ciência (critérios de cientificidade).	
Pressupostos Gnosiológicos	Maneiras de abstrair, generalizar, conceituar, classificar e formalizar, ou maneiras de relacionar o sujeito e o objeto. Critérios de construção do objeto científico.	
Pressupostos Ontológicos	Categorias abrangentes e complexas, concepção de Homem, de Educação e Sociedade, concepções de realidade. (Concepções de espaço, tempo e movimento).	

Fonte: Adaptação do esquema paradigmático de Gamboa (2007, p. 72).

A construção da questão-problema desta pesquisa de doutoramento teve sua gênese a partir dos estudos realizados sobre os conflitos sociopolíticos acontecidos nos últimos anos e compreendeu, como marco disruptivo no poder representativo, a eleição do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro ao findar do ano de 2018. Destaque, também, para a sucessão de fenômenos que contribuíram para a ascensão de uma representatividade de extrema direita guindada ao poder, alçando Jair Bolsonaro como seu principal símbolo. Embora este estudo volte a discutir mais detalhadamente os fatores intervenientes nessa ascensão, cabe aqui elencar as manifestações de rua de junho de 2013, a criação e posterior perseguição da operação Lava Jato ao ex-presidente Lula, a articulação e posterior golpe contra a Presidente Dilma em 2016.

O teor das narrativas de Bolsonaro, direcionadas aos aspectos educacionais, provocou a inquietação necessária que fez emergir o nosso desejo de identificar e analisar os fundamentos

ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista, e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e de 2020.

Essa trajetória começou com o intuito de defender a tese de que as consequências das políticas do governo Jair Bolsonaro (2019/2022) implicariam em um profundo retrocesso no campo da educação pública caso as suas propostas de campanha ganhassem concretude. Esse pressuposto nos fez caminhar nesse norte, selecionando, analisando, inferindo, considerando, enfim, dando forma aos mais diversos discursos apregoados durante sua trajetória e nos dois primeiros anos de administração à frente do país.

Quanto às questões epistemológicas, Gamboa (2007, p. 72) preconiza como nível técnico a busca pela escolha e sistematização de “[...] fontes, técnicas de coleta, organização, sistematização e tratamento de dados e informações”. O arcabouço de fontes selecionadas para referenciar este estudo compreendeu formatos variados, tais como: matérias publicadas em sítios diversos, perfis em redes sociais, vídeos, áudios, leis, dossiês, livros, artigos, teses e dissertações. No cerne da revisão bibliográfica inicial, também foram selecionadas fontes que comumente são negligenciadas por estudos desse porte, tendo em vista o questionamento de sua possível falta de cientificidade, mas, na pesquisa em tela, julgou-se de fundamental importância para o resultado esperado. Veículos tais como a revista *Veja* que deu visibilidade decisiva na carreira política de Jair Bolsonaro; jornais diversos, digitais e impressos, serviram de embasamento para traçar e estabelecer o perfil da pessoa, do militar e do político em questão; as redes sociais foram fundamentais para a propagação de suas propostas de governo; portanto, analisamos plataformas digitais, tais como *Twitter* e *Facebook*; outra plataforma bastante consultada foi o *YouTube*, pois por meio dela pudemos analisar e cotejar informações e vídeos pertinentes à quase totalidade da carreira política de Jair Bolsonaro. A seleção de fontes foi completada com documentos como leis, decretos, discursos etc.

Com relação às técnicas, elas “[...] não se explicam por si mesmas” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2013, p. 86). Seguem os autores dizendo que a definição das técnicas de coleta e análise das informações transcendem a perspectiva de uma simples vinculação com o método escolhido e sua concepção de ciência, elas evidenciam as concepções de sujeito e objeto imbricadas na exposição do pesquisador, trazendo à tona seus pressupostos gnosiológicos e ontológicos, explicitando aspectos relacionados a sua visão de mundo (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2013). Nessa linha, prosseguimos desafiados pela complexidade da contemporaneidade e seus diferentes

suportes e instrumentais tecnológicos, determinados a transitar pelas fontes e métodos, sem perder a cientificidade, mas na expectativa de acompanhar e analisar o objeto de estudo à luz dos preceitos apregoados pela teoria e visão de mundo do pesquisador. Portanto, busca-se a construção de novas aprendizagens, pois, na visão de Demo (2011, p. 14), “[...] aprender é reconstruir, no sentido preciso de que a aprendizagem autêntica desconstrói e reconstrói constantemente seus limites”.

Um dos desafios a serem enfrentados pelo pesquisador do tempo presente relaciona-se ao seu posicionamento frente aos acontecimentos nos quais está social e politicamente ligado, pois ele é o observador, expectador, mas também sofre influências de sua conjuntura social (TRIVIÑOS, 2006). Sabedor do exercício primordial que é caminhar por essa linha tênue entre sua aproximação e o devido distanciamento do objeto, o pesquisador primou pela vigilância constante em todo o processo, tendo em vista que, ao analisar os fundamentos que sustentam o pensamento bolsonarista e sua relação com a devida materialização nas políticas educacionais, certamente estaríamos, também, analisando os sujeitos constituintes da base bolsonarista, seus influenciadores e, principalmente, o elemento central, o Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Minayo (2009) destaca que o exercício de análise é diferente da interpretação dos dados e que ele ocorre durante todo o processo de pesquisa. Ressalta também um imbricamento das informações nas diversas fases da pesquisa, afirmando que, às vezes, quando se chega ao final do trabalho e percebe-se alguma inconsistência no texto, faz-se necessário retornar e rever as análises e informações inferidas, quiçá coletar novos dados para promover uma melhora no sentido que fora pretendido.

Em seu livro “Questões de método na construção da pesquisa em educação”, Ghedin e Franco (2011, p. 71) destacam, em sua seção II, intitulada “A construção do olhar do pesquisador”, que

O processo de pesquisa resulta de fina e apurada percepção do mundo, sistematizado por meio de uma atitude metódica que efetua, no texto produzido, uma comunicação do olhar posto com atenção sobre determinado objeto investigativo. Assim, tanto o processo de construção da pesquisa quanto o processo de investigação do objeto fazem parte de um mesmo exercício interpretativo que busca penetrar nas relações socialmente construídas para compreendê-las, explicá-las e interferir em sua constituição.

Destaca-se, também, a importância de se educar o olhar para que se possa promover uma análise metódica das informações, tendo a capacidade de perceber o que é, e o que não é dito por determinada fonte, transcendendo aquilo que é visto, que é determinado. Portanto, Ghedin e

Franco (2011, p. 73, grifo dos autores) orientam o pesquisador para o exercício de compreensão para o que as coisas são e

[...] por que estão sendo do modo como se apresentam. Com efeito, a educação do olhar cobra a percepção das múltiplas representações do mundo e da cultura socialmente construídas. Para que isso seja possível, mais que tudo, é preciso aprender a “penetrar” no real para compreendê-lo em sua radicalidade ontológica, epistêmica e metodológica.

Tomamos a liberdade de consubstanciar os cuidados de se educar o olhar do pesquisador com a sua “[...] marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas”, conceito esse que a autora denomina de a “criatividade do pesquisador” (MINAYO, 2013, p. 44).

De forma conceitual, Minayo (2013, p. 46) entende que entrar “[...] no campo da Pesquisa Social é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo”. Na mesma página, a autora ressalta a necessidade de todo discurso teórico conter elementos constitutivos tais como: “[...] conter conceitos, categorias, teses e hipóteses ou pressupostos”. Mas também alerta que no interior do discurso, “[...] todo arcabouço teórico geral se transforma em especificidade e adequação” (MINAYO, 2013, p. 46).

Por outro lado, esta pesquisa teve como proposta adotar uma abordagem qualitativa dos dados. Antes de discorrer um pouco sobre as características desse tipo de abordagem, destacamos o pensamento de Demo (2011, p. 155), ao alertar sobre o risco que se corre ao optar-se por uma abordagem qualitativa, que é o de “[...] enredar-se em contextos subjetivistas ou mesmo ainda mais manipulativos, ao aproximar-se da tentativa de dizer e fazer dizer qualquer coisa”. Com esse alerta como guia, procurou-se seguir os ditames inerentes a esse tipo de abordagem, tomando-se os cuidados necessários para nos mantermos na trilha da cientificidade.

Conceitualmente nos alinhamos à definição de Minayo (2013, p. 57) ao explicar que

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Acredita-se que investigar os rumos traçados para a educação pública brasileira se coaduna aos preceitos de Richardson (2008, p. 80) quando afirma que “[...] as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente

particulares”. Nessa linha, o autor supracitado determina que os estudos com abordagem qualitativa podem primar por descrever a complexidade de determinado problema; verificar as variáveis que influenciam direta ou indiretamente no objeto; compreender, classificar e interpretar os processos que circundam o objeto de análise (RICHARDSON, 2008).

Como primeiro destaque, encontramos que o objeto de estudo da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em dados quantitativos, em números. Minayo (2009, p. 21) entende que o universo da produção da pesquisa humana compreende elementos que podem ser resumidos ao “[...] mundo das relações, das representações e da intencionalidade [...]” e esse é o objeto da pesquisa qualitativa. Dessa forma, a autora (MINAYO, 2009, p. 21) afirma que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Isso posto, a autora supracitada defende que não há uma hierarquização entre os pressupostos pertinentes à pesquisa quantitativa, colocando-a em primeiro plano, sendo considerada “objetiva e científica” e, posteriormente, viriam as pesquisas qualitativas, que ficariam no “[...] fim da escala, ocupando um lugar auxiliar e exploratório, sendo ‘subjetivas e impressionistas’” (MINAYO, 2009, p. 21).

A abordagem qualitativa tem como propósito fundamental a “[...] compreensão, explanação e especificação do fenômeno” determinado a priori (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2013, p. 43). Portanto, seus objetivos seriam compreender os sentidos/significados que os diversos atores sociais dão às suas próprias ações, bem como os meandros contextuais em que se encontram. Dito de outra forma, em um primeiro momento, o pesquisador se apropriaria do que está posto, afastando-se do objeto de estudo, procurando fazer uma “[...] compreensão direta ou a apreensão imediata da ação humana sem qualquer inferência consciente sobre a atividade” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2013, p. 43). Em um segundo momento, o pesquisador deve procurar “[...] compreender a natureza da atividade em termo de significado que o indivíduo dá à sua ação” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2013, p. 43). Por conseguinte, acredita-se que seja um constante processo de análise e interpretação, fluindo das partes para o todo e do todo para as partes.

Demo (2011, p. 152) afirma que “a pesquisa qualitativa quer fazer jus à complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não o contrário, como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes”. Ressalta também que há fenômenos que primam por uma análise e interpretação que transcendam a pura mensuração de dados.

Três grandes obstáculos são apresentados por Minayo (2013) quando é chegada a hora de analisar e interpretar os dados em uma pesquisa com abordagem qualitativa. O primeiro deles relaciona-se com a tentativa de captar a essência das fontes como se elas explicitassem uma realidade vívida e que se “[...] mostrasse nitidamente ao observador” (MINAYO, 2013, p. 299). Como segundo obstáculo, a autora destaca o perigo de o pesquisador sucumbir-se à “[...] magia dos métodos e das técnicas, esquecendo-se do mais importante, isto é, a fidedignidade à compreensão do material e referida às relações sociais dinâmicas e vivas” (MINAYO, 2013, p. 299). Já o terceiro obstáculo trata de uma recorrente interpretação em trabalhos empíricos, em que o pesquisador tem dificuldade em fazer a junção e o cotejamento das teorias utilizadas na pesquisa, bem como na análise e no confronto das diversas fontes encontradas no processo de coleta dos dados (MINAYO, 2013). Por acreditar que esses pensamentos se adequam, metodologicamente, ao que se pretende para esta tese, deliberamos pela abordagem qualitativa.

Os procedimentos adotados nesta tese seguiram os ditames das pesquisas bibliográficas e documentais. Köche (2011) defende que a pesquisa que utiliza os procedimentos bibliográficos é um tipo de estudo que se desenvolve utilizando o arcabouço teórico disponível por meio de obras semelhantes. De acordo com o autor, o pesquisador recorrerá ao conhecimento disponível para que possa relacioná-lo às questões problematizadoras do estudo. Portanto, o objetivo da pesquisa bibliográfica “[...] é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema [...]” (KÖCHE, 2011, p. 122).

Todo estudo que se pretende científico tem, como parte dos procedimentos iniciais, uma revisão de bibliografia, fato que difere de uma pesquisa eminentemente bibliográfica. Esta se caracteriza pela busca mais radicalizada e sistemática das teorias que respaldarão as análises e interpretações imbricadas no processo de elaboração do texto. Diante do exposto, o investigador precisa se atentar para a devida escolha das fontes que serão responsáveis pelo aporte de informações que circundam os objetivos da pesquisa. Fazem parte das fontes, matérias publicadas em sítios diversos, perfis em redes sociais, vídeos, áudios, livros, artigos, teses e dissertações e outros materiais dessa natureza.

A análise documental, segundo Triviños (2006), é um tipo de pesquisa descritiva em que o investigador se utiliza de fontes, tais como: leis, processos, transcrição de discursos, planos de estudo e outros mais dessa natureza, como suporte teórico para embasar o texto.

Com base nessa estrutura, podemos afirmar que esta tese se encaixa na proposta dos procedimentos metodológicos definidos como bibliográfico e documental. Haja vista seu caráter teórico, a tese visa trazer à baila, as discussões em torno dos aspectos ideológicos circunscritos no pensamento bolsonarista, bem como em sua materialidade para sustentar as políticas educacionais da gestão de Jair Bolsonaro. Portanto, esses pontos elencados e os demais que integram a concretude desta pesquisa serão respaldados pelas teorias historicamente constituídas com o auxílio de fontes bibliográficas e documentais na expectativa de conseguir responder às questões problematizadoras.

Após explicitar os caminhos percorridos na construção desta tese, tomamos a liberdade de retomar, remontar e associar essa teoria ao pretendido na pesquisa. O cerne da questão e o que podemos delimitar como ponto de partida para ingresso nesta discussão podem ser definidos como a questão problematizadora: Quais são os fundamentos ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e 2020? Haja vista que somos sujeitos a uma limitação formal para a conclusão e a apresentação deste estudo, determinamos que o recorte temporal da tese compreenderia os dois primeiros anos de gestão de Jair Messias Bolsonaro à frente da Presidência da República. Partimos do pressuposto hipotético de que as políticas públicas educacionais planejadas e implementadas pelo governo federal representariam uma mudança de curso frente aos rumos determinados por governos anteriores.

Optamos por utilizar os preceitos da pesquisa crítica, qualitativa, descritiva, recorrendo também às formalidades da pesquisa bibliográfica e documental, cotejando fontes diversas com a intenção de não incorrer em erros que comprometessem a fidedignidade da escrita.

3 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E IDEOLOGIA

A tríade que compõe o título desta seção personifica a proposta deste estudo. As interlocuções entre os amplos conceitos colaboram para a análise não apenas sobre o que concerne ao objeto de pesquisa mas também, sobretudo, à compreensão do contexto e das ramificações situadas na complexidade da temática. Em tempo, instituído de intencionalidade, propomos uma discussão teórica acerca dos conceitos relacionados ao problema de pesquisa e suas reverberações sobre a realidade na qual este estudo se debruça.

A insígnia ou palavra Estado, aproximada da sua herança greco-romana, na qual a *Polis*, a cidade, era governada pela Política – concebida como Ciência e Arte de governar – era parte constituinte da República, como algo que fazia parte da coisa pública; já na contemporaneidade, é definido por um termo mais amplo: uma forma de organização administrativa, uma ordem política estabelecida, definida e permeada pelas leis. A palavra Estado, advinda do latim “*status*”, do verbo *stare*, que significa sustentar-se, manter-se em pé.

O Estado é, poderíamos assim sintetizar, entidade composta por diversas instituições, de caráter político, que comanda um tipo complexo de organização social. Muitas vezes associamos Estado e Nação, tratando-os como sinônimo, mas enquanto o Estado é uma realidade jurídica, a Nação é uma realidade sociológica e, para estudiosos como Miguel Reale, o Estado seria a Nação politicamente organizada (SILVA; SILVA, 2009, p. 115).

Para Dalari (2011), segundo a Teoria Geral do Estado, ciência que se ocupa do estudo acerca do Estado, observando sua origem, organização, finalidade entre outros aspectos, pode ser abordado por meio de diferentes prismas, pois configura-se como um objeto permeado pelo diverso, sobretudo se atentarmos para o olhar de quem o observa. Assim, podemos considerar que

O Estado é universalmente reconhecido como pessoa jurídica, que expressa sua vontade através de determinadas pessoas ou determinados órgãos. Nesse dado é que se apoiam todas as teorias que sustentam a limitação jurídica do poder do Estado, bem como o reconhecimento do Estado como sujeito de direitos e de obrigações jurídicas. O poder do Estado é, portanto, poder jurídico, sem perder seu caráter político (DALARI, 2011, p. 11).

Contudo, enfatizo que não seria possível ousar determinar e delimitar os vieses que permeiam as ações, projetos e programas educacionais idealizados e implementados pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022) sem trazer à tona conceitos de Estado, Ideologia e Políticas

Públicas que circundam este estudo, pois pressupõe-se que as ações governamentais implicam, necessariamente, em uma visão de homem e de sociedade.

3.1 Formação do Estado

Em uma retrospectiva acerca do termo cunhado, Estado, podemos destacar o pioneirismo do Fioretino Nicolau Maquiavel⁴ por volta do século XVI. O que prevalecia nesse tempo eram teorias políticas operando em um mundo cristão; portanto, tinham uma base teocrática e, com o surgimento dos renascentistas, passa-se a rechaçar a ideia de que o Estado poderia ser uma graça divina. Dessa forma, Maquiavel defende que a política é um fenômeno que nasce das lutas sociais e não algo fundamentado na religião (CHAUÍ, 2000a).

Por meio de sua emblemática obra “O Príncipe”, ele oferece ao então governante de Florença, o Magnífico Laurentio Médici, “[...] o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido por uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas [...]” (MAQUIAVEL, 1983, p. 3).

Ao longo da história, Maquiavel teve, muitas vezes, sua obra mal-interpretada. Assertiva essa que pode ser corroborada pela criação do adjetivo “maquiavélico” que, segundo o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, tem como significados: “1. Do maquiavelismo ou a ele relativo. 2. Em que predomina a astúcia, a má-fé e o oportunismo. 3. Pérfido, artiloso, velhaco” (MAQUIAVÉLICO, [entre 2008 e 2021]). Recortes da obra “O Príncipe” sofreram interpretações equivocadas levando o receptor a julgar os pensamentos de Maquiavel como sendo voltados para o mal do ser humano.

Segundo Maquiavel (1983), existe uma ética cristã em que você deve ser ou buscar ser sempre bom; em todas as circunstâncias, existe uma ética política em que não dá para ser sempre bom. Ele salienta que deve-se ter cuidado para que suas falas estejam repletas de cinco qualidades: “piedade, fé, integridade, humanidade, religião”, mas para ele é mais importante parecer do que ter cada umas dessas qualidades (MAQUIAVEL, 1983, p. 75).

⁴ Niccolò di Bernardo dei Machiavelli, nasceu na Itália em 1469 e faleceu, com 58 anos de idade, também na Itália, em 1527. Maquiavel elaborou seus escritos em um período conturbado da Itália. Na ocasião, Florença, cidade de Maquiavel, era tida como um lugar de experimentação de governos e constituições diferentes nos séculos XV e XVI quando se finda a idade média surgindo então o Renascimento.

A ascensão ao poder, de acordo com Maquiavel, se daria de duas formas, pela *virtú* ou pela fortuna. Observando diferenças conceituais significativas, na fortuna, o governante receberia o poder de forma hereditária; ou poderia ascender ao poder por meio da *virtú* ou virtude, em que o povo seria o responsável por colocar seu representante soberano à frente do Estado. A *virtú*, nesse contexto, seria a competência de o governante manter-se no poder por meio de suas atitudes; para tanto, a permanência desse status se daria por meio da elaboração de leis eficientes, que ostentassem civilidade e a coletividade. Portanto, o conceito de *virtú* abarca uma compreensão e um sentido cívico. Certamente, Maquiavel retoma o legado romano, sobretudo no que se refere à virtude cívica dos homens, respeito pela legislação e sua aplicação, tomando o bem comum como prerrogativa.

O homem não pode ser sempre bom. Com essa afirmação, Maquiavel (1983) condena ao insucesso o governante que age sempre de acordo com seus princípios e não com as decisões que se fazem necessárias para o bem comum. Caso se encontre em uma situação em que, por força da ocasião, o governante tenha que mentir para garantir os ganhos de uma maioria, em detrimento de uma minoria, ele deve fazê-lo. Segundo Maquiavel (1983, p. 86-87),

[...] há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Onde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade.

Em suma, no que concerne às origens, a palavra Estado, na acepção de Maquiavel (1983), vem substituir a “*civitas, polis e res pública*”, configurando uma nova organização a partir de uma série de instituições públicas que comporiam a sociedade. Além de Maquiavel, pensadores como Thomas Hobbes e Rousseau se debruçaram sobre a conceitualização e estudo do Estado.

Hobbes⁵ presenciou uma fase marcante na Inglaterra do século XVII, palco de um dos mais importantes processos revolucionários da Idade Moderna, onde o poder do Estado perdeu a sua força. Processo esse que chega a durar quase meio século com a Revolução Puritana e a Guerra Civil; posteriormente, a República de Oliver Cromwell assume o poder por 9 anos; em seguida, a dinastia Stuart reassume o poder por aproximadamente três décadas, culminando no que foi

⁵ Thomas Hobbes nasceu em Westport, Inglaterra, no dia 5 de abril de 1588 e morreu em Wiltshire, Inglaterra, no dia 4 de dezembro de 1679, com 91 anos. Sob a consigna da dinastia Stuart, escreve *Leviatã*, compêndio singular do pensamento filosófico inglês, no qual disserta acerca do que ele subintitula de “matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil”.

denominado como Revolução Gloriosa, colocando fim ao reinado de Jaime II e instituindo uma Monarquia Parlamentarista.

Imbricado nesse contexto de guerra civil, Hobbes vem justificar, por meio de seus escritos, o fundamento do Estado, utilizando-se, para tal, de uma contranarrativa às explicações místicas e/ou religiosas acerca da origem do homem, pensamento muito característico na Idade Média. Dessa forma, suas ideias rompem com a concepção de que o homem está inserido em uma comunidade por ação divina; ao mesmo tempo, rechaça o pensamento aristotélico de que o homem seria, por natureza, um animal político (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011; NUNES, 2010).

Hobbes é considerado um jusnaturalista e contratualista. Para ele, a humanidade passaria por dois possíveis elementos: um estado de natureza e, posteriormente, um estado civil. Para Hobbes, o homem já nasce com o direito natural à vida. Nesse estado puramente natural, o homem teria direito a qualquer coisa; bastava, portanto, desejar e conquistar. Esse processo de conquista, muitas vezes, necessitava subjugar aquele que o impede de conquistar o desejado. A justificativa para esse tipo de pensamento é que “a natureza deu tudo a todos”, não tendo um dono de nada (HOBBES, 2002, p. 33).

O estado de natureza era caracterizado por um homem individualista, com inclinações naturais de conflitos do homem contra seus semelhantes, o que Hobbes (2002, p. 33) denomina de “guerra de todos contra todos” e, devido a sua natureza, destaca que “o homem é o lobo do homem”. Dessa forma, Hobbes (2002) ressalta que o medo recíproco entre os homens é a força motriz que baliza a formação das duradouras sociedades.

No estado de natureza, o que move o homem são duas paixões, o medo da morte e a esperança de uma vida confortável. Nas palavras de Hobbes (1999, p. 110),

[...] não há propriedade, nem domínio, nem distinção entre o meu e o teu; só pertence a cada homem aquilo que ele é capaz de conseguir, e apenas enquanto for capaz de conservá-lo. É pois esta a miserável condição em que o homem realmente se encontra, por obra da simples natureza. Embora com uma possibilidade de escapar a ela, que em parte reside nas paixões, e em parte em sua razão. As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho [...].

Nesses termos, a solução seria a transcendência do homem de um estado de natureza (guerra de todos contra todos) para um estado civil (estado de paz). Para Hobbes, a única forma de se estabelecer um poder comum seria por meio de um “contrato social”, em que cada homem

pactuaria com seus semelhantes e juntos formariam um Estado civil. Esse contrato social rezaria que cada homem renunciaria a sua liberdade e bens materiais, passando tudo para a tutela de um poder soberano, podendo ser um homem ou uma assembleia de homens (HOBBS, 1999). Para Bobbio (1982), o contrato social idealizado por Hobbes tinha, em seu cerne, a defesa de um poder indivisível, a partir de um governo absolutista.

O contrato social também foi pensado por Rousseau⁶, sobretudo por meio de suas formulações teórico-filosóficas a respeito das concepções de Estado e sociedade civil. Embora suas ideias sejam antagônicas aos pensamentos de seus predecessores contratualistas, Rousseau também defende a divisão entre um estado de natureza e um estado civil, assim como Hobbes propunha, mas divergia quanto aos elementos constituintes do homem nessas composições.

Na concepção de Rousseau (1994, p. 74), “[...] o homem é naturalmente bom [...]”. Ele indaga, retoricamente, pressupondo a responsabilização por essas mudanças na própria sociedade humana: “Que será, pois, que o pode ter depravado a esse ponto, senão as mudanças sobrevindas na sua constituição, os progressos que fez e os conhecimentos que adquiriu?” (ROUSSEAU, 1994, p. 74). Diante disso, o autor salienta que se pode admirar a sociedade humana o quanto queiram, mas “[...] não será menos verdade que ela conduz necessariamente os homens a se odiar entre si à proporção do crescimento dos seus interesses, a se retribuir mutuamente serviços aparentes, e a se fazer efetivamente todos os males imagináveis” (ROUSSEAU, 1994, p. 74).

Para Rousseau (1996), a liberdade é outra característica do homem no estado de natureza. Ele analisa comparativamente o grau de dependência de um determinado grupo sobre o outro e constata que, apesar de o homem nascer livre, ele está preso a determinados grilhões, pois aquele “[...] que se crê senhor dos outros não deixa de ser mais escravo que eles [...]” (ROUSSEAU, 1996, p. 21).

Nesse contexto, Rousseau (1994) antevê a concretude de um dos mais complexos obstáculos colocados à frente dos Estados, desde sua época até os dias atuais. Para ele, se “[...] seguirmos o progresso da desigualdade nessas diferentes revoluções, veremos que o estabelecimento da lei e do direito de propriedade foi seu primeiro termo [...]”, estabelecendo, dessa forma, o Estado do rico e do pobre (ROUSSEAU, 1994, p. 62).

⁶ Um dos principais filósofos integrantes do Iluminismo, tendo sua obra influenciado significativamente na Revolução Francesa, Jean-Jacques Rousseau, considerado um contratualista e jusnaturalista, nasceu em Genebra, Suíça, em 28 de junho de 1712 e faleceu aos 66 anos de idade em Ermenonville, França, no dia 2 de julho de 1778 (ROUSSEAU, 1996).

Segundo Rosseau (1994),

[...] desde o instante que um homem teve necessidade do socorro de outro; desde que perceberam que era útil a um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais, em breve, se viram germinar a escravidão e a miséria, a crescer com as colheitas (ROUSSEAU, 1994, p. 51).

Nesse sentido, podemos concluir que tudo teve início quando um determinado homem ousou cercar um terreno e gritar que era seu e não encontrar, em seus pares, uma contraposição. O que antes era de uso comum, coletivo, passa a ser propriedade privada, e de um único dono. A instituição da propriedade privada e a necessidade de o homem acumular cada vez mais fez com que a desigualdade entre ricos e pobres fosse aumentando e se exacerbando.

A concepção de Estado apregoada por Hobbes trazia, em sua essência, uma administração feita por poucos e para poucos, alimentando, cada vez mais, a desigualdade e a opressão dos mais ricos sobre os mais pobres. Embora Rousseau tenha proposto uma “distribuição mais equitativa da riqueza e da propriedade”, não apontou diretrizes para erradicar essa desigualdade, parecendo-lhe suficiente sua diminuição (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 28).

Lomongi (2012) discute a preocupação de Rousseau no que tange à composição política do Estado. A defesa pela democracia fica evidente quando se lança luz aos dizeres de Rousseau (1996, p. 82): “Quem faz a lei sabe melhor que ninguém como se deve executá-la. Parece, pois, que não poderia haver melhor constituição que aquela em que o poder executivo está unido ao legislativo [...]”.

Na visão do filósofo, o Estado seria estabelecido por dois poderes, um legislativo e um executivo que poderia ser composto por uma ou mais pessoas. Vislumbrando a soberania do poder do Estado, Rousseau afirma que o poder legislativo seria o coração do Estado e o executivo seria o cérebro, este responsável por fazer com que todas as partes fossem colocadas em movimento (ROUSSEAU, 1996).

Portanto, os apontamentos embrionários de Rousseau serviram de referência para outros pensadores se enveredarem por concepções políticas de um Estado que fosse sinônimo de participação e de representação popular de forma significativa, pois para ele, a vontade geral de

uma sociedade era mais do que a soma de suas vontades individuais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). No entanto, podemos concordar que

[...] o Estado surgiria de um compromisso entre os indivíduos, da vontade do povo, e como tal deveria ser governado por representantes dessa vontade. Essa teoria influenciou a formação dos Estados nacionais latino-americanos do século XIX, como repúblicas que afirmavam obter seu poder da vontade popular, apesar de na realidade isso raramente acontecer [...] (SILVA; SILVA, 2009, p. 117).

No século XIX, Karl Marx⁷, influenciado primeiramente pela filosofia alemã, apresenta construtos teóricos que ampliam a percepção e o pensamento acerca do Estado e da economia, assim como as sociedades são organizadas. Marx e Engels⁸ parceiros intelectuais, coadunam ao discutirem o que chamaram de dialética materialista em contraposição a alguns pressupostos da dialética hegeliana.

No pensamento hegeliano, o processo dialético tinha início na razão. Primeiro, dá-se a ideia em si, o que ele chamou de tese; depois, ela interage com algo fora de si, o que ele chamou de antítese; conseqüentemente, com a justaposição de tese e antítese, teríamos uma síntese formando nova ideia que volta para o ser-em-si de forma diferente (HEGEL, 1997).

Marx e Engels inverteram o processo dialético de Hegel, conclusão essa que não é consenso. Eles entendem a dialética materialista como um processo que se inicia a partir do real, das condições materiais, condição essa que seria a tese. Tese essa que enfrentaria uma contraposição, o que chamaram de antítese, culminando, assim, em uma síntese, recomeçando, novamente, o ciclo. Vale destacar que a dialética de Marx e Engels tinha como proposta a intervenção direta na vida em sociedade (HARVEY, 2013).

Os estudos de Hegel sobre sociedade civil e Estado foram a gênese para as formulações teóricas de Marx a respeito do Estado moderno (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Marx e Engels (2007, p. 74) defendiam a tese que a sociedade civil abarcava o “[...] conjunto do

⁷ Karl Heinrich Marx nasceu em Trier, Renânia, província de Prússia, em 5 de maio de 1818 e faleceu em Londres, Inglaterra, no dia 14 de março de 1883, com 64 anos. Marx viveu em uma época (século XIX) que trazia consigo substratos das grandes revoluções mundiais, tais como as revoluções inglesas, americana e revolução francesa, época em que se predominava o regime liberal clássico da Europa, concomitante ao processo da revolução industrial que tomava conta do mundo.

⁸ Companheiro de lutas de Karl Marx e coautor de várias obras, Friedrich Engels nasceu na cidade alemã de Weppertal, na Alemanha e morreu em Londres, Inglaterra, com 74 anos. Engels foi um importante filósofo alemão que compactuava das ideias de Marx, bem como de seus escritos. Nascido em família rica, Engels atende aos apelos do pai e começa a trabalhar nos negócios da família. Com essa aproximação, Engels começa a voltar os olhos para as condições capitalistas de trabalho, ocasião em que teve contato com os ensinamentos socialistas (MARX, 2010).

intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial”. Nesses termos, a concretude do Estado dá-se a partir da sociedade civil e não o inverso. É na esfera da sociedade civil que se estabelecem as diversas contradições e tensões de classe.

O que está em tela são as determinações acerca das concepções entre sociedade civil e Estado. Marx e Engels (2007, p. 93), em sua obra *A ideologia alemã*, apontam que “[...] indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas [...]”. Portanto, a sociedade civil é palco das relações de forças entre a burguesia e o proletariado, relação essa que tem como forte diferencial a posse dos meios de produção por parte da burguesia que, além disso, assume o Estado e estabelece leis e regras sociais que ampliam ainda mais a diferença econômica dessas duas classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Marx (2010) argumenta que o poder político está subsumido no Estado que, por sua vez, defende os interesses da classe burguesa em detrimento do proletariado. Portanto, para Marx e Engels (2010), o Estado precisa ser dominado pela classe trabalhadora que suplantar o Estado e, conseqüentemente, extinguirá a diferença de classes e seus antagonismos.

Na contemporaneidade, parte do mundo constituiu sua organização por meio da formação de Estados políticos, sociais e econômicos. O Estado tornou-se uma potente estrutura organizacional hegemônica que estrutura, organiza o funcionamento da sociedade; no entanto, é uma instância passível de evoluções e involuções, e seu papel tem sido questionado nos embates e dicotomias apresentadas pelo cenário atual, sobretudo, no que se refere diretamente aos debates, acirramentos e polarizações vivenciadas no contexto deste estudo.

3.2 Ideologias e ideologia

No contexto deste estudo, considerando o objeto de observação da pesquisa, é válido dizer que o Deputado Federal, hoje, então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, sempre apresentou um discurso permeado de expressões repetitivas, sem, contudo, aprofundar nas temáticas que muitas vezes são utilizadas para justificar qualquer conduta opositora. À guisa de exemplo, apontamos o vocábulo “ideologia” com presença constante e marcante em seus discursos públicos, tanto em sua retórica de palanque quanto na de governante. Retoricamente, nos

perguntamos: será que Jair Bolsonaro teria/tem consciência de qual sentido ele queria/quer empregar o vocábulo “ideologia”? Será que o Presidente da República tem noção da polissemia que circunda o vocábulo “ideologia”? Se as respostas fossem afirmativas, em quais sentidos utilizar-se-ia desse discurso? Colocando o termo em um lugar de sentido negativo, pejorativo e persecutório, ligado, em muitas circunstâncias, a instâncias de poder manipulatório e antinacionalista. É notório, sem delongas, e pode-se afirmar que há um jogo maniqueísta colocado, em que a questão “ideológica” é disposta em uma posição instrumental e operatória para dar sentido às ações e discursos do governo.

No senso comum, o termo “ideologia” se define por um sistema de ideias, crenças, composto por diferentes formas de entender e compreender o mundo; nesse sentido amplo, podemos afirmar que toda sociedade é composta por valores, crenças e ideias que ajudam os sujeitos a pensar e a se posicionar. No entanto, há uma pluralidade de discursos e ideologias advindas de diferentes ambientes culturais, determinadas, muitas vezes, pela classe social, grupos, etnias, permeados por subjetividades, espacialidade, contextuais e temporais. Ideologias particulares e específicas, constituídas e desenvolvidas pelo sujeito e seu modo de pensar sobre o mundo e suas manifestações. Contudo, vale dizer que pode haver uma ideologia hegemônica/dominante que rege as condutas da sociedade; nesse cenário, ideologias se coadunam, se contrapõem, contradizem-se e entram em embates, muitas vezes, situados em um campo de disputa de poder.

O termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente seria, portanto, inútil, se é que é possível. A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por diferentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado (EAGLETON, 1997, p. 15, grifo do autor).

Nessa mesma linha, Terry Eagleton nos apresenta uma série de significados que o termo “Ideologia” assumiu nos dias de hoje, sendo muitos deles embasados no senso comum, a saber:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;

- e) comunicação sistematicamente distorcida;
- f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) pensamento de identidade;
- i) ilusão socialmente necessária;
- j) a conjuntura de discurso e poder;
- k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) a confusão entre realidade linguística e a realidade fenomenal;
- n) oclusão semiótica;
- o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural (EAGLETON, 1997, p. 15-16).

Apesar dos diversos sentidos e significados que o termo ganhou ao longo da história, cabe o esforço de pontuar alguns dos seus principais influenciadores e seus respectivos conceitos, tendo em vista a própria fala de Eagleton (1997) quando destaca a incompatibilidade desse apanhado de significados. Uns são compatíveis entre si, outros não e, dependendo do seu significado, a pessoa não gostaria de ter atribuído a si a fama de ideólogo ou de usar de ideologia.

Um contingente de teóricos acerca do tema relaciona ideologia a um modo de compreender o mundo, e isso demanda muitas reflexões epistemológicas; no entanto, também são apresentadas visões sociológicas do termo, em que o campo das ideias tem uma validade até maior do que a ação social em si, ou seja, não há uma eficiente análise sobre como essas ideias se relacionam com a realidade. Esse tipo de análise pode demonstrar, ressaltar uma dicotomia entre as ideias que compõem certa ideologia e o que de fato ocorre no real (EAGLETON, 1997).

O termo “*idéologie*” foi cunhado por Antoine-Louis-Claude Destutt, o conde de Tracy. No início no século XIX, Destutt de Tracy, um filósofo político e simpatizante do iluminismo, em pleno período da Revolução Francesa, foi para as frentes de batalha e lutou como um soldado. Nessa época, o status de Napoleão Bonaparte, líder político e militar, estava em ascensão e com ele o de Destutt de Tracy que desfrutava da simpatia de Napoleão. A sorte de Tracy mudaria com a derrota dos franceses na Rússia. A partir de então, Napoleão passou a impor a pecha de “ideólogo” e subversivo a Tracy, objetivando minimizar seu trabalho e suas ideias. Portanto, coube a Napoleão Bonaparte o papel de atribuir à palavra “ideólogo” um sentido pejorativo.

Devido à perseguição política, Destutt de Tracy foi preso e, em seu cárcere, teve a oportunidade de desenvolver seus escritos na tentativa de implementar uma ciência das ideias, a qual chamaria de Ideologia. O tempo enclausurado permitiu que ele elaborasse seu livro Fundamentos da Ideologia (1801-1815). Mas, mesmo com seus escritos, o termo ideologia, com o

objetivo de abarcar um conjunto de ideias cuja ambição era tornar-se ciência, já havia sido maculado com sentidos depreciativos graças ao posicionamento de Napoleão Bonaparte e seus seguidores, embora o termo só se desenvolva realmente a partir do século XIX, quando surgem termos como liberalismo, socialismo, marxismo, anarquismo, entre outros, que abarcavam pensamentos coletivos e individuais acerca do funcionamento da sociedade.

A visão marxista atribuiu uma visão pejorativa ao termo, denominando a ideologia como sendo uma falsa consciência, haja vista que, para esse grupo, o Estado é visto como representante maior do aparato ideológico que representa os interesses de uma classe dominante. Esse conceito crítico-negativo acerca do termo ideologia, cunhado no pensamento de Karl Marx, pretende generalizar algo que é particular, fazendo com que a classe dominada tome para si um conjunto de ideias que se contrapõe a seu modo de vida. Portanto, essa consciência social da classe dominante, definida como ideologia, somente poderia partir dos aparelhos ideológicos do Estado e por meio da classe dominante.

No século XIX, nos escritos⁹ de Marx e Engels (2007) sobre a ideologia alemã, os autores ampliam o conceito sobre ideologia por meio de uma contundente crítica aos neohegelianos que defendiam que, com o poder do pensamento intelectual das ideias constituídas e iluminadas, seria possível intervir na sociedade, deixando de lado a ação do homem sobre essa realidade (BUEY, 2009).

Uma vez que, segundo sua fantasia, as relações entre os homens, toda a sua atividade, seus grilhões e barreiras são produtos de sua consciência, os jovens-hegelianos, conseqüentemente, propõem aos homens o seu postulado moral de trocar sua consciência atual pela consciência humana, crítica ou egoísta e de, por meio disso, remover suas barreiras. [...] Esquecem apenas que, a essas fraseologias [contra as quais lutam], não opõem nada além de fraseologias e que, ao combaterem as fraseologias desse mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente [...]. A nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material (MARX; ENGELS, 2007, p. 84).

Então, essa falsa consciência acerca da realidade, segundo Marx e Engels (2007), não está contida apenas no pensamento ou nas ideias, mas está na divisão da sociedade em classes sociais, na divisão do trabalho, sendo que esse antagonismo está instituído nas divergências das condições e diferenças sociais.

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir deste momento, a

⁹ Escritos de 1845 a 1846.

consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35-36, grifo dos autores).

Para Marx, a classe dominante, em termos econômicos, também detém o controle ideológico dos sujeitos, dominam a produção de ideias e pensamentos sobre a realidade, mantém ou produz alienação ou dominação. Para escapar da “ideologia dominante, seria necessário um uso combinado e revolucionário de teoria e prática” (SILVA; SILVA, 2009, p. 206). Nesse contexto, ideologia se coloca como um instrumental de dominação, haja vista que o conceito está posicionado como pertencente à classe dominante. Chauí (2000a) apoia-se nos conceitos marxistas e afirma que somente a ação não alienada pode alcançar a transformação social; para tanto, faz-se necessário combater a ideologia burguesa dominante, que adota discursos humanistas, de direitos iguais, de trabalho justo, entre outros, mas na prática a ação efetiva dá-se no campo da exploração, do assolamento da divisão social e desigualdades latentes, sobretudo ligadas ao capitalismo predatório.

Essa visão pejorativa perdurou por todo o século XIX; no entanto, ao longo do século XX, foi perdendo força, sobretudo após a década 1970, com o avanço dos estudos culturais. Por esses estudos, observou-se que uma sociedade possui diferentes discursos e ideologias que muitas vezes se repelem, se imbricam, se derivam. Embora a ideia da existência de uma ideologia dominante permanecesse nos debates, ampliou-se o olhar acerca do conceito do termo ideologia.

Os estudos culturais argumentam que os diferentes conteúdos ideológicos divulgados por meio da imprensa ou veículos de comunicação não são apreendidos pelos sujeitos de maneira uniforme, ou seja, não se pode garantir “[...] uma única interpretação, podendo haver uma ‘autonomia relativa’ [...]” (SILVA; SILVA, 2009, p. 208).

Inspirados em autores como Antônio Gramsci, estudiosos estão definindo o sujeito não como alienado, mas como portador de experiências que lhe permitem, senão adotar uma ideologia própria, ao menos interpretar a seu modo a ideologia hegemônica. Dessa forma, rejeitando o marxismo, quando se afirma que as estruturas econômicas determinam a forma de pensar de uma dada sociedade, os autores culturalistas afirmam que na sociedade existem várias forças determinantes (inclusive a cultura) bem como que o ideológico não é mero reflexo das condições econômicas (SILVA; SILVA, 2009, p. 208).

Assim, observamos que a partir dos estudos culturais desenvolvidos pelos autores Antonio Gramsci e Louis Althusser, há um deslocamento da concepção do que vem a ser ideologia.

Portanto, ela não seria mais a vilã, observada a partir de um prisma pejorativo ou como uma reprodução automatizada da dominação social, mas que a ideologia, ou melhor, as ideologias poderiam se desenvolver no campo das resistências, das disputas de poder e, por fim, no jogo de interesses entre os sujeitos de diferentes classes sociais (SILVA; SILVA, 2009). Nesse campo de disputas de poder, há diferentes de microprocessos. Louis Althusser

[...] desde o começo concebe esses microprocessos como partes dos Aparelhos Ideológicos de Estado, ou seja, como mecanismos que, para serem atuantes, para “captarem” o indivíduo, sempre já pressupõem a presença maciça do Estado, a relação transferencial do indivíduo como o poder do Estado, ou – nos termos de Althusser – como o grande Outro ideológico em que se se origina a interpelação (ZIZEK, 2013, p. 19, grifo do autor).

Althusser (2013, p. 126) constrói duas teses sobre os mecanismos ideológicos, ou seja, sobre a ideologia em si; na primeira, segundo ele, ela tem um caráter negativo e na segunda, um caráter positivo, sendo que na primeira “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. De acordo com seus ensinamentos,

[...] “os homens” “representam para si” na ideologia não são suas situações reais de existência, seu mundo real; acima de tudo, é sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real. É nessa relação que se acha a “causa” que tem de explicar a deformação imaginária da representação ideológica do mundo real (ALTHUSSER, 2013, p. 127, grifo do autor).

Althusser (2013, p. 128), portanto, em sua primeira tese, defende a ideia de que toda ideologia representa, de certo modo, uma imaginária “deformação” da realidade, das relações de produção e dos sujeitos nessa sociedade; assim, a ideologia “[...] não é um sistema das relações reais que regem as existências dos indivíduos [...]”, mas o que estaria em jogo seria “[...] a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem [...]”. Em sua segunda tese, Althusser (2013, p. 129) relaciona ideologia à sua materialidade, ou seja, “[...] uma ideologia existe sempre num aparelho e em sua prática ou práticas [...]”, ela se torna, portanto, material quando se desenvolve e permeia as condutas e ações dentro das relações que envolvem o Estado e suas instituições. Assim, a

[...] ideologia reconhece, portanto, apesar de sua deformação imaginária, que as “ideias” de um sujeito humano existem ou devem existir em seus atos, e que, quando isso não acontece, ela lhe atribui outras ideias correspondentes aos atos (mesmo perversos) que ele

de fato pratica. Essa ideologia fala de atos; nós falaremos de atos inseridos em *práticas*. E pretendemos assinalar que essas práticas são regidas por *rituais* em que elas se inscrevem, dentro da existência material de um aparelho ideológico, nem que seja numa pequena parte desse aparelho: uma pequena missa, numa igrejinha, um funeral, um joguinho num clube esportivo, um dia de aula, uma reunião de partido político etc. (ALTHUSSER, 2013, p. 130, grifo do autor).

Na contemporaneidade, sujeitos em contraposição, com bandeiras e lutas que os determinam, se acusam mutuamente de ideológicos. Ora para reduzir seu discurso e questionar sua veracidade, desacreditando-o, ora por estratégia na luta de espaços de poder. Há, portanto, questões necessárias a se fazer: há um lugar neutro dentro das formas de compreender o mundo e se posicionar nele? Há uma neutralidade possível, onde se possa ponderar os dois lados de uma mesma moeda? Quando se toma partido, toma-se um lado, você se torna ideológico? Onde se instauram as ideologias? Quem são os ideólogos? Eles estão encerrados em si mesmos, em suas teorias de mundo e sociedade?

Constatamos, por fim, que não há um consenso no que se refere ao termo, sobretudo, porque ele merece ser revisitado à luz das representações sociais, imagéticas e relacionais que envolvem os indivíduos na sociedade do século XXI. Haja vista que, por meio dos diferentes meios de comunicação de massa, redes sociais, tecnologias diversas em desenvolvimento, impressa, todos os conceitos parecem ser diluídos a partir de novos modelos de representação daquilo que se considera ciência, verdade, não-verdade, real e não-real, ou seja, a manipulação, ideológica ou não, extrapola os conceitos e apresenta uma cultura que merece ser observada e estudada. No entanto, pensando nos usos desses conceitos no estudo que aqui se desenvolve, vale observar a necessidade de perceber os sujeitos sob o prisma de seu próprio olhar, cotejando com os valores de inclusão e justiça social, sobretudo no âmbito das políticas públicas.

3.3 A política, o público: Políticas Públicas

Etimologicamente, definimos a palavra Política como a arte de governar, ligada, precedentemente, à ideia das *Polis* gregas, portanto, além de governar, gerir, organizar, ela está intrinsecamente ligada às relações de poder, ora deflagradas pela relação estabelecida pelo Estado e governo, ora pelos cidadãos que as determinam ou a praticam. Desse modo, estabelece-se uma relação entre o Estado e as Políticas Públicas que são, em grande parte, inseridas por seu governo que as defende ou implementa em sua gestão.

Entender como o governo funciona e quais são as políticas públicas por ele apregoadas ou defendidas se torna fundante no processo de análise acerca da efetividade delas, não apenas em termos de atendimento às demandas por elas direcionadas mas também pela adequação de suas propostas, sobretudo na dimensão social da política. Para tanto, pode-se definir governo

[...] como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p. 31).

Políticas públicas fazem parte do Estado, movimentam o pensamento e a atitude governamentais na tessitura das ações desenvolvidas e implementadas. O Estado, portanto, organiza-se para desenvolvê-las e mantê-las a partir de um “[...] processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada [...]” (HÖFLING G, 2001, p. 31), assim como a governo que a rege.

Dessa maneira, à luz do que move este estudo, vale questionar: qual é o projeto político social do governo Bolsonaro? A quem ele serve? A qual modelo de sociedade? A quais “ideologias”? Pois as políticas públicas são definidas, visando, sobretudo, um modelo de sociedade, um ideal civilizatório ou não, interesses de diferentes camadas sociais ou esferas de poder. Ademais, porque as políticas públicas de um Estado, de um governo “[...] tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões [...]” (SECCHI, 2013, p. 1).

Secchi (2013) defende que toda política pública surge a partir do que ele define como problema público, que pode se apresentar em diferentes áreas da sociedade: meio ambiente, educação, habitação, rodovias e estradas, em âmbito social e relacional, previdência, emprego e renda, enfim, em uma infinidade de setores. Desse modo, a política pública seria o tratamento do problema público, uma intervenção pensada acerca desse problema, uma diretriz para resolução de um problema público que afeta a coletividade dentro de um segmento da sociedade.

No entanto, a política pública não se configura apenas como uma demanda, uma ação governamental; ela deve se desenvolver e ser engendrada pelo governo, pelo Estado (enquanto sociedade civil e instituições) e pelo Mercado. Para Secchi (2013), há estudos que defendem a ideia de uma tríade na criação e no desenvolvimento das políticas públicas que busquem solucionar um problema comum. Para ele, há visões multicêntricas de como tratar essa questão.

Mas quais seriam as formas mais adequadas de operacionalizar uma política pública? Quais ferramentas ou instrumentos utilizar? A política pública pode surgir em formato de lei, por meio de campanhas da sociedade civil, premiações dadas por instituições e coletivos não governamentais, por meio de incentivos fiscais ou programas locais, sejam no âmbito municipal, estadual ou federal.

Naturalmente, a definição do que seja um “problema público” depende da interpretação normativa de base. Para um problema ser considerado “público”, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para coletividade) (SECCHI, 2013, p. 10, grifo do autor).

Há, portanto, um ciclo vital das políticas públicas que envolve seu processo de desenvolvimento desde o seu nascimento até sua extinção. Faz-se necessário, primeiramente, identificar o problema público, e essa demanda vai variar conforme a visão de mundo de seus atores, ou seja, ele deve conter um conjunto de problemas prioritários para um órgão público, que se avolumam coletivamente. Após mapeado e identificado, é preciso formular alternativas, eleger quais formas podem resolver o problema, buscar compreendê-lo e entendê-lo. O passo seguinte é no campo da ação que se divide entre a tomada de decisão por meio de ações não governamentais, do legislativo, judiciário ou executivo, objetivando sua implementação: aplicação da lei, impostos e taxas, prestação direta de serviço público, prestação privada de serviços de mercado, informação, campanhas, transferência de renda, certificados e selos, entre outros (SECCHI, 2013).

A lista de instrumentos de política pública não se encerra nesses exemplos. Existem instrumentos mistos (que combinam mais de um tipo e diversas gradações do uso de mecanismos de coerção, persuasão, apelo ao senso de dever moral e de variantes tecnológicas que otimizam cada aspecto dos instrumentos (SECCHI, 2013, p. 59).

No que concerne à avaliação das políticas públicas, há sempre uma intenção primária de verificar a eficácia ou sua eficiência, qual seu impacto em termos de efetividade ou produtividade. A avaliação consiste em um momento importante, pois há aquelas que não são assertivas; por isso, precisam ser avaliadas.

Há políticas públicas que são extintas quando o problema se vê resolvido, ou quando não se observou efeito algum, ou até mesmo gerou novos problemas, bem como quando os atores relevantes envolvidos pararam de identificar aquilo como problema. Há também políticas públicas

com prazo determinado de realização. “As avaliações servem para superar debates simplistas e maniqueístas [...] haja vista que, em algumas oportunidades, [...] a avaliação do desempenho da política pública é vitimada pela retórica política (SECCHI, 2013, p. 66).

Uma dificuldade mais prática é a forma de apresentar os resultados de um processo avaliativo. As avaliações podem produzir informações relevantes, que, no entanto, podem ser desperdiçadas por uma apresentação pouco clara de seus resultados. Alguns dos problemas frequentes são: excesso de informações, ausência de sumários, forma de apresentação inadequada (gráficos, números ou descrições), desconexão entre a linguagem apresentada e a linguagem daqueles interessados na avaliação. Descuidados com a forma de apresentação, podem ser propositais, em especial quando o resultado da avaliação vai de encontro aos interesses dos atores que dependem do sucesso ou insucesso da política pública (SECCHI, 2013, p. 66).

No que se refere à análise do fracasso ou não de uma política pública, um dos fatores importantes a se considerar, portanto, são aqueles ligados aos aspectos culturais. Segundo HÖFLING (2001, p. 39), podemos considerar aqueles que, ao longo do tempo, são incorporados ao processo de desenvolvimento das políticas, sobretudo “[...] de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais [...]”. Dessa maneira, conclui-se que, mais do que oferecer uma política pública, as ações públicas devem fomentar a construção dentro da sociedade de direitos sociais inabaláveis, sobretudo ligados às demandas e fragilidades de seu povo em consonância com sua Carta Magna, a Constituição Federativa.

A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais, como acima referidos – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para uma sociedade. Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania (HÖFLING, 2001, p. 39).

Para Chrispino (2016, p. 16), política pública é um “constructo social” e “constructo de pesquisa”, pois ela se configura em uma polissemia, de diferentes vozes, com diferentes sentidos em busca de diferentes resultados. Ela é construto social devido à diversidade de variáveis que compõem a sociedade, que estão relacionadas aos valores, às ideologias como já mencionamos, aos contextos, aos grupos, entre outros. As políticas públicas, dessa forma, não surgem a partir de sua natureza, de dentro para fora, mas nas múltiplas ações e conexões que a constituem, sobretudo relacionadas aos fatores já mencionados e pela intencionalidade daquele que governa.

Embora entendamos aqui política como sendo a “arte de governar” e pública como aquilo “que pertence ao povo”, ao coletivo, cada Estado “[...] produzirá seu modelo próprio de política pública, considerando a dinâmica do governo, sua relação com a sociedade e a capacidade desta em organizar-se para fiscalizar e cobrar a execução de direitos” (CHRISPINO, 2016, p. 24). Dessa maneira, se

[...] tomarmos o metaconceito de políticas públicas como “intencionalidade de ação de governo”, vamos perceber que ela, a política, existe em um determinado momento como ideia-diretriz, que teve início (motivação) e um fim (objetivo). Ela, inicialmente, existe como vontade do governante e, em um determinado momento, transforma-se em realidade pelos canais naturais (CHRISPINO, 2016, p. 30, grifo do autor).

A partir desse ponto, fica claro que não há, portanto, uma neutralidade na arte de governar, partindo do pressuposto que há uma intencionalidade que subjaz a ação do governante, o direcionamento que mira para determinadas metas ou setores sociais que devem ou não ser atendidos, de acordo com o jogo de interesses no campo de disputas de poder. O ideal seria que o governo entendesse que sua intencionalidade deve estar a serviço do coletivo, de um bem maior. Dessa forma, poderíamos concordar com Chrispino quando afirma que

Se entendermos a política pública como instrumento político e de governo que pretende atender a necessidades da sociedade, deveremos fechar um interessante e moderno “círculo virtuoso do poder social”: a sociedade democrática, no exercício livre do voto, escolhe os dirigentes dos poderes Legislativo e Executivo como seus representantes, e esses produzem políticas públicas que retornam ao cidadão na proteção e execução de seus direitos (CHRISPINO, 2016, p. 30, grifo do autor).

Em uma visão gramsciana, ao analisar as políticas públicas, há que se observar a relação existente entre uma classe dominante, seus interesses de poder e manutenção deles, e os interesses de uma coletividade, assim “[...] muitas vezes, sacrifica parte de seus interesses imediatos e supera o horizonte corporativo na busca de articular alianças e construir uma hegemonia ética e política” (ARAÚJO; ALMEIDA, 2010, p. 103). Desse modo, podemos intuir que, a partir desse pensamento, não podemos considerar o Estado-coerção como um modelo da classe dominante, sobretudo nas sociedades democráticas. Embora, na sociedade política, em que ocorre o Estado-coerção, ele seja

[...] formado pelos mecanismos que asseguram o monopólio da força pela classe dominante, como a burocracia executiva e policial-militar. Sociedade civil é composta

pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias: o sistema escolar, a Igreja, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, as organizações culturais e os meios de comunicação e de massa (ARAÚJO; ALMEIDA, 2010, p. 103).

Com relação às políticas públicas educacionais, mote deste estudo, torna-se importante resgatar, portanto o conceito gramsciano de sociedade civil e de sociedade política. Para Gramsci (1978), a hegemonia de alguns grupos sociais não pode ser negligenciada, sobretudo pelos atores que querem algum tipo de transformação social; assim, cabe a esses organizarem-se em um movimento contra-hegemônico no intuito de contribuir para a construção das ferramentas, políticas públicas que desconstruam determinados padrões centenários de hegemonia em que apenas um grupo se torna beneficiário. Gramsci (1978) aponta para a necessidade de que organizações civis, sindicatos, entre outros grupos, tenham um posicionamento crítico sobre a realidade (ARAÚJO; ALMEIDA, 2010; GRAMSCI, 1978).

Nas sociedades capitalistas, embora o Estado esteja submetido aos interesses gerais do capital na organização e na administração do público, as políticas públicas, especialmente as de cunho social, são produto das lutas, pressões e conflitos entre os grupos e classes que constituem a sociedade. Em síntese, as políticas públicas são o resultado de barganhas e conflitos, consensos e embates entre os diferentes grupos ou classes que compõem determinada sociedade (ARAÚJO; ALMEIDA, 2010, p. 106).

A despeito disso, é importante dizer que toda política pública, seja ela educacional ou não, deve considerar as verdadeiras problemáticas, deve ser e estar imbuída das melhores diretrizes e decisões. Os envolvidos devem considerar o direito social dos sujeitos na observância do que confere à Constituição. Ela deve estar permeada por iniciativas que defendam um bem maior, que promova sobretudo justiça social. Ela não deve estar a serviço de um partido político ou de uma gestão partidária, ou aparelhada ideologicamente, no que confere à ideologia, nesse caso como um conjunto de valores e crenças sobre a realidade. Chrispino (2016) constrói sua argumentação acerca da política pública como ato político e nos chama a atenção quando diz que

A política pública como ato político é, na verdade, um grande jogo de cena. É um exercício de retórica aprimorada em que o político ensaia o impacto social de meias-ideias ou de insight surgido num determinado momento de debate, ou mesmo um impulso de retórica frente à multidão ávida por discursos bombásticos e espetaculares que lhes preencha as expectativas, fenômeno comum quando os políticos fazem discursos de improviso para plateia repleta de amigos, que não poupam aplausos e ovações, mesmo para absurdos e bravatas (CHRISPINO, 2016 p. 39).

Em colaboração com esse pensamento, podemos afirmar que se faz necessário que os sujeitos sociais, atores que compõem o Estado-Nação, que compõem toda a sociedade, em seus diferentes segmentos, devem buscar compreender que as políticas públicas surgem em um campo de conflitos, iniciam-se às vezes por meio de lutas individuais que, somadas, viram coletivas, pois permeiam todo o estrato da sociedade. A pertinência de uma política pública não se torna válida apenas porque a maioria dos indivíduos será atendida, mas por sua necessidade, ligada, sobretudo, ao equilíbrio e ao desenvolvimento da comunidade, da sociedade.

Há lutas que são universais em qualquer país, como uma educação de qualidade e que apresente equidade entre as diferentes camadas sociais; políticas que mirem o término da desigualdade social e aspirem ao desenvolvimento sustentável, ético e social de sua sociedade. Por fim, é quase uma obrigação olhar para a formulação das políticas públicas e suas diferentes aplicações, quem são seus sujeitos, para quem se destinam, o que buscam, como se desenvolvem, por que são implementadas. Neste estudo, é condição *sine qua non* a observação das políticas públicas outrora implementadas, não no sentido de compará-las, mas de construir um olhar afinado ao que se propõe o atual governo, como conduz, como define, como formula e como pensa e aplica em termos de políticas públicas educacionais.

4 CONSTRUÇÃO DO MITO

Muitos são os fatos históricos e personagens que podem ser elencados a fim de propor um diagnóstico da construção do mito Jair Messias Bolsonaro. Partimos do pressuposto de que várias colocações expostas em inúmeras manifestações vociferadas com teor machista, racista e homofóbico, são partes constituintes de sua personalidade. Tais posicionamentos ganharam destaque no decorrer de sua carreira política, quiçá protegido por sua imunidade parlamentar, que lhe permitia, dessa forma, explicitar sua essência. Outra ilação pode ser o encontro do político Jair Bolsonaro com o anseio de uma direita conservadora que se encontrava adormecida nos arredores da política nacional. Acreditamos que, não de forma pontual ou linear, mas a partir do calhar desse encontro, emergiu um projeto de poder embasado nos ditames de um mito do Complô, conforme alertado por Girardet (1987). Discorreremos sobre os princípios de tal projeto de poder mais adiante.

Cabe remontar, aligeiramente, às manifestações de junho de 2013, quando o Brasil se mobilizou inicialmente contra os reajustes das passagens do transporte coletivo como já discorreremos neste texto. Nesse mesmo ano, seria lançado o livro intitulado “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, de autoria do escritor Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, organizado pelo jornalista Felipe Moura Brasil. Em 2018, foi relançada a obra “O imbecil coletivo” cuja primeira edição se reporta à década de 1990, ambos pela Editora Record.

Essas duas obras de Olavo de Carvalho, juntas, venderam mais de 400 mil exemplares de 2013 a 2019. Na contramão do mercado editorial brasileiro, que, no ano de 2018, registrou uma queda de 18% em suas vendas, sobressaíram-se os autores dessa nova direita em ascensão, com destaque para as obras de Olavo de Carvalho que mantiveram uma venda no patamar médio de 3.000 exemplares por mês, acima da tiragem média dos livros brasileiros que é em torno de 2.000 exemplares (POLZNOFF JÚNIOR, [entre 2019 e 2021]).

“Não dá mais para esconder” foi a frase usada, de forma provocativa, por Olavo de Carvalho para comemorar o fato de seu livro “O imbecil coletivo” ter figurado na lista dos mais vendidos da revista *Veja*. Fato que talvez tenha contribuído para esse destaque pode ter sido o atentando à facada sofrido pelo então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, em setembro de 2018. Em outubro, com os resultados das pesquisas e a vitória do primeiro turno por parte de Jair

Bolsonaro, as vendas de seus livros saltaram para 10.000 exemplares no mês e, em dezembro, para 14.402 exemplares vendidos em um único mês (POLZNOFF JÚNIOR, [entre 2019 e 2021], n. p.).

Apesar de a Editora Record ter arrecadado em torno de 11 milhões de reais com a vendas dos livros "O imbecil coletivo" e "O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota", deliberaram pela não renovação com o escritor Olavo de Carvalho sob a alegação de que “a editora pede aos seus autores que tenham o espírito democrático de conviver com vozes diferentes. O posicionamento do Olavo hoje é de uma convivência péssima com as vozes discordantes, para dizer o mínimo” (EDITORA..., 2021, n. p.).

Esse preâmbulo objetiva destacar a influência exercida por Olavo de Carvalho sobre esses jovens dessa nova direita, bem como no clã Bolsonaro. Faixas com os dizeres “Olavo tem razão” começaram a aparecer frequentemente nos protestos de rua a partir de 2015. Por diversas ocasiões, os filhos, e o próprio Jair Bolsonaro, externaram publicamente seu apoio ao filósofo que ficou jocosamente conhecido como o guru de Bolsonaro, apesar de Olavo de Carvalho sempre refutar esse status.

Manifestações de consideração a Olavo de Carvalho não eram e não são incomuns, com destaque para a contemporaneidade ao governo de Jair Bolsonaro. Declarações como as que foram realizadas em atos pró-governo, no dia 26 de maio de 2019, nos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Manifestantes, do alto de palanques improvisados, discursavam para milhares de pessoas:

Temos uma coisa em comum e uma frase a dizer. Eu acho que todo o mundo conhece essa frase, não conhece? Vamos dizer que frase é essa? ão, ão, ão... Olavo tem razão! ão, ão, ão... Olavo tem razão! [...] [Eu queria] agradecer um outro pai, um outro homem de verdade que foi o pioneiro nesse movimento aqui e intelectualmente ele arrombou as portas e permitiu isso aqui começar a acontecer. Olavo de Carvalho, muito obrigado Olavo de Carvalho! (MULTIDÕES..., 2019, 5 s).

Olavo de Carvalho aderiu bem às novas tecnologias. Lançou seu curso de Filosofia online concomitantemente à popularização da internet no Brasil, curso esse que hoje já conta com mais de 560 aulas ministradas e milhares de horas em conteúdo. Olavo soube interpretar as ansiedades de uma parcela da sociedade que se descobriu de direita e, diante da acessibilidade e informalidade de sua comunicação, conseguiu disseminar suas teorias por meio de blogs, redes sociais e seu canal na plataforma *YouTube* (MIGUEL, 2021).

Segundo Miguel (2021, p. 5), Olavo foi um dos primeiros apoiadores de Bolsonaro, “[...] quando sua postulação à presidência ainda era vista como uma mera piada de mau gosto [...]”. O apoio serviu para aproximá-lo ainda mais do clã Bolsonaro, mesmo que não fosse fisicamente. Dentre os filhos do presidente, Eduardo Bolsonaro se destaca como seu mais devotado admirador. A influência na gestão de Jair Bolsonaro transcendeu os ditames ideológicos e as pautas conspiracionistas. Olavo de Carvalho foi responsável pela nomeação de ministros de Estado, tais como Ricardo Vélez, do MEC e Ernesto Araújo, das Relações Exteriores. O Ministro Ricardo Vélez seria substituído pelo economista Abraham Weintraub, igualmente olavista. Paralela à ala militar do governo, criou-se também, conforme largamente divulgado pela mídia, uma ala olavista, composta por simpatizantes de seus ensinamentos e por alguns ex-alunos de seus cursos (MIGUEL, 2021).

Dos seus 19 aos 21 anos, Olavo de Carvalho foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro. Segundo ele, quando teve contato com o primeiro livro com teor marxista, não ficou impressionado, mas posteriormente seria cooptado por uma organização de esquerda, dissidente do Partido Comunista. A redação do Brasil Paralelo afirma que a mudança de Olavo para o Rio de Janeiro, na década de 1990, teria sido responsável por uma guinada em sua vida. Em dezembro de 1994, a publicação do artigo “Bandidos e Letrados, partes 1 e 2” na seção reservada às opiniões dos leitores, no Jornal do Brasil, teria causado grande rebuliço no meio intelectual brasileiro, dada a natureza combativa de suas palavras. O texto seria republicado em 1996, na primeira edição de seu livro “O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras” (CARVALHO, 2018; QUEM É..., 2021).

Segundo o Brasil Paralelo, o livro “O Imbecil Coletivo” foi um grande sucesso e, a partir de sua publicação, teria sido desencadeada uma “[...] derrocada da hegemonia gramsciana implantada no Brasil desde os anos 60” (QUEM É..., 2021, n. p.). Anos depois, mais especificamente em 2002, Olavo de Carvalho criaria um sítio nominado de “Mídia Sem Máscara”, em seus próprios termos, estaria “[...] destinado a publicar as ideias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira” (MÍDIA SEM MÁSCARA, 2002, n. p.).

Tendo em vista os aspectos elencados, a discussão política ficou polarizada nas últimas décadas. O discurso de Olavo de Carvalho traz em seu âmago a busca de um combate ferrenho a ser travado contra o que ele denomina de “marxismo cultural”, coadunando uma série de perigos

impostos aos “cidadãos de bem”. Dentro desse arcabouço do “marxismo cultural” estaria a propagação de uma ofensiva comunista objetivando dominar o Brasil; a tão propalada “ideologia de gênero”; o gayzysmo; as pautas da comunidade LGBTQIA+; o antirracismo; multiculturalismo; feminismo; ateísmo; a destruição da família tradicional, branca e patriarcal; a destruição dos valores cristãos; o politicamente correto; e tantas outras pautas que municiam a nova direita em torno dessa teoria da conspiração (MIRRLLESS, 2018).

Toda essa narrativa, elaborada em torno de uma grande conspiração, e a construção de um mito salvador, encontram explicação sólida nos estudos do historiador francês Raoul Girardet, mais especificamente em sua obra intitulada “Mitos e mitologias políticas”, publicada no Brasil em 1987 pela Companhia das Letras. A partir dos estudos de Girardet (1987), pretendemos apresentar elementos constitutivos na formação de um mito político, bem como explicitar os componentes do mito do Complô.

Uma discussão primeira, realizada por estudiosos que se dedicaram a pesquisar a temática em questão, tais como Girardet (1987), Sorel (1999), Barthes (2001) e Miguel (2004), ressaltou a polissemia do vocábulo “Mito”. Descrevendo como uma caminhada arriscada na busca por uma conceituação, Girardet (1987) destaca que a procura mais simples e evidente seria a do dicionário, mas que o equívoco seria mantido devido à quantidade de significados e a disparidade entre eles. Nessa mesma linha, Miguel (2004) afirma ter encontrado dez acepções diferentes no dicionário.

Haja vista que o determinante no presente estudo circunda os aspectos pertinentes aos significados de mito político, apresentaremos uma série de posicionamentos que nos ajudarão a elucidar esse problema conceitual. Para Georges Eugène Sorel (1999), engenheiro e pesquisador da área, o mito político seria o conjunto de imagens que, antes de qualquer análise ser feita, são percebidas por meio da intuição de uma massa social que, de certa forma, estaria receptiva ao teor das mensagens compartilhadas e, só a partir daí, essa parcela da sociedade estaria dotada de sentimentos mobilizadores para a luta política.

Sorel (1999) nos alerta que o mito político é inacessível à razão e que ele não constrói nada, ele age impactando o imaginário das massas que se mobilizariam a seu favor. De acordo com seu prisma, o mito político é apenas um agente mobilizador que faz com que determinada classe, caso não fosse impactada, permaneceria em sua condição original, seja dependente de uma determinada ideologia ou presa ao comodismo e à alienação. Com efeito, o conjunto de imagens

representativas do mito político provocaria a mobilização de uma determinada classe que, eventualmente, combateria uma ameaça fictícia e poderia destruir a ordem social vigente, mas sem vislumbrar uma conseqüente ordem vindoura ou como Girardet (1987) denominou de Idade de Ouro.

Segundo Miguel (2004, p. 387), o intelectual francês Roland Barthes apresenta visão diferente ao deslocar o papel de mito de um protagonismo mobilizador das massas sociais para um “[...] fomentador da passividade da acomodação com a sociedade existente”. Nas palavras do cientista político Luís Felipe Miguel (2004, p. 387), Barthes estaria mais “[...] preocupado com as construções ideológicas presentes nos produtos da cultura de massa”. De acordo com os elementos levantados, cabe a comparação entre as características constituintes em cada conceito de mito político. Para o autor, enquanto, de um lado, Sorel defende a ideia de um mito político mobilizador das massas sociais, de outro lado, em contraposição, Barthes, ao se preocupar com uma análise mais voltada para as “[...] construções ideológicas presentes nos produtos da cultura de massa” (MIGUEL, 2004, p. 387), nos apresentando um mito em que os fenômenos históricos são compreendidos como eventos naturais, sem que haja a intervenção humana. Portanto, “o mito, na concepção de Barthes, é uma forma de mistificação, que procura impedir o acesso às explicações possíveis” e, enquanto mistificação, caberá uma busca por seu desvelamento para além do mero entendimento (MIGUEL, 2004, p. 387-388).

Com ênfase nas construções discursivas e na análise imagética na construção dos mitos políticos, Miguel (2000, p. 11) destaca que

Essas mensagens dos políticos encerram programas mínimos e máximos, projetos utópicos, promessas de curto prazo. Mas podem incluir também, em paralelo ou no interior dessas mesmas construções discursivas, núcleos imagéticos ou símbolos fortemente irracionais. Tais elementos formam os mitos políticos. Seu traço fundamental é promoção de uma relação emocionalizada entre o público e os conteúdos da mensagem política.

Não se deve incorrer, portanto, no equívoco de considerar que todo discurso político trata da representação de um mito, devido a uma ou outra aproximação conceitual. Cabe compreendermos que os recursos concernentes aos mitos políticos podem emergir em qualquer contexto de um discurso, seja ele mais transformador, conservador ou retrógrado. Outro destaque do cientista político Miguel (2004, p. 390) acerca do que ele considera como sendo um deslocamento significativo entre a concepção de Sorel (1999) sobre mito político e os estudos

contemporâneos, é a “[...] redução do alcance histórico do mito político”. Portanto, a compreensão dos estudos de Sorel (1999) nos aponta que a caracterização de um mito político não depende da magnitude de sua transformação ou da massa social mobilizada. Os mitos políticos transcendem a grandiosidade da mobilização, seja ela efêmera, pontual ou de grande monta em que se busca mudar uma determinada ordem social. O discurso mítico pode surgir de forma ocasional e fazer parte de um recurso estratégico de um líder ou de um grupo político, mas sempre alimentando o imaginário da massa social pretendida, utilizando-se de um repertório de temas, enfoques e impressões que corroborem as narrativas que serão seguidas e perseguidas intuitivamente por simpatizantes predispostos a aderir ao movimento (MIGUEL, 2004).

Em seu livro “Mitos e mitologias políticas”, Girardet (1987) evidencia que existe um certo número de traços comuns pertinentes às manifestações do imaginário lógico entre os achados daqueles que se dispuseram a estudar o tema do mito. Segundo ele, essas manifestações “[...] pertencem, em outros termos, a um sistema particular de discurso ou, se se prefere, a modos originais de expressão tão afastados, sem dúvida, da construção retórica [...]” (GIRARDET, 1987, p. 14).

Objetivando destacar os meandros conceituais do mito, Girardet (1987) discorre sobre as analogias que podem ser estabelecidas entre o sonho e o procedimento mítico. Em sua análise, tanto o sonho como o mito se organizam em uma

[...] sucessão, seria melhor dizer em uma dinâmica de imagens e, não mais que para o sonho, não poderia ser questão de dissociar as frações dessas dinâmicas: estas se encadeiam, nascem uma da outra, chamam uma à outra, respondem-se e confundem-se; por um jogo complexo de associações visuais, o mesmo movimento que as faz aparecer leva-as para direção muito outra (GIRARDET, 1987, p. 14).

Em suas palavras, Girardet (1987, p. 14) afirma que, como o sonho, o

[...] mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que sempre se arrisca a trai-lo ou a dele dar apenas uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e de sua complexidade.

Ao analisar suas falas, podemos apreender uma certa resistência em tratar o mito a partir de um conceito estanque, enformado. Mas isso não o impede, sobremaneira, de nos

apresentar características, princípios e de categorizar os mitos políticos. De forma abrangente, Girardet (1987, p. 13) diz que o mito político é uma

[...] fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, construindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético [...].

Antes de apresentarmos as quatro constelações mitológicas que compõem o mito político, assim determinado por Girardet (1987), cabe discutir o que ele denomina de mitologia do Complô. Na obra indicada, são apresentadas, de forma elucidativa, três narrativas envolvendo três organizações ocultas e a articulação de três complôs: o complô judeu, o complô jesuítico e o complô maçônico. Ao longo dos anos, a academia vem se debruçando sobre as repercussões causadas por essas perseguições arquitetadas, tendo como mecanismo central a mitologia do Complô.

“Não temos razão de nos preocupar com a oposição. Quando não tivermos nada de bom, sempre nos restam os jesuítas. Eu os chamo a um criado: atendem sempre” (GIRARDET, 1987, p. 49). O presente posicionamento, atribuído a Benjamin Constant por Girardet (1987), nos ajuda a entender o mecanismo de comparação maniqueísta que é impetrado no mito do Complô e, por extensão, ao bolsonarismo, estabelecendo uma teoria conspiratória e o grupo social a ser eliminado. A gestão de Jair Bolsonaro, ele em especial, sempre usa esse tipo de artifício que se encaixa perfeitamente bem no exemplo ilustrado por Girardet (1987). Em 21 de outubro de 2021, em uma de suas *lives* tradicionais, repercutido pela mídia em geral, no caso em tela pelo sítio O Povo, o Presidente da República disse: “Imagina se estivesse o Haddad no meu lugar? Como é que estaria o Brasil? [...] Teria um *lockdown* nacional quem sabe até onde, todos seriam obrigados a ser vacinados por canetada do Haddad” (ARAÚJO, 2021, n. p.). Na mesma linha combativa, reforçando o discurso contra um dos seus alvos no Complô, continua sua fala questionando: “Como é que estaria o Brasil na mão do PT por ocasião da pandemia? Se roubaram mesmo com a gente aqui? [...] Como estaria o Brasil com essas pessoas administrando?”. Esse questionamento retórico é recorrente e apela para o imaginário de seus simpatizantes, incautos, que disseminam suas falas (ARAÚJO, 2021, n. p.).

O estudo da pesquisadora Priscilla Cabral Dibai (2018), intitulado “A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro” apresenta alguns elementos que

corroboram nossa afirmativa. Dibai (2018) analisou um total de 19 entrevistas concedidas por Jair Bolsonaro no período entre 1997 e 2017 e, a partir dos resultados encontrados, ela evidencia que Jair Bolsonaro soube explorar temas como a questão da violência urbana, corrupção, bem como estimular e reforçar os sentimentos e movimentos antiPT e antiLula. Dessa forma ele conseguiu a aderência de simpatizantes, antes com receio de se manifestarem conservadores, que passaram a defender suas “[...] posições antilgbtqia+, antidireitos humanos, antimenor infrator, anticomunismo, anticorrupção, pró-armas, pró-pena de morte e pró-autoridade da família tradicional etc.” (DIBAI, 2018, p. 88).

Sobre o cotejamento entre o comunismo e a ditadura militar, Dibai (2018) destaca, em seus achados, que o medo de uma dominação comunista aparece como argumento de Jair Bolsonaro para exaltar a ditadura e, de certa forma, oferecer um salvo-conduto ético aos militares frente a sua conduta durante o regime militar. Nas palavras de Dibai (2018, p. 94), “[...] a estratégia que Bolsonaro utiliza é construir uma adesão entre a população – que temia o comunismo – e as Forças Armadas – que protegeria o país de qualquer ameaça. Ele tenta, assim, justificar, minimizar ou respaldar a atuação dos militares na vontade popular”. Ao mesmo tempo em que as informações levantadas escancaram a perseguição a uma narrativa imbricada em um mito do Complô, podemos observar também a construção daquilo que Dibai (2018) chamará de Idade de Ouro, que para Bolsonaro parece estar diretamente vinculado ao período militar ou a um devir onde a “praga do socialismo” será expurgada.

Em seus estudos, Girardet (1987) identifica quatro “constelações” mitológicas e discorre sobre cada umas delas mostrando suas características e interconexões. São elas: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade. Cada uma dessas constelações pode emergir em ambientes diferentes, independentemente, de matriz ideológica e da oportunidade de momento.

Via de regra, o mito da Conspiração surge primeiro, provocando o caos a fim de que surja o mito Salvador. Para que o discurso da conspiração possa se disseminar e ganhar a mente das massas sociais pretendidas, faz-se necessário um certo grau de receptividade, de disponibilidade, haja vista que a mensagem não ressoará em território hostil. Portanto, para que o discurso tenha eficácia, é necessário que sua forma e seu conteúdo sejam adequados ao imaginário do receptor. Seria necessário, portanto, escapar do terrível problema da “[...] narrativa mitológica e de seus possíveis fundamentos objetivos” (GIRARDET, 1987, p. 51). Por conseguinte, “[...] nenhum dos mitos políticos se desenvolve, sem dúvida, no exclusivo plano da fábula, em um

universo de pura gratuidade, sem transparente abstração, livre de todo contato com a presença das realidades da história” (GIRARDET, 1987, p. 51). Cabe ressaltar que a narrativa do Complô deve se relacionar, de certa forma, com fatos precisos e que sejam facilmente verificáveis.

O que causa surpresa, segundo Girardet (1987), é o distanciamento entre a constatação e análise dos fatos da forma com que eles realmente são, com o olhar, a interpretação dada a partir da narrativa mitológica. Diante disso, Girardet (1987, p. 53) nos diz tratar-se de uma “[...] verdadeira mutação qualitativa: o contexto cronológico é abolido; a relatividade das situações e dos acontecimentos, esquecida; do substrato histórico não restam mais que alguns fragmentos de lembranças vividas, diluídas e transcendidas pelo sonho”. Dessa forma, o problema central prevalece e coloca-se mais atual do que nunca. Trata-se da “[...] passagem da veracidade do fato à sua interpretação mítica, do invencível movimento de transgressão que parte do acontecimento historicamente definível para conduzir à sua leitura imaginária” (GIRARDET, 1987, p. 53).

São os grandes medos coletivos que municiam o discurso da conspiração. A seleção imagética escolhida pelos conspiradores remonta a situações aterrorizantes, que objetivam macular o alvo do Complô, aumentando, com isso, o medo e a fictícia ameaça à massa que se pretende instigar, aguçando, dessa forma, o legendário simbólico da conspiração. Girardet (1987, p. 55) destaca uma fala de Durkheim, ao afirmar que “quando a sociedade sofre, ela sente necessidade de encontrar alguém a quem possa imputar seu mal, sobre quem possa vingar-se de suas decepções”. Enfim, pode-se agora justificar todos os males, todas as aflições, todas as crises, pois o Mal que se sofre, a ameaça temida, “[...] ganhou uma forma, um rosto, um nome. Expulso do mistério, exposto em plena luz e ao olhar de todos, pode ser enfim denunciado, afrontado e desafiado” (GIRARDET, 1987, p. 55).

O estado de permanência e competitividade do Complô dependerá da inquietação da situação de crise que permeia aquele grupo social. Por conseguinte, em maior ou menor dose, utilizando-se dos mais variados meios de comunicação e disseminação de mensagens de ódio, serão evocadas as teorias conspiracionistas de uma ameaça comunista, um marxismo cultural, uma ideologia de gênero etc. Diante de algumas inflexões, certos atos e posicionamentos ganham caráter neurótico, haja vista a culpabilização de um marxismo cultural por todos os males sociais, manias de perseguição, dentre outras aberrações. “A coerência e a lógica do delírio paranoico vão ao encontro aqui da coerência e da lógica do discurso mitológico. A análise sociológica e a observação psiquiátrica tendem a confundir-se”, mas em qualquer desses modos de interpretação, “em relação

à história, ambos concordam ao fazer o mito desempenhar o papel de um revelar” (GIRARDET, 1987, p. 57).

Com o título “O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil”, o professor Aryovaldo de Castro Azevedo Junior e a professora Erica Cristina Verderio Bianco socializam informações que elucidam o teor conspiratório de mensagens publicadas na página do *Facebook* de Jair Bolsonaro. O estudo em questão analisou o conteúdo de 296 mensagens publicadas durante a campanha à Presidência da República em 2018, sendo que, desse montante, 160 mensagens foram publicadas na extensão do primeiro turno e as demais 136 no período correspondente à campanha de segundo turno. Como resultado da análise, os pesquisadores determinaram que o “[...] então candidato recorreu fortemente à mitologia da conspiração para desconstruir a imagem dos candidatos do PT e assim construir sua identidade envolta na moldura do herói” (AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019, p. 106).

A próxima “constelação” que trataremos é denominada de o mito do Salvador. Nas palavras de Miguel (2004, p. 391), “o salvador é o mito político arquetípico. É alguém dotado de características mágicas (mesmo que revestidas de uma roupagem racional), capaz de reverter a situação vigente, considerada má, e de instaurar uma nova era de paz e prosperidade”. Com relação ao surgimento de um mito Salvador, Russo (2015, p. 169) reafirma que o momento propício, o apelo social clamando pela intervenção de um mito Salvador, acontece em “[...] momentos de desequilíbrios e conflitos sociais, motivados pelo não reconhecimento de uma determinada legitimidade pretensamente universal e dominante”.

Levando-se em consideração a necessidade de distinguir o que se encontra no real e no imaginário, os aspectos espontâneos daqueles que são intencionais, cabe destacar que o processo de heroificação do mito Salvador está imbricado em uma ampla dimensão cronológica que apresenta, em sua constituição, uma série de etapas sucessivas, sensivelmente diferentes umas das outras. Partindo dessa assertiva, Girardet (1987, p. 72) elenca três momentos que integram o processo de heroificação do mito Salvador, a saber: 1) Inicialmente vive-se o “tempo de espera e do apelo”, “[...] aquele em que se forma e se difunde a imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de nostalgias e de sonhos”. 2) Na sequência, emerge o segundo momento, denominado de o “tempo de presença, do Salvador”, quando se vê despontar o grande Salvador, o detentor da grandeza e do conhecimento necessários para mudar o curso da história, aniquilando

todo o mal apregoado e estabelecendo a paz que reinará. 3) Por fim, o processo de construção do mito Salvador chega ao “tempo da lembrança”. Tempo esse em que a figura do Salvador se lança às memórias do passado e, de forma seletiva, recorre-se à prerrogativa da manipulação para aumentar ou diminuir a amplitude dos fatos e suas respectivas narrativas em torno do que se deseja compartilhar com a massa social predisposta a receber (GIRARDET, 1987, p. 72).

Para além da caracterização da dimensão cronológica do processo de heroificação, Girardet (1987) apresenta quatro modelos de mito Salvador: Cincinnatus, estadista e líder militar romano; Alexandre, também conhecido como Alexandre, o Grande, Alexandre Magno ou Alexandre III, foi rei da Macedônia e viveu no século IV a.C.; Sólon era um aristocrata e estadista, natural de Atenas e era também conhecido como “legislador”; Moisés era um líder religioso, arquétipo do profeta. Segundo Girardet (1987), não importa sobre qual modelo o mito Salvador esteja embasado, pode ser no modelo Cincinnatus, Alexandre, Sólon ou Moisés,

[...] o homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino. Quer restaure a ordem estabelecida ou a subverta, quer organize ou anuncie aquela que está por vir, é sempre, por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos que se situa seu personagem. É na manifestação do presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define; com ele, graças a ele, o “depois” não será mais como o “antes”. Associados à expressão de sua lenda, são sempre, aliás, as mesmas imagens, os mesmos símbolos que encontramos. Pode ser a árvore que se ergue e que protege (GIRARDET, 1987, p. 80-81, grifo do autor).

Quanto ao primeiro modelo de mito Salvador, ele foi denominado por Girardet (1987, p. 73) de Cincinnatus, que representa “a imagem legendaria [...] de um velho homem, que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos da paz ou da guerra. Exerceu com honra altos cargos, grandes comandos, depois escolheu um retiro modesto, longe dos tumultos da vida pública”. A angústia manifestada por um povo que se vê tomado bruscamente pela desgraça se concretiza em um chamado que o traz de volta para viver novas batalhas em favor de uma sociedade que sofre. Diante do chamado, o mito se coloca na posição de doar sua vida à pátria, investido de um poder supremo que lhe fora consentido na expectativa de que cumpra a missão de “[...] apaziguar, proteger, restaurar”. Todas as virtudes que lhe são atribuídas se encontram consubstanciadas no vocábulo latino “*gravitas*”, cujo significado, “[...] a firmeza na provação, a experiência, a prudência, o sangue-frio, o comedimento, a moderação”, define sua forma de exercício da autoridade política” (GIRARDET, 1987, p. 74).

O modelo Cincinnatus revisita as lembranças e faz referência a um passado histórico que lhe é muito caro. Ele remonta a um passado de ordem e glória que foi deixado para confrontar um presente conflituoso, de confusão e caos. Desse modo, podemos atribuir como elementos constitutivos do discurso do legendário que se enquadra no modelo Cincinnatus, “[...] o lugar essencial ocupado pelos princípios de continuidade e de estabilidade, pelos valores de permanência e de conservação” (GIRARDET, 1987, p. 74).

Alexandre, O grande, é o segundo modelo de mito Salvador. Suas virtudes estão pautadas no significado de *celeritas*, mais um termo latino que qualifica “[...] aquele pelo qual se acham evocados o ímpeto, a audácia conquistadora dos jovens capitães ávidos de precipitar-se na glória” (GIRARDET, 1987, p. 75). Em contraposição ao modelo Cincinnatus, seu poder em nada se relaciona com os fenômenos de um passado histórico, mas com as ações imediatas de um presente a se desbravar. “O gesto do seu braço não é símbolo de proteção, mas de convite à partida, sinal de aventura. Ele atravessa a história como um raio fulgurante. Herói da juventude e do movimento, sua impetuosidade chega a ponto de domar a natureza [...]” (GIRARDET, 1987, p. 75).

Também conhecido como “o legislador”, representando a imagem de Homem Provincial, Sólon assume a posição de terceiro arquétipo. Aqueles que se enquadram nesse modelo possuem o mesmo tipo de representação uniformizada, “[...] a cabeça erguida e grave, a fronte serena, o olhar seguro, as mãos pousadas sobre os textos que garantem a perenidade de sua glória, suas imagens entulham todas as encruzilhadas de nossa história” (GIRARDET, 1987, p. 78). São mais ambientalizados com os discursos políticos, com os aspectos administrativos e reconhecidos pela fidelidade das mensagens que ditaram, sempre em conformidade com seus princípios adotados nas instituições que participaram ou fundaram, os quais são usados como referencial para os desafios hodiernos (GIRARDET, 1987).

Finalizando o conjunto dos quatro modelos de mito Salvador, é-nos apresentado Moisés, ou o arquétipo do profeta. Dentre suas características, Girardet (1987, p. 78) define esse mito como sendo o

[...] anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não veem. Ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro. É um olhar inspirado que atravessa a opacidade do presente; uma voz, que vem de mais alto ou de mais longe, que revela o que deve ser visto e reconhecido como verdadeiro.

A título de exemplificação, Girardet (1987) cita Lênin, Mussolini e Hitler como detentores das características do arquétipo Moisés, das quais apresentamos um recorte literal que evidencia o grau messiânico da mensagem.

O Vidente, o Chefe profético não aparece mais, então, como o simples representante, o simples executante da vontade geral. Ele é a sua encarnação no sentido mais profundamente religioso do termo: encarna-a na totalidade de suas dimensões sociais; encarna-a também na totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente e em seu futuro (GIRARDET, 1987, p. 79-80).

Nem sempre o Salvador se apresenta como uma pessoa física, embora seja o mais recorrente. Trata-se de uma representação de caráter polimorfo, podendo ser um determinado grupo social ou até mesmo uma ideologia política. Um exemplo de representação de um mito Salvador coletivo que apresenta discussões contemporâneas são as Forças Armadas (GIRARDET, 1987; PASSOS, 2017; AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019; MIGUEL, 2004). Com efeito, Girardet (1987) sentencia que em nenhum sistema político, independentemente da ideologia defendida e da forma com que encara a personalização do poder, seus líderes estão propensos, em maior ou menor monta, a se seduzirem pela fisionomia do Salvador.

A terceira “constelação” mitológica sobre a qual Girardet (1987) discorre é denominada de Idade de Ouro. Esse mito flerta com o passado atribuindo-lhe um grau imensurável de importância em que um cenário ideal e seguro é criado. O passado é moldado destacando-se a propriedade em primeiro lugar, sendo esta comandada por uma autoridade patriarcal. Trata-se de uma “[...] intimidade protetora de um grupo social fechado, solidário, estritamente hierarquizado, o carroceiro, os pastores, os ceifeiros [...]” (GIRARDET, 1987, p. 97). Nessa direção, o autor chama-nos a atenção para a densidade da carga simbólica impregnada em cada imagem, evidenciando a “[...] ordem, a harmonia social, a forma de cultura e de civilização” (GIRARDET, 1987, p. 97).

Em contraposição à imagem de um presente contaminado por crises, sofrimentos, tristezas, recorre-se ao imaginário de um passado cheio de luz e alegria, de tempos dos quais se almeja um retorno. Como em um sonho, já mencionado antes por Girardet (1987, p. 98), cristaliza-se no imaginário a representação do “tempo de antes”, equiparando-o ao mito, que é, ao mesmo tempo, “[...] ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora”.

Quando nos referimos a uma imersão no passado na Idade de Ouro, a fim de influenciar na representação imagética de determinada camada social predisposta a acatar aquele teor de discurso, cabe-nos ampliar o foco e trazer à baila o posicionamento de Eliade (1972), quando sentencia a importância que tiveram os mitos do fim do mundo ao longo da história. Em sua concepção, “[...] eles colocaram em evidência a ‘mobilidade’ da ‘origem’: efetivamente, a partir de um certo momento, a origem não se encontra mais apenas num passado mítico, mas também num futuro fabuloso” (ELIADE, 1972, p. 41, grifo do autor). Corroborando sua tese, Miguel (2004) afirma que os discursos políticos não só podem transcender a busca imagética de um passado glorioso mas também, e mais frequentemente, conter um teor escatológico em que o futuro é projetado, amplificando o desejo por uma terra ou tempo prometido, podendo ser o reino de Deus na terra ou uma determinada organização social (MIGUEL, 2004). Ainda sobre a Idade de Ouro, Girardet (1987, p. 15) afirma categoricamente que “[...] a nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição. É bem raro, inversamente, que os messianismos revolucionários não alimentem sua visão do futuro com imagens ou referências tiradas do passado”.

A Unidade é a quarta “constelação” mitológica apresentada por Girardet (1987). O mito da Unidade pauta-se pela tentativa de estabelecer um discurso em torno da busca de uma coletividade, transformar múltiplas individualidades, interesses e ambições em um projeto comum, muitas vezes frisando nas mensagens os termos “povo”, “nação”, “pátria” etc. Miguel (2004) destaca o sacrifício de um elemento externo, ou mesmo um dissidente do próprio grupo, que servirá de “bode expiatório” a fim de se manter a Unidade.

Mostrando uma contraposição que circunda as noções de Unidade, em suas palavras, Girardet (1987, p. 145) destaca que

De um lado, a insistência na autonomia do indivíduo e em sua capacidade de livre disposição de si mesmo, a aceitação deliberada de uma sociedade conflituosa, de suas divisões e diferenças [...]. Do outro, a vontade de unir e de fundir, a visão de uma sociedade homogênea e coerente, a condenação em nome do bem comum do recolhimento do indivíduo em si mesmo e em seus interesses [...].

Portanto, o imaginário transita pela promessa de uma vida próspera e feliz que se realizaria por meio do mito da Idade de Ouro e a busca por uma unidade pacificadora já não estão mais reduzidas às amarras de uma filiação, processo defasado em função da ordem legal

estabelecida, dos hábitos, ritos ou conveniências de um determinado grupo político. O Salvador impõe toda sua audácia enquanto líder, somada ao poder de recusa e questionamento. A fidelidade é o que passa a unir o conjunto imagético do mito Salvador a uma massa social propensa a receber, a aderir sua mensagem (GIRARDET, 1987).

Com efeito, as várias individualidades que encontram refúgio na mensagem do mito Salvador buscam o reencontro com uma identidade, movidas instintivamente, em sua gênese, por uma pulsão que acarretará, por fim, no encontro de si mesmas. Essas múltiplas individualidades são cooptadas, são arrebanhadas pelo discurso de um Salvador que se consubstancia em

[...] uma autoridade, e aí está o essencial, que não é mais considerada como suspeita, desprezível ou opressora, que significa, ao contrário, adesão, comunhão, fé militante e conquistadora. Uma autoridade que não é mais sentida como alienante, mas que se vê, ao inverso, reconhecida como um instrumento decisivo de reestruturação e de reabilitação pessoal. A realidade, ao menos tal como é vivida, não é a da abdicação de uma vontade particular em proveito de uma vontade estranha (GIRARDET, 1987, p. 93).

Encontram-se, então, duas vontades, em que de um lado está a força motriz arrebatadora e conquistadora do Salvador que se une, do outro lado, a uma vontade letárgica que busca seu despertar, sua recomposição. Com efeito, é irrelevante a porção do corpo social de que se trata, podendo ser a representação de uma minoria da coletividade, ou mesmo de sua totalidade. A relevância é que

[...] graças ao Salvador, e através dele, [que] existem, para um certo número de homens, as mesmas emoções a partilhar, os mesmos fervores e as mesmas esperanças. Estão presentes também, no calor de uma comunhão reconquistada, os mesmos signos e os mesmos apelos, as mesmas palavras de ordem, as mesmas referências, e as mesmas certezas. Em torno dele, na submissão, na devoção e no entusiasmo, uma vida coletiva se estrutura, as fidelidades se reconstituem, as trocas afetivas se restabelecem, uma nova trama social se consolida (GIRARDET, 1987, p. 95-96).

Os momentos de maior tensão social são, geralmente, aqueles em que se manifestam o mito da Idade de Ouro e o mito do Complô articulando sua conspiração maléfica. Dentre os fenômenos de crises sociais destacados por Girardet (1987, p. 180), estão a “[...] aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que ordenam a vida coletiva”, fenômenos esses que se relacionam diretamente com situações de “[...] vacuidade, de inquietação, de angústia ou de contestação”. Desse modo, é fato que os mitos políticos emergem com maior

nitidez e exercem mais violentamente seu poder de atração, haja vista ter encontrado situações propícias para sua manifestação.

Para Girardet (1987, p. 181-182), o nascimento do mito político verifica-se no “[...] instante em que o traumatismo social se transforma em traumatismo psíquico. É na intensidade secreta das angústias ou das incertezas, na obscuridade dos impulsos insatisfeitos e das esperas vãs que ele encontra sua origem”. Como parte de sua construção enquanto mito político, geralmente os grupos sociais minoritários fazem parte do escopo preferencial de seus ataques. Normalmente esses grupos minoritários encontram-se instáveis, em busca de legitimidade em relação à sociedade. O mais importante nessa perseguição engendrada está na efervescência mítica que se desenvolve, a partir do momento em que começa a operar na consciência coletiva o fenômeno entendido como não-identificação. Com a consciência suscetível a esse conjunto influenciador do mito político, tido como Salvador, as individualidades passam a se perceber em uma situação de não-identificação com aquela ordem social “[...] subitamente estranha, suspeita ou hostil” (GIRARDET, 1987, p. 181). Frente a essa nova tomada de consciência de realidade social, os que antes eram diferentes e dispunham de suas singularidades se veem agora em uma Unidade contra as ameaças que os impedem de desfrutar das benesses prometidas quando da Idade de Ouro, subsumidos pelos encantos e pelo discurso mobilizador do mito Salvador. Por fim, a efervescência mítica disparada na consciência coletiva os levam a perceber os modelos de vida comunitária de uma forma diferente.

Os modelos propostos de vida comunitária parecem esvaziar-se de toda significação, de toda legitimidade. A rede das solidariedades antigas se desfaz. As fidelidades transformam-se em desprezo, as lealdades em aversão. O “nós” torna-se “eles”: isso significa que, ao invés de se reconhecer através das normas existentes na sociedade global, o grupo em questão se redescobre e se define como diferente, ao mesmo tempo que, dolorosa ou violentamente, toma consciência de sua nova singularidade (GIRARDET, 1987, p. 181, grifo do autor).

A título de enriquecimento e embasados nos estudos aqui apresentados, a partir de agora discutiremos brevemente sobre os trabalhos de alguns pesquisadores que se propuseram a abordar a temática em torno do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Não foi nossa intenção ordenar as informações de acordo com o exposto anteriormente, mas, sim, dar maior visibilidade a uma estreita relação temática entre a construção de um mito Salvador e do político Jair Bolsonaro.

Com a proposta de analisar qualitativamente a aderência dos temas voltados ao nacionalismo e conservadorismo no discurso de Jair Bolsonaro nos nove primeiros meses de seu governo à frente da Presidência da República, Cioccarri e Persichetti (2019a, p. 135) organizaram o trabalho intitulado “A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente”.

Durante o processo eleitoral, Jair Bolsonaro vinculou sua campanha ao uso de símbolos pátrios atrelados ao slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, pautando, com seus discursos, aqueles que se consideram da base nacionalista e patriótica. Bolsonaro sempre se apresentou como um personagem polêmico, agressivo, excêntrico, militar estatizante com uma pauta de costumes conservadora. Atualmente ele mantém a postura discursiva voltada ao “[...] conservadorismo, à autopreservação do clã e o ataque aos que se opõem a suas políticas e a sua forma de pensar” (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019a, p. 138).

Durante a campanha eleitoral, o discurso do “nós contra eles”, estabelecendo um inimigo que pudesse representar uma grande ameaça à ordem social, foi utilizado, segundo os autores, mais do que durante o recorte temporal do estudo que se estendeu de janeiro de 1991 a setembro de 2019. Portanto, na tentativa de fazer um diagnóstico da narrativa política de Jair Bolsonaro, Cioccarri e Persichetti (2019a, p. 139) destacam que ele “[...] é expoente desse nacionalismo conservador que clama a soberania para si não como um elemento agregador, mas com a autoridade vinda somente de si próprio, quase numa autocracia”. Para os autores, Bolsonaro não nutre respeito pelas instituições, mas somente por si e sua família de forma patrimonialista (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019a).

Jair Bolsonaro, em seu período de parlamentar (1991-2018), municiaava seu discurso contra as minorias sociais ou representativas, tais como as mulheres, negros, gays, a esquerda ou a possível volta do socialismo, todas consubstanciadas naquilo que ele passaria a chamar de “marxismo cultural”. A postura de guerra discursiva empregada por Jair Bolsonaro é objeto de repulsa ou de admiração, isso dependendo do público interlocutor. Bolsonaro aproveitou o desgaste político de partidos tradicionais como o PT e o PSDB, principalmente após as manifestações populares de junho de 2013 e alçou-se ao público na tentativa de inculcar na população um discurso de ordem e disciplina militar em contraposição ao “marxismo cultural” (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019a).

Nos anos de 2017 e 2018, Jair Bolsonaro afasta-se da tribuna e prioriza a mídia tradicional e, principalmente, suas redes sociais como forma de interagir com o público em geral. Coerente com sua mensagem durante a vida de parlamentar, manteve sua fala em defesa dos valores da família tradicional, nacionalismo e cristianismo. No dia 16 de agosto, ainda em período de campanha à Presidência da República, ele publicou uma mensagem em sua conta no *Twitter*, em que se colocou como o detentor dos requisitos necessários para salvar a nação: “Livre de acordões com corruptos para atender aos interesses da nação e não de partidos políticos; Contra o aborto; A favor da redução da maioria penal; Por fim, um presidente que seja honesto, patriota e tenha Deus no coração. VAMOS JUNTOS MUDAR O BRASIL!” (BOLSONARO, 2018c, n. p., grifo do autor).

O estudo destaca ainda que o tema “ideologia de gênero” passou a fazer parte dos discursos de Jair Bolsonaro a partir de 2014. Sua fala ressoou entre os parlamentares de um Congresso Nacional conservador, conseqüentemente reverberando em uma parcela da sociedade. Foi o candidato a adotar o nacionalismo em seu discurso de campanha, tentando também inculcar no imaginário social a imagem de que era uma pessoa terrivelmente cristã ao usar, recorrentemente, o versículo bíblico João (8, 32): “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Jair Bolsonaro também

Utilizou um tom messiânico, de salvador, prometendo recuperar um orgulho de ser brasileiro perdido com os recentes casos de corrupção. Bolsonaro chamou para si a pauta do nacionalismo no sentido de que ela traria prosperidade econômica, pois “a mudança que o Brasil precisa” deveria, inevitavelmente, passar por “um sentimento real”. A sensação de insegurança foi amplamente abordada em seus tweets (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019a, p. 147, grifo das autoras).

Com o título “Comunicação, Informação e Imaginário no processo eleitoral brasileiro: o ‘Messias’ Bolsonaro e o mito do rei pela graça de Deus”, Paula, Araújo e Saraiva (2020, p. 100, grifo dos autores) se dispuseram a analisar a influência de fatores simbólicos “[...] como o mito do rei pela graça de Deus, proposto por Marilena Chauí, na época da campanha presidencial”. A principal referência utilizada no estudo foi a obra denominada “Mito fundador e sociedade autoritária” de Marilena Chauí (2000b).

Os pesquisadores utilizaram, como *corpus* do estudo, três vídeos postados na plataforma *YouTube*, na “[...] tentativa de identificar se, e quais elementos constituintes desse mito poderiam ter sido suscitados no imaginário dos eleitores quando das eleições” (PAULA; ARAÚJO;

SARAIVA, 2020, p. 100-101). Como resultado, os pesquisadores encontraram a “[...] repetição, a reinterpretação e o recrudescimento das fórmulas míticas da ‘sagração da natureza’, da ‘sagração do governante’, do ‘nacionalismo’ e do ‘verdeamarelismo’ [...]” (PAULA; ARAÚJO; SARAIVA, 2020, p. 119, grifo dos autores). A partir da recorrência das categorias, os pesquisadores especulam que a mensagem simbólica, intencionalmente compartilhada, possa impactar o imaginário de seus interlocutores.

Utilizando como fonte de pesquisa matérias de 1987 a 2017 dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, os pesquisadores Nascimento *et al.* (2018, p. 135) denominaram o estudo de “‘Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer’ – 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros”. O objetivo central do estudo foi “[...] apresentar a constituição da imagem pública do atual Deputado Federal Jair Bolsonaro a partir das pautas políticas associadas a ele em 30 anos de matérias jornalísticas” (NASCIMENTO *et al.*, 2018, p. 135).

Foram selecionadas 536 matérias pertencentes aos dois veículos de comunicação somados. Como método de trabalho, os pesquisadores separaram o conjunto das fontes selecionadas em blocos de 25 matérias que eram lidas por todos os pesquisadores e discutidas a fim de tornar a análise mais crível. Os textos foram encontrados em manchetes, reportagens, entrevistas, coluna do artigo, editorial e carta do leitor. A pesquisa foi dividida em 11 categorias de análise que apresentaram o seguinte resultado quantitativo: a categoria denominada de “ANTI-DH”, em que o teor da matéria abordava ataques à comunidade LGBTQIA+, refugiados, quilombolas etc., apresentou 191 textos que se encaixavam aos critérios; na categoria “Apologia à Ditadura e ao Golpe Militar”, foram encontradas 141 matérias com teor compatível; com 114 referências apareceu a categoria “Outros”, considerada residual, abarcando todos os demais temas que não se enquadravam nas demais categorias, desde votações no Congresso Nacional a colunas de humor; por esse motivo, os pesquisadores acreditam ter resultado em um número dessa magnitude; 73 matérias evidenciaram temas que se enquadravam na categoria “Direitos dos Militares”; a categoria “Apologia à tortura e uso da violência” teve um total de 70 matérias; o “Combate à corrupção” apareceu em 41 matérias; textos com foco na “Campanha à presidência” tiveram 30 incidências; em 17 matérias, o tema sobre “Política Externa” foi abordado; a categoria denominada “Anti-Povos e Comunidades Tradicionais” teve um total de 15 matérias; em 14 matérias publicadas, a “Apologia à pena de morte” apareceu 14 vezes; por fim, na categoria

“Militarização da Sociedade”, 12 matérias se enquadraram nas características (NASCIMENTO *et al.*, 2018, p. 145-146 e 150).

Valor relevante, evidenciado pelos pesquisadores, foi a incidência de matérias veiculadas nos dois jornais que fizeram parte do escopo do estudo, em que Jair Bolsonaro se posicionava contra os direitos humanos, fazia apologia ao golpe militar de 1964, fazia apologia à tortura e à violência e, recorrentemente, lutava em defesa dos direitos dos militares (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Os pesquisadores Azevedo Júnior e Bianco (2019, p. 88) publicaram o estudo “O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil” com a intenção de analisar “[...] como a comunicação político-eleitoral do candidato à presidência da República em 2018 Jair Messias Bolsonaro (PSL) recorreu a mitologias políticas para construir sua identidade de marca durante a corrida eleitoral”. Portanto, cotejaram as mensagens publicizadas pela campanha com o referencial teórico que trata da construção dos mitos políticos.

De antemão, os pesquisadores cravam que Jair Bolsonaro é um exemplo de político que, mesmo rejeitado por um pensamento dominante, pode se sobressair politicamente, calcado em preceitos da mitologia política. O estudo teve como recorte temporal o período entre 2013 e 2018, tendo em vista que os autores entenderam que as manifestações de junho de 2013 representaram um marco político significativo na história política contemporânea. Como parte da análise, consideram os problemas sociais existentes no período, os quais proporcionam a ascensão de mitos políticos que muitas vezes aparecem como salvadores em momentos de crise (AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019).

Ao se debruçarem sobre a análise da comunicação da campanha de Jair Bolsonaro em 2018, Azevedo Júnior e Bianco (2019) remontaram que naquele ano aconteceu uma longa operação política e jurídica, coordenada pela Lava Jato em perseguição ao Partido dos Trabalhadores e à Lula. O objetivo principal era influenciar no imaginário social propalando a mensagem de que o país estava sendo governado por uma quadrilha e que seria necessário tirá-los do poder para revigorar a ordem social. Chamando de “suposto atentado”, os autores ressaltam a influência favorável que o ocorrido teve em favor da eleição de Jair Bolsonaro. Ele saltou dos oito segundos de TV a que tinha direito para grande parte da programação diária dos vários veículos de comunicação nacional. Podemos associar esses dois fenômenos, a perseguição e o atentado ao

então candidato Jair Bolsonaro, aos mitos da conspiração e do Salvador (AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019).

Uma das conclusões apresentadas no texto afirma que a assunção de valores que se contrapõem ao progressismo globalizante das últimas décadas que se somam ao “[...] crescimento do relativismo e ao aumento exponencial da desinformação [...]” possibilitaram a ascensão e vitória de Jair Bolsonaro que levou consigo uma quantidade enorme de parlamentares conservadores (AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019, p. 108). Os pesquisadores nos alertam para o personalismo registrado nas últimas eleições em torno de Bolsonaro. Como exemplo, explicitam o crescimento do PSL, então partido de Jair Bolsonaro, que saltou de um Deputado Federal em 2014 para 52 em 2019 (AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019).

Em um emaranhado de narrativas míticas, utilizando-se da conspiração em torno de uma ameaça imaginária, conseguiu emplacar um conjunto de imagens de que ele seria aquele herói, o salvador de Pátria que conseguiria exterminar o perigo, lutando “[...] contra os valores do mal em busca da redenção e da restituição da nação a uma idade de ouro, vencendo a conspiração e trazendo a unidade que vai conduzir a pátria rumo ao panteão da glória reservado pelo divino, com o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” (AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019, p. 109).

As pesquisadoras Ciocari e Persichetti (2019b, p. 112) publicaram artigo intitulado “A política e o espetáculo em Jair Bolsonaro, João Doria e Nelson Marchezan”, com o objetivo de “[...] analisar a disputa entre atores políticos e mídia na construção da imagem a partir da transformação dos espaços sociais com as novas tecnologias”. O artigo afirma que a assessoria do então Deputado Federal Jair Bolsonaro mostra desempenho eficaz no uso das novas tecnologias de comunicação, em especial as redes sociais, comparando sua habilidade com a daqueles nascidos na geração em que a caneta e o papel vêm depois da tela do computador. Nessa perspectiva, o político Jair Bolsonaro transforma o contato com o público pelas redes sociais em um verdadeiro espetáculo. Quando esse é confrontado por alguém ou mesmo pela mídia tradicional, ele usa seus perfis para responder (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019b).

As pesquisadoras detalham que, em março de 2015, Jair Bolsonaro contabilizava 44 mil seguidores em suas redes sociais e hoje ultrapassa a casa dos milhões. Na tentativa de explicitar a amplitude do alcance das publicações de Bolsonaro, as pesquisadoras exemplificam com um episódio acontecido em janeiro de 2018, quando uma repórter do jornal Folha de S. Paulo o questionou sobre o recebimento do auxílio-moradia por parte do então deputado, ao que ele

respondeu estar solteiro à época e que usava o dinheiro do auxílio-moradia para comer gente. Só esse vídeo recebeu mais de 1 milhão de visualizações. O artigo traz um estudo sobre reações às postagens, feito pelo Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic). Na época do estudo, em que os seguidores nas redes sociais de Jair Bolsonaro somavam aproximadamente 5 milhões, em uma semana, somadas as reações de 33 postagens feitas em seus perfis, as reações obtiveram “[...] 382.831 compartilhamentos e 1.010.929 likes, gerados por 548.817 pessoas” (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019b, p. 118). Há, portanto, um conflito entre aqueles que defendem e aqueles que repudiam as ações, discursos e o próprio Jair Bolsonaro, mas ao reagirem, seja de forma positiva ou negativa, isso fará com que a postagem reverbere mais nas redes.

Finalizamos esta seção lembrando os pensamentos de Girardet (1987) que foram apresentados no texto. O processo de construção de um mito político passa por várias etapas que podem e devem ser cotejadas com o panorama político contemporâneo. Conforme já dito, o autor acredita existir quatro etapas que ele chamou de “constelações” mitológicas, a saber: a Conspiração, o Salvador, a Idade de Outro e a Unidade. Não entendemos que essas constelações mitológicas sejam rigorosamente demarcadas. Nosso entendimento passa por um entrelaçamento, uma interdependência entre as diferentes constelações para que o mito político possa ser forjado; porém, o Salvador nem sempre se concretiza na forma de uma pessoa física, podendo se manifestar também como um grupo social.

Acreditamos, portanto, que a conspiração seja a força motriz que desencadeia todo o sistema de construção do mito político. Um recurso utilizado na fase da conspiração é o mito do Complô, cujo mecanismo ocorre por meio da propagação de notícias falsas, alardeando, dessa forma, uma parcela social que já se encontra assolada por crises diversas que se apresentam de forma recorrente, em especial as condições socioeconômicas. Pretende-se, com essa estratégia, por meio de um conjunto de representações, mexer com o imaginário social de uma forma natural, não obrigatória. São apresentados um ou mais fenômenos que se consubstanciam em uma grande ameaça à ordem social e esse inimigo precisa ser aniquilado, extirpado socialmente para que a harmonia possa reinar.

Não seria um equívoco comparar a atualidade que vivemos no Brasil com os ensinamentos de Girardet (1987). O Presidente da República Jair Bolsonaro e, por extensão, seus correligionários, formando o que convencionou-se chamar de bolsonarismo, escolheram um inimigo comum que seria o “marxismo cultural”, fenômeno que abarcaria todos os males contra os

quais devem lutar os cidadãos de bem. O “marxismo cultural” representaria ameaças como a “ideologia de gênero”, a ditadura gayzista, o feminismo, o ataque contra os valores cristãos, a desvalorização e luta contra os valores da família tradicional etc.

O momento de crise está estabelecido: violência indiscriminada, pobreza em grande parte da população, altos índices de desemprego. Mas a narrativa empregada é de que o pior, e o que ameaça a nação, é o “Marxismo cultural”. Se ele for derrotado, chegaremos à Idade de Ouro, em uma terra de paz. Momento propício, então, para que seja forjado um Salvador. Aquele que tem Deus no coração, a verdade ao seu lado e todas as virtudes capazes de unir essa nação contra seus inimigos. Como dito incontáveis vezes pelo Presidente da República, ele está lá não por vontade própria, esta seria uma missão dada a ele por Deus. Aí está o Salvador enviado por Deus.

As múltiplas individualidades agora lutam, engajadas em um ideal vislumbrado por uma Idade de Ouro, acreditando que o mito Salvador possa unir uma nação de iguais, daqueles que pensam como ele, daqueles que comungam da mesma fé e dos mesmos valores, daqueles que querem alijar o contraditório e amalgamar uma Unidade com o “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

5 POR UM PROJETO CONSERVADOR DE PODER

Na tentativa de apresentar o panorama em que se forjou a imagem do então Deputado Federal Jair Bolsonaro como um “mito”, o paladino da família tradicional, dos valores e dos bons costumes para uma significativa parte da sociedade brasileira que coaduna com seus preceitos, faz-se necessário remontar a alguns acontecimentos sociopolíticos a partir de 2013 e que julgamos ter influenciado no fortalecimento de uma ala política mais à direita, provocando a ascensão de uma onda conservadora.

Alguns analistas políticos afirmam que o mês de junho de 2013 não havia acabado até hoje, e que estaria, ainda, impactando as movimentações políticas. No mês em tela, o governo do estado de São Paulo era comandado por Geraldo Alckmin (PSDB), tendo Fernando Haddad (PT) como prefeito da cidade de São Paulo, capital do estado. No dia 2 de junho de 2013, decidiram reajustar as tarifas do transporte público, sendo a do metrô, sob a responsabilidade do estado, e a dos ônibus, da prefeitura. Haja vista que as tarifas não tinham reajuste desde 2011, os valores saltaram de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 (GURÃO, 2016).

Em função do reajuste das tarifas, o Movimento Passe Livre (MPL) se mobilizou e fez o chamamento, via redes sociais, para que a população saísse às ruas a fim de protestar contra os 20 centavos de aumento da passagem, valor esse que posteriormente viraria um símbolo entre os manifestantes. Há anos o MPL encampa a pauta do transporte coletivo público, utilizando-se das redes sociais para convocar a população que se desloca para as grandes avenidas, por um longo tempo, muitas vezes resultando em embates com a polícia (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019; FIDELIS; LOPES, 2015; GURÃO, 2016; MOVIMENTO..., 2021; SINGER, 2013).

De acordo com a Carta de Princípios, publicizada no sítio do MPL de São Paulo, trata-se de um movimento “[...] horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” (MOVIMENTO..., 2021, n. p.). Tendo como base esses aspectos, o MPL manifesta-se independente não só de partidos políticos, mas também de Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições religiosas e financeiras. Ainda, conforme reza sua Carta de Princípios, o MPL tem a disposição de uma Frente Única, mas que parte de suas estratégias incluem a luta pela Tarifa Zero nos transportes públicos coletivos (MOVIMENTO..., 2021).

A primeira manifestação ocorreu no dia 6 de junho e contou com a presença de aproximadamente 2.000 pessoas, número esse que é sempre controverso quando se trata desse tipo

de acontecimento. O protesto restringiu-se, preponderantemente, ao município de São Paulo. A manifestação teria pouca repercussão se não fosse o fato de os manifestantes interditarem a Avenida Paulista, considerada uma das mais importantes da capital paulistana, e da repressão violenta por parte da Polícia Militar (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019; CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015; SINGER, 2013).

O confronto gerado entre os manifestantes e a Polícia Militar ganhou matizes diferentes. A Polícia Militar e a grande mídia tradicional intencionavam espetacularizar o acontecido na tentativa de pregar a pecha de baderneiros, vândalos, nos manifestantes. Em contraposição, os manifestantes alegaram que toda a reação foi desencadeada em função das agressões sofridas.

O Movimento Passe Livre (MPL) convoca novo ato de protestos para o dia seguinte, 7 de junho. Dessa vez o local escolhido para a manifestação foi a Marginal Pinheiros, importante via para a fluidez do trânsito em São Paulo. Diferentemente do dia anterior, a Polícia Militar agiu com mais cautela, embora tenha usado bombas de gás lacrimogênio para dispersar os manifestantes. Gurão (2016) destaca que, pela primeira vez, registraram a presença de militantes do movimento *Black Bloc*.

Ao se deparar com a mobilização do dia 7 de junho, o promotor de Justiça Rogério Leão Zagallo, da 5.^a Vara do Júri de São Paulo, mostrou toda a sua indignação ao postar a seguinte mensagem em seu perfil no *Facebook*:

Estou a 2 horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros.
Por favor, alguém poderia avisar a tropa de choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petistas de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu... Que saudades da época em que esse tipo de coisa era bem resolvida com borrachada nas costas dos merdas... (VICENZI, 2015, n. p.).

Não há como estabelecer um marco temporal ou mesmo repercutir o impacto do teor do texto citado, ainda mais em se tratando de um promotor de justiça, mas podemos destacar o vertiginoso crescimento de mensagens de ódio que tomaram conta das nossas relações sociais. Com o advento e posterior massificação das redes sociais, e não raras vezes reverberando falas de políticos que adotaram tal postura como método, como estratégia política para se alçar e permanecer no poder, os discursos de ódio foram banalizados e se tornaram recurso retórico nas

relações sociais. A utilização das tecnologias de comunicação, em especial o *WhatsApp*, de acordo com Moura e Corbellini (2019), que ainda se encontrava incipiente no Brasil quando das manifestações de junho de 2013, foi adotada como plataforma, tendo em vista sua agilidade e eficácia em comunicação.

No espectro político, os grupos mais à direita se aproveitaram mais desses meios de comunicação de massa, facilitando, assim, o contato direto entre os atores do discurso. A título de exemplificação, em 2010, o então Deputado Federal, Jair Bolsonaro, teve a sua primeira página criada no *Facebook* pelo filho Carlos Nantes Bolsonaro. O destaque aqui fica por conta de sua performance eleitoral nas eleições seguintes à assunção desse novo modelo de interação com o público. Mesmo não podendo atribuir somente à criação de mais uma via de comunicação com seu eleitorado, sua votação quadruplicou em 2014. Foi por meio das redes sociais que Carlos Bolsonaro teria conhecido alguns jovens que, a partir de então, o teriam auxiliado nas redes sociais de seu pai, Jair Bolsonaro e, conseqüentemente, em sua eleição à Presidência da República.

O Presidente Jair Bolsonaro, por diversas vezes, manifestou que o mérito de sua eleição seria do filho Carlos Bolsonaro. Em seus primeiros anos de governo, grande parte dos amigos de Carlos Bolsonaro que estiveram engajados na campanha presidencial por meio das redes sociais se encontrava trabalhando na Secretaria de Comunicação da União. A movimentação nas redes sociais tomou tamanha proporção que a campanha e posterior grupo gestor de Jair Bolsonaro foram acusados de criar e sustentar um gabinete do ódio, tendo como atribuições a propagação de notícias falsas e discursos ofensivos por meio da utilização de robôs.

Para ter uma ideia da magnitude, do alcance e da velocidade de comunicação por meio das redes sociais, seja com simpatizantes ou não, destacamos alguns números das principais plataformas utilizadas pelo Presidente Jair Bolsonaro, quando acessadas às 20 horas e seis minutos, do dia 13 de novembro de 2021. Sua conta com o menor número de seguidores é a do *Telegram*, que na data aferida contava com 1.039.570 de seguidores; logo em seguida, com 3.570.000 de seguidores, aparecia seu canal disponível na plataforma *YouTube*; no *Twitter*, o presidente tinha 7.133.710 de seguidores; em seu perfil do *Facebook*, constavam 14.553.060 de seguidores; e, por fim, contabilizava 19.020.100 de seguidores no *Instagram*.

Embora o número de pessoas presentes nas manifestações divirja muito de um veículo de comunicação para outro, bem como entre os autores citados, alguns estudos destacam a presença de aproximadamente 5.000 pessoas presentes no terceiro ato, realizado em 11 de junho. Mais uma

vez houve um grande embate entre os manifestantes e a Polícia Militar. Enquanto isso, as redes sociais e as demais mídias convencionais tratavam de se ocupar das brigas de narrativas entre a truculência da polícia e a baderna dos manifestantes. O confronto foi tão intenso que levou o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), a anunciar um reforço do contingente para o próximo ato que aconteceria no dia 13 de junho (FIDELIS; LOPES, 2015; GURÃO, 2016; SILVEIRA, 2015; SINGER, 2013).

A proporção dos adeptos aos atos de protesto avolumava-se após a consumação de cada manifestação. O MPL ainda sustentava o mote de reivindicação, apesar dos diversos grupos com vieses políticos e intenções diversificadas que se agregavam ao movimento. Os organizadores do protesto do dia 17 de junho estimaram a participação de aproximadamente 20 mil pessoas presentes. Estudiosos apontam que os acontecimentos desse protesto foram tão impactantes que provocaram uma empatia por parte da mídia e de grande parcela da sociedade para com os manifestantes, transeuntes, jornalistas e diversas outras pessoas que foram desproporcionalmente agredidas pela Polícia Militar que, na tentativa de conter o movimento, fez uso de agressão física, prisões, bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha. Enquanto as agressões se consumavam, as pessoas utilizavam seus celulares para documentar a postura da Polícia Militar, expondo os acontecimentos simultaneamente nas redes sociais (GURÃO, 2016; SILVEIRA, 2015; SINGER, 2013).

O ato do dia 17 de junho é considerado um divisor de águas nas manifestações. O movimento rompeu as barreiras territoriais do município de São Paulo e ganharam o país. Milhares de pessoas foram voluntariamente às ruas mostrar sua indignação para com a brutalidade presente nos atos anteriores e apoiar o movimento contrário ao reajuste das tarifas do transporte coletivo. O ato do dia 17 de junho, assim como os que o sucederam, apresentou um enorme contraste em relação aos anteriores. Além do quantitativo de pessoas, as demandas transcenderam a pauta primeira e muitas outras inquietações emergiram dali, umas de forma espontânea, outras nem tanto, haja vista que vários grupos políticos aproveitaram o calhar da oportunidade e pegaram carona nas manifestações. Na mesma linha, a manifestação do dia 18 de junho foi destacada na mídia em função da sua multiplicidade de pautas.

Segundo os estudos de Singer (2013, p. 25, grifo do autor),

Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e Traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas.

Após o prefeito do município do Rio de Janeiro anunciar que abaixaria a tarifa do transporte coletivo, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin recuaram e revogaram o aumento que foi a força motriz que desencadeou todo esse repertório de protestos. Outras manifestações ainda aconteceriam nos dias 20, 21 e 22 de junho, sendo que o dia 20 de junho ficaria marcado como o dia em que, nas palavras de Gurão (2016, p. 108), “[...] manifestantes tentaram invadir o Congresso Nacional em Brasília e, em não conseguindo, atearam fogo no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil [...]”, atitude que escancara uma total insatisfação com a condução política do país.

As manifestações de junho de 2013 impactaram de forma decisiva na conjuntura política do país. Tratou-se de um movimento multifacetado, com espectros políticos diversos e inúmeras pautas que representavam as inquietações e demandas de forma muito particular. De forma mais acentuada, percebemos na literatura estudada que grupos considerados mais à direita, por vezes sendo designados até de extrema direita, se aproveitaram dos protestos para apresentar pautas mais conservadoras, tais como o combate à corrupção, ao antipetismo, a antimovimentos sociais, à antiesquerda e depois à articulação e concretização do golpe contra a Presidente Dilma Rousseff em 2016 (MEDEIROS FILHO, 2018).

Um destaque de Anderson *et al.* (2016, p. 49) evidencia e corrobora essa afirmação.

Brasil posee más adictos a *Facebook* que cualquier otro país, siendo superado sólo por Estados Unidos, y tanto el Vem Pra Rua como el MBL y otros grupos de la derecha – Revoltados On-Line (ROL) es outro movimiento destacado – vienen consiguiendo movilizar a la población con mucho más éxito que la izquierda, aunque sea importante tener en consideración el previsible perfil de clase de quien se adentra en la red social de Zuckerberg. En esto, el efecto multiplicador de esos grupos derechistas ha sido mucho mayor.

Algumas organizações tais como o Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados *On-line* (ROL) se alçaram, a partir de 2013, ao se adaptarem mais rápido às redes sociais, e se destacarem na propagação de suas pautas e demandas mais conservadoras. Esses

grupos foram protagonistas nas manifestações de 2014, 2015 e 2016, bem como na articulação do golpe contra a Presidente Dilma Rousseff. Essa adaptação pode ser entendida como uma janela de oportunidades para atingir diretamente seus simpatizantes. Os protestos despertaram nos grupos e nas pessoas mais alinhadas às pautas conservadoras o desejo de se manifestarem nas ruas, de exercer sua cidadania com uma legitimidade maior, tendo em vista que as movimentações eram um apanágio das frentes de esquerda (ANDERSON *et al.*, 2016; CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015; GURÃO, 2016; KRAWCZYK; LOMBARDI, 2018; SANTOS; BACCEGA; MATEUS, 2021).

O governo Dilma Rousseff sofre um grande abalo e vê seus índices de popularidade caírem 20 pontos percentuais. Desde a saída do ex-presidente Lula da presidência, os índices de satisfação, que se mantinham na casa dos 50%, caíram para 30%. Já o índice de insatisfação batia a casa dos 25%. Juntamente com a avaliação do governo Dilma, o Partido dos Trabalhadores (PT) também teve uma queda de popularidade, sem que voltasse a retroagir aos patamares anteriores (GUERRA *et al.*, 2017).

Em 17 de março de 2014, seria deflagrada a primeira operação da Lava Jato. Na ocasião, a Polícia Federal já havia feito a quebra de sigilo bancário de um posto de gasolina em Brasília e, com base nas informações obtidas, objetivava, com a operação, dismantlar a organização de várias quadrilhas, supostamente envolvidas com o esquema de lavagem de dinheiro no Paraná. Foram expedidos 81 mandados de busca e apreensão, além de 47 mandados de prisão. Um dos presos foi o doleiro Alberto Youssef, que posteriormente se tornaria uma peça preponderante no desencadeamento das demais operações (GUERRA *et al.*, 2017; NETTO, 2016).

Mesmo sofrendo com forte pressão da mídia, o governo Dilma Rousseff conseguiu uma moderada recuperação nos índices de satisfação popular e lançou seu nome como candidata, pelo PT, à reeleição para a Presidência da República. Foi uma disputa muito acirrada e extremamente polarizada entre PT e PSDB. Apesar de uma diferença muito pequena, a chapa composta por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) venceu as eleições de 2014, em segundo turno, obtendo uma votação de 54.501.118 de votos (51,64% dos votos válidos) contra 51.041.155 de votos (48,36% dos votos válidos), recebidos pela chapa integrada por Aécio Neves (PSDB) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB).

A derrota nas urnas não foi muito bem aceita por parte do candidato Aécio Neves e das alas políticas e sociais mais conservadoras, acusando, inclusive, que houvera fraudes no processo eleitoral. Começa a despontar o projeto de poder de uma direita conservadora e, como seria cunhado

posteriormente, contra tudo isso daí. Além desse entrave, o governo Dilma enfrentaria um Congresso Nacional composto por uma base mais conservadora que as anteriores, e uma fragmentação partidária, somando 28 legendas diferentes, o que dificultaria enormemente as negociações na aprovação dos projetos. A bancada BBB, termo que denomina conjuntamente os representantes das bancadas ruralista (Boi), armamentista (Bala) e evangélica (Bíblia), aumenta seu contingente em detrimento dos representantes das pautas mais sociais (GUERRA *et al.*, 2017; GURÃO, 2016).

Com uma base de aliados políticos, muitos indiciados por corrupção, o Deputado Eduardo Cunha foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, função primordial para articulação e execução do golpe que se orquestrava. Eduardo Cunha comandaria, portanto, no dia 17 de abril de 2016, uma Câmara em que 511 deputados participariam da votação para a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff; desse total, apenas 34 conseguiram angariar, sozinhos, os votos suficientes para serem eleitos. Os demais foram eleitos a rebote de suas votações em função das regras do sistema político vigente no Brasil (GUERRA *et al.*, 2017).

Corroboramos o pensamento de Grabois e Cavalcante (2016, p. 77) quando, na iminência da consumação do *impeachment*, afirmaram que “golpear a democracia é golpear os mais vulneráveis”, e continuam:

O Brasil saiu recentemente de uma ditadura civil-militar. Os torturadores que atuaram nesse sombrio e nefasto período sequer foram punidos. Pior: alguns ainda são “louvados” por nefastos agentes públicos, os mesmos que defendem o *impeachment* sem crime de responsabilidade. É esse grupo, que flerta com o fascismo e com o nazismo, que também defende a redução da maioridade penal, a violência e a invisibilidade que vitimam a população LGBT e a violência contra religiões de matriz africana, fomentando o fundamentalismo religioso, inclusive, dentro das escolas, a homofobia, a discriminação de gênero e a exclusão escolar. O Estado democrático de direito, que ora se encontra em grave risco, é aquele que protege os mais vulneráveis. É aquele que trata desigualmente os desiguais, em busca de garantir oportunidades a todos. Justiça social: é isso o que querem golpear (GRABOIS; CAVALCANTE, 2016, p. 77-78, grifo das autoras).

Tendo como seu símbolo maior o juiz Sérgio Moro, a Operação Lava Jato desempenhou papel primordial na disruptiva eleição de Jair Bolsonaro, considerando a forma indiscriminada de perseguição ao ex-presidente Lula e a concomitante judicialização da política. Alves (2016, p. 150) nos alerta que a Operação Lava Jato provocou a pactuação pragmática entre uma ala da “[...] direita fisiológica e mafiosa, incrustada no PMDB e partidos-satélites [...]” a uma “[...] direita ideológica neoliberal [...]” que, comandadas pelo Presidente da Câmara, Deputado

Eduardo Cunha (PMDB), minaram as ações do governo Dilma e conduziram-na ao *impeachment*, mesmo sem a materialidade comprobatória de que tivesse cometido um crime de responsabilidade.

Mal havia começado seu novo ciclo à frente da Presidência da República, em 2015, as crises se avolumavam. Logo, na composição dos ministérios, o governo Dilma perde parte da base eleitoral intelectual, ativista e popular, que a ajudou a se eleger. Essa base sentiu-se traída em função da proposta de campanha para a área econômica e, de imediato, Dilma nomeia o neoliberal Joaquim Levy como Ministro da Fazenda. A nomeação e a política de austeridade implementadas pelo governo causariam grande insatisfação (ALVES, 2016; GUERRA *et al.*, 2017; PAIVA; GAVIÃO; PRONER, 2016).

Enquanto o governo se atentava na nomeação dos Ministros de Estado, na tentativa de afastar seu governo das denúncias das operações da Lava Jato, as denúncias de corrupção apareciam de diversas formas, sejam pelas delações premiadas, vazamentos, pelos grampos ou por qualquer invenção jurídica que aparecesse. As ações eram nomeadas com frases de impacto, tal como “Operação Que País é Esse?”, designando a décima operação. Os veículos de comunicação cobriam as operações como se fossem filmes hollywoodianos, objetivando influenciar e conquistar a opinião pública.

Ao todo foram 13 fases da operação em 2015 (da 8.^a fase a 21.^a), contra sete de 2014. Em 2016, até o *impeachment* (agosto) outras 12 fases (da 22.^a a 33.^a fase – ou seja, 12 fases em oito meses). Da eleição de Dilma até seu *impeachment* foram 26 fases das 39 executadas. Depois da queda do PT foram apenas seis fases – duas delas antes das eleições municipais de 2016, com claro intuito de reforçar o antipetismo na Opinião Pública de modo a interferir nos resultados eleitorais: a 34.^a fase prendeu Guido Mantega (ex-ministro da Fazenda dos governos Lula e Dilma) e a 35.^a fase prendeu Antonio Palocci, outro ex-ministro petista. Boa parte das fases seguintes esteve ligada ao PMDB do Rio de Janeiro (GUERRA *et al.*, 2017, p. 80-81).

O Presidente Jair Bolsonaro, quando discursava em um evento no Palácio do Planalto, no dia 7 de outubro de 2020, que marcava o lançamento de um programa sobre aviação civil, disse que, em seu governo, não havia corrupção e, por isso, ele havia acabado com a Operação Lava Jato. Em suas palavras:

É um orgulho, é uma satisfação que eu tenho, dizer a essa imprensa maravilhosa nossa que eu não quero acabar com a Lava Jato, eu acabei com a Lava Jato, porque não tem mais corrupção no governo. Eu sei que isso não é virtude, é obrigação. Mas nós fazemos um governo de peito aberto (BOLSONARO..., 2020c, 0 s).

Nos meses de março e abril de 2015, as ruas ficariam lotadas com milhares de pessoas municiadas com seus discursos de ódio, camisas da seleção brasileira de Futebol, indumentárias nas cores verde e amarela, bandeiras do Brasil, e os brados retumbantes clamando por um país sem corrupção. Dentre os grupos com ideais conservadores que lideraram as manifestações, ganharam maior destaque o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados *On-line*, que se diziam apartidários e que lutavam pela democracia do país e contra a corrupção. As diversas pautas foram consubstanciadas no antipetismo e no pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (NOS 30..., 2015; BRASIL..., 2015b).

Os protestos foram articulados por meio de redes sociais, tais como o *Twitter*, *Facebook* e a plataforma de *WhatsApp*, que fez com que a informação chegasse mais rápido a um sem-número de pessoas, seduzindo uma parte da camada média da população, com um discurso liberalizante, anticorrupção, forjando assim uma reação golpista da direita ideológica neoliberal (ALVES, 2016).

A Presidente Dilma não aceitou negociar com o Deputado Eduardo Cunha, que almejava angariar votos no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, permitindo, assim, que seu mandato não fosse cassado. Em contrapartida, barraria o processo de *impeachment* contra a presidente. Dito de outra forma:

2 de dezembro de 2015, 14:30h – No Conselho de Ética da Câmara, Sibá Machado (PT/AC) anuncia que a bancada do PT irá votar a favor da admissibilidade do processo que pede a cassação do mandato de Eduardo Cunha (PMDB/RJ).

2 de dezembro, 18:40h – O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), acolhe o pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma, protocolado na Câmara dos Deputados em outubro, pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal (CNTE, 2017, p. 78).

Remontando aos pontos mais determinantes da cronologia do golpe, impetrado contra a Presidente Dilma Rousseff, seguem algumas informações e suas respectivas datas;

11 de abril de 2016 – A Comissão Especial analisa e aprova o pedido de *impeachment* por 38 votos favoráveis e 27 contra.

17 de abril de 2016 – A continuidade do processo de *impeachment* é aprovada no plenário da Câmara dos Deputados por 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 abstenções e 2 faltas.

26 de abril de 2016 – O Senado elege 21 parlamentares e 21 suplentes que analisarão o pedido de afastamento da Presidenta Dilma. Desses eleitos, mais de um terço respondem a inquéritos no STF.

[...]

29 de abril de 2016 – O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, é ouvido pela Comissão Especial do Senado, dizendo que não houve nenhum “atentado à Constituição” para justificar o afastamento da Presidenta.

4 de maio de 2016 – O senador Antônio Anastasia (PSDB/MG) dá parecer favorável ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

5 de maio de 2016 – Os ministros do STF aprovam o afastamento de Eduardo Cunha do exercício do seu mandato como deputado federal, por unanimidade.

6 de maio de 2016 – O parecer de Anastasia é aprovado pela Comissão Especial do Senado por 15 votos a 5, havendo uma abstenção, do senador Raimundo Lira (PMDB/PB), presidente do colegiado.

11 de maio de 2016 – Senadores votam a favor da admissibilidade do *impeachment*, o que incorre no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff por 180 dias, enquanto é julgada por crime de responsabilidade. Foram 55 votos a favor e 22 contra a admissibilidade do processo de *impeachment*. Michel Temer (PMDB) assume o cargo interinamente.

1º de junho de 2016 – Cardozo entrega as 570 páginas da defesa da Presidenta Dilma no Senado. A defesa era constituída de gravações com conversas entre Sergio Machado (então presidente da Transpetro, processadora brasileira de gás natural, vinculada à Petrobrás) e Romero Jucá (PMDB/RR) que falavam da motivação do processo de *impeachment* ser o fim da Operação Lava Jato, além de diversos argumentos que demonstravam que as pedaladas não eram crimes de responsabilidade e que o processo de *impeachment* possuía “flagrantes de nulidades e óbvio cerceamento de direito de defesa” [...]

28 de julho de 2016 – Cardozo entrega as alegações finais de Dilma: documento com 524 páginas, que repete os argumentos de que não houve crime de responsabilidade fiscal, afirma que a abertura do processo de *impeachment* teria sido uma represália do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, devido ao fato de o PT ter decidido não apoiá-lo no processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética, além de alegar que a edição de decretos complementares é prática recorrente entre os Presidentes da República e não possui irregularidades.

2 de agosto de 2016 – Anastasia apresenta um parecer favorável ao *impeachment* da Presidenta Dilma.

[...]

9 de agosto de 2016 – Sob o comando do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, o Senado começa a discussão e votação do relatório, novamente por maioria simples (neste caso, 41).

31 de agosto de 2016 – Depois de 8 meses e 23 dias do início da tramitação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, o Senado Federal faz a votação final [Votaram SIM 61 Senadores; votaram NÃO 20 Senadores] do julgamento político da Presidenta eleita Dilma Rousseff, condenando-a ao afastamento definitivo da Presidência da República e consolidando o golpe parlamentar (CNTE, 2017, p. 79-81).

O dia 17 de abril de 2016 ficaria marcado na história do Brasil como sendo o momento em que os “representantes do povo” macularam nossa frágil democracia e guindaram o Deputado Federal Jair Bolsonaro do subsolo do baixo clero do Congresso Nacional ao patamar de representação de uma direita conservadora. Embora repudiado por boa parcela da sociedade, seu discurso de ódio gratuito ressoava em outras vozes que clamavam ansiosas pela aparição de um mito para salvá-los de todas as ameaças progressistas (BOLSONARO..., 2019e).

O emaranhado em torno de um projeto de poder teria continuidade com a espetacularização midiática das Operações da Lava Jato, muitas vezes abdicando das decisões

legais e se distanciando da ética, propagando no imaginário social o perigo de uma iminente conspiração comunista que chegaria a seu ápice em sete de abril de 2018 com a prisão do ex-presidente Lula, uma das maiores lideranças políticas do país. Lula ficou preso por 580 dias e foi solto em oito de novembro de 2019. Mesmo preso, Lula liderou as pesquisas para a Presidência da República em 2018.

Por fim, julgamos por bem, na seção seguinte, traçar um perfil histórico de Jair Messias Bolsonaro em relação à sua trajetória de vida cotidiana, acadêmica, militar e política. Isso por acreditar que muitos fenômenos ocorridos ao longo dessa trajetória ajudam a explicar atitudes e posicionamentos atuais. Finalizando esta seção, ressaltamos a importância de termos trazido à baila os principais pontos defendidos por Jair Bolsonaro e seus correligionários quanto ao que diz respeito à área educacional. Suas bandeiras de campanha e posicionamentos ideológicos são decisivos para analisar e explicar o pensamento bolsonarista e de que forma ele se materializa nas políticas educacionais do governo federal.

6 JAIR MESSIAS BOLSONARO, O “MITO”

Este estudo não poderia cometer a negligência de se abster de trazer à tona um pouco da trajetória de vida de Jair Messias Bolsonaro. A pretensão desta seção foi mapear fatos e informações que auxiliem a estabelecer conexões entre os diversos momentos e circunstâncias da vida de Bolsonaro que, quiçá, possam facilitar a compreensão do viés que deu sustentação ideológica às suas ideias e proposições políticas, incluindo aqui aquelas relacionadas ao campo da educação.

Remontamos, durante a construção deste texto, aos conselhos recebidos nas disciplinas acadêmicas e no processo de orientação da pesquisa, relacionados à necessidade de manter o pesquisador afastado emocionalmente do objeto, tendo em vista a necessidade de se ampliar o campo de visão e, conseqüentemente, de colocar-se no contexto da razão em detrimento da paixão do eu-pesquisador. Ler, estudar, depurar, relacionar, refletir e escrever, procurando controlar os sentimentos pessoais de indignação ao realizar um trabalho dessa natureza, é realmente uma tarefa que exige muito cuidado, ainda mais quando esse tipo de assunto afeta, direta e indiretamente, a vida cotidiana e profissional, neste caso, no campo da educação. Com efeito, é sabido que as ações dos nossos governantes reverberam e impactam a vida de aproximadamente 211 milhões de pessoas no Brasil, e, neste caso específico, em tempos de pós-verdades, a ideologia bolsonarista, dividiu, de forma maniqueísta, a sociedade em dois grupos, sendo que de um lado estão aqueles que tiveram seus imaginários contaminados pelo discurso bolsonarista, passando a disseminar as narrativas usadas como mantras, associados, inclusive, a seu sobrenome “Messias”, como se realmente ele fosse um “enviado por Deus”; do outro lado, estão aqueles que se encontram perplexos e descrentes, assumindo-se enquanto resistência aos posicionamentos e políticas educacionais apresentadas por Bolsonaro.

A fim de depurar as informações a respeito de Jair Bolsonaro, além das fontes indicadas na metodologia, utilizou-se, em especial, da análise de três livros, a saber: “O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel” de Luiz Maklouf Carvalho, publicado em 2019 pela editora Todavia; a obra de Clóvis Saint-Clair, publicada em 2018 pela editora Máquina de Livros, que recebeu o título “Bolsonaro: o homem que peitou o exército e desafia a democracia”; por fim, o livro de Flávio Bolsonaro, publicado pela editora Altanena em 2017, com o título “Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade”.

Antes de prosseguir, faz-se necessário ressaltar uma lógica narrativa imbricada nos discursos do presidente e, conseqüentemente, de seus seguidores. Uma das narrativas que deu visibilidade a Bolsonaro foi, dentre outras, a utilização do termo “ideologia”, seja na sua vida parlamentar, na campanha presidencial ou até mesmo depois da posse. Esse assunto foi abordado com a atenção merecida em outra seção deste estudo, mas o destaque, neste momento, é para alertar que as narrativas dos livros de referência não estão isentas de posicionamentos ideológicos, às vezes indiretos, outras vezes mais evidentes, tanto é que na capa do livro “Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade” consta um alerta: “aos olhos do filho FLÁVIO BOLSONARO”.

O casal Percy Geraldo Bolsonaro e Olinda Bonturi Bolsonaro teve seis filhos¹⁰, um dos quais se tornaria o Presidente da República Federativa do Brasil. Jair Messias Bolsonaro foi o segundo filho mais velho dos seis e nasceu na cidade de Glicério¹¹, um pequeno município do estado de São Paulo que na época contava com pouco mais de quatro mil habitantes (FLÁVIO BOLSONARO¹², 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

Após uma gravidez complicada, “dona Linda”, como era tratada pelos mais íntimos, deu à luz a um menino no dia 21 de março de 1955. A polêmica parece ter nascido com Bolsonaro. Dona Linda, por ser muito religiosa, com ideais católicos, somados aos problemas que tivera na gestação, havia decidido que, caso fosse um menino, receberia o nome de Messias Bolsonaro. Messias em função de atribuir a Deus o milagre de seu nascimento. Decisão tomada, até que um vizinho da família sugeriu a Percy Geraldo, palmeirense, que colocasse o nome de Jair, em homenagem a Jair Rosa Pinto, meia-esquerda da seleção brasileira de Futebol e que nascera naquele mesmo dia. Sugestão acatada pelo casal e o nome sacramentado, foi registrado alguns dias depois, em Campinas, pois os costumes da época ditavam que só teria um futuro promissor aquele que tivesse, em sua certidão de nascimento, o registro de uma cidade grande (FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

¹⁰ De acordo com Flávio Bolsonaro (2017), havia um sétimo filho, chamado José Nider e que falecera, prematuramente, após poucas semanas de vida.

¹¹ Glicério é um município que faz parte do estado de São Paulo, hoje administrada por Ildo de Souza (PSDB). Segundo dados de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Glicério tinha uma população de 4.565 pessoas com estimativa de chegar a 4.815 pessoas em 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/glicerio/panorama>. Acesso em: 01 de jan. 2020.

¹² Contrariando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nas citações referidas ao livro intitulado “Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade”, cujo autor é Flávio Bolsonaro, não serão usadas citações com os dizeres BOLSONARO (2017), mas sim, FLÁVIO BOLSONARO (2017). Esse “erro proposital” tem, por objetivo, evitar a confusão do leitor e da leitora, haja vista que a tese tem em seu bojo os fundamentos ideológicos do pensamento e da práxis bolsonarista e sua materialização nas políticas educacionais, dessa forma, acredita-se que a alteração trará ganhos significativos quanto ao entendimento.

Filho de imigrantes italianos, Percy Geraldo trabalhou como auxiliar de um dentista em Campinas, época em que aprendeu, além de modelar dentaduras, as demais características inerentes à profissão. Portanto, Percy era um dentista prático. Nas palavras de Flávio Bolsonaro (2017, p. 8), Percy Geraldo “[...] acabou se tornando dentista prático, isto é, exercendo a profissão, mas sem formação de nível superior”. Narrativa que parece um eufemismo para o que Carvalho (2019, p. 22) e Saint-Clair (2018, p. 20) chamaram de “exercício ilegal da profissão¹³”.

Logo nos primeiros anos de vida de Bolsonaro, sua família mudou-se para o município paulista de Ribeira¹⁴, São Paulo. Percy Geraldo mantinha um consultório em Ribeira, tendo em vista que no município não havia dentistas; portanto, ele exercia o ofício de dentista prático e atendia também na zona rural da região, segundo Flávio Bolsonaro (2017), usando uma mula como meio de transporte.

A política circundava a família Bolsonaro. Saint-Clair (2018, p. 19) ressalta que era uma “[...] época em que as paixões eram extremadas”. A região do Ribeira vivia sob o espectro de um bipartidarismo, tendo, de um lado, os popularmente chamados de “pés-lisos”, grupo esse composto por cidadãos das classes mais abastadas da comunidade. Por outro lado, havia os “pés-rachados”, grupo com alinhamento mais popular, com um discurso mais voltado para os mais pobres. A discussão política era tão acirrada que não era raro o fato de os discursos extrapolarem para a agressão física, inclusive com tiroteios em praça pública (FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

Percy Geraldo pertencia ao grupo dos “pés-rachados” que defendia as “[...] pessoas mais humildes, que andavam descalças, representando os mais pobres” e, segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 96, grifo nosso), “[...] acabou sendo vítima de perseguição política e a represália foi trancafiá-lo numa cela na delegacia local, **por exercício ilegal da profissão**”. Fatos,

¹³ Destaque aqui para a Lei n.º 5.081, de 24 de agosto de 1996 que “Regula o Exercício da Odontologia”. O artigo segundo a referida lei reza o seguinte: “Art. 2º. O exercício da Odontologia no território nacional só é permitido ao cirurgião-dentista habilitado por escola ou faculdade oficial ou reconhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, na repartição sanitária estadual competente e inscrição no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5081.htm. Acesso em: 01 jan. 2020.

¹⁴ O município de Ribeira faz parte do estado de São Paulo e está localizado a cerca de 360 quilômetros da capital. Nos dados do último censo, em 2010 o município de Ribeira tinha uma população de 3.358 pessoas com uma estimativa de queda populacional para 3.340 pessoas em 2019, segundo dados do IBGE. Hoje, Ribeira é administrada por Jonas Dias Batista, prefeito eleito pelo PSDB. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeira/panorama>. Acesso em: 01 jan. 2020.

esses, corroborados por Saint-Clair (2018) e por Carvalho (2019, p. 22) que vai além ao afirmar que o livro de Flávio Bolsonaro “[...] não traz informação que comprove a perseguição a Percy”.

Flávio Bolsonaro (2017), contemporizando a situação, relata que Percy Geraldo fora flagrado pelo delegado de Ribeira fora da cela que havia sido deixada aberta devido ao grau de amizade entre Percy e o delegado, extraíndo um dente de outro detento por fora das grades. Diante da cena pitoresca, Flávio diz que o delegado se dirigiu a Percy da seguinte forma:

— Pô “Gerardo”, “cê” tá preso por causa disso e te pego arrancando dente aqui dentro?
 — indagou o delegado.
 Geraldo prontamente apresenta seu *habeas corpus* auricular:
 — Esse desgraçado fica urrando a noite toda com dor de dente e não deixa ninguém dormir! – **percebe-se que a sinceridade vem de berço.**
 O delegado então, contemporizou:
 — Sabemos o verdadeiro motivo de estar aqui. Fique tranquilo, sabemos que é uma **pessoa do bem** e trabalhadora (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 9-10, grifo nosso).

À guisa de conclusão do episódio, Percy Geraldo teria tratado dos dentes de todos da delegacia, presos e policiais. De acordo com as informações de Flávio Bolsonaro, Percy Geraldo “[...] jamais cogitou pedir indenização ao então governo João Goulart pelos seus dias na cadeia, em Ribeira” ao contrário de “[...] muitos que vivem hoje de polpudas indenizações, por supostamente terem sido vítimas de perseguição política” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 10).

Embora tenha sido feito aqui um recorte aparentemente jocoso, indigno de uma tese de doutoramento, podem pensar alguns, tal recorte apresenta importante simbolismo quando se analisam as entrelinhas. O primeiro destaque feito na citação direta anterior quando o autor, Flávio Bolsonaro (2017, p. 10), afirma que “percebe-se que a sinceridade vem de berço”, assertiva essa que pressupõe uma comparação entre a suposta “sinceridade”¹⁵ de Percy Geraldo, pai do Presidente Jair Bolsonaro, com a também suposta “sinceridade” do próprio presidente, e seu filho, Jair Messias Bolsonaro.

Flávio Bolsonaro (2017, p. 9-10) compara o episódio envolvendo seu avô, Percy Geraldo, que fora preso, segundo suas próprias palavras, “[...] por exercício ilegal da profissão” de

¹⁵ A expressão “suposta sinceridade” aqui atribuída à Percy Geraldo e ao presidente Jair Bolsonaro não tem, de forma alguma, qualquer caráter depreciativo. O que se coloca em xeque, nesse excerto, é o fato primeiro de não haver formas comprobatórias de atestar que tais fatos ocorreram dessa maneira e que as referidas falas foram compostas dessa forma e nesse contexto. No que tange à expressão dirigida ao presidente Jair Bolsonaro, apesar da polêmica estar imbricada em sua vida pública e, muitas vezes ele falar o que vem à cabeça, não se pode atribuir a esse tipo de comportamento o sinônimo de “sinceridade”.

dentista com a situação das vítimas de perseguição política no período da ditadura militar, devidamente amparadas pela Lei n.º 12.528¹⁶, de 18 de novembro de 2011. A comparação é descabida e beira ao jocoso pela desproporcionalidade dos fatos. Vale destacar que ele fora absolvido por sentença em 18 de junho de 1973, da acusação de exercício ilegal da profissão.

A família Bolsonaro, em 1964, muda-se para Jundiaí¹⁷, São Paulo, época em que nasceu o irmão Renato. Na ocasião, Percy Geraldo vendia elásticos para borzeguins – um tipo de calçado – enquanto Jair Bolsonaro estudava no grupo escolar Coronel Siqueira de Moraes, “[...] já se revelando um bom aluno” no auge dos seus nove anos (CARVALHO, 2019 apud FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 10). Discurso esse que seria apregoadado durante as entrevistas em campanha e depois da posse.

Flávio Bolsonaro (2017, p. 10, grifo nosso) afirma que, nessa época, 1964, “o país vivia momentos difíceis, com **ameaça comunista de tomada de poder**. Dona Olinda e seus filhos participaram da ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’, em defesa da democracia”. Esse discurso de combater uma ameaça comunista de tomada do poder, bem como o afastamento de um socialismo que existe/existia/existirá no Brasil, foram motes de campanha do atual governo Bolsonaro.

A esse respeito, Carvalho (2019, p. 22) reforça a tese de que havia uma

[...] insistência em criar, de trás para a frente, uma versão para o conservadorismo puro-sangue da família, como se Bolsonaro fosse um predestinado, o livro coloca dona Olinda e seus filhos na “Marcha da família com Deus pela liberdade”, manifestação de apoio à movimentação civil-militar que em 31 de março de 1964 derrubou o presidente eleito João Goulart por meio de um golpe, instalando a ditadura que durou 21 anos. Mesmo que tivessem participado, o que é muito improvável, que importância teria isso tanto tempo depois?

¹⁶ A Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011, teve como proposta, criar a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Intentando elucidar os objetivos da citada lei, apresenta-se seu primeiro artigo na íntegra: “Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. Para saber mais, a letra da lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 01 jan. 2020.

¹⁷ O município de Jundiaí, São Paulo, é hoje administrado por Luiz Fernando Arantes Machado (PSDB). De acordo com o último censo, em 2010, a população estimada é de 426.935 pessoas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/jundiai.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

No ano de 1965, a família Bolsonaro mudou-se para Sete Barras¹⁸, Barras, no Vale do Ribeira, estado de São Paulo e, em 1966, a família fez morada em Eldorado¹⁹, também em São Paulo, município esse em que Bolsonaro e seus irmãos viveram a maior parte da infância. Em Eldorado, Percy Geraldo voltaria a exercer a profissão de dentista prático, tendo se arriscado, também, na vida pública, quando concorreu, sem sucesso, à prefeitura de Eldorado na década de 1970, “[...] pelo MDB, que fazia oposição à ditadura militar” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 20).

Mais precisamente, Percy Geraldo Bolsonaro candidatou-se à prefeitura de Eldorado em 1976, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma “sigla [que] abrigava os opositores da ditadura. Percy tentou o cargo mais duas vezes – em 1982 e 1988, dessa vez pelo PDS (Partido Democrático Social), sucessor da Arena e extinto em 1993 –, mas nunca foi eleito” (FAGUNDEZ, 2019, n. p.).

O Departamento de Ordem Política e Social (Dops), o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o comando da Aeronáutica ficharam e monitoraram o pai de Bolsonaro. As atividades políticas de Percy Geraldo foram monitoradas, sendo tudo isso em função e a partir de sua candidatura à prefeitura de Eldorado pelo MDB. Registraram, inclusive, o crime de que ele havia sido acusado, o de exercício ilegal da profissão de dentista, tendo sido absolvido em 1973. Percy Geraldo morou em Eldorado até seu falecimento em 1995 (FAGUNDEZ, 2019).

Flávio Bolsonaro (2017) salienta que Bolsonaro e seus irmãos sempre estudaram em escolas públicas e que eram, naquele tempo, de boa qualidade. Ainda, com relação aos estudos, no município de Eldorado,

[...] Bolsonaro fez o então “grupo escolar” (na verdade, o curso primário, de quatro anos e equivalente, hoje, ao primeiro segmento do ensino fundamental) e, ainda, o ginásio (por mais quatro anos, que corresponde ao segundo segmento do ensino fundamental) e, ainda, o científico (por três anos, que seria o atual ensino médio) (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 12).

Sem muitos detalhes divergentes, acreditamos que das três obras apresentando a vida escolar de Bolsonaro daquela época, dois autores, Saint-Clair (2018) e Carvalho (2019), utilizaram

¹⁸ O último censo (2010) atribuiu ao município de Sete Barras, São Paulo, a população de 13.005 pessoas com estimativa de queda na população para 12.832 pessoas em 2019. Hoje o município é administrado por Dean Alves Martins (MDB). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sete-barras/panorama>. Acesso em: 01 jan. 2020.

¹⁹ O município de Eldorado, Vale do Ribeira, estado de São Paulo, hoje administrada por Durval Adélio de Moraes (PR) e conta com uma população de 14.641 habitantes e uma projeção de crescimento para 15.494 em 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/eldorado/panorama>. Acesso em: 01 jan. 2020.

as informações contidas no livro Flávio Bolsonaro (2017), na expectativa de enriquecer suas próprias obras e em busca de um perfil escolar mais detalhado daquele que, anos depois, se tornaria Presidente do Brasil.

Insistimos em trazer à baila todas as informações possíveis sobre a vida escolar de Jair Bolsonaro, tendo em vista que a Educação está no cerne deste estudo e sua narrativa. Durante a trajetória presidencial, ascensão política, campanha e gestão, estão, de certa forma, imbricadas ao seu modo de ser e ver a educação pública.

Detalhes publicizados por Flávio Bolsonaro (2017) mostram que, naquela época, havia um “quadro de honra”. Sem clarificar se a conduta era generalizada na escolarização pública ou se era uma questão pontual do grupo escolar em que Jair Bolsonaro tinha estudado, o autor diz que havia um sistema de classificação, em que “[...] os três melhores alunos, em cada disciplina, em todas as séries, tinham suas fotos postadas no mural da escola, para orgulho dos próprios alunos e de seus familiares” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 13). Coincidência ou não, essa proposta de exaltação da competição meritocrática, utilizando-se da nota como seu balizador de qualidade, parece ser uma conduta corriqueira nas atuais escolas com gestão militar e cívico-militar. Conduta essa corroborada pelo atual governo Bolsonaro.

Nesse mesmo norte, o autor afirma que

A iniciativa gerava uma enorme, mas saudável, competição entre os alunos, que se esforçavam para tirar notas melhores e aparecerem no quadro. Hoje, na progressista e falida política de educação do país, essa competição é vista como *bullying*. Para alegria de muitos e desespero de alguns, **Bolsonaro já oprimia**, desde então, com sua foto repetida no mural de honra, geralmente na primeira colocação em disciplinas como física, português, matemática, biologia e química (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 13, grifo nosso).

Antes de prosseguir, vale lembrar Carvalho (2019, p. 22) quando afirma existir uma “[...] insistência em criar, de trás para frente, uma versão para o conservadorismo puro-sangue da família, como se Bolsonaro fosse um predestinado [...]”. Dito isso, salientamos que todas as bandeiras de campanha do atual Presidente Jair Bolsonaro parecem se consubstanciar na sua história de vida desde sempre. Partindo do pressuposto de que as informações elencadas são verossímeis, pois julgamos carecer de maior detalhamento, análise de documentos ou fatos comprobatórios, algumas questões podem ser levantadas para posterior aprofundamento neste trabalho.

Quanto à questão da meritocracia, Flávio Bolsonaro (2017, p. 13) exalta que era gerada uma “enorme” competição, mas que ela era “saudável”, fazendo com que os alunos se esforçassem “[...] para tirar notas melhores e aparecerem no quadro”. Embora não se pretenda um aprofundamento da análise desse excerto, seria leviano simplesmente ignorá-lo e seguir sem refletir um pouco mais sobre o seu sentido e significado. O discurso da meritocracia²⁰ é uma das bandeiras presentes no discurso oficial do governo Bolsonaro, em que os “melhores” devem ser premiados em detrimento dos “piores”. Portanto, faz-se necessário refletir se os referenciais para serem determinados os “melhores” serão sempre as notas objetivas, pura e simplesmente, sem que outras inteligências sejam consideradas? Em seguida, o referido autor (FLÁVIO BOLSONARO, 2017) traz à baila outra fala comum que acompanha o Presidente Jair Bolsonaro e seus simpatizantes quando atribui uma suposta falência da política de educação do país aos ideais de uma administração progressista. Essa fala comum vem sempre acompanhada da afirmação de que a educação brasileira está nas últimas posições do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e que os estudantes não sabem sequer fazer uma regra de três simples. Os dados do Pisa são incontestáveis, isso é fato! O Brasil encontra-se nas últimas posições dos países que participam dessa avaliação externa às escolas, embora tenha apresentado pequena melhora ao comparar os seus próprios resultados. Por fim, será que é correto decretar a falência da educação de um país sem levar em consideração, por exemplo, a universalização da Educação Básica? A qualidade na formação inicial dos professores? O não cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE)? São muitos fatores que interferem significativamente na qualidade da educação, levando-se em consideração até mesmo o arcabouço conceitual utilizado para se definir o que seria essa decantada qualidade.

Para que se possa caminhar e voltar para a trajetória de vida do cidadão e Presidente da República Jair Bolsonaro, passamos para o ponto seguinte quando Flávio Bolsonaro (2017) afirma que “Bolsonaro já oprimia” com sua foto publicizada no mural do grupo escolar, frequentemente nas primeiras colocações. Partimos do pressuposto de que o citado autor fazia menção aos dias hodiernos quando afirma que esse resultado causava a “[...] alegria de muitos e desespero de alguns [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 13). Esse tipo de narrativa também pode ser encontrada no bojo dos discursos de Jair Bolsonaro, de seu Ministro da Educação Abraham Weintraub e de

²⁰ Um dos muitos momentos em que Jair Bolsonaro exalta uma educação à base da meritocracia. A fala pode ser conferida aos 22min49s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mNlrh9jNPP4>. Acesso em: 29 nov. 2021.

grande parte de seus simpatizantes. O discurso atribuindo culpabilidade ao educador Paulo Freire, declarado patrono da educação brasileira, por meio da Lei n.º 1.262²¹, vigorando no país desde o dia 13 de abril de 2012. A escolha de vocábulos faz toda a diferença nesta assertiva: “Bolsonaro já oprimia”. Expressão usada claramente com o intuito de fazer alusão, de forma irônica, a uma das obras de Paulo Freire intitulada “Pedagogia do oprimido”. Essas plataformas de campanha serão tratadas em uma seção específica, mas acreditamos que aqui poderia receber o devido destaque.

Segundo Flávio Bolsonaro (2017), o garoto Jair Bolsonaro estudava muito e era um assíduo frequentador da biblioteca da cidade. Jair Bolsonaro “[...] costumava se virar sozinho para conseguir o próprio dinheiro e satisfazer seus desejos simples de adolescente”. Sabedor das dificuldades financeiras da família, Jair Bolsonaro “tinha vergonha de pedir algo a seu pai” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 14).

“Jair Messias garimpava, pescava, limpava os peixes, ajudava os irmãos a vendê-los, e coletava palmito e maracujá” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018 apud CARVALHO, 2019, p. 23). De acordo com Flávio Bolsonaro (2017), era comum Jair Bolsonaro embrenhar-se na mata, sozinho, em busca de palmito. Afirma também que Jair Bolsonaro “sequer imaginava que seu conhecimento da região iria mudar o rumo de sua vida” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 14).

A relação de Percy Geraldo e Jair Bolsonaro não era das melhores. Percy era “[...] um sujeito duro e enérgico, mas que era dado à boemia, tinha fama de bebedor e fumava muito [...]” e que, contraditoriamente, não queria que os filhos seguissem seu exemplo (SAINT-CLAIR, 2018, p. 20). Esse comportamento do pai era desaprovado por Jair Messias. A mãe, dona Olinda, por outro lado, dispensava aos filhos o carinho que não recebiam do pai. Compensava a frieza do pai com seu afeto. Mantinha os filhos na linha, controlando os horários de comer e dormir, sempre na intenção de fornecer uma educação que não os transformassem em “[...] crianças estúpidas e brutas” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 20).

Outro episódio recorrente da narrativa biográfica de Flávio Bolsonaro (2017) coaduna-se com a versão de que Jair Bolsonaro “[...] veio moldando, ao sabor das circunstâncias, ao longo de sua vida parlamentar: a de ter ajudado o Exército na caçada ao Capitão Carlos Lamarca, desertor do Exército [...]” (CARVALHO, 2019, p. 23). O ano era 1970. A data, oito de maio. A versão de

²¹ Lei n.º 1.262 de 13 de abril de 2012, que “Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira”. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10562-16-04-12-link-leipaulofreire&category_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 jan. 2020.

Flávio Bolsonaro (2017, p. 27) detalha que, por volta de 18 horas, Jair Bolsonaro ainda estava no colégio, que ficava a menos de cem metros da praça onde Carlos Lamarca, um desertor do exército “[...] surpreendeu um pequeno grupo de policiais da, então, Força Pública de São Paulo, furando o bloqueio em direção à vizinha cidade de Sete Barras”.

Flávio Bolsonaro (2017, p. 27) afirma que

Nessa época Bolsonaro tinha 15 anos de idade e, como conhecedor das matas do Vale do Ribeira, aproximou-se dos militares do Exército oferecendo-se para colaborar com informações sobre a região na captura do terrorista Lamarca. Foi assim que conheceu e se encantou pelo Exército Brasileiro, quando sentiu tocar seu coração a vontade de servir ao seu país.

Carvalho (2019) aponta que não seria impossível que os oficiais do exército tenham recebido alguma informação dos populares da região. E afirma, na sequência, que, se assim aconteceu, as informações teriam sido inúteis, haja vista que “[...] Lamarca já furara o cerco; ele só seria capturado mais de um ano depois, na Bahia” (CARVALHO, 2019, p. 25). De acordo com o autor supracitado, nos relatórios da “Operação Registro”, nome dado ao episódio de Eldorado, não constam indicações de que populares tenham fornecido qualquer tipo de informação, muito menos especificando quem seria o responsável pela informação.

Mediante o ocorrido em Eldorado, Carvalho (2019, p. 24) afirma que Flávio Bolsonaro, “para deixar seu relato ainda mais redondo [...]” teria acrescentado que “nessa operação um militar entregou-lhe [a Jair Bolsonaro] um prospecto conhecido como Icam – Instrução de Concurso de Admissão e Matrícula”. Após aprovação, Bolsonaro ficara em dúvida se deveria se apresentar à Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) ou desistir e atuar como goleiro pela equipe do Madureira, um time de Futebol do município de Eldorado. Diante do impasse, Bolsonaro buscou os conselhos de seu pai, Percy Geraldo, que foi categórico e determinou que ele se apresentasse à EsPCEEx e esquecesse de vez o Futebol (CARVALHO, 2019; FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

Em 1972, Jair Bolsonaro prestou a prova para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) em Campinas. Bolsonaro tinha completado o científico (equivalente ao ensino médio) e mesmo assim prestou a prova para a EsPCEEx, “[...] quando deveria ter se inscrito para fazer um curso superior na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman)” (SAINT-CLAIR, 2018,

p. 23). Erro só detectado quando começou a fazer o curso. Bolsonaro só prestaria a prova para ingressar na Aman no ano seguinte, 1973.

Flávio Bolsonaro (2017), em um excerto de seu livro, exalta a qualidade da educação brasileira na época em que o país era governado pelos militares em detrimento da educação pública atualmente. Segundo ele, no “[...] período em que o Brasil foi governado pelos militares, o ensino público era de qualidade e possibilitava aos brasileiros que, pelo conhecimento e pelos próprios méritos, ascendessem na vida” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 29). Essa é mais uma das questões presentes nas falas do Presidente da República e de seus simpatizantes.

Após cursar um ano na EsPCEx, as notas de Jair Bolsonaro foram: 78 pontos em desenho, 75 em química, 71 pontos em instrução militar e inglês, 70 em matemática, 66 em física, 65 pontos em educação moral e cívica, 53 em português e 51 em história. De acordo com informações de Carvalho (2019), essas notas foram suficientes para garantir sua aprovação para o segundo ano da EsPCEx, mas Bolsonaro optaria pela mudança para a Aman. Destaque aqui para a disciplina “educação moral e cívica” que Jair Bolsonaro, já na posição de presidente, manifestou desejo de sua incorporação ao currículo da Educação Básica, por considerá-la de conteúdo importante para a formação do cidadão e ele, contrastante ao discurso de bom estudante, apresenta resultado medíocre.

Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 31), Jair Bolsonaro encontrava-se de férias em Eldorado quando recebeu a notícia de que havia passado no concurso da Aman, “[...] um dos mais concorridos do Brasil. Eram apenas 38 vagas para mais de 30 mil candidatos em todo [o] Brasil”. Flávio Bolsonaro (2017, p. 31) exalta que “o menino pobre, bom filho, estudioso e trabalhador havia conseguido uma façanha de orgulhar a família inteira”. O fato de o autor ressaltar que “o menino pobre, bom filho, estudioso e trabalhador [...]” havia conseguido conquistar grande feito e passar em um concurso difícil e bastante concorrido, parece retomar, nas entrelinhas, o retumbante discurso da meritocracia, que basta ao cidadão a vontade e o esforço que ela conseguirá a tão desejada ascensão social e financeira.

Quando iniciou os estudos na Aman, Jair Bolsonaro estranhou a diferença entre o grau de exigência dos dois cursos, com especial dificuldade para a disciplina geometria descritiva. Jair Bolsonaro estava novamente diante de um impasse, sem saber ao certo qual caminho seguir, pensando em desistir. Diagnosticando a aflição do novo aluno, capitão Oliveira, da sessão psicotécnica de ensino, concede-lhe uma semana de liberação para que pudesse pensar e decidir se

realmente gostaria de estudar na Aman. De volta a Eldorado, Jair Bolsonaro buscou novamente e imediatamente os conselhos do pai, Percy Geraldo (CARVALHO, 2019; FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018). O recorrente retorno ao pai, presente nos textos analisados, podem, ideologicamente, revestir a ideia de respeito à família, à tradição e à sua visão teocrática de mundo.

Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 33), o diálogo iniciou-se com Jair Bolsonaro perguntando: “— Pai, está sendo muito difícil para mim, não sei se volto para a EsPCEEx ou apenas confirmo minha baixa na Aman, o que o senhor acha?”. Pergunta que Percy Geraldo respondeu de forma direta e sem pestanejar: “— Amanhã cedo você embarca num ônibus da Viação 9 de Julho para São Paulo. Depois você vai pegar o ‘Cometão’, para descer em Resende e não se discute mais o assunto” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 33).

Dez de março de 1974 ficaria marcado na vida de Jair Bolsonaro como sendo a data em que fora efetivado na Aman, recebendo o espadim de Caxias, cerimônia em que foi confirmado como cadete em 24 de agosto de 1974. “Integrou a turma Tiradentes, composta por 427 alunos, tendo sido declarado aspirante a oficial de artilharia em 15 de dezembro de 1977” (CARVALHO, 2019, p. 29). Dessa turma, um chegou à Presidência da República e cinco ao generalato.

Durante o período na Aman, o número de cadete de Jair Bolsonaro foi o 531. Tendo em vista sua boa saúde, força física, o cadete 531 recebera o apelido de “Cavalão”. Os exames finais do primeiro ano foram realizados no final de 1974 e apresentaram o seguinte panorama em ordem decrescente: nota 9,3 em geometria descritiva, aquela mesma disciplina que o aterrorizava no começo do curso. Em matemática e Grupo I de disciplinas militares, obteve 8,7; 7,7 em filosofia; 7,3 em física I e Grupo III; 6,6 em química e 6,1 em Grupo II. Notas essas que foram suficientes para classificá-lo para o segundo ano em 59.º lugar, somando 28.300 pontos (CARVALHO, 2019; FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

Carvalho (2019) destaca que em outubro de 1975, Jair Bolsonaro, o cadete 531, foi elogiado pelo então comandante²² da 5.ª companhia do curso básico. A letra do primeiro elogio dizia: “Louvo-o pelo esforço, tenacidade, zelo e dedicação revelados nos treinamentos e na apresentação do Corpo de Cadetes durante o desfile de Sete de Setembro, caracterizados pelo garbo, precisão de movimentos e marcialidade, honrando as tradições mais caras da Academia”

²² Segundo as pesquisas de Carvalho (2019), o nome desse comandante não foi encontrado.

(CARVALHO, 2019, p. 31). Dez dias depois, o cadete 531 receberia o segundo elogio com os dizeres:

Pela inteireza moral demonstrada ao apontar erro de grau em verificação corrente (VC),²³ mesmo sabendo que tal procedimento iria diminuir seu grau. Tal atitude é um exemplo a ser seguido por seus pares, pois bem caracteriza a noção de valor moral, tão importante para o militar em formação (CARVALHO, 2019, p. 31).

O cadete 531 obtivera o 48.º lugar entre os 386 alunos, perfazendo um total de 56.375 pontos. Seu desempenho acadêmico, em seu segundo ano de Aman, pode ser assim diagnosticado: sua maior nota, 9,5, foi obtida nas matérias militares do Grupo I; em seguida vem estatística com nota 8,8; em mecânica ele ficou com 8,5; 7,8 em topografia; 7,3 em Grupo II; e nota 6,3 em Grupo III e psicologia (CARVALHO, 2019).

O terceiro ano de Aman seria um ano de destaque nos aspectos esportivos. Cavalão (cadete 531) “[...] foi recordista na corrida de 04 km fardado [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 34; SAINT-CLAIR, 2018, p. 24), resultado que, de certa forma, o qualificou para ser convocado e, em maio de 1976, passou a treinar com a equipe de pentatlo militar. A competição aconteceu de 13 a 17 de setembro e, logo depois dos jogos, em outubro, também recebeu elogios do major instrutor da seção de Educação Física da equipe de pentatlo. Segundo Carvalho (2019, p. 33), não consta o nome do major instrutor que ressaltou:

Jair Bolsonaro, do curso de artilharia, integrando pela primeira vez a equipe de pentatlo militar da Aman, evidenciou suas qualidades de atleta e desportista, quando mercê de seu esforço próprio e competindo com atletas mais experientes conseguiu o terceiro lugar individual na Navamer/76, na difícil modalidade que é o pentatlo militar.

Carvalho (2019) registra que Jair Bolsonaro (cadete 531) somou 84.053 pontos em seu terceiro ano de Aman e foi aprovado para o quarto ano na 12.ª posição dentre 69 cadetes. Esse foi o ano em que ele obteve as notas mais baixas. Tirou 9,4 em Grupo I; ficou “[...] entre 7 e 7,8 nas demais disciplinas (filosofia II, redação e estilística, balística e Grupo II, III e IV)”. Ficou com 5,9 em economia e finanças e 5,4 em psicologia (CARVALHO, 2019, p. 33).

²³ Segundo a seção de Comunicação Social da Aman, “VC ou verificação corrente é um tipo de avaliação da aprendizagem, uma prova teórica formal. As VC são aplicadas no decorrer da instrução; por sua vez, as Verificações Finais (VF) avaliam todo o conteúdo ministrado na matéria” (CARVALHO, 2019, p. 31).

O comandante do curso de artilharia foi responsável pelo primeiro elogio ao cadete 531 no ano de 1977. Elogio esse realizado em 24 de março com o seguinte registro: “Por não ter perdido pontos durante o ano de 1976, demonstrando elevado grau de responsabilidade no cumprimento de suas obrigações, assiduidade e pontualidade, qualidades fundamentais para um futuro oficial” (CARVALHO, 2019, p. 34). Dias depois, mais precisamente em 31 de março de 1976, Jair Bolsonaro “[...] bateu com a testa em uma árvore ao lado do campo de treinamento, sofrendo um corte no supercílio esquerdo” (CARVALHO, 2019, p. 34). De acordo com as informações registradas “[...] não houve imperícia, imprudência, negligência ou prática de qualquer outra transgressão preliminar” (CARVALHO, 2019, p. 34).

Em função de seu desempenho quando de uma viagem de instrução feita a Olinda, em Pernambuco, Jair Bolsonaro (cadete 531), recebeu, em 5 de abril de 1977, seu segundo elogio, feito igualmente por seu comando. No registro consta que

Pelo elevado padrão de consciência profissional, amor à carreira e desprendimento demonstrado pelo cadete 531, do quarto ano, que cooperou voluntariamente no estágio de instrução para aspirante a oficial R2, do serviço de saúde, realizado no 4.º BPE [Batalhão de Polícia do Exército] em Olinda, PE. De 7/1 a 9/2, [período] em que esteve alojado naquela OM [Organização Militar] ministrou aos aspirantes a of. R2 instruções de topografia, minas e armadilhas, e treinamento físico (CARVALHO, 2019, p. 36).

O tenente-coronel Marcílio Faria Braga, comandante do 4.º BPE corrobora o registro feito e afirma que

A instrução revestiu-se de maior eficiência graças à seriedade e senso de responsabilidade com que o cadete Bolsonaro se entregou àquela tarefa, motivo pelo qual tornou-se alvo da admiração dos militares daquele batalhão.

A atitude do cadete Bolsonaro enche de orgulho seus superiores e colegas de arma, credenciando-o a ser citado como exemplo entre seus pares, pelo grande número de qualidades altamente positivas demonstradas com seu ato, e pela forma brilhante como representou o cadete da Aman junto a uma unidade do Exército (CARVALHO, 2019, p. 37).

Próximo ao findar do seu último ano na Aman, no segundo semestre de 1977, um imbróglío marcaria as pretensões de Jair Bolsonaro (cadete 531) quanto a ingressar no curso de paraquedismo. O fato é narrado por Flávio Bolsonaro (2017). De acordo com ele, Jair Bolsonaro foi fazer uma avaliação diagnóstica e, nos exames de praxe, foi detectada uma cárie em um de seus dentes; diante disso, o coronel dentista recomendou a sua reprovação na avaliação médica e

consequente inviabilidade de ingresso no curso de paraquedismo. Em função dessa devolutiva, Bolsonaro solicita permissão ao coronel dentista para ir à cidade a fim de providenciar a devida obturação e uma possível reavaliação. Permissão concedida, mas, devido à falta de recursos, Bolsonaro teve que tomar dinheiro emprestado de seus pares para conseguir fazer o tratamento odontológico de emergência que era necessário para se apresentar no dia seguinte pela manhã. “Cumprida a exigência, Bolsonaro é aprovado na avaliação médica” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 34).

Eis que é chegado o dia da cerimônia conhecida como “marcação de capacetes”, que tem como ritual a entrega de capacetes numerados aos cadetes aprovados e que fariam o curso de paraquedismo. Chamaram todos os cadetes presentes no pátio, menos Jair Bolsonaro que aguardava o chamamento de seu nome. Nesse momento, aparece o major Gilberto (não foi divulgado o sobrenome), dirige-se até Jair Bolsonaro e começa o diálogo:

- Você não poderá fazer o curso pois foi reprovado no exame odontológico.
 - Não senhor, major. Eu fui aprovado. — respondeu indignado e explicando todo o ocorrido.
 - Bolsonaro, o senhor não fará o curso, volte para sua ala agora.
 - Major, eu quero ser paraquedista.
- Começava o problema, pois Bolsonaro reagia, relutava a cumprir a ordem. Depois de muita resistência, aproxima-se o comandante do Corpo de Cadetes, coronel Ney Almério Ferreira Diniz (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 35-36).

Diante do impasse, o coronel Ney Almério Ferreira Diniz²⁴ ouviu a versão de Jair Bolsonaro e mandou chamar o coronel dentista que o havia avaliado para que pudesse fazer a acareação dos fatos. Segundo Flávio Bolsonaro (2017), o coronel dentista contestou a versão de Bolsonaro e reiterou sua reprovação. A imediata reação do cadete Bolsonaro foi responder “— O senhor está mentindo, coronel!” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 36; SAINT-CLAIR, 2018, p. 25). Fala essa exaltando toda a sua indignação, chamando um superior hierárquico de mentiroso na presença de outro coronel. Diante do impasse, o coronel Almério solicita que Bolsonaro se retrate com seu superior, mas ele retruca “[...] Eu fui à cidade e obturei o dente por sugestão dele. Eu estou aprovado no exame odontológico como ele mesmo me disse quando eu retornei de Resende. O

²⁴ Carvalho (2019, p. 38) destaca que Jair Bolsonaro e Flávio Bolsonaro estavam errados na identificação do coronel Almério, talvez pela semelhança dos nomes. “O Comandante de Cadetes da Aman na época do episódio era o coronel Almério José Ferreira Diniz [...] [e não] Ney Almério Ferreira Diniz, [...] [que] serviu com Bolsonaro bem depois desse fato, em outra unidade”.

senhor pode olhar que o dente foi obturado” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 36; SAINT-CLAIR, 2018, p. 25).

O Coronel Almério solicita que o cadete Bolsonaro volte à sua ala e dessa vez é atendido. Tais atitudes, segundo Flávio Bolsonaro (2017), colocavam em risco a permanência de Jair Bolsonaro no exército, haja vista que, dirigir-se a um superior hierárquico da forma como foi feito, poderia provocar seu desligamento da Aman. Porém, pouco tempo depois, sem mais explicações, Bolsonaro recebe a informação de que poderia ingressar no curso de paraquedismo (CARVALHO, 2019; FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

Além do relato histórico, com o intento de remontar às reminiscências da vida pregressa de Jair Bolsonaro, vale destacar o posicionamento de Carvalho (2019) ao refutar Flávio Bolsonaro (2017) e Saint-Clair (2018) com relação ao possível comportamento intempestivo e ao xingamento ao coronel, ainda mais com o fato ocorrendo na presença de outro coronel. Carvalho (2019) pressupõe a construção de uma narrativa, enxertando fatos e detalhes na formação de um personagem. Personagem esse que tem essência construída, forjada e que sensibilizaria um estereótipo aclamado por uma parte da população mais alinhada à sua cosmovisão. Corroborando esse pressuposto, recorreremos, novamente, aos estudos de Carvalho (2019) quando cita o depoimento de Almério Diniz em um processo ao qual Bolsonaro respondeu junto ao Superior Tribunal Militar (STM). O depoimento aconteceu no dia 30 de dezembro de 1987, data em que Almério Diniz já estava na condição de General de Brigada da reserva. O depoimento foi pontual, explicitando o episódio ocorrido, mas sem manifestar qualquer xingamento ou conduta inapropriada a um coronel (CARVALHO, 2019; FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

Resolvida a situação, Jair Bolsonaro (cadete 531, o cavalão) “[...] fez o curso básico de paraquedismo entre 4 e 21 de julho de 1977”, agregando assim, mais um curso à sua carreira militar (CARVALHO, 2019, p. 41).

Quase fechando seu ciclo na Aman, em 22 de setembro de 1977, Bolsonaro seria novamente elogiado. A letra do elogio²⁵ dizia: “Fibra, denodo, cavalheirismo e persistência foram características constantes desse atleta em todos os combates esportivos realizados, batendo seu próprio recorde na prova de *cross country* do pentatlo militar” (CARVALHO, 2019, p. 41).

²⁵ Carvalho (2019) apresenta a letra do elogio, mas não destaca sua autoria.

As notas finais do cadete Bolsonaro, em seu quarto e último ano na Aman, foram as seguintes: ficou com 9,7 em Grupo I; em psicologia III tirou 7,3; 7,2 em Grupo IV; 7 em direito e geografia; 5,7 em Grupo II; 5,6 em Grupo III; e, por fim, 5,3 em história militar. Bolsonaro terminou seu ciclo na Aman com nota geral de 6,9 pontos, ficando em 19.º da sua turma de artilharia, recebendo conceito B. Devido ao fato de não ter sofrido nenhuma punição durante o transcorrer do curso, teve o privilégio de assinar o Livro de Honra como “estímulo ao exemplo”. Aos 22 anos, foi declarado aspirante a oficial de artilharia em dezembro de 1977 (CARVALHO, 2019).

O pátio Mascarenhas de Moraes foi o local escolhido para, em 15 de dezembro de 1977, sediar a cerimônia de entrega das 375 espadas aos cadetes concluintes do curso da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Estiveram presentes à cerimônia, o então Presidente da República, General Ernesto Geisel e sua esposa Lucy Geisel (CARVALHO, 2019).

Anos mais tarde, mais precisamente em 1993, o ex-presidente General Ernesto Geisel concedeu entrevista²⁶ ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Esse estudo faz-se relevante tendo em vista a publicização de duas declarações feitas por Geisel a respeito de Jair Bolsonaro. No ano em tela, transcorria-se o governo de Itamar Franco e Jair Messias Bolsonaro, ex-militar, exercia o mandato de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro.

A primeira referência ao nome de Jair Bolsonaro foi quando perguntaram ao General Ernesto Geisel como ficava a relação dos militares com a política dentro da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG). Ernesto Geisel, após contextualizar, faz a citação:

Por isso ele [o político em geral] vai bater na porta do quartel, vai procurar seduzir o militar. Neste momento em que estamos aqui conversando, há muitos dizendo: "Temos que dar um golpe! Temos que derrubar o presidente! Temos que voltar à ditadura militar!" E não é só o Bolsonaro, não! Tem muita gente no meio civil que está pensando assim. Quantos vêm falar comigo, me amolar com esse negócio: "Quando é que o Exército vai dar o golpe? O senhor tem que agir, é preciso voltar!" São as vivandeiras!²⁷ (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 112).

²⁶ A íntegra desse estudo pode ser apreciada em livro organizado por Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. O livro foi publicado em 1997 e recebeu o título “Ernesto Geisel”.

²⁷ O próprio general Ernesto Geisel, em sua resposta, conceitua o que seria vivandeiras. Segundo ele, “as vivandeiras eram as mulheres que acompanhavam o Exército na Guerra do Paraguai, eram as lavadeiras, as que viviam ali por perto da tropa. Castelo dizia que os políticos eram as vivandeiras porque toda vez que o político começa a se exacerbar nas suas ambições ele logo imagina a revolução” (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 112).

No segundo momento em que se referiu a Jair Bolsonaro, perguntaram-lhe o que seria mais forte, a pressão dos civis batendo às portas dos quartéis ou a aspiração de alguns militares querendo liderar politicamente o país?

Sempre houve militares envolvidos na política [...]. É sempre a política entrando no Exército. Isso é mais ou menos tradicional. Tenho a impressão de que, à medida que o país se desenvolve, essa interferência vai diminuindo. Presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mal militar. Mas o que há de militar no Congresso? Acho que não há mais ninguém (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 113).

Carvalho (2019) afirma que Jair Bolsonaro gostou tanto dos anos na academia militar que mencionou tal sentimento até em seu convite de casamento com Michelle, realizado em 21 de março de 2013. Os dizeres são: “Deste relacionamento brotou um sentimento que me fez voltar aos tempos de cadete na Aman, em Resende. Tudo passou a ser diferente, a esperança e a alegria de viver brotaram de tal forma que ainda hoje me pergunto se tudo isso é verdade²⁸” (CARVALHO, 2009, p. 42).

Em 14 de janeiro de 1978, após conclusão do curso, aconteceu o desligamento de Jair Bolsonaro da Aman. Após seu desligamento, ele “[...] serviu como oficial subalterno no 21.º Grupo de Artilharia e Campanha (GAC), em São Cristóvão, no Rio de Janeiro” (CARVALHO, 2019, p. 43). Flávio Bolsonaro (2017) e Saint-Clair (2018) pouco destacam esse período, a não ser o episódio do salvamento do soldado Celso (Negão Celso). Entre os anos de 1978 e 1979, de acordo com Carvalho (2019, p. 43), informações encontradas em sua ficha cadastral no Exército, nesse período, Jair Bolsonaro “[...] assumiu as funções como encarregado da seção de pessoal, chefe da seção mobilizadora e oficial de ligação de grupo”.

O Capitão de Artilharia Carlos Alberto Cardoso de Lamare, então comandante de Bolsonaro, formalizou um elogio a ele em fevereiro de 1978. Carvalho (2019, p. 43) registra o elogio em sua íntegra:

Por motivo de sua destacada atuação na Escola de Fogo realizada para o curso de artilharia do CPOR/RJ [Centro de Preparação de Oficiais da Reserva], onde desempenhou várias funções com desembaraço e eficiência, demonstrando suas qualidades de excelente oficial

²⁸ Carvalho (2019) faz a devida citação indicando o local onde a foto de casamento entre Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro estaria depositada. Disponível em: <https://issuu.com/mistraleditora/docs/fnoivas20>. Acesso em: 02 jan. 2020.

de artilharia; que recentemente vindo da Aman já tem dado prova de seu elevado espírito de disciplina, responsabilidade e camaradagem, além de seu excelente preparo físico.

Ainda imbricado com o esporte, Jair Bolsonaro participou, no primeiro semestre de 1978, do XIV Pentatlo, mas os resultados não foram suficientes para que fosse selecionado para as eliminatórias do VII Pentatlo Militar Sul-Americano. No segundo semestre, fez um curso de motorista militar, conseguindo, dessa forma, habilitação para dirigir viaturas de até 2,5 toneladas. Já em outubro do mesmo ano, Bolsonaro sofreria uma torção no joelho esquerdo, sem muita gravidade, durante uma sessão de exercícios (CARVALHO, 2019).

O fato mais marcante ocorreu ainda em 1978. Fato que, segundo palavras de Flávio Bolsonaro (2017), marcaria a vida do então Segundo-Tenente (nomeação oficial) Jair Bolsonaro. Trata-se do salvamento realizado por Bolsonaro quando o soldado Celso Luiz Moraes estava se afogando durante a realização de um exercício. Tudo aconteceu na 2.^a Bateria de Obuses, do 21.º GAC, quando era realizado o trabalho com cordas durante o período básico de preparação dos soldados, período de instrução esse que acontecia em sua 40.^a semana (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

O exercício consistia em fazer a transposição sobre uma lagoa, com aproximadamente 2,5 metros de profundidade e com águas escuras pelo barro. O exercício, conhecido como “falsa baiana”, tem como dinâmica amarrar um cabo de aço em uma árvore ou suporte de um lado da margem da lagoa, esticando e fazendo a mesma coisa do outro lado. Acima desse cabo de aço, é realizado o mesmo procedimento com uma corda. Em seguida, o soldado faz a transposição, de pé, pisando no cabo de aço e apoiando-se com as mãos na corda. No exercício em tela, havia informações de que os soldados que caíam na água eram amparados por um barco que ficava parado ali para dar assistência, mas os soldados que caíam na água, nadavam até a margem. Por si só a tendência é que fique balançando, mas, segundo as palavras de Flávio Bolsonaro (2017, p. 43), “[...] o sargento Rubens, conhecido como ‘Rubão’, ficava balançando a corda para derrubar os soldados dentro da água”.

É chegada a vez do soldado Celso²⁹ (Negão Celso) fazer a transposição. Segundo o próprio soldado Celso, ele viu que alguns soldados soltaram a corda, caíram, nadaram e

²⁹ Para ver a matéria completa, com depoimento do soldado Celso Luiz Moraes (Negão Celso), acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=cH-EpwADSfA>. Esse vídeo faz parte do programa Domingo Espetacular, exibido pela TV Record. A matéria também mostra o reconhecimento do exército brasileiro a Jair Messias Bolsonaro, condecorando-o, em 5 dezembro de 2018, com a Medalha do Pacificador com Palma, uma das mais graduadas

conseguiram chegar até à margem. Diz ele que estava prestando atenção nos companheiros e pensou que daria para ir, embora não soubesse nadar e estivesse esgotado fisicamente. Então ele simplesmente soltou-se e caiu na água (CONHEÇA..., 2018).

Flávio Bolsonaro (2017, p. 43) relata que, quando o soldado Celso Luiz começou o exercício, “algo chamou a atenção de Bolsonaro, que, anteviu a ocorrência de um problema. Imediatamente, desabotoou sua gandola, desamarrou os coturnos e ficou em alerta para agir se algo de anormal acontecesse”. Instantes depois, o soldado Celso Luiz se soltou e caiu “[...] como um martelo e ficou no fundo, impossibilitando que o barco amparasse” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 43). Nesse momento, “rapidamente, Bolsonaro arrancou a gandola, os coturnos e, em poucos segundos, pulou na água para resgatá-lo” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 43). Bolsonaro fez três investidas até que o salvamento fosse exitoso. Na primeira vez ele mergulhou, mas não conseguiu encontrá-lo e voltou à superfície para tomar fôlego; na segunda vez, Bolsonaro conseguiu encontrá-lo e trazê-lo à superfície, mas o soldado Celso Luiz estava tomado pelo desespero e puxou Bolsonaro para o fundo novamente e começaram uma “[...] verdadeira luta corporal embaixo d’água”(FLÁVIO BOLSONARO; 2017, p. 43). A terceira tentativa logrou êxito. Bolsonaro o havia dominado e o conduziu até a margem mais próxima.

A vida política de Jair Bolsonaro seria circundada de polêmicas e acusações, sendo que uma delas é a de racista. Embora esses pontos polêmicos sejam abordados mais à frente, vale um destaque, neste momento, para que não pequemos pelo anacronismo dos fatos. O salvamento do soldado Celso Luiz ocorreu no final 1978 e as polêmicas envolvendo as acusações de racismo começaram anos depois, após declarações de Jair Bolsonaro que se tornariam frequentes. Antes de seguir em frente, vale destacar a declaração de Flávio Bolsonaro (2017) ao terminar de narrar o episódio do salvamento em seu livro. Ironizando o fato de Bolsonaro ter salvado um soldado negro, ele diz que é “uma evidente prova de ‘racismo’ de Bolsonaro já nos tempos de caserna” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 44).

O Segundo-Tenente Bolsonaro, depois de um ano servindo no 21.º Grupo de Artilharia e Campanha (GAC) em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, resolve se transferir para o 9.º Grupo de Artilharia e Campanha (GAC), localizado em Nioaque, Mato Grosso do Sul, acerca de 1.600 quilômetros de distância. Em ocasião de sua saída do 21.º GAC, seu então comandante, Coronel

honrarias da Força. Vale destacar que a homenagem ocorreu apenas 40 anos após o salvamento, após ter sido eleito presidente da república.

Nivaldo Pinheiro Pinto registrou declaração considerando Bolsonaro “um oficial sincero em suas manifestações e atitudes, inteligente, sério, discreto, dotado de excelente preparo físico e resistência à fadiga, qualidades que, aliadas ao seu espírito militar, permitiram-lhe compor com êxito as missões que lhe foram confiadas” (CARVALHO, 2019, p. 46).

Diante da transferência, Carvalho (2019, p. 46) faz o seguinte questionamento: “Por que um oficial com todas essas qualificações quis se transferir para Nioaque?”. Com essa indagação, ele levanta dúvidas sobre os reais motivos que teriam levado Bolsonaro a fazer tal mudança. Segundo ele, Flávio Bolsonaro (2017) somente diz que o pai serviu em Nioaque entre 1979 e 1981. Já para Jair Bolsonaro, a motivação teria vindo do desejo de servir à sua pátria, isso por estar em uma região fronteira. Muitos anos depois, viriam à tona informações pertinentes àquela época. Um exemplo disso é a matéria publicada pelo site G1 em 30 de outubro de 2018, intitulada “Bolsonaro foi treinador de futebol e agricultor quando viveu em MS: 'Andávamos de Kombi velha', relembram colegas³⁰”. Carvalho (2019) também cita essa matéria e apresenta excertos com depoimentos de pessoas que conviveram com Bolsonaro à época.

Muito ligado ao esporte, o Segundo-Tenente Bolsonaro, dias depois de se apresentar na guarnição de Nioaque, em 5 de junho de 1979, já partiu para se entregar à equipe que disputaria o 11.º Exército nas competições do XVI Pentatlo. Em função dessa presteza, recebeu mais um registro de elogio de seu comandante dizendo que sua atitude deveria ser exaltada por “empenhar-se com entusiasmo e lealdade, demonstrando ser possuidor de excelente preparo físico” (CARVALHO, 2019, p. 48).

Em 7 de junho de 1979, no município de Resende, Jair Messias Bolsonaro se casa com Rogéria Nantes Nunes Braga. Esse seria o primeiro de três casamentos (CARVALHO, 2019).

As funções exercidas por Jair Bolsonaro no 9.º GAC foram: chefe da linha de fogo, encarregado da seção de pessoal, adjunto da seção de operações e comandante da 2.ª bateria de obuses. Foi promovido a primeiro-tenente e recebeu mais dois elogios registrados em 31 de dezembro de 1980: “Militar dotado de grande capacidade física, destacou-se pela voluntariedade e arrojo, principalmente como cte [comandante] do Pelotes [Pelotão de Operações Especiais], quando da realização de exercícios em Ponta Porã, onde pôde dar mostras de sua chefia e liderança” (CARVALHO, 2019, p. 48-49). Em dezembro de 1981, foram atribuídos a ele os adjetivos de que

³⁰ Para ver a matéria completa basta acessar endereço disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/10/30/bolsonaro-foi-treinador-de-futebol-e-agricultor-quando-viveu-em-ms-andavamos-de-kombi-velha-relembra-colegas.ghtml>. Acesso em: 04 jan. 2020.

era um “[...] oficial jovem e dedicado, de elevado espírito de corpo e responsabilidade” (CARVALHO, 2019, p. 49).

Sua despedida de Nioaque ocorreu no fim de 1981 e, na despedida, o Coronel Ubirajara Souto Mayor, comandante do 9.º GAC o elogiou, agradecendo a “[...] valiosa cooperação e eficiente participação nas atividades de instrução da unidade”, exaltando que tratava-se de “um bom instrutor” e de “um oficial educado civil e militarmente” (CARVALHO, 2019, p. 49).

Em 30 de abril de 1981, nasceu Flávio Nantes Bolsonaro, filho de Jair Messias Bolsonaro e Rogéria Nantes Nunes Braga.

O Primeiro-Tenente Jair Bolsonaro retornou ao Rio de Janeiro em 1982 quando fez o curso de instrutor na Escola de Educação Física do Exército. Em Flávio Bolsonaro (2017) e Saint-Clair (2018), não fica claro quantos anos durou o curso de Educação Física, constando somente o ano de ingresso. Carvalho (2019, p. 50) afirma que “Cavalão concluiu o curso de educação física no fim de 1982 [...]”. Cabe-nos inferir, portanto, que o curso de instrutor na Escola de Educação Física do Exército, no ano de 1982, teve a duração equivalente a um ano. Em consulta ao site da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx),³¹ em janeiro de 2020, constatou-se que, atualmente, o referido curso tem carga horária de 3.200 horas, divididas em oito semestres.

Destaque feito, vale apontar que o Primeiro-Tenente Bolsonaro concluiu o curso de Educação Física com nota geral de 8,7 pontos. Com relação ao conceito, foi-lhe atribuído um “muito bom” para todos os quesitos avaliados, a saber: valor intelectual, aptidão para a chefia, aptidão para o trabalho em grupo, devotamento e espírito militar. Outra incongruência aparece quando a informação é o número de integrantes que constavam na turma de Educação Física de 1982. Flávio Bolsonaro (2017), Saint-Clair (2018) e o próprio Jair Bolsonaro, em uma entrevista concedida ao jornalista Rubens Valente do jornal Folha de São Paulo, afirmam que havia 45 integrantes entre capitães e tenentes. Já Carvalho (2019) destaca que eram 37 alunos. Isso posto, todos são unânimes em destacar que Jair Bolsonaro, ao final do curso, foi o primeiro colocado (CARVALHO, 2019; FLÁVIO BOLSONARO, 2017; ÍNTEGRA..., 2017, SAINT-CLAIR, 2018).

³¹ O site da EsEFEx está disponível em: <http://www.esefex.eb.mil.br/instrutor-de-ed-fisica>. Acesso em: 04 jan. 2020. A grade curricular está disponível em: <http://www.esefex.eb.mil.br/images/download/gradecurricular.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

Por sua participação na IX Olimpíada do Exército em novembro de 1982, o Primeiro-Tenente Bolsonaro recebeu o registro de mais um elogio, a saber: “Pelo dinamismo, trabalho metucioso e cuidadoso, aliado à vontade de acertar, prestou assistência aos chefes e subcomandantes do pentatlo militar no mais alto nível. Imparcial e leal, desincumbiu-se de suas inúmeras atribuições com equilíbrio e ponderação” (CARVALHO, 2019, p. 50). Bolsonaro ainda participaria de uma “[...] travessia náutica Flamengo-Urca, realizada anualmente pela escola de Educação Física do Exército no encerramento do curso de instrutores” (CARVALHO, 2019, p. 50).

Ao voltar de Nioaque, Mato Grosso do Sul, em 1982, Jair Bolsonaro também ingressaria no 8.º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (GAC/PQDT). Bolsonaro permaneceu no 8.º GAC/PQDT até 1987 (CARVALHO, 2019).

O dia 7 de dezembro de 1982 foi marcado pelo nascimento de Carlos Nantes Bolsonaro, segundo filho do casal Jair Messias Bolsonaro e Rogéria Nantes Nunes Bolsonaro.

Carvalho (2019) registra o ano de 1983 como sendo movimentado na vida de Bolsonaro. Além de viagens como instrutor de Educação Física, também ficou em quinto lugar no curso de mestre de saltos no 8.º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (GAC/PQDT). Outro acontecimento, que teria repercussão e seria remontado anos depois, foi o fato de Jair Bolsonaro, em seu período de férias, vale ressaltar, fez uma viagem ao interior da Bahia, em uma região de garimpo. Sobre essa viagem, o Coronel Pellegrino faz um registro na ficha de Bolsonaro, conforme informa Carvalho (2019, p. 51):

Deu excessivas mostras de imaturidade ao ser atraído por empreendimento de “garimpo de ouro”. Necessita ser colocado em funções que exijam esforço de dedicação, a fim de reorientar sua carreira. Deu demonstrações de excessiva ambição em realizar-se financeiramente e economicamente.

O Coronel Carlos Alfredo Pellegrino também teria dito ao Conselho de Justificação, segundo Saint-Clair (2018, p. 29-30),

[...] que tentou dissuadi-lo da ideia do garimpo, mas notou “pela primeira vez sua grande aspiração em poder desfrutar das comodidades que uma fortuna pudesse proporcionar” [...] confirmando sua ambição de buscar por outros meios a oportunidade de realizar sua aspiração de ser um homem rico.

Sobre esse assunto do garimpo, Jair Bolsonaro voltaria a discuti-lo em entrevista concedida ao jornalista Rubens Valente do jornal Folha de São Paulo, em 16 de maio de 2017. Em recorte específico da entrevista, Jair Bolsonaro faz a seguinte colocação:

O meu pai era dentista prático e já foi garimpeiro. Tá ok? E nós devemos muito ao Brasil, a garimpeiros. Que no passado ninguém queria ir para o oeste aqui se não tivesse um atrativo. E, se eu não me engano, não tenho certeza aqui, é!... 83, 84, 85, tá! Eu fui a um garimpo na cidade de Saúde, na Bahia, perto de Jacobina. Eu nem sei por que botaram no conselho como se isso fosse uma questão indigna. Eu, de férias e num garimpo. Era território brasileiro. [...] Foram militares comigo. [...] Eu acho que tinha eu, mais um tenente, outro tenente... tinham três tenentes e três sargentos. Todo mundo foi [de] livre e espontânea vontade (ÍNTEGRA..., 2017, 36 min 11 s).

Ao ser submetido a um interrogatório do Conselho de Justificação que explicasse essa ida a um garimpo, Saint-Clair (2018, p. 29) registra que “[...] Cavalão admitiu ter garimpado durante as férias [...] com a ajuda de três tenentes e dois sargentos paraquedistas – dois dos quais ‘sob seu comando’, mas que não obteve lucro e considerou a atividade como ‘*hobby* ou higiene mental”].

O mesmo Coronel Carlos Alberto Pellegrino, em 29 de dezembro de 1983, faria um registro sobre Bolsonaro elogiando-o

[...] pela dedicação ao planejamento do treinamento físico dos quadros e da tropa, e preparo das competições de pentatlo e orientação, dando mostras de conhecimento do assunto e senso prático. Louvo também pela sua conduta como comandante da Bateria de Serviços, onde esforçou-se em bem apoiar a Seção Administrativa do Grupo e as Seções de Serviços Gerais e Manutenção, saindo de maneira bastante satisfatória (CARVALHO, 2019, p. 51).

O dia 26 de dezembro de 1983 marcaria sua promoção, “por antiguidade”, à patente de capitão. No auge dos seus 28 anos, o agora Capitão Jair Bolsonaro, tivera a honra de contar, em sua cerimônia, com o então Ministro do Exército, General Walter Pires de Carvalho (CARVALHO, 2019).

O Capitão Bolsonaro, seguiu servindo no 8.º GAC/PQDT. No 8.º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista, Bolsonaro “[...] foi comandante da Bateria de Comando e Serviços (BSv), oficial de treinamento físico e chefe da 1.ª seção (apoio técnico e treinamento)” (CARVALHO, 2019, p. 52). Em 21 de janeiro de 1984, o Coronel Frederico Luiz Faria Sodré de Castro, seu então comandante, registrou que quando Bolsonaro estava como chefe da 1.ª seção,

“[...] houve-se com grande eficiência e demonstrou para com seus homens um desvelo invulgar” (CARVALHO, 2019, p. 52).

No dia 10 de julho de 1984, nasceu Eduardo Nantes Bolsonaro, terceiro filho de Jair Messias Bolsonaro e Rogéria Nantes Nunes Braga.

Bolsonaro foi agraciado com a medalha militar de bronze, honraria essa concedida a todos os que completam dez anos de caserna. Tirou o conceito “excelente” em um teste de aptidão de tiro (CARVALHO, 2019).

O Capitão Bolsonaro, em maio de 1985, fez o curso de treinamento de mergulho autônomo oferecido pelo Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (GBS) na Barra da Tijuca. Bolsonaro ficou em primeiro lugar entre onze alunos (CARVALHO, 2019; FLÁVIO BOLSONARO, 2017; SAINT-CLAIR, 2018).

O ano de 1985 também teria um episódio marcante. Carvalho (2019) afirma que o ocorrido não está registrado nas folhas de alterações de Bolsonaro, tendo em vista que ele estava fazendo um curso civil de salto livre de paraquedas, oferecido por um capitão da reserva em Resende. Portanto, ele citou como referência os detalhes contidos em Flávio Bolsonaro (2017). Grosso modo, em um salto de paraquedas, Bolsonaro foi atingido por um vento forte, desorientando a descida e impedindo que o paraquedas abrisse de forma adequada. Dessa forma, a queda foi minimizada; mesmo assim, o capitão Bolsonaro chocou-se fortemente contra um prédio alto. Flávio Bolsonaro (2017, p. 47) afirma que

[...] ao tentar se proteger do primeiro impacto, Bolsonaro quebrou os dois braços na parede e bateu violentamente a cabeça, vindo a rachar seu capacete de motociclista. Despencou de uma altura de aproximadamente oito metros caindo em pé. Quando tentou se levantar acabou agravando ainda mais as fraturas nos tornozelos, em razão da queda.

Bolsonaro foi encontrado pelo capitão Adilson, cerca de três horas depois, e levado ao Hospital Central do Exército (HCE) em Benfca, Rio de Janeiro. Flávio Bolsonaro (2017, p. 48) conta que, ao chegarem lá, o hospital estava lotado de pacientes civis e que o Capitão Jair Bolsonaro “[...] ficou esquecido nesse quarto por alguns dias sem qualquer atendimento. Motivo? Esse local especial era destinado a pacientes com uma doença rara e ainda pouco conhecida, a [Síndrome da Imunodeficiência Adquirida] AIDS”. Só alguns dias depois foi “[...] desfeito o mal-entendido, [e] Bolsonaro foi levado para uma outra sala do próprio HCE, onde foi, finalmente, operado pelo

doutor Deusdeth, então capitão e hoje um renomado cirurgião ortopedista [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 49).

Carvalho (2019, p. 55) afirma que, em entrevista feita por telefone com o ortopedista e traumatologista Deusdeth Gomes do Nascimento, ele se recordou de ter atendido e operado Bolsonaro e disse que “[...] na queda, ele [Bolsonaro] fraturou os dois tornozelos e precisou de cirurgia, que foi bem-sucedida”. Diante do exposto, Carvalho (2019, p. 55) é categórico em dizer que “[...] não houve fratura nos braços nem internação na ala dos soropositivos, segundo se recorda o médico”. Diante da afirmação de Carvalho (2019), podemos pressupor a construção de um enredo forjado durante a trajetória de vida de Bolsonaro a fim de impactar seus simpatizantes e de ir construindo o espectro de “mito”.

Em setembro de 1985, o Capitão Jair Bolsonaro viveu outra aventura. Um ônibus caiu no córrego do Vigário na Serra das Araras e Bolsonaro se prontificou a ser voluntário na operação de salvamento dos passageiros. O Tenente Djalma Antônio de Souza Filho, do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, instrutor do capitão em um curso de mergulho, afirmou que por dois dias Bolsonaro ficou mergulhando a uma profundidade de até vinte metros, sem revezamentos e enfrentando condições adversas. Conta o Tenente Djalma Antônio que foi o próprio Bolsonaro que pediu para que sua participação no salvamento não fosse oficializada, haja vista que ele estava em período de férias. Talvez seja o motivo pelo qual para essa ação de salvamento não conste de seu registro oficial (CARVALHO, 2019).

Em dezembro de 1985, Bolsonaro fecha o ano sendo “[...] designado presidente do Conselho de Justiça do 8.º GAC/PQDT – instância para questões internas –, para o primeiro trimestre de 1986” (CARVALHO, 2019, p. 55).

O ano de 1986 seria um divisor de águas na vida do Capitão Jair Messias Bolsonaro. No ano em questão, o país era presidido por José Sarney. Os militares estavam insatisfeitos com o achatamento em seus salários. Bolsonaro já conversava sobre o assunto e encontrava ressonância entre seus pares, mas fora repreendido algumas vezes por superiores hierárquicos. Nessa época, Bolsonaro era fiscal administrativo no 8.º GAC. Flávio Bolsonaro (2017, p. 49) conta que “[...] havia um subtenente em quem confiava, chamado Bento, [sem sobrenome divulgado] com o qual costumava se aconselhar”. Ao buscar conselhos, Bolsonaro ter-lhe-ia confidenciado que já havia feito contato com a revista *Veja* e que ela teria interesse em publicar seu artigo. Diante dessa

confidência, Bento teria, a seu modo, de forma caricata, pressuposto que Bolsonaro teria uma missão a cumprir e o estimulou a prosseguir com a ideia (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

Outros, porém, tentaram dissuadi-lo de seguir com a ideia de publicizar o artigo pela revista. Militares próximos a Bolsonaro o aconselhavam a desistir, pois temiam por complicações futuras. No livro de Flávio Bolsonaro (2017, p. 50), encontra-se um excerto, inclusive, do fotógrafo da revista que o teria aconselhado, dizendo: “— Capitão, desiste disso, você vai acabar com a sua carreira, ainda dá tempo de voltar atrás. Mesmo sob forte pressão, decidi seguir seu coração” e prosseguir com a proposta de tornar público o artigo pela revista (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 50).

O artigo foi publicado na seção “Ponto de Vista”, página 154, na edição n.º 939 da revista *Veja*, com data divulgada de 3 de setembro de 1986 (BOLSONARO, 1986).

O artigo explicita, já em seu começo, que a imprensa teria atribuído à evasão de cadetes da Aman, justificativas como o “[...] homossexualismo, consumo de drogas e uma suposta falta de vocação para a carreira” (BOLSONARO, 1986, p. 154). Bolsonaro (1986, p. 154) segue com a mensagem de que estaria publicizando aquelas informações “em nome da verdade” e que aconteceram sim “[...] a prática de homossexualismo, consumo de drogas e mesmo indisciplina [...]” mas que eram casos residuais. Segundo ele (BOLSONARO, 1986, p. 154), o “motivo de fundo é outro” e trata-se da grave crise salarial que teria achatado os salários dos militares. Afirma que “[...] mais de 90% das evasões deram-se devido à crise financeira que assola a massa dos oficiais e sargentos do Exército brasileiro. Uma crise e uma falta de perspectiva profissional cujos reflexos de desestímulo já atingem a Academia das Agulha Negras [...]” (BOLSONARO, 1986, p. 154). Mais uma vez, podemos observar a tentativa de construção de um “mito” que agiria em “nome da verdade”.

Em um texto de sete parágrafos que daria uma guinada na vida do capitão, ele segue ressaltando, em seu quarto parágrafo, que “[...] esse quadro é a causa sem retoques da evasão, até agora, de oitenta cadetes da Aman. Eles solicitaram desligamento. Não foram expulsos como sugere o noticiário” (BOLSONARO, 1986, p. 154). Segue falando sobre as dificuldades em ser militar e afirma que “[...] um homem que dedica os melhores anos de sua vida à carreira militar [...] não pode simplesmente pensar em **patriotismo** – como muitos querem – quando não pode sequer sonhar em constituir condignamente uma família” (BOLSONARO, 1986, p. 154, grifo nosso). Em seu último parágrafo, ao falar de si, Bolsonaro afirma ser “[...] um cidadão brasileiro

cumpridor dos seus deveres, **patriota** e portador de uma excelente folha de serviços” (BOLSONARO, 1986, p. 154, grifo nosso). Merece uma reflexão sobre a forma com que o patriotismo é expresso nesses dois pontos. No primeiro, a mensagem é que não se pode simplesmente pensar em patriotismo, mas sim na possibilidade de se constituir uma família com condições mínimas de dignidade. Já com relação à segunda menção, tem-se o termo cunhado à personalidade, ao caráter do ser que fala, que se afirma e reafirma. Julgamos pertinente, antes de continuar, realçar esse pressuposto de incongruência de estigma que acompanharia as narrativas de Jair Bolsonaro e as de seus simpatizantes até os dias de hoje.

A essência do artigo foi mostrar a defasagem nos salários dos militares. Foram feitas comparações entre os salários de militares de patentes diferentes. É notório que Bolsonaro sabia dos riscos que corria, sendo que isso pode ser confirmado no recorte onde ele diz que corria o “[...] risco de ver minha [sua] carreira de devoto militar seriamente ameaçada, mas a imposição da crise e da falta de perspectiva que enfrentamos é maior” (BOLSONARO, 1986, p. 154). O texto termina com a frase “Brasil acima de tudo” que se tornaria parte do *slogan* de sua campanha à Presidência da República em 2018 (BOLSONARO, 1986, p. 154).

Conforme o esperado, o Capitão Jair Bolsonaro foi enquadrado em seis artigos do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). A nota do boletim interno divulgou que Bolsonaro ficaria preso por 15 dias a contar de 1.º de setembro de 1986 e que não fora aplicada punição maior em virtude de ser essa sua primeira punição oficial (CARVALHO, 2019).

Como destaca Carvalho (2019, p. 64), “naquele ano, pouco se soube a respeito dos bastidores que cercaram o artigo da revista *Veja* assinado por Jair Bolsonaro. No Exército, não foi aberta uma sindicância nem se tomaram depoimentos”. O que aconteceu de fato foi “[...] a prisão por transgressão disciplinar e hierárquica” (CARVALHO, 2019, p. 64).

Bolsonaro cumpriu a punição aplicada e cumpriu os 15 dias de prisão como assim determinado. Não há indícios de comentários sobre a repercussão, por parte dele, até o depoimento que prestara em 1.º de dezembro de 1987, por ocasião das reportagens da revista *Veja* com datas referentes a 28 de outubro de 1987 e 4 de novembro de 1987. Nessa ocasião, ele disse que, em função da publicação do artigo, acreditava ter ganhado popularidade entre os militares do Exército e os leitores da *Veja*. Relatou que foi visitado por poucas pessoas, mas recebeu solidariedade por meio de cartas, telegramas e telefonemas. Seus colegas da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) passaram a cumprimentá-lo de forma mais contundente. Passou a ser tratado de forma

diferente pelos companheiros de farda, sendo mais notado e, por fim, notou que o artigo pautava as conversas entre seus pares (CARVALHO, 2019).

Dois temas que Jair Bolsonaro afirma serem muito caros a ele vieram à tona durante depoimentos realizados em 12 de dezembro de 1987. São eles: a “disciplina e a lealdade”. Nessa ocasião, perguntaram-lhe se considerava sua escolha de publicar o artigo, em 1986, um ato aético em relação ao Exército. Como resposta, Bolsonaro disse que tinha “plena consciência que cometeu um ato de indisciplina” (CARVALHO, 2019, p. 67). Em outro momento, fora questionado se, com sua atitude, estaria sendo “[...] desleal para com a Instituição e para com seu comandante [...]” (CARVALHO, 2019, p. 67). Sua resposta foi que havia cometido “[...] uma transgressão disciplinar e que, à época, não levou em consideração que seria uma deslealdade, mas que agora acha que sim” (CARVALHO, 2019, p. 67). Mais uma vez perguntaram-lhe se julgava sua decisão uma “atitude desleal”, ao que ele respondeu: “Em primeira instância foi uma indisciplina e consideraria também uma deslealdade” (CARVALHO, 2019, p. 67). Sobre o assunto, Carvalho (2019, p. 67) diz que “é verdade que ele [Bolsonaro] retirou essa afirmação em depoimento posterior, mas também é verdade que a fez”.

Em 1987, outro ocorrido que mudaria definitivamente os rumos da vida e da carreira militar do Capitão Jair Bolsonaro aparece em um universo revestido de versões diferentes. A versão de Flávio Bolsonaro (2017, p. 57) detalha que Jair Bolsonaro, ainda cursando a EsAO, foi procurado por Cássia Maria Rodrigues, repórter da revista *Veja*. Como ela era repórter da revista, na qual Jair Bolsonaro havia publicado seu artigo, ele se encontrou com ela “[...] inclusive fora da EsAO, na casa do capitão Fábio, que era o ‘xerife’ de sua turma, sempre relatando o drama salarial que afligia os militares [...]”.

Nessa linha de pensamento, Flávio Bolsonaro (2017, p. 57) alega que a jornalista Cássia Maria Rodrigues, com um “[...] olhar marginal [...]” e com o “[...] intuito de narrar a história de forma distorcida, resolveu torturar a verdade e publicá-la exatamente ao contrário do que ela é, fazendo um contraponto entre os ‘capitães’ [Carlos Lamarca e Jair Bolsonaro]”. Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 57), a matéria da revista *Veja* em 4 de novembro de 1987, alegava que “[...] Bolsonaro possuía um plano para explodir bombas em adutoras de abastecimento de água do rio Guandu, em banheiros de quartéis etc.” e termina a declaração ironizando, dizendo que “surgia

naquele momento o ‘Rambo-Naro³²’, fazendo alusão a um personagem clássico do cinema dos anos 1980. Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 57), o Capitão Jair Bolsonaro “passou a ser rotulado pela mídia como terrorista”. Com isso, “o mundo caiu em sua cabeça” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 57). Alguns amigos da EsAO organizaram-se e reuniram um montante para ajudá-los em suas defesas, mas constataram que seria insuficiente para cobrir o necessário para um caso de tamanha repercussão. Dessa forma, Bolsonaro abdicou da parte que lhe tocava, entregando-a ao Capitão Fábio (Xerife) (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

Outras duas versões, como as de Saint-Clair (2018) e Carvalho (2019), explicitam informações diferentes, em grande parte baseadas na versão contada pela jornalista Cássia Maria no artigo publicado por Veja. Consta que, na noite de 25 de outubro de 1987, Bolsonaro teria sido convocado pelo Coronel Adilson Garcia do Amaral para dar explicações sobre a matéria publicada na revista Veja, edição n.º 999, com data de 28 de outubro de 1987³³. A matéria recebeu o título “Pôr bomba em quartéis, um plano na EsAO” (CARVALHO, 2019, p. 71).

Saint-Clair (2018) nos informa que o Capitão Saldon Pereira Filho foi preso em 21 de outubro de 1987 a mando da EsAO. O motivo se assemelhava àquele pelo qual Bolsonaro havia sido punido a 15 dias de prisão um ano antes em 1986. O Capitão Saldon Pereira, de próprio punho, escreveu e entregou um texto a seus superiores hierárquicos, manifestando a sua insatisfação quanto à política salarial governamental para os militares.

Outra informação incongruente em relação à versão anterior trata da ligação que o Capitão Jair Bolsonaro teria com a repórter Cássia Maria Rodrigues, da revista Veja. Saint-Clair (2018) atesta que Bolsonaro conhecia a jornalista Cássia Maria desde o episódio envolvendo a publicação de seu primeiro artigo no ano anterior, 1986. Afirma também que os dois se encontraram “[...] em três oportunidades naquele mês de outubro” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 33) de 1987, quando foi designada para repercutir com Bolsonaro a prisão de Saldon Pereira Filho, seu colega de EsAO.

³² Flávio Bolsonaro (2017) faz sugestão de nome em que une Rambo + Bolsonaro = Rambo-Naro. John Rambo é um personagem clássico dos anos 80 e foi criado e interpretado pelo ator Sylvester Stallone. Disponível em: <https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/artigos/2019/09/conheca-a-tragica-historia-de-origem-de-rambo>. Acesso em: 06 jan. 2020.

³³ Embora o episódio narrado tenha data de 25 de outubro e a data da revista seja de 28 de outubro de 1987, após o chamamento do coronel, não há qualquer incongruência com relação às datas, tendo em vista que a revista Veja é uma revista de circulação semanal e circula com a data de um dia específico.

Um dos encontros teria ocorrido na tarde do dia 21 de outubro de 1987, por volta das 16 horas e 30 minutos, na casa do Capitão Fábio Passos, localizada em um conjunto de residências da Vila Militar do Exército. Estavam presentes, nesse encontro, a jornalista Cássia Maria, os Capitães Jair Bolsonaro e Fábio Passos (Xerife) e Lígia, esposa de Fábio. O Capitão Fábio Passos apresentou-se apenas como “Xerife”, apelido dado aos “[...] chefes de turma na caserna – no caso, o líder e porta-voz dos capitães da EsAO” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 33). Bolsonaro teria chegado um pouco mais tarde à reunião e comentado da seguinte forma o fato de o Capitão Saldon Pereira ter sido preso: “— São uns canalhas! Terminaram as aulas de hoje mais cedo para que a maioria dos alunos estivesse fora da escola na hora de prenderem nosso companheiro!” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 34).

Transcorria a reunião com Bolsonaro manifestando que, em protesto, alunos da EsAO planejavam ocupar a escola durante os dois dias em que o Capitão Saldon Pereira estivesse preso. Carvalho (2019) e Saint-Clair (2018) repercutem a matéria da revista *Veja* dizendo que, nesse momento, tocam a campainha e a jornalista Cássia Maria é levada a outra acomodação por Lígia (esposa de Fábio) para que ela não visse o oficial que acabara de chegar à casa de Fábio. Nesse ínterim, Lígia revela à jornalista o plano batizado como “Beco sem Saída”.

O teor da matéria da revista *Veja* narra como foi o plano confidenciado por Lígia, bem como em Saint-Clair (2018) e em Carvalho (2019):

O plano consistia num protesto à bomba contra o índice de aumento para os militares que o governo anunciaria nos próximos dias. Caso o reajuste ficasse abaixo de 60%, algumas bombas seriam detonadas nos banheiros da EsAO, sempre com a preocupação de evitar que houvesse feridos. Simultaneamente haveria explosões na Academia Militar das Agulhas Negras e em outras unidades do Exército. “Não haverá perigo”, garantiu Lígia. Serão apenas explosões pequenas, para assustar o ministro. Só o suficiente para o presidente José Sarney entender que o [ministro do Exército, general] Leônidas [Pires Gonçalves] não exerce nenhum controle sobre sua tropa. (PÔR..., 1987, p. 41).

Após a saída do terceiro oficial, a reunião recomeçara com o nome do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, pautando as discussões. Bolsonaro teria dito que tinham “[...] um ministro incompetente e até racista” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 34). Segundo ele, o ministro havia dito, em Manaus, que “[...] os militares são a classe de vagabundos mais bem remunerada que existe no país” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 34). Ainda na reunião, “[...] sem manifestar qualquer constrangimento diante da repórter, [o capitão Bolsonaro] detalhou o processo de construção de uma bomba-relógio” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 35).

No dia seguinte a essa conversa, que durou aproximadamente duas horas, na quinta-feira, dia 22 de outubro de 1987, “[...] o presidente José Sarney anunciou reajuste de 110% para os militares, de forma parcelada” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 35). Frente a essa notícia, Cássia Maria teria ligado para Bolsonaro e perguntado se o anúncio de reajuste salarial de 110% para os militares cancelaria a operação “Beco sem Saída”. A essa indagação, o Capitão Bolsonaro teria respondido: “o pessoal está pensando em esperar até novembro para ver o que acontece” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 35). E continuou: “[...] mas, se esperarem muito, acabarão não fazendo nada” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 35). Ainda ao telefone, Bolsonaro teria dito: “Eu estou fora disso. São apenas algumas espoletas. Não íamos fazer isso correndo o risco de perder uma parte de nossos corpos” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 35). De acordo com a matéria, a ligação findou-se com o seguinte diálogo: “Nervoso, Bolsonaro advertiu-me mais uma vez para não publicar nada sobre nossas conversas. ‘Você sabe em que terreno está entrando, não sabe?’, perguntou. E eu respondi: ‘Você não pode esquecer que eu sou uma profissional’” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 36).

Após a grande repercussão que o episódio tomou, os Capitães Fábio Passos e Jair Bolsonaro foram convocados por seus superiores a fim de prestarem esclarecimentos sobre o ocorrido. Ao serem questionados, os dois fizeram declarações individuais de próprio punho, negando todas as acusações feitas e atribuindo à repórter Cássia Maria Rodrigues e à revista Veja a responsabilização por todas as informações constantes da matéria. Os dois capitães receberam apoio, inclusive, do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves. Diante desse panorama, “Veja contra-atacou na semana seguinte na edição de n.º 1.000, com data de 4 de novembro. ‘De próprio punho’, dizia o título. ‘O Ministro do Exército acreditou em Bolsonaro e Fábio, mas eles estavam mentindo’” (CARVALHO, 2019, p. 80).

Flávio Bolsonaro (2017) declara que o Exército garantiu o direito à legítima defesa por parte dos acusados e instaurou um Conselho de Justificação,³⁴ que tem por objetivo precípuo verificar se o oficial tem condições morais de permanecer na instituição. Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 59), “jamais foi instaurado qualquer processo criminal, inquérito policial militar ou nada de mais grave, pois desde o primeiro momento, foi notório o absurdo daquela matéria, bem como a real intenção da jornalista em prejudicá-lo pelo simples fato de ser um militar”.

³⁴ A lei n.º 5.838, de 5 de dezembro de 1972 “Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências”. Para consultar a íntegra da referida lei, ela está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5836.htm. Acesso em: 06 jan. 2020.

Foram realizadas quatro perícias nos croquis publicados na revista *Veja e*, atribuídos por ela, como sendo de autoria do Capitão Jair Bolsonaro. Na primeira perícia, realizada pela Polícia do Exército, foi atestado que “[...] apenas cinco, de aproximadamente oitenta caracteres, tinham semelhanças com sua grafia” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 60). Em uma segunda perícia, “[...] com um corpo de técnicos completamente diferente, e o resultado foi similar ao primeiro de que os desenhos não haviam sido feitos por ‘Rambo-Naro’ [Jair Bolsonaro]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 60). Uma terceira perícia foi solicitada por “[...] interesse do então Ministro do Exército para apurar completamente os fatos” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 60). A perícia da Polícia Federal concluiu que “não restava a menor dúvida de aquelas figuras promanaram do punho de Jair Messias Bolsonaro” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 60). Diante da situação, uma quarta perícia fazia-se necessária para condená-lo. “Foi quando selecionaram novamente a equipe que havia feito a segunda perícia, que o inocentava, e copiando o laudo condenatório da Polícia Federal, o culpou” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 60-61). Flávio Bolsonaro (2017, p. 60-61) resume o final do imbróglio dizendo que “diante da gritante manipulação e pressão para excluí-lo, em meados de 1988, o STM, por 9 votos a 4, decidiu arquivar o processo administrativo e manter o capitão Bolsonaro nas fileiras do Exército Brasileiro”.

A versão contada por Carvalho (2019) apresenta dados diferenciados no que tange às argumentações das bancas periciais. Segundo o citado autor, em laudo que saiu em 6 de novembro de 1987, a conclusão foi que “[...] ambos afirmaram que a precariedade das cópias xerográficas não permitia que se apontassem ‘responsabilidades sobre os punhos gráficos’” (CARVALHO, 2019, p. 88). Alegaram também que, para uma análise mais fidedigna, era necessário que tivessem em mãos os documentos originais publicados na revista.

Já o laudo da segunda análise pericial foi emitido em 28 de dezembro de 1987. Nesse laudo, os dois peritos concluíram que os documentos examinados não implicavam “responsabilidade gráfica”. Portanto, até o momento, “[...] existiam dois laudos inconclusivos, emitidos pelo I.º BPE [Batalhão de Polícia do Exército]” (CARVALHO, 2019, p. 110). Uma terceira perícia foi solicitada, dessa vez à Polícia Federal do Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1988, e seu laudo chegou ao Conselho de Justificação em 12 de janeiro de 1988. O laudo dizia que “SIM, não restam dúvidas ao ser afirmado que os manuscritos no doc. I [os croquis, ou esboços], questionado, promanaram do punho gráfico do capitão Jair Messias Bolsonaro [...]” (CARVALHO, 2019, p. 110).

Em 25 de janeiro de 1988, o comandante do I.º BPE, Coronel José Plínio Monteiro, apresentou pedido de uma “[...] complementação de laudo pericial” (CARVALHO, 2019, p. 110). Seria um adendo à segunda perícia, a de n.º 58/57, desta feita, fazendo análise comparativa com “[...] o novo material colhido do punho de Bolsonaro na EsAO para a terceira perícia, feita pela Polícia Federal” (CARVALHO, 2019, p. 111). Segundo Carvalho (2019, p. 111), “o complemento do laudo pericial 58/87 concluiu que ‘ante a comparação gráfica realizada entre os padrões gráficos coletados e a peça motivo (croquis), são os peritos acordes em que os caracteres gráficos lançados nos croquis e nas peças padrão, promanaram de um mesmo punho gráfico’”. Carvalho (2019)³⁵ apresenta argumento então que foram feitos três exames periciais, tendo em vista que o que foi feito pela Polícia do Exército em 25 de janeiro de 1988 teve caráter complementar ao segundo exame pericial.

Portanto, no mesmo dia 25 de janeiro de 1988, após o complemento do laudo pericial 58/87, o Conselho de Justificação, composto por três integrantes, decidiu, em reunião secreta, por unanimidade, “[...] considerar o capitão Jair Bolsonaro culpado das acusações” (CARVALHO, 2019, p. 111).

Em sua conclusão, o Conselho de Justificação afirmou, de acordo com Carvalho (2019, p. 112), que

[...] Bolsonaro mentiu no depoimento da noite de 25 de outubro de 1987, mentiu durante todo o processo, na sindicância e no Conselho de Justificação e “revelou comportamento aético e incompatível com o pundonor militar e o decoro da classe, ao passar à imprensa informações sobre sua Instituição, sendo, por aquela considerado como fonte”.

Porém, não parou por aí. Embora o Conselho de Justificação tenha decidido, unanimemente, pela culpabilidade de Jair Bolsonaro, esse parecer deveria ser encaminhado e submetido ao Superior Tribunal Militar (STM). Os trabalhos do STM iniciaram-se em fevereiro de 1988 (CARVALHO, 2019).

Bolsonaro concluiu o “[...] curso da EsAO com conceito “Bom” e nota final 7,68. Terminou o curso na 28.ª colocação em uma turma composta por 49 alunos – nada promissor para conseguir eventuais promoções, e principalmente por ter em seu prontuário uma prisão disciplinar” (CARVALHO, 2019, p. 122).

³⁵ Explicação mais detalhada sobre esse prisma pode ser apreciada em Carvalho (2019, p. 116-118).

Em 16 de junho de 1988, transcorreu o julgamento do Capitão Jair Messias Bolsonaro. Treze ministros participaram do julgamento que foi realizado em sessão secreta do Superior Tribunal Militar (STM). Contrariamente ao parecer do Conselho de Justificação, o STM absolveu o Capitão Bolsonaro por 9 a 4 (nove votos a quatro), considerando-o “não culpado” ou “justificado” (CARVALHO, 2019).

É incontestável a repercussão que tiveram, tanto a matéria publicada pela revista *Veja*, intitulada “O salário está baixo”, em 3 de setembro de 1986, quanto a confusão que gerou a matéria veiculada pela mesma revista em 28 de outubro de 1987, intitulada “Pôr bombas nos quartéis, um plano na EsAO”. Como desencadeamento da segunda publicação, *Veja* publica a matéria “De próprio punho” na edição do dia 4 de novembro de 1987. No meio de toda essa turbulência, é fato que o nome do Capitão Jair Messias Bolsonaro tinha atingido notoriedade em nível nacional. Diante dos fatos apresentados, Bolsonaro cogitava a possibilidade de seguir, definitivamente, uma carreira política. Tanto é que, mais uma vez, foi aconselhar-se com seu pai, Percy Geraldo, sobre essa possibilidade. Ao perguntar o que seu pai achava de uma possível candidatura à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, recebeu a seguinte resposta: “— Você não vai se candidatar a vereador coisa nenhuma. Vai seguir a carreira militar, ser general do Exército e depois presidente da República” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 63). Como são informações de fonte duvidosa e de impossível constatação, vale questionar a narrativa construída. Levando-se em consideração as informações apresentadas, podemos inferir que a proposta era formatar um “mito” forjado, como que predestinado a ocupar a Presidência da República mesmo antes de ingressar na vida pública.

De acordo com as palavras de Flávio Bolsonaro (2017, p. 63), Jair Bolsonaro acatou os conselhos de seu pai em duas grandes decisões, mas, nessa ocasião específica, aos 33 anos, resolveu tomar “[...] as rédeas da decisão” e decidir-se pelo afastamento da carreira militar e pelo ingresso na vida política. Ressaltamos aqui a “coincidência” quanto à idade em que a decisão foi tomada, ou seja, aos 33 anos, Jair Messias Bolsonaro dá uma guinada na sua vida, trocando a carreira militar pela política, manifestado em Flávio Bolsonaro (2017) como uma opção feita. Essa pode ser considerada uma mensagem subliminar intencionalmente difundida para forjar um mito político.

Em meados de 1988, após o devido arquivamento do “Conselho no STM” do Capitão Jair Bolsonaro, o então Presidente da República, José Sarney, exonerava do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o Brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, por ter comparado “[...] o salário de um piloto da FAB [Força Aérea Brasileira] com o de um ascensorista do Senado” (FLÁVIO

BOLSONARO, 2017, p. 63). Nesse mesmo dia, “[...] Bolsonaro encontrou com um capitão amigo que tinha informações privilegiadas da 1.ª Seção da EsAO [...]” e este o alertou: “— Olha, você vai responder a outro Conselho. O Ministro do Exército não ficou satisfeito com sua absolvição e eles estão dizendo que haveria fatos novos para que você fosse julgado novamente no STM” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 63-64).

Flávio Bolsonaro (2017, p. 64) conta que “o desespero tomou conta de Bolsonaro pela possibilidade de responder a um segundo Conselho”. Diante desse cenário, Jair Bolsonaro “[...] avaliou que não teria mais espaço na caserna [...]” e que a saída era lançar-se como candidato a vereador pelo município do Rio de Janeiro e usar o regulamento militar a seu favor, ou seja, a partir de sua candidatura, ele seria liberado por 90 dias para fazer sua campanha (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 64).

Aceitando o convite de um coronel da reserva, Jair Bolsonaro filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC) para disputar sua primeira eleição na vida pública. Quando o Capitão Bolsonaro foi entregar seu registro de candidatura, ele teria constatado ter tomado a decisão certa ao optar pela vida política em detrimento da militar. Devido à sua conclusão no curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, ele teria direito a escolher em qual local do Brasil seria lotado. Bolsonaro, então, teria escolhido “[...] servir no 31.º GAC-Es (Grupo de Artilharia de Campanha – Escola), na Vila Militar no Rio. Mas houve uma retificação, transferindo-o para uma unidade no estado do Rio Grande do Sul. Seria seu destino caso não fosse eleito” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 65).

“A esperança está em nós mesmos – Cap. Bolsonaro – 17.681 – PDC – Vereador 88” eram os dizeres pintados nas faixas de sua campanha. Mesmo com uma campanha modesta e uma equipe pequena de colaboradores, Jair Bolsonaro conseguiu ser eleito vereador, no município do Rio de Janeiro, com um total de 11.062 votos. Portanto, em janeiro de 1989, Bolsonaro, próximo de completar seus 34 anos, inicia sua vida pública como vereador.

Nova parada para tomar um fôlego. Antes de prosseguir com a vida política do Capitão Jair Messias Bolsonaro, vale lembrar e exaltar que toda análise bibliográfica e documental dependerá muito dos olhos de quem vê, da visão de mundo de quem analisa. Durante as leituras, seleção da bibliografia e dos documentos, análises e escrita, faz-se um constante exercício de aproximação e distanciamento do objeto para que o resultado do estudo fique livre de tendenciosidade. Os posicionamentos são intencionais, são ideológicos, independentemente da

cosmovisão que se tenha. Isso posto, tomamos a liberdade de expor um recorte de Flávio Bolsonaro (2017), ao falar sobre seu pai, Jair Bolsonaro, confirmando a assertiva anterior sobre o posicionamento diante do “objeto” analisado, bem como quanto à sua aproximação e ao seu distanciamento.

São inegáveis suas características de coragem, liderança, idoneidade, patriotismo, decência e tantas outras, raras de se ver concentradas em uma só pessoa – que dirá num político. Mas se você acredita que o “Homem lá de cima” deu uma forcinha para ele até agora, tenha a certeza de que Ele continua próximo, protegendo essa pessoa do bem, de coração enorme e que ama seu país (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 73).

Eleito para um mandato de quatro anos, Bolsonaro só cumpriu dois deles à frente do legislativo municipal do Rio de Janeiro. Foi uma passagem discreta. Sempre pronto a defender os militares, seu principal mote de campanha. Manteve uma postura mais recatada e discreta no que concerne às participações nas plenárias.

Durante sua rápida passagem pela vereança, Bolsonaro apresentou sete projetos em 1989 e nenhum em 1990. Dentre as proposições, as mais relevantes foram uma que propunha o transporte gratuito de militares em ônibus urbanos e uma segunda proposição de lei que regulamentava o acompanhamento de doentes terminais e idosos por familiares na rede municipal hospitalar.

Em abril de 1989, Bolsonaro foi um dos cinco vereadores a votar contra o aumento de 180 cargos de assessores para a Câmara. Embora tenha votado em primeira e segunda votação com a medida, ela foi aprovada em maio de 1989. Em dezembro do mesmo ano, foi um dos quatro vereadores a votar contra o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (SAINT-CLAIR, 2018).

A primeira polêmica na política surgiria em 1990, em seu último ano como vereador. Segundo informações contidas em Flávio Bolsonaro (2017, p. 76), vivia-se uma época em que “[...] muitas pessoas que estavam em cargos de confiança ou de livre nomeação foram efetivadas no serviço público, equiparadas àquelas que ingressaram pela via do concurso público”. Diante dessa situação, Jair Bolsonaro queria ter acesso às informações da Câmara Municipal de quem estava devidamente empregado e quem eram os aposentados. Nas palavras de Flávio Bolsonaro (2017, p. 76), ele “[...] somente queria transparência do uso do dinheiro do contribuinte”. Como não era atendido em suas reivindicações, ele “[...] resolveu enfrentar o sistema e invadiu a sala do

departamento de pessoal [...] trancou a porta por dentro e começou a vasculhar toda a documentação em busca do que queria. A Polícia Militar foi acionada, mas não chegou nem a entrar no prédio da Câmara [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 76-77).

Como era de se esperar, sua assessoria era composta por pessoas que “[...] obrigatoriamente, possuíam algum vínculo com as Forças Armadas” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 77). Seu gabinete era circundado por militares e suas demandas eram muitas de caráter jurídico. Flávio Bolsonaro (2017, p. 77-78) destaca que, como Jair veio de uma formação militar, almejava implementar “[...] questões de interesse nacional e na visão da nação, uma de suas principais bandeiras foi a do planejamento familiar, feito voluntariamente por decisão do casal”. A proposta tinha como cerne, disponibilizar gratuitamente, por meio da rede pública de saúde, cirurgias de laqueaduras e vasectomia como forma de prevenir a gravidez indesejada e reduzir a quantidade de abortos, principalmente na camada mais humilde da população brasileira (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

Saint-Clair (2018, p. 56) conta que em março de 1990, a Câmara Municipal estava reunida para “[...] apreciação de uma emenda do Vereador Alfredo Sirkis (PV), que propunha a supressão de um artigo que previa a cassação de vereador que denegrise a imagem da Câmara”. Quando a votação foi sacramentada por 18 a 17 em favor da manutenção do artigo, Bolsonaro “deu um soco na mesa e vociferou: — Quero ver quem tem coragem de me cassar neste plenário! [...] Involuntariamente, o soco de Bolsonaro na mesa soou como um gongo, e o Plenário se transformou num ringue” chegando até, em alguns casos, a agressão física (SAINT-CLAIR, 2018, p. 56).

Em setembro de 1990, Bolsonaro e os Vereadores Chico Alencar (PT) e Mário Dias (PDT) lutaram juntos para ampliar o expediente de votações dentro das sessões ordinárias, objetivando não ter a necessidade de convocação de sessões extraordinárias, tendo em vista que elas eram remuneradas e oneravam, e muito, o legislativo municipal. Em uma de suas manifestações, Bolsonaro argumentou: “— Nós já recebemos uma remuneração razoável para exercer o mandato, e não precisamos de expedientes desse tipo. Isso é vergonhoso!” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 56).

Fechando o ano e seu mandato de vereador, Bolsonaro devolveria, à Câmara Municipal, cinco mil cartões de Natal aos quais teria direito cada um dos 42 parlamentares do legislativo do município do Rio de Janeiro. Com uma narrativa voltada para o fim das mordomias,

Bolsonaro diz que “— Desejar votos de boas festas às custas do contribuinte é uma afronta à sociedade!” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 57).

Com a proposta de divulgar seus pensamentos e atividades parlamentares, Jair Bolsonaro utilizava, com frequência, as seções de carta aos leitores dos jornais. Era uma seção transformada em palanque para que pudesse “[...] desferir ataques ao PT [...]” bem como reverberar suas bandeiras de campanha (SAINT-CLAIR, 2018, p. 57). Sobre esse assunto, Saint-Clair (2018, p. 57) afirma que

Quando os jornais deixaram de publicar mensagens de políticos na seção de cartas, Bolsonaro descobriu um modo mais eficaz de garantir espaço na mídia. Na defesa das pequenas e grandes bandeiras que levanta em nome do que há de mais conservador ou reacionário, deixa sua impulsividade falar mais alto e vocifera em lugar de argumentar, não raro, distribuindo coices nos adversários políticos, ao melhor estilo Cavalão. Começa a fabricar, assim, um personagem de si mesmo. Nasce o “mito”.

Mesmo estando fora do Exército, as ações de Jair Bolsonaro eram mantidas dentro do raio de ação do Centro de Informações do Exército que, em julho de 1990, produziu um “[...] prontuário secreto de 54 páginas [...]” explicitando suas ações (SAINT-CLAIR, 2018, p. 49). Alguns recortes apresentados por Saint-Clair (2018) dão o norte de sua essência. Segundo o dossiê³⁶, Jair Bolsonaro utilizava a questão salarial dos militares para fazer “exploração político-ideológica”; que ele não tinha “representatividade ou delegação” para falar em nome da categoria; dizia que sua atuação nos quartéis era “eleitoreira”; e que ele acusava de forma “descabida” os oficiais superiores e autoridades (SAINT-CLAIR, 2018, p. 49).

Já em abril de 1990, Jair Bolsonaro teve a sua entrada proibida em qualquer unidade militar da região, isso em atenção às instruções do Comando Militar do Leste. O alto escalão do exército se incomodava com o fato de Bolsonaro insistir nesse mote dos reajustes salariais dos militares, tendo em vista que essa ação lançava em descrédito os canais oficiais das próprias Forças Armadas, sendo estes os que deveriam ser utilizados. Bolsonaro também seria investigado constantemente pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) (SAINT-CLAIR, 2018).

Flávio Bolsonaro (2017) afirma que Jair Bolsonaro, em 1990, em sua campanha para deputado federal, seguiu os mesmos moldes do que havia dado certo na campanha anterior para vereador. Em suas palavras, teria sido uma “campanha modesta, somente com o básico e pouca

³⁶ Para mais informações, consulte a íntegra do dossiê produzido pelo Centro de Informações do Exército. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2019/01/bozo-dossie.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

gente para as panfletagens nas ruas” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 79). Vale lembrar que na campanha para deputado federal, em 1990, Bolsonaro tinha, então, a experiência de uma campanha, somada a uma equipe de assessores e a uma estrutura de gabinete, coisas que não tinha na campanha para vereador. Sabe-se que, legalmente, os assessores e a estrutura do gabinete não podem ser usados para campanhas de nenhum candidato, mas pressupomos que isso aconteça corriqueiramente, haja vista a intenção presente nos assessores em se manterem nos cargos; portanto, todos têm interesse que seu candidato seja eleito.

Após apuração das urnas em 1990, Jair Messias Bolsonaro (PDC) foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Essa foi sua primeira eleição para o citado cargo, obtendo uma votação de 67.041 votos. Com esse resultado, os militares conseguiram alçar seu representante a um patamar mais alto de representatividade. Ficou em sexto lugar entre os 46 eleitos (SAINT-CLAIR, 2018).

Desde o início de seu mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro, o capitão da reserva, Jair Messias Bolsonaro apregoava suas propostas que sempre alvoroçaram grande parte da população. Saint-Clair (2018, p. 60) apresenta algumas a título de exemplificação: “[...] pena de morte para homicidas, desde que a população tivesse acesso à esterilização gratuita. A implementação de uma política de controle de natalidade, com a inclusão de cirurgias de vasectomia e de ligadura de trompas nos hospitais públicos”. Como justificativa à sua proposta de controle de natalidade com esse viés, Bolsonaro argumenta, em entrevista ao jornal O Globo, à época, sendo reproduzido por Saint-Clair (2018, p. 60):

— Um filho indesejado, abandonado ou criado em condições precárias pode se tornar um bandido no futuro. Por isso, acho que primeiro é preciso controlar a natalidade e, somente depois, implementar a pena de morte para alguns casos. Como sequestros ou estupros seguidos de morte [...].

Como o aumento salarial dos militares sempre foi pauta de Jair Bolsonaro, ele entrou com um “[...] mandato de injunção no Supremo Tribunal Federal (STF) [...]” na tentativa de fazer com que os deputados votassem o projeto do Senador Jarbas Passarinho (PDS) que propunha triplicar o valor dos salários dos ministros, equiparando-os aos salários dos senadores (SAINT-CLAIR, 2018, p. 60). A tentativa era fazer com que a elevação dos salários dos ministros, incluindo os dos militares, promovesse um efeito cascata e esse aumento refletisse também para os funcionários civis e militares. Diante da negativa do STF em se pronunciar sobre a requisição, o

Deputado Jair Bolsonaro “[...] ajuizou uma ação popular na 2.^a Vara Federal para que fosse garantido o oposto do que propusera: a redução dos vencimentos dos senadores ao patamar dos ministros” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 60). Saint-Clair (2018, p. 60) conta que, ao ser indagado por uma repórter carioca sobre a lógica das duas ações controversas, Jair Bolsonaro respondeu com uma de suas analogias jocosas que ficaria consubstanciada em suas narrativas públicas: “— Não estou querendo prejudicar ninguém, mas é como se eu não tivesse conseguido namorar você e, aí, passasse a dizer para todo mundo que você é feia”.

De acordo com Flávio Bolsonaro (2017, p. 84), uma das bandeiras do então Deputado Federal Jair Bolsonaro “[...] era a volta do vale ferroviário para os recrutas [...]”. Segue dizendo que a postura de Bolsonaro “[...] começa a ficar marcada por posições politicamente incorretas [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 84). Cita como exemplo seu posicionamento frente aos “direitos humanos” e afirma que há uma manipulação pela esquerda frente ao seu significado. Segue explicando o tema e, para melhor entendimento, nos permitimos transcrever suas palavras na íntegra, conforme exposto em Flávio Bolsonaro (2017, p. 84-86, grifo do autor):

A percepção da maioria esmagadora da população de que a política de direitos humanos só serve para proteger bandidos não foi, obviamente, invenção de Bolsonaro. Essa máxima foi sendo consolidada com o passar do tempo e pelo fato de que marginais maiores ou menores de idade, foram sendo exaustivamente defendidos por políticos e “especialistas” na área, enquanto uma palavra sequer era dada aos familiares das vítimas desses bandidos. Suas posições quanto ao tratamento legal mais severo que deveria ser dado a quem comete crimes contra os cidadãos ordeiros, encontram ressonância em todo o país, especialmente pelo esgotamento da sociedade, cansada de ser vítima e com a impunidade de seus algozes.

Flávio Bolsonaro (2017, p. 86) expõe uma foto do então Deputado Federal Jair Bolsonaro, segurando uma camiseta estampada com os dizeres: “Direitos Humanos: esterco da vagabundagem” e com o endereço de uma página na internet. O vocábulo “esterco” encontra-se destacado na camiseta, inclusive grafado com outra cor. A legenda da foto dizia: “Defensores dos direitos humanos no Brasil defendem apenas marginais”. Esse seria um discurso constantemente presente em suas manifestações públicas até os dias atuais.

No começo de seu mandato como deputado federal, em abril de 1991, Jair Bolsonaro organizou “[...] manifestação pacífica [...]”, das “[...] viúvas de militares, ex-combatentes da II Guerra Mundial e militares da reserva [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 82). Aproximadamente 200 pessoas estiveram presentes no ato reivindicando “[...] a integralidade das

pensões, que deveriam ser pagas de acordo com o que recebiam, os servidores em vida” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 83).

Com um primeiro ano (1991) à frente de seu mandato de deputado federal, transcorrido relativamente discreto no que tange às ações políticas, com foco direcionado para a organização da marcha com as viúvas de militares, a partir do segundo ano, o Capitão Bolsonaro sentiu-se mais aclimatado aos meandros da política para apregoar suas propostas polêmicas “[...] revelando seu desprezo pela democracia e pelos direitos humanos [...]” e, com isso, ganhando cada vez mais espaço em programas de televisão e cooptando simpatizantes que coadunam com seus pensamentos (SAINT-CLAIR, 2018, p. 69).

Com o título “Caminhando e cantando com Bolsonaro”, o jornal O Estado de São Paulo, em 29 de setembro de 2018, remonta às informações de seu acervo e revive o episódio ocorrido em 27 de abril de 1992. O evento tratava de uma manifestação composta, majoritariamente, por mulheres e parentes dos militares que tomou a Esplanada dos Ministérios. As mulheres dos militares estavam vestidas com parte da farda de seus companheiros, marchando até o Ministério do Exército e o Estado-Maior das Forças Armadas, batendo panelas e proclamando palavras de ordem, protestando por melhores salários para os militares. O Estadão apresentou o número de 1.200 manifestantes contra 2.000 de (BATISTA, 2018; FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

O protesto recebeu o nome de “Marcha pela Dignidade da Família Militar” e foi organizado pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro que usou da palavra para proferir palavras de ordem e disparar sua “metralhadora” contra as pessoas do alto escalão. Segundo o Estadão, Bolsonaro chamou o então Presidente da República, Fernando Collor de “corrupto e imoral”, o Ministro do Exército Carlos Tinoco de “banana”, os Ministros da Aeronáutica, Sócrates Monteiro e da Marinha, Mário César Flores de “incompetentes”, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Luiz Antônio da Rocha Veneu, de “omisso” (BATISTA, 2018; FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

Agosto de 1992 marca mais um episódio caricato, mas que diz muito sobre o relacionamento entre Jair Bolsonaro e o alto comando militar à época. A cerimônia era de formatura e entrega das espadas aos novos cadetes da Aman. O Ministro do Exército havia dado ordem para barrar a entrada de Jair Bolsonaro no recinto. Ao chegar, Bolsonaro foi barrado no portão, ato esse que deu vazão à sua indignação e o motivou a discursar: “— De um governo envolvido em

corrupção não poderia se esperar outra atitude” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 89). Bolsonaro atravessou seu Chevette azul, puxou o freio de mão, desligou o carro e sentou-se no capô. Como a passagem ficou impedida aos demais convidados, um guincho foi chamado e arrastou o carro com o deputado sentado em cima dele (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

Em dois de outubro de 1992, agentes da Polícia Militar reprimiram uma rebelião na casa de detenção de São Paulo. Em virtude da magnitude que tomou o episódio, 111 detentos foram mortos. O ocorrido dividiu opiniões e causou comoção e protestos de órgãos ligados aos direitos humanos. Diante da situação, o Deputado Jair Bolsonaro fez o seguinte comentário: “— Morreram poucos. A PM tinha que ter matado mil!” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 70). Em seu livro, Flávio Bolsonaro (2017, p. 87) se refere a esse pronunciamento como: “[...] nesse contexto, Bolsonaro preferiu mais uma de suas declarações diretas no queixo de hipócritas”.

Nessa mesma linha, por ocasião da condenação dos policiais envolvidos no episódio que ficou conhecido como o “Massacre do Carandiru”, Bolsonaro subiu à tribuna³⁷ da Câmara dos Deputados em 20 de março de 2014 e bradou:

— Sr. Presidente, eu quero lamentar a condenação de policiais militares pelo Tribunal do Júri de São Paulo ontem.

Eu tive acesso, à época, à ficha de antecedentes criminais de alguns daqueles 111 canalhas que morreram – no meu entender, tinham que ter morrido mais de mil. Na ficha deles constava o seguinte: estupro, sequestro, latrocínio, violência sexual contra menores, além de outros crimes.

Cento e onze morreram. Repito: foi pouco. Quantas novas vítimas teria havido, caso esses canalhas, poucos anos à frente, tivessem sido postos em liberdade? Com toda a certeza, milhares (BRASIL, 2014b, n. p.).

Quando da primeira declaração sobre o Carandiru, Jair Bolsonaro já estava filiado ao Partido Progressista Reformador (PPR), partido que resultou da fusão entre o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Democrático Social (PDS). Bolsonaro ficou filiado ao PPR de 1993 até o início do segundo mandato de deputado federal. A reação ao posicionamento do deputado foi rápida, inclusive chegando a Adílson Motta, presidente do PPR, seu partido à época, que cogitou, até mesmo, sua expulsão do partido caso não se retratasse. Como lhe convinha, Bolsonaro conclama a democracia que lhe daria direito a divergir dos demais. Bolsonaro, além de não se retratar, ainda voltou a insinuar sua opinião sobre o Congresso Nacional. “— Ninguém acredita

³⁷ Discurso do deputado federal Jair Bolsonaro, na tribuna da Câmara dos Deputados, a respeito do Massacre do Carandiru. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ww_ASgryIQQ. Acesso em: 08 jan. 2020.

mais nele [no Congresso Nacional]. O congresso deveria ser congelado temporariamente. Os parlamentares são despreparados” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 70). E ainda emenda dizendo que “— Há leis demais que atrapalham. Num regime de exceção, um chefe, que não precisa ser militar, pega uma caneta e risca a lei que está atrapalhando” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 70). No dia seguinte, Jair Bolsonaro ainda subiria à tribuna da Câmara do Deputados e diria que era “[...] a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo” (BRASIL, 1993, p. 13.530). Para Flávio Bolsonaro (2017, p. 96), a declaração de Bolsonaro “[...] por si só não significava que o Congresso deveria ser fechado, mas a força de expressão de Bolsonaro foi levada ao pé da letra [...]”. Diante desse posicionamento de Flávio Bolsonaro, parece correto afirmar que o artifício de atribuir um posicionamento que tenha causado uma repercussão negativa a uma figura de linguagem ou força de expressão faz parte de um método para amenizar o impacto junto aos seus seguidores.

Seu posicionamento novamente provocou reações, as mais diversas. Inocêncio de Oliveira do Partido da Frente Liberal (PFL-PE), presidente da Casa, acionou a Corregedoria Geral e a Procuradoria Parlamentar. O Deputado Vital Rêgo, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT-PB), então coordenador da Procuradoria, entrou com uma representação na Comissão de Justiça no intento de que o Deputado Jair Bolsonaro perdesse a imunidade parlamentar e fosse julgado por falta de decoro e crime contra a Lei de Segurança Nacional. Ventilava-se a possibilidade de ele perder o mandato e quiçá até ser condenado a até seis anos de prisão. No desenrolar da situação, Bolsonaro recebeu somente uma advertência. Como a punição foi branda, desproporcional ao fato em si, Bolsonaro voltaria a proferir discursos nesse norte pouco tempo depois. Na ocasião, a Mesa da Câmara solicitou, como punição, seu afastamento por um período de 30 dias. Punição essa que foi vetada pela Comissão de Constituição e Justiça (SAINT-CLAIR, 2018).

As palavras do Deputado Jair Bolsonaro ressoaram e repercutiram também em um dos veículos de comunicação de uma das maiores potências do mundo, o jornal *The New York Times* nos Estados Unidos da América – EUA. O jornal destacou os posicionamentos do deputado em uma matéria que ocupou quase uma página, intitulada “*Conversations/Jair Bolsonaro; A Soldier Turned Politician Wants To Give Brazil Back to Army Rule*”, escrita por James Brooke em 25 de julho de 1993 (BROOKE, 1993).

Esse era um discurso recorrente nas aparições públicas do Deputado Jair Bolsonaro. Para fazer esse recorte, recorreremos à matéria publicizada por Claudemir Pereira em 18 de outubro de 2018. Com o texto intitulado “Os dias em que Bolsonaro, hoje candidato à Presidência, teve uma passagem tumultuada por SM [Santa Maria-RS]” (ROSAURO, 2018, n. p.), remonta ao ocorrido em 18 de junho de 1993 quando Bolsonaro receberia uma homenagem da Câmara Municipal, considerando-o “convidado ilustre” via Ato Legislativo 21/1993, tendo em vista que Bolsonaro, conforme a matéria, teria “[...] sido o autor de uma ação na Justiça que reconquistou o direito de as filhas de militares receberem pensão militar até os 21 anos. O benefício havia sido cortado no governo Collor” (ROSAURO, 2018, n. p.). Como panorama, à época, o país vivia circundado pelo espectro de uma ditadura que se findara há menos de uma década e o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello (PRN) há menos de um ano. Soma-se a isso um plebiscito, feito em 21 de abril daquele ano, no qual os brasileiros optaram por um governo republicano com sistema presidencialista.

Após homenagem recebida, Bolsonaro teria concedido entrevista ao jornal A Razão, que estamparia, em sua edição n.º 179, datada de 19 e 20 de junho de 1993, ou seja, no dia seguinte à cerimônia na Câmara Municipal, manchete intitulada “Os arautos do descontentamento militar”, “Bolsonaro defende regime de exceção e fechamento temporário do Congresso”, assinada pelo repórter José Mauro Batista (ROSAURO, 2018, n. p.).

Defendendo suas ideias, o Deputado Jair Bolsonaro, mais uma vez, traria à baila sua defesa por “um curto período de exceção”, pois “só se dá golpe com a falência do Legislativo” e, segundo ele, essa hipótese de intervenção não estaria muito longe de acontecer (ROSAURO, 2018, n. p.). Em suas palavras, Bolsonaro diz que não foi “[...] pregar golpe militar, mas o fim dessa democracia irresponsável” (ROSAURO, 2018, n. p.). Além de polemizar sobre não se sentir preparado ou à altura para as funções de um deputado federal, afirma que “[...] nenhum partido [político] vale nada nesse país” (ROSAURO, 2018, n. p.). Finalizando o texto, não menos polêmico, Bolsonaro defende o seu projeto de controle de natalidade para a população pobre do país, objetivando acabar com a miséria. Bolsonaro enfatiza que “o Nordeste, por exemplo, só produz mão-de-obra não especializada” (ROSAURO, 2018, n. p.).

A matéria repercutiu tão rápido que no dia 22 de junho de 1993, atendendo ao requerimento do Vereador Paulo Pimenta do Partido do Trabalhadores (PT), a Câmara Municipal de Santa Maria reuniu-se e revogou o título de “convidado ilustre” concedido a Jair Bolsonaro

quatro dias antes e aprovou, por unanimidade, a proposta de considerá-lo “*persona non grata*” tendo como argumento a apologia feita por ele à “[...] volta de um ‘regime forte’ para o país”, dizia o requerimento” (ROSAURO, 2018, n. p.).

Bolsonaro voltaria a reforçar seus pontos de vista em entrevista ao Jornal A Razão em 25 de junho de 1993, dos quais, destacamos três excertos:

Tenho vergonha de ser deputado federal. Não estou preparado. Não tenho uma bagagem cultural para bem representar a população brasileira. Qualquer imbecil pode ser candidato a deputado federal e legislar para você cumprir. [...] A falência do Legislativo obriga a volta dos Militares. As nossas conquistas foram perdidas depois do fim do regime militar [...]. Para acabar com a fome e a miséria é preciso o controle de natalidade. Fazer laqueadura nas jovens senhoras que estão perambulando gerando mão-de-obra não-especializada... A minha esposa ligou as trompas. Eu acho que vocês vão ligar também... a primeira fase é livre, a segunda, lá no Norte e nas periferias, tem que pegar as mulheres e levar. Não tem direito de ter mais filhos (ROSAURO, 2018, n. p.).

“Em sua estada na cidade de Santa Maria, nesse final de semana, Bolsonaro declarou que seu maior sonho é governar o Brasil num regime ditatorial e fechar o congresso”, declara a matéria publicada no periódico (ROSAURO, 2018, n. p.).

O ano de 1993 seria marcado, coincidentemente, por tragédias envolvendo a ação de policiais militares. Em 23 de julho de 1993, oito jovens de 11 a 19 anos, foram mortos por policiais militares ao lado da Igreja da Candelária no centro do Rio de Janeiro. O episódio chocou o Brasil e o mundo e ficou conhecido como a Chacina da Candelária. Em meio a tudo isso, o Deputado Federal Jair Bolsonaro “[...] afirmava que somente o regime militar poderia dar jeito no país, tornando a nação ‘próspera e saudável’” (SAINT-CLAIR, 2018, p. 71).

Outro episódio de natureza similar e que também repercutiu além-fronteiras brasileiras foi uma incursão feita por policiais militares à favela de Vigário Geral, zona norte do município do Rio de Janeiro. A Chacina de Vigário Geral, como ficou conhecida, aconteceu na madrugada de 29 de agosto de 1993, episódio que culminou com a execução de 21 pessoas residentes na favela (SAINT-CLAIR, 2018).

Aos olhos de Flávio Bolsonaro (2017), a atuação parlamentar de Jair Bolsonaro ganhava destaque e, conseqüentemente, atraía a atenção de outros partidos que vislumbraram nele a possibilidade de ampliação de seus votos em uma eleição futura e, com isso, poder “puxar” mais deputados para ampliar a bancada do partido na Câmara dos Deputados. Nas palavras de Flávio Bolsonaro (2017, p. 97), “[...] o passe de Bolsonaro nunca esteve – nem estará – à venda”.

O Partido Social Democrático (PSD), com seis deputados federais, em setembro de 1993, pretendia lançar candidato à Presidência da República, mas como a legislação exigia no mínimo quinze deputados, o PSD foi, então, em busca de cooptar os parlamentares que restavam para seu projeto ganhar concretude. Inicialmente Bolsonaro teria aceitado a proposta do partido com a “[...] condição de que, além de sua independência e liberdade políticas asseguradas [...]”, ele teria a prerrogativa de definir a prioridade dos candidatos no horário de rádio e televisão (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 98). No mesmo dia em que Jair Bolsonaro assinou sua ficha de filiação, segundo Flávio Bolsonaro (2017), ele ficou sabendo que o PSD estaria pagando por filiações. Após tomar ciência dessa situação, no dia seguinte à filiação, ele teria ligado para os deputados que intermediavam a mudança de partido e bradado: “— Rasga a minha ficha de filiação agora. Fiquei sabendo que está rolando dinheiro nessa história. Tô fora” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 99). Flávio Bolsonaro continua sua narrativa, afirmando que, diante da negativa de Bolsonaro, os deputados imaginaram que a recusa seria por causa de dinheiro e ofereceram um pagamento que viria, originalmente, de uma empreiteira. Dessa forma, Bolsonaro teria ficado em seu partido e seguido trabalhando com a “[...] convicção de que não havia feito mais que sua obrigação ao se recusar a fazer política dessa forma promíscua” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 97).

Em 1994, entrava em vigor o Plano Real e com ele a Unidade Real de Valor – URV que tinha o intento de estabelecer bases do plano econômico do então governo Itamar Franco. Bolsonaro teria sido o único deputado a ter uma emenda de sua autoria aprovada na fase de tramitação do projeto na Câmara dos Deputados. A proposta previa a extensão da Gratificação de Atividade Militar (GAM) aos praças especiais (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

A sessão de votação contaria com mais um episódio pitoresco. Nas palavras de Flávio Bolsonaro, o processo de aprovação “[...] contou com um certo tempero ‘à la Bolsonaro’ para assegurar sua aprovação [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 99). Bolsonaro “[...] pagou missão para um assessor encher um saco plástico com estrume de vaca, bem mole, e ameaçou jogar em todo mundo caso ela [sua emenda] fosse rejeitada” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 99). Bolsonaro ficou segurando o saco plástico fechado durante a votação de sua emenda que foi aprovada por unanimidade. Após a entrada da medida em vigor, ela teria majorado em aproximadamente 50% a remuneração dos cadetes da Aman (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

Jair Messias Bolsonaro foi candidato à reeleição ao cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro, ainda filiado ao Partido Progressista Reformador (PPR). Bolsonaro foi o terceiro

deputado federal mais votado do Rio de Janeiro com um total de 111.927 votos. Teve um aumento de cerca de 70% dos votos conseguidos no primeiro mandato de deputado.

Quando Jair Bolsonaro é entrevistado e o assunto em questão se trata do armamento da sociedade brasileira, os jornalistas geralmente retomam o episódio em que o então deputado federal foi assaltado e teve sua arma roubada pelos assaltantes. O fato aconteceu em 4 de julho de 1995 quando o deputado transitava pela rua Torres Homem, zona norte do Rio de Janeiro, e parou em um semáforo com sua moto Honda Sahara 350. Durante a espera, foi abordado por dois criminosos que levaram sua moto e sua arma, uma Glock calibre 380. Na ocasião, Bolsonaro declarou que, mesmo armado, sentiu-se indefeso e sem condições de reagir (BITTENCOURT, 2017).

Em 26 de janeiro de 1996, o Diário da Câmara dos Deputados publicou em suas páginas 2.522 e 2.523, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 301, de 1996, cuja autoria reconhecida é do Deputado Jair Bolsonaro e outros. A proposta da PEC era reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. Com relação a essa questão, Flávio Bolsonaro (2017) culpabiliza, de certa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), chamando-o de “malfadado” e ressaltando que sua punição mais severa é de três anos de “medidas socioeducativas”. Afirma ainda que todo esse processo “[...] é um convite aos menores de idade que querem cometer os mais hediondos crimes [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 103).

Flávio Bolsonaro (2017) apresenta outra pecha que seria atribuída ao Deputado Bolsonaro, a de fazer apologia ao estupro. Seu texto explicita que Bolsonaro sempre foi um defensor de punições mais severas impostas às crianças e aos adolescentes abaixo da idade penal, tal como em caso de estupro. Afirma também que “[...] se a cadeia não recupera ninguém – e nem é esse o seu papel – pelo menos esses bandidos ficariam afastados do convívio social por mais tempo [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 103-104). Ele finaliza atribuindo esse estigma aplicado a Jair Bolsonaro como sendo “[...] perseguição a um parlamentar que ainda tem até proposta para castração química de estupradores” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 104).

“A redução da maioria penal é um tema que encontra apoio maciço perante a opinião pública no Brasil, mas sofre forte resistência dos políticos de esquerda [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 104). A citação acima apresenta uma característica recorrente nas narrativas de Jair Bolsonaro e de muitos de seus simpatizantes. Trata-se de manter a discussão na superfície, sem levá-la à raiz, utilizando-se, muitas vezes, de informações sem apresentar fontes. À guisa de exemplo, podemos ressaltar e questionar a falta de fonte para embasar a afirmação de

que esse posicionamento teria um “[...] apoio maciço perante a opinião pública no Brasil [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 104-105).

Conta Flávio Bolsonaro (2017) que o Congresso Nacional apresentou PEC que propunha a mudança da Constituição Federal objetivando permitir a reeleição para presidente da República; na ocasião, o presidente era Fernando Henrique Cardoso. As “conversas de corredor” davam conta de que cada parlamentar estaria sendo comprado por R\$ 200.000,00 para votar favoravelmente. Bolsonaro, inclusive, teria sido sondado, mas havia consolidado “[...] sua decisão de votar contra para evitar ser acusado de algo que não havia feito [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 106). Segundo conta Flávio Bolsonaro (2017), o Deputado Bolsonaro só não teria denunciado o esquema de compra dos parlamentares por não ter como comprovar o ilícito. Tal procedimento é visto atualmente nas ações de Jair Bolsonaro. Em tempos de redes sociais e propagação rápida de informações, ele afirma algo sem ter como comprovar e depois o estrago está feito.

Jair Bolsonaro mudaria de partido mais uma vez, novamente em função de uma fusão, desta vez entre o Partido Progressista Reformador (PPR) com o Partido Progressista (PP), resultando no Partido Progressista Brasileiro (PPB) em que permaneceu até o início do quarto mandato de deputado federal. Concorreu, em 1998, a seu terceiro mandato de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e foi eleito com 102.893 votos (SAINT-CLAIR, 2018). À época, Bolsonaro já mostrou suspeição ao processo de voto por ser todo via urnas eletrônicas, sem haver a possibilidade de serem auditadas. A partir daí, o deputado colocou-se como um ferrenho defensor do voto impresso, paralelo ao sistema de votação eletrônica (FLÁVIO BOLSONARO, 2017).

Saint-Clair (2018, p. 71) conta que em dezembro de 1998, Jair Bolsonaro, em entrevista para a revista *Veja*, “[...] afirmou que a ditadura de Augusto Pinochet ‘deveria ter matado bem mais gente’ do que os mais de três mil chilenos assassinados pelo regime de exceção – incluindo o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, à época exilado no país andino [...]”.

Em seu primeiro ano do terceiro mandato como deputado federal, Jair Bolsonaro, em 23 de maio de 1999, voltaria a externar suas opiniões polêmicas em entrevista exibida pela TV Bandeirantes no programa *Câmara Aberta*, comandado pelo apresentador Jair Marchesini. Logo no começo do programa, perguntam-lhe se ele achava que o Congresso Nacional votava mal, ao que ele responde: “— O Congresso não vota mal não! O Congresso vota sem saber o que está votando. Os governistas chegam lá, olham para a cara de seu líder [...]” e este faz sinal de negativo ou

positivo para direcionar o voto do parlamentar (BOLSONARO..., 2017, 3 min 18 s). Conduta essa muito semelhante àquela que aconteceu em três de dezembro de 2019 quando o senador Flávio Bolsonaro votou contra o veto do seu pai, Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao Fundo Eleitoral. O senador justificou-se explicando que a liderança passa uma “colinha” com as definições de como cada um deve votar (BARBOSA, 2019).

Jair Bolsonaro segue dizendo “[...] que o deputado ganha mal. A população não vai entender o que estou falando aqui. Ganha mal. Cinco³⁸ mil líquido por mês, perto de quinze salários, mas, mas, isso não é dinheiro para governista [...]” (BOLSONARO..., 2017, 3 min 39 s).

Jair Marchesini, apresentador do programa, levanta a hipótese de a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se reunirem e sugerirem uma reforma do judiciário e quis saber a opinião de Bolsonaro sobre o assunto. A essa questão, Bolsonaro responde:

Eu acho válido uma reforma do Judiciário, como do próprio Legislativo. Nós temos um excesso de parlamentares, não só em Brasília como em assembleias legislativas. Para que 70 deputados estaduais no Rio de Janeiro? Para que 42 vereadores? É mais da metade é semianalfabeto [...]. Aqui nós entregamos a feitura das leis para semianalfabetos que muitas vezes, na maioria das vezes, são cooptados pelo chefe do executivo em troca de favores (BOLSONARO..., 2017, 4 min 37 s).

Com relação ao poder Legislativo, Bolsonaro diz que “[...] hoje em dia [1999] não existe legislativo. Eu canso de dizer, nós temos Câmara, nós temos Congresso, só para dizer que nós temos democracia, mais nada” (BOLSONARO..., 2017, 5 min 36 s).

Bolsonaro segue a entrevista manifestando sua opinião sobre o poder do Executivo para aprovar seus projetos.

O governo aprova tudo que ele quer. Medidas altamente impopulares para a população como a CPMF [Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira], a contribuição previdenciária dos servidores inativos. Por que não aprova isso contra banqueiros? Não aprova porque não quer, Xará! Isso é embuche. É demagogia. É para enganar a população porque está buscando alguma coisa e joga a culpa no Congresso (BOLSONARO..., 2017, 10 min 41 s).

³⁸ O salário de um parlamentar, de acordo com nota da Câmara dos Deputados, veiculada em cinco de outubro de 2018, é de R\$ 33.763,00. Além do salário, o parlamentar tem uma série de “penduricalhos”. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/545051-conheca-o-valor-do-salario-de-um-deputado-e-demais-verbasp-arlamentares/](https://www.camara.leg.br/noticias/545051-conheca-o-valor-do-salario-de-um-deputado-e-demais-verbas-parlamentares/). Acesso em: 10 jan. 2020.

Ao ser questionado sobre um possível desgaste do Presidente Fernando Henrique Cardoso junto à população, Bolsonaro vocifera:

Oh, nós vivemos sob a égide do governo mais corrupto da história do Brasil. Eu botaria um ponto final aí. A ele não interessa que nenhuma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] seja instalada na Câmara dos Deputados, que algo seja apurado, porque vai chegar nele, vai chegar no governo dele (BOLSONARO..., 2017, 11 min 14 s).

Quando lhe perguntaram sua opinião sobre Chico Lopes, que fora presidente do Banco Central por um período inferior a 20 dias, mas que deixara suas marcas positivas e negativas no governo, Bolsonaro respondeu que ele “— É um ladrão. Eu não posso falar outra coisa. Quer me processar, processa. Ainda bem que eu tenho imunidade, tá ok!? Eu me escuso realmente na imunidade. Eu tenho, preciso dela. Caso contrário, eu estaria morto. Eu não tenho dinheiro para contratar advogado” (BOLSONARO..., 2017, 13 min 15 s). Segue dizendo que, no caso do Chico Lopes, ele era a favor de colocar um pau-de-arara na sala onde o depoente estava. Disse que “[...] ele merecia isso também. Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também” (BOLSONARO..., 2017, 14 min 56 s).

“Essa porcaria que a gente vive hoje em dia é o que esse pessoal lá de cima chama de democracia” (BOLSONARO..., 2017, 15 min 16 s). Depois dessa afirmação de Bolsonaro, o apresentador lhe pergunta se ele tem saudade do regime militar. Sua resposta foi enfática: “Quem tem saudade é o povo. Não pelo regime em si. É que tinha mais dignidade naquela época. Hoje, você vê colega de esquerda falar: ‘Nem no regime militar acontecia isso’” (BOLSONARO..., 2017, 15 min 26 s).

Emendando uma polêmica atrás da outra, Jair Bolsonaro diz

[...] que bobos somos nós que estamos pagando imposto aqui embaixo. Inclusive, xará, um conselho meu! Um conselho meu e eu faço! Eu sonogo tudo que for possível! Se eu puder não pagar o negócio da nota fiscal, eu não pago! Porque o dinheiro vai para o ralo, vai para a sacanagem (BOLSONARO..., 2017, 16 min 30 s).

Diante desse discurso, o apresentador questiona se não seria uma desobediência civil que o deputado estaria apregoando. Bolsonaro responde:

Eu prego sobrevivência. SO-BRE-VI-VÊN-CIA! Se você for pagar tudo o que o governo pede para você, você não sobrevive, porque na hora que você precisar de um médico, você

não tem o dinheiro, você vai para a rede pública, daí você vai morrer na rede pública (BOLSONARO..., 2017, 17 min 2 s).

O tema sobre o Banco Central (BC) volta à baila com o apresentador perguntando se o seu papel estaria bem elaborado, se o BC está lá para realmente valorizar a moeda nacional, portanto, qual seria o melhor papel para o BC. Ao que Bolsonaro respondeu da seguinte forma:

Xará, o melhor papel é pessoas honestas para comandar este país. Começa por aí. Só isso e mais nada. Só honestidade. Por exemplo, às vezes o pessoal reclama, Lula e FHC [Fernando Henrique Cardoso]. Eu votaria no Lula num segundo turno. Apesar de dizerem que ele é uma pessoa não muito culta, eu vejo como uma pessoa honesta. Mas não adianta você botar lá uma pessoa cultíssima como FHC, e desonesta. Você não vai ter esperança de nada, nunca na vida. Então falta honestidade (BOLSONARO..., 2017, 17 min 30 s).

Com relação à “cidadania”, o Deputado Federal Jair Bolsonaro responde:

Mas que cidadania, xará! O governo criou uma Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Eu prefiro chamar de Secretaria da Vagabundagem [...]. Esse pessoal só vê direitos de marginais, de malandros. O Gregori³⁹, agora ele parou, queria uma indenização aos familiares dos 111 mortos do Carandiru. E as centenas ou milhares de viúvas e de órfãos que esses 111 presos fizeram ao longo de sua vida na criminalidade, o que reservar para eles? Nada! Completamente distorcido (BOLSONARO..., 2017, 18 min 39 s).

Bolsonaro segue sua fala mencionando a falta de apoio aos policiais civis e militares como lhe fora perguntado. No desenvolvimento de sua exposição, diz:

[...] É corrupção em tudo quanto é lugar. É só sacanagem. Que exemplo... Que exemplo se tem nesse país para você ser honesto. Me diga um exemplo de uma autoridade lá do Planalto, seria um local de teste de bomba nuclear, que eu sou favorável que o Brasil tenha um dia, que exemplo você tem para você ser honesto? Para você ser decente? Para você cumprir as lei, para você respeitar? Para você botar a mão no peito enquanto estiver hasteando a tua bandeira nacional (BOLSONARO..., 2017, 26 min 23 s).

Seguindo o desenrolar dos pensamentos de Bolsonaro, o apresentador Jair Marchesini pergunta: “Se você fosse hoje o Presidente da República, você fecharia o Congresso?” (BOLSONARO..., 2017, 26 min 47 s). A essa pergunta Bolsonaro responde:

Não há a menor dúvida. Daria golpe no mesmo dia, no mesmo dia! Não funciona! E tenho certeza que pelo menos 90% da população ia fazer festa e bater palma, porque não funciona. O Congresso, hoje em dia, não serve para nada, xará. Só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, que

³⁹ Bolsonaro falava sobre José Gregori, então secretário Nacional de Direitos Humanos no governo de FHC.

dê o golpe, parte logo para a ditadura. Agora, não vai falar de ditadura militar aqui. Só desapareceram 282. A maioria marginais, assaltantes de banco, sequestradores (BOLSONARO..., 2017, 26 min 49 s).

Diante da incongruência apresentada pelo deputado, tendo em vista que, em sua fala, ele havia manifestado que o Congresso Nacional não servia para nada, sendo que ele mesmo é um dos representantes dessa instituição, o apresentador lhe pergunta: “Deputado, o senhor disse que fecharia o Congresso Nacional, que o Congresso Nacional não serve absolutamente para nada. Eu vou fazer uma pergunta que certamente a população está querendo fazer ao senhor: por que o senhor está no Congresso Nacional?” (BOLSONARO..., 2017, 28 min 18 s). A resposta de Bolsonaro foi: “Eu estou no Congresso por quê? Para não chegar um mau-caráter no meu lugar. Eles podem confiar em mim. Podem confiar em mim, e o meu voto é de vocês” (BOLSONARO..., 2017, 28 min 30 s).

Indo para o final da entrevista, Bolsonaro diz que: “Hoje em dia, no Brasil, tudo é uma palhaçada! Você não pode acreditar em absolutamente nada!” (BOLSONARO..., 2017, 30 min 36 s). Em seguida, o apresentador Jair Marchesini propõe ao convidado Jair Bolsonaro uma reflexão sobre o Brasil e pergunta se ele tem esperança, se ele vê o Brasil em um lugar melhor, se ele realmente acredita e como enxergaria o Brasil de todos nós. A resposta foi:

Só com crise, né!? Não é com crise que cresce, essa palhaçada que a gente vê na imprensa por aí, que é propaganda paga do governo, com dinheiro de você contribuinte, só que uma crise seríssima. Me desculpa, né!? Mas através do voto você não vai mudar nada nesse país, tá!? Nada! Absolutamente nada! Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia em que partirmos para uma guerra civil aqui dentro, né!? E fazendo um trabalho que o regime [militar] ainda não fez: matando uns 30 mil, começando por FHC. Não deixar ir para fora não! Matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem. Em tudo quanto é guerra morre inocente. Eu até fico feliz se morrer, mas desde que vá 30 mil, outros, outros, junto comigo, né!? Não eu, marginal, marginais outros, fico feliz. Fora isso, vamos ficar de nhem nhem nhem, nhem nhem nhem, e não vamos chegar a lugar nenhum. E a cúpula tá aí, todo mundo viajando pro exterior, com salário líquido de cinco mil por mês. Eu não consigo nem ir para o Paraguai com meu salário, xará! Não dá, tá ok!? O pessoal continua viajando, Ilhas Cayman, aplica aqui, Bolsa, banco etc., e tá tudo muito bem! Não vamos apurar nada, porque não vão chegar na gente mesmo (BOLSONARO..., 2017, 30 min 49 s).

O repórter encerra o programa Câmara Aberta, perguntando: “O senhor acha que o exercício da democracia é uma besteira?”, ao que Bolsonaro responde: “Faliu aqui no Brasil, faliu! A democracia é excelente, mas com democratas honestos” (BOLSONARO..., 2017, 31 min 48 s).

O cidadão honesto tem que se armar. Eu estou armado aqui. Pode me render por aí e me matar. É uma outra história, mas se derem mole eu vou atirar e atirar para matar. Honestos, armem-se! Isso é uma hipocrisia desarmar! Isso é uma grande hipocrisia [...]. Vocês podem não gostar de mim, mas eu sou uma pessoa sincera (BOLSONARO..., 2017, 33 min).

Em Flávio Bolsonaro (2017), pode-se acessar uma possível justificativa para a declaração de que FHC deveria ser fuzilado. No texto, o citado autor diz que foi uma “[...] força de expressão [...]” utilizada por Bolsonaro, e o que repercutiu de forma avassaladora foi devido a sua declaração ter sido “[...] levada ao pé da letra pela grande imprensa [...]” (FLÁVIO BOLSONARO, 2017, p. 112). Mais uma justificativa que tenta atribuir a uma fala equivocada; aqui, sim, está presente uma figura de linguagem quando Flávio Bolsonaro usa um eufemismo para amenizar o discurso do pai, Jair Messias Bolsonaro.

Os elementos apontados ao longo desta seção nos ajudam a situar e compreender a perspectiva política e ideológica que marcou a trajetória do “mito” Jair Bolsonaro e seu discurso conservador. Um discurso conservador que, como veremos na seção que se segue, se fará presente, também, no campo da educação.

7 O DISCURSO CONSERVADOR DE BOLSONARO

Esta seção visa levantar a discussão em torno das narrativas apresentadas pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, bem como seus respectivos temas voltados para a Educação no país. O texto em tela pretende abarcar tanto os sentidos de seus posicionamentos feitos ao longo de sua trajetória política antes de ser eleito presidente quanto depois, durante seus primeiros dois anos de mandato. Quando nos referimos às narrativas do Presidente Jair Bolsonaro, estendemos esse arcabouço de discursos aos demais simpatizantes de sua causa que acreditamos fazer parte da construção desse espectro político conservador.

Portanto, passamos agora a remontar à base desses discursos conservadores que sempre se mantiveram na superfície das discussões, com a repetição de frases feitas, sem aprofundamento ou a divulgação de respaldo científico.

7.1 Ideologia marxista nas universidades e nas escolas públicas do Brasil

O presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, como fizera durante todo o processo de campanha eleitoral, não abaixou o tom de suas críticas à Educação brasileira. Bastava um tuíte seu ou de seus correligionários para que isso repercutisse nos mais diversos veículos de comunicação.

Uma de suas acusações recorrentes era de que havia uma ideologia marxista sendo cultuada nas universidades e escolas públicas do Brasil. Seu discurso permanecia no nível do que fora divulgado em sua conta no *Twitter* em 31 de dezembro de 2018, poucos meses depois de ser eleito.

Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos (BOLSONARO, 2018b, n. p.).

Embora não tenham sido apresentadas pesquisas que corroborem essa afirmação, essa narrativa é constante em seus discursos e retumba entre seus seguidores. O ex-capitão Jair Bolsonaro, sempre muito convicto daquilo que fala sobre a Educação brasileira, acredita que os professores universitários são militantes com viés de esquerda e estão nas universidades públicas com o intento de pregar uma doutrina marxista. Com isso, essas Instituições de Ensino Superior (IES) conseguiriam formar novos militantes políticos. Essa cadeia sistematizada, na lógica de Bolsonaro e de seus seguidores, teria sequência após a enformação desses alunos, agora professores militantes de esquerda, assumindo a educação básica com a missão de propagar a doutrina apreendida. Todo esse círculo vicioso já estaria acontecendo na educação brasileira durante todo o período dos governos do PT.

O primeiro ministro da educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, mesmo antes de sua posse, fez uma postagem em um blog particular em sete de novembro de 2018. Vélez Rodríguez declarou que enxerga,

[...] para o MEC, uma tarefa essencial: recolocar o sistema de ensino básico e fundamental a serviço das pessoas e não como opção burocrática sobranceira aos interesses dos cidadãos, para perpetuar uma casta que se enquistou no poder e que pretendia fazer, das Instituições Republicanas, instrumentos para a sua hegemonia política (VÉLEZ, 2018, n. p.).

A fala de Vélez Rodríguez, mesmo antes da assunção ao MEC, já mostrava convergências com as narrativas governistas. O ministro defendia que as universidades estavam enquistadas na ideologia marxista.

Nessa linha, Bolsonaro exalta a proposta de trabalho idealizada por Vélez Rodríguez, bem como a nova estruturação do Ministério da Educação. O texto foi divulgado por meio de um tuíte veiculado em dois de janeiro de 2019, com os seguintes dizeres:

Ministro da Educação desmonta secretaria de diversidade e cria pasta de alfabetização. Formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho. O foco oposto de governos anteriores, que propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de dominação socialista (BOLSONARO, 2019b, n. p.).

Fica evidente o posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro de que a Educação estava a serviço de militantes imbuídos do propósito de pregar uma doutrina socialista, escravizando mentes em detrimento da formação de “[...] cidadãos preparados para o mercado de trabalho” (BOLSONARO, 2019b, n. p.).

Após a queda de Ricardo Vélez Rodríguez, o MEC passou a ser gerido por Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, graduado em ciências econômicas, com mestrado em Administração. Weintraub já trabalhava no governo de Jair Bolsonaro como secretário-executivo da Casa Civil e trazia em seu currículo um forte repúdio às ideologias de esquerda, como um discurso alinhando com a narrativa governista. Destaca-se, no momento, uma das incontáveis manifestações feitas por Weintraub contra a universidade pública. O excerto em tela coaduna uma depreciação da universidade pública, com seus professores e com a pesquisa produzida nessas instituições. Na ocasião, o Ministro Weintraub concedeu entrevista exclusiva ao Gazeta do Povo e disse que

É a primeira vez... é a primeira vez que tem um governo, que é o governo do presidente Bolsonaro e um ministro disposto a comprar essa briga. Só o fato de a gente falar “olha o quanto eles gastam? Olha o quanto eles custam? Olha quanto cada um desses professores recebe? Quanto eles dão de aula? E quantos alunos ou quantas alunas se formam nas universidades?”. Olha o nível da pesquisa acadêmica. E a gente vai chegar à conclusão mais óbvia que tem: é uma destruição de dinheiro gigantesca. São bilhões, e bilhões, e bilhões de reais que todos os anos são jogados na privada. Mais do que jogados na privada, eles servem muito para alimentar uma militância espúria que se volta contra a própria sociedade, contra nós pagadores de impostos. Então foi criada uma máquina, um mecanismo, a serviço dos movimentos políticos. Não que todas as universidades sejam assim. O que torna mais dramática a situação. Você tem o joio, você tem o trigo (WEINTRAUB..., 2019, 10 s).

Essas narrativas se prestam a desconstruir um imaginário de qualidade da educação pública por parte da população. Alguns pressupostos podem ser elencados como justificativa para o teor desses discursos, dentre eles, fazer com que a população acredite que investir em instituições gratuitas seja realmente desperdício de dinheiro. Com isso, quando o governo Bolsonaro diminuiu os investimentos na pasta da Educação, as manifestações tenderiam a se desarticular e a perder forças para exercer o contraditório; exercer um combate a essas instituições, de forma geral, que são responsáveis pela formação de um pensamento crítico àqueles que fazem um curso superior, muitas vezes na expectativa de ter uma ascensão social e financeira.

7.2 Marxismo Cultural

Esse é outro tema que divide o cenário político em dois lados. De um lado, encontram-se aqueles defensores de que existe um plano arquitetado para cooptar cada vez mais pessoas para uma vertente ideologicamente voltada para o socialismo e o comunismo, sistema esse engendrado por meio do que denominam de marxismo cultural. Há também, em contraposição, aqueles que refutam essa ideia, consideram tudo isso nada mais do que um pensamento arquitetado por um grupo de ultradireita com pensamentos conspiracionistas.

O grupo que defende existir esse marxismo cultural, do qual faz parte o Presidente Jair Bolsonaro e grande parte de seus seguidores, apregoa que esse mecanismo objetiva corromper instituições, tais como a família, a igreja e a escola a fim de disseminar a ideologia comunista. O marxismo cultural teria, em seu cerne, a missão de corromper a mente desses cidadãos, transformando-os em zumbis intelectuais dessa ideologia.

Em janeiro de 2019, por ocasião de sua posse à frente do MEC, Ricardo Vélez Rodríguez afirmou que

Jair Messias Bolsonaro também prestou atenção à voz entrecortada de pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional. À agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa tresloucada onda globalista, tomando carona no pensamento gramsciano e num irresponsável pragmatismo sofisticado, passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a igreja, a escola, o Estado e a pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social (DISCURSO..., 2019, 3 min 40 s).

Em sua concepção, a Educação brasileira estaria contaminada por uma ideologia marxista que corrompe os valores das “pessoas de bem”, expressão essa que ficaria popular nas falas do Presidente da República. Embora a letra da Constituição de 1988 explicita que o Brasil é um país laico, o governo de Jair Bolsonaro faz questão de ressaltar a defesa de um pensamento cristão e que deve ser defendido por seus inimigos.

Vélez Rodríguez manifesta esse posicionamento na sequência de seu discurso de posse ao dizer: “Combateremos com denodo o marxismo cultural hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo” (DISCURSO..., 2019, 11 min 44 s).

Os defensores da tese da existência de um marxismo cultural vigente no Brasil e que este seria orquestrado por militantes de esquerda, defendem também que as pautas como a defesa dos direitos das minorias, LGBTQIA+⁴⁰, mulheres, negros, índios, pessoas com deficiência, são, na verdade, mecanismos para destruir a igreja, a família, os valores dos “cidadãos de bem”, conservadores. As bases teóricas para tal tese partem de interpretação dos escritos do filósofo Antonio Gramsci e dos estudos da Escola de Frankfurt. Gramsci formulou a teoria de Hegemonia Cultural que, grosso modo, seria um conjunto de ideias consubstanciadas pelos grupos dominantes que usariam os meios culturais disponíveis para garantir o pensamento hegemônico. Para tanto, lançaria mão de mecanismos, tais como as escolas, o cinema, o teatro, a música e outros mais.

Durante sua trajetória política, Jair Bolsonaro deixou bem evidente seu posicionamento sobre as minorias. Em um discurso feito em dois de fevereiro de 2017, na cidade de Campo Grande – PB, ainda em período de pré-campanha à Presidência da República. Na ocasião, Bolsonaro fez um discurso inflamado para um público que, aos gritos de “Mito! Mito!”, “Patriota!”, ovacionaram aquele que seria, no ano seguinte, eleito presidente. Nesse discurso, Jair Bolsonaro asseverou:

Como somos um país cristão, Deus acima de tudo! Não vai ter essa história... essa historinha de Estado laico não! É Estado Cristão! E a minoria que for contra, que se mude! Vamos fazer um Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. A lei deve existir para defender as maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem (BOLSONARO..., 2018e, 14 s).

⁴⁰ L: Lésbicas; G: Gays; B: Bissexuais; T: Travestis, Transexuais e Transgêneros; Q: Queer; I: Intersex; A: Assexuais; +: Sinal utilizado para incluir pessoas que não se sintam representadas por nenhuma das outras sete letras.

Olhar as minorias por esse prisma e, ainda, explicitar esse pensamento, foram e são condutas recorrentes nas falas do Presidente Jair Bolsonaro. Tal essência de narrativa evidencia a tendência dos rumos de seu governo. Fazendo alusão à mitologia grega, trazemos à tona a história de Narciso, cuja lenda dizia que ele achava feio o que não era espelho. Nessa mesma linha podemos nos referir a Bolsonaro que julga incorreto aquilo que não se coaduna com seus pensamentos. Para ele, “cidadão do bem” é aquele que preza por valores iguais aos dele e, nessa mesma linha de pensamento, podemos trazer à baila o “respeito à família”, o “patriotismo”, a “religião”. Todos esses aspectos são muito bem-vistos e bem-vindos, desde que aliados aos dele. Se as concepções divergem, o contraditório é tachado de socialista, de comunista e termos mais que, em seu ponto de vista, são considerados repugnantes.

O que pode ser observado, com as ações do governo, é que, para combater esse suposto marxismo cultural, a gestão de Jair Bolsonaro procura fazer exatamente o que acusam a esquerda de fazer. Por meio de seus Ministérios, atacam as universidades, a educação básica pública, bem como procura controlar os meios e incentivos culturais.

7.3 Proposta de expurgar a ideologia de Paulo Freire das escolas do Brasil

O então deputado federal e ex-capitão do exército, Jair Messias Bolsonaro (PSL), registrou sua proposta de plano de governo junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o título “O caminho da prosperidade” e o *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!” (BOLSONARO, 2018a, p. 1).

Segundo o documento supracitado, “um dos maiores males atuais [na educação] é a forte Doutrinação” (BOLSONARO, 2018a, p. 46). Uma de suas propostas para a Educação consiste em

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas (BOLSONARO, 2018a, p. 46).

Esse discurso foi propagado pelos quatros cantos do Brasil. Por onde Bolsonaro e/ou seus correligionários passavam, ficava um rastro de contraposição a Paulo Freire, sem, contudo,

discutir suas ideias ou confrontá-las de forma argumentativa. A narrativa era sempre a de que, nas administrações do PT, a suposta implementação da ideologia de Paulo Freire havia acabado com a Educação brasileira.

Em 22 de abril de 2018, Jair Bolsonaro proferiu palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Por quase uma hora, Bolsonaro abordou temas diversos e, nesse bojo, não poderia faltar ataques a Paulo Freire.

Temos algo muito... não é tão, não! Muito mais grave que a corrupção em nosso Brasil. É a questão ideológica! Isso tem tomado, grande parte, a nossa juventude. Olha, o PT gastou, investiu, gastou o dobro do que vinha gastando anteriormente governos outros na questão da Educação e a sua qualidade caiu. Grande parte, nossas escolas e algumas universidades não formam profissionais que, lá na frente, alavancariam a nossa economia. Formam apenas militantes. Como começar desconstruir tudo isso daí. Bem, a história não é tão complicada assim! Tem que tirar a gasolina deles, mas, para tirar a gasolina deles temos que ter alguém sentado na cadeira presidencial (ALMOÇO..., 2018, 31 min 8 s).

[...]

Para isso, temos que ter um presidente, homem ou mulher, que seja honesto, que tenha Deus no coração e seja patriota e não negocie cargos políticos (ALMOÇO..., 2018, 32 min 29 s).

[...]

Quando eu digo que, força de expressão, não é!? Temos que entrar no ministério da Educação com um lança-chamas para tirar todo e qualquer simpatizante de Paulo Freire de lá, tem que ser assim se nós queremos realmente nos salvar. E outra coisa, apesar de eu me chamar Messias, não sou o salvador da pátria. Essa cruz todos nós temos que carregá-la (ALMOÇO..., 2018, 1 h 16 min 24 s).

Eduardo Bolsonaro, então deputado federal por São Paulo (PSC-SP), pronunciou-se na Câmara dos Deputados, posicionando-se de forma antagônica aos oradores que o precederam e que homenageavam Paulo Freire por ocasião dos 20 anos de sua morte. O filho 03 de Jair Bolsonaro não poupou críticas a Paulo Freire ao asseverar um discurso enviesado ideologicamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um pouco antes acompanhei aqui uma homenagem a Paulo Freire, que há 20 anos faleceu.

Eu fiz uma postagem no *Facebook* dando graças a Deus. Eu explico o porquê. Paulo Freire era aquele teólogo que gostava de pegar fatos simples e encher linguiça em suas obras, como no livro *Pedagogia do Oprimido*, dentre outros livros que escreveu.

O que ele fez foi nada mais do que levar para dentro das escolas a cultura de Karl Marx, pois entendia que a escola era um meio para transformar a vida em sociedade. Estava aí o caminho para que militantes, travestidos de professores, impregnassem as escolas e as universidades. Era como dizia o filósofo Gramsci: “Não tomem quartéis, tomem escolas”. Está aí a prova disto: 13 anos de PT. Estamos em uma das últimas posições na prova do PISA. Para eles está tudo bem, por que o que importa é o aluno ter o quê? Um senso crítico, que é gritar “Fora, Temer!”, é ser contra a PEC do fim do mundo, que é a PEC dos gastos públicos, mesmo sem saber o que é PEC.

Estamos formando uma cambada que sai da escola sem saber fazer uma redação, sem saber fazer uma regra de três, e não sabemos por quê. É óbvio: olhem o Patrono da

Educação Brasileira, esse lixo de pessoa, que se aproveita da audiência cativa dos alunos para transformá-los.

Então eu peço aqui consciência dos Deputados, porque mais cedo ou mais tarde vai vir aqui para nós apreciarmos o Programa Escola sem Partido, que visa botar um freio nessa canalhice, nesse roubo de cérebro das nossas crianças. Isso tem que parar – esse esculacho com a educação nacional.

Fica aqui este registro, Sr. Presidente.

Agradeço a palavra.

Lembrem-se: quando falarem que Paulo Freire é o cara da educação, desconfiem. Muito provavelmente esse faz parte daqueles partidos dos trabalhadores que não trabalham, dos estudantes que não estudam e dos intelectuais que não pensam.

Muito obrigado, Sr. Presidente (BRASIL, 2017b, p. 199).

No dia 22 de novembro de 2019, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista concedida à Gazeta do Povo, tratou de assuntos diversos sobre sua pasta e, é claro, não poderia faltar os ataques ao patrono da Educação brasileira, Paulo Freire.

Nós estamos cobrando que, para que se receba dinheiro do governo federal, estados e municípios têm que performar bem na alfabetização. Se eles querem continuar usando o vudu que é Paulo Freire... É um vudu! Não tem comprovação científica nenhuma, aliás tem, não é!? Não funciona! Pode continuar! Só que o resultado vai ser ruim. E eles vão receber menos recursos no futuro porque o resultado é ruim. Se eu estiver errado e Paulo Freire, de repente, depois desses 25 anos que ele é louvado aqui no Brasil começar a funcionar, mérito dele! Vai receber dinheiro. Meu objetivo não é utilizar ou não Paulo Freire. Meu objetivo é que as crianças do Brasil, ao terceiro ano do ensino fundamental saibam ler. E hoje, 50% das crianças no terceiro ano... Passa primeiro ano, segundo ano, chega terceiro ano... não conseguem ler “Eu gosto de jogar bola”. Não conseguem escrever “Eu vou para a escola todo dia”. Não consegue escrever isso! Metade! Então é um fracasso retumbante que nos coloca na última posição possível na América do Sul (WEINTRAUB..., 2019, 3 min 48 s).

O Presidente Jair Bolsonaro estabeleceu o hábito diário de, na saída do Palácio da Alvorada, por volta das oito horas, conceder entrevista à imprensa e conversar com populares que se apertam para fotografar e ver o presidente de perto. Normalmente ele direciona a pauta que deseja abordar e, quando alguma pergunta não lhe agrada, ele simplesmente diz que acabou a entrevista, vira as costas e vai embora.

Em uma dessas entrevistas, mais especificamente na manhã do dia 16 de dezembro de 2019, um dos assuntos em tela, questionado pelos jornalistas, era a decisão do governo em não renovar o contrato de gestão da TV Escola que era estabelecido entre o MEC e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp). Fato esse que gerou imediata repercussão nas redes sociais. Sobre esse assunto, o Presidente Jair Bolsonaro posicionou-se da seguinte forma:

TV escola! Levando pancada do TV Escola. Queriam que eu assinasse um contrato agora, o Abraham Weintraub, de 350 milhões. Quem assiste a TV Escola? Ninguém assiste! Dinheiro jogado fora! Tem uma parte lá que é a TV, se não me engano é TV Inês, para surdos... é TV Inês se não me engano, para surdo e mudo, não é isso!? TV Inês! [Ines, corrigiu um dos populares presentes]. Desculpa aqui. Ines. É 1%. Não é porque a primeira dama trabalhava com isso, antes de me conhecer até, que eu estou tentando melhorar um pouquinho essa parte. Eu acho que... eu acho que são mais de 5 milhões de pessoas que têm problemas auditivos, e de fala. Então isso dá 2,5% da população. Vamos buscar atender essas pessoas gastando um pouquinho... dobrando. Era 1% passando para 2%. Agora, era uma programação totalmente de esquerda. Ideologia de gênero. Dinheiro público e fala em ideologia de gênero. Então tem que mudar, pô! [aplausos]. Agora, reflexo, vai ter daqui a dez, cinco, dez anos, quinze, que vai ter reflexo em cima disso aí. Os caras estão lá há 30 anos... Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia aí do Paulo Freire da vida aí. Esse energúmeno aí que foi ídolo da esquerda, ídolo da esquerda. Olha a prova do PISA. Estamos em último lugar no mundo. Se não me engano, Matemática, Ciências e Português, não é!? Acho que em um ou dois itens, estamos em último da América do Sul. Esperar o quê desse Brasil com esse tipo de Educação!? (PRESIDENTE..., 2019, 1 min 23 s).

Após essa fala, o foco deixou de ser a renovação ou não do contrato para a gestão da TV Escola e passou a ser o fato de o Presidente da República ter atribuído ao patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, a pecha de *energúmeno*. Essa tratativa virou manchete nos veículos de comunicação e nas redes sociais, ressaltando a dicotomia entre os defensores e os agressores. Não seria um absurdo, porém, interpretar esse tipo de atitude presidencial como o lançamento de uma cortina de fumaça⁴¹ em vez de uma recorrente falta de decoro.

O educador Paulo Freire foi declarado patrono da Educação brasileira por meio da Lei n.º 12.612, de 13 de abril de 2012. Paulo Freire tem seu trabalho, na área educacional, reconhecido mundialmente. Cerca de 48 instituições de ensino lhe concederam o título de Doutor *Honoris Causa*, dentre elas Harvard, Cambridge e Oxford, o alçaram ao patamar de brasileiros com mais títulos dessa estirpe.

Autor de dezenas de livros, dentre eles: Educação Como Prática da Liberdade (1967); Pedagogia do Oprimido (1968); Cartas à Guiné-Bissau (1975); Educação e Mudança (1981); Prática e Educação (1985); Por Uma Pedagogia da Pergunta (1985); Pedagogia da Esperança (1992); Professora Sim, Tia Não: Carta a Quem Ousa Ensinar (1993); À Sombra Desta Mangueira (1995); Pedagogia da Autonomia (1997). De suas obras, aquela que teve maior repercussão, inclusive mundial, foi Pedagogia do Oprimido, escrita durante seu período de exílio no Chile.

⁴¹ Segundo o Dicio, dicionário *on-line* de Português, a expressão *cortina de fumaça* é “Qualquer atitude que iluda, engane, amenize e/ou despiste as reais intenções ou motivos de: há uma tentativa de jogar uma cortina de fumaça sobre o resultado da perícia”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cortina-de-fumaca/>. Acesso em: 07 fev. 2020.

Em 29 de abril de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro participou da abertura da Agrishow, realizada em Ribeirão Preto (SP). Durante sua estada no evento, Bolsonaro concedeu entrevista a Esther Castilho, uma menina de oito anos e que tem um canal na plataforma *YouTube*. Em uma de suas intervenções, o Presidente Jair Bolsonaro disse: “Quem sabe nós temos uma patrona da educação, não mais um patrono muito chato. Não precisa falar quem é, que temos até o momento, que vai ser mudado. Estamos esperando alguém diferente” (ENTREVISTA..., 2019, 11 min 26 s).

Tais posicionamentos motivaram outros de igual natureza. Em maio de 2019, o Deputado Heitor Freire (PSL-CE) apresentou projeto de Lei n.º 1.930/19 cuja letra defende a revogação da Lei n.º 12.612/12, destituindo, assim, o nome de Paulo Freire do status de patrono da Educação brasileira. O Deputado Heitor Freire “[...] afirma que a escolha de Freire como patrono da educação representa a eliminação do pensamento plural nas escolas e no meio acadêmico” (BRASIL, 2019ae, n. p.). Na sequência, ele justifica seu projeto alegando que “o modelo freiriano de educação é celebrado pela reversão, pela indisciplina, pela insubordinação do aluno perante o professor [e que a] péssima situação da educação brasileira revela por si só os resultados catastróficos da adoção dessa plataforma esquerdista de ensino” (BRASIL, 2019ae, n. p.).

7.4 Escola Sem Partido

O movimento “Escola Sem Partido”, na visão de seus defensores, consubstancia medidas que pretendem coibir, ou até mesmo constranger professores que estariam doutrinando, ideologicamente, os alunos na educação básica brasileira. Esse movimento, de 2015 para cá, passou a ganhar mais visibilidade diante da propagação dos seus ideais e da chegada de projetos similares às Câmaras Municipais, às Assembleias Legislativas e até mesmo ao Congresso Nacional. Portanto, há que se distinguir o movimento “Escola Sem Partido” dos projetos “Escola Sem Partido”. Segundo seus defensores, o primeiro tenderia a combater, por meios diversos, inclusive com a exposição de vídeos em sites e redes sociais, recortes de aulas em que os professores teriam se excedido e tomado um determinado posicionamento político contrário aos preceitos que defendem. Vale destacar que, embora o movimento seja em prol de uma “Escola Sem Partido”, a unanimidade das publicações feitas apresenta manifestações de professores com posicionamentos mais à esquerda, mostrando-se indignados com posturas da direita conservadora. Ressalta-se,

portanto, que esse tipo de posicionamento já se coloca ideologicamente e não se apresenta “sem partido”, sendo que, muito pelo contrário, o movimento mostra-se combativo a uma determinada ideologia que julga nefasta, haja vista que abusos e posturas incoerentes com a profissão acontecem independentemente da bandeira política que se defende.

Já o projeto “Escola Sem Partido” trata de propostas de leis que versam sobre os direitos e deveres dos professores dentro de sala de aula, inclusive com cartazes afixados com esses dizeres para, segundo seus defensores, conscientizar os alunos quanto a seus direitos. A proposta também visa garantir aos pais que possam definir quais conteúdos devem ou não serem ensinados a seus filhos, bem como exercer influência sobre o teor dos livros didáticos.

Em várias situações, Jair Bolsonaro posicionou-se a favor do “Escola Sem Partido”. Uma delas foi por ocasião do debate entre os presidentiáveis, realizado pela Rede Bandeirantes na noite de nove de agosto de 2018. Ao final do debate, Jair Bolsonaro disse:

Nós precisamos de um presidente honesto, que tenha Deus no coração, seja patriota e seja independente, para, pelo exemplo, governar esse grande país. Um presidente que honre e respeite a família, que trate com consideração criança em sala de aula. Não admitindo ideologia de gênero. *Impondo a escola sem partido*. Um presidente que não divida homos e héteros, pais e filhos, nordestinos e sulistas, brancos e negros, ricos e pobres. Um presidente que deixe para trás o comunismo e o socialismo. Que sepulte o foro de São Paulo. Que faça negócio com o mundo todo não mais pelo viés ideológico. Que pratique, sim, o livre mercado. Um presidente que jogue pesado na questão da insegurança pública para que as mães possam sorrir sem mais temer se seu filho chegará vivo em casa ou não. Precisamos de um presidente que, acima de tudo, tenha palavra. Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! (DEBATE..., 2018, 3 h 42 min 46 s, grifo nosso).

O Deputado Eduardo Bolsonaro sempre foi um fervoroso defensor da proposta do “Escola Sem Partido”. Com o uso da retórica, utilizou-se de diversos canais de comunicação para combater esse suposto espectro de uma doutrinação ideológica presente nas escolas públicas, conduta essa que seria imposta por militantes de esquerda para enformar a mente dos jovens estudantes com preceitos socialistas e comunistas. Outra característica em seus discursos é a presença de uma análise rasa, descontextualizada e anacrônica de alguns excertos de obras de Paulo Freire e Antonio Gramsci. Discursos que ganham eco e reverberam nas falas dos simpatizantes de uma concepção mais conservadora de mundo.

7.5 Militarização das escolas públicas no Brasil

Não é de estranhar que um modelo de Educação para Jair Bolsonaro perpassasse os ditames militares. Tendo uma carreira militar e vangloriando-se dela, Jair Bolsonaro, sempre que a ocasião permite, defende as escolas pautadas em uma administração militar ou cívico-militar. Corroborando essa assertiva, recorremo-nos a um episódio que repercutiu após a veiculação de uma matéria sobre a militarização da escola estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra, Manaus-AM, em 13 julho de 2015.

A reportagem foi de responsabilidade do programa Custe o Que Custar (mais conhecido pela sigla CQC). O CQC era um programa humorístico, exibido semanalmente pela Rede Bandeirantes e permaneceu no ar de 2008 a 2015. O episódio deixou claro seu posicionamento contrário à forma com que a escola era gerida, questionando os responsáveis pela gestão de uma maneira parcial.

Durante a matéria, o CQC trouxe a participação do educador Daniel Cara que, ao ser indagado sobre como enxergava uma escola militar como a que fora apresentada na reportagem, respondeu “[...] isso é um fracasso do poder público. Para essas regiões com maior violência é preciso ter mais presença do poder público e não tratar a Educação como a solução dos problemas da comunidade” (#315 CQC..., 2015, 11 min 29 s).

Daniel Cara continua dizendo que

O Brasil se acostumou a tratar a Educação como algo punitivo, então acredita na reprovação dos alunos, acredita na militarização das escolas, mas não acredita naquilo que é mais essencial, que é promover a Educação a partir de uma leitura do mundo, a partir de uma capacidade crítica, os alunos poderem ter condição de tomar decisão. A disciplina é fundamental. Tem que ter disciplina na Educação, mas não só a disciplina. [...] Qual é o tipo de escola pública que a gente quer? É uma escola pública que promove os valores, que promove a cultura, que estimula os estudantes ao conhecimento, que estimula os estudantes a terem novas experiências, a respeitarem uns aos outros, ou é uma escola pública autoritária, militarizada, que coíbe, inclusive, a relação entre os estudantes e que diferencia aqueles que são mais comportados daqueles que são menos comportados? (#315 CQC..., 2015, 12 min 50 s).

A matéria repercutia em todo o Brasil e, segundo o repórter do CQC, teria recebido diversas manifestações, positivas e negativas. Dentre as mensagens recebidas, segundo o CQC, encontrava-se uma do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro. Motivados por seu posicionamento, o programa foi até a casa do deputado, no Rio de Janeiro, para obter mais detalhes sobre seu prisma a respeito da questão. Logo de início, ladeado por Jair Bolsonaro, o repórter faz

a leitura de um e-mail que teria sido mandado por sua assessoria à redação do programa. A mensagem dizia:

Senhores, boa noite.

Na noite de segunda-feira 13, o programa CQC da Band, exibiu uma reportagem sobre o ensino militar nas escolas Militares em específico de Manaus.

Durante a exibição da reportagem, o repórter tenta a todo custo questionar o Comandante o “porquê” ensinar crianças com arma de fogo na cintura.

Ficou claro que o programa de humor sofrível e decadente, tentou transpassar uma imagem negativa dos Excelentes Colégios Militares.

Só esqueceu de informar ao seu público que a mesma escola foi premiada diversas vezes e que a fila de espera supera 400 pessoas (#316 CQC..., 2015, 1 min 37 s).

Após ler a mensagem, o repórter diz que a mensagem de Jair Bolsonaro apresentava algumas incongruências entre os fatos, haja vista que a matéria não foi feita em uma escola militar, mas, sim, em uma escola estadual que apresentava graves problemas de violência e o governo do estado do Amazonas resolveu militarizar a escola. Esse modelo é chamado de cívico-militar, pois coaduna, em uma mesma unidade de ensino, uma gestão administrativa por conta dos militares e uma pedagógica por conta de professores civis. Ao ser indagado sobre sua concepção a respeito das escolas nesse modelo, Jair Bolsonaro respondeu que um dos pontos positivos seria “a melhoria nas notas da molecada, inclusive em provas para o Enem. A questão da hierarquia, disciplina dentro da sala de aula. Alguns acham que Educação é apenas uma sala e um professor, não é. É muito mais do que isso” (#316 CQC..., 2015, 2 min 32 s).

Nessa linha, o repórter pergunta a Jair Bolsonaro se a militarização das escolas pode ser uma solução para a Educação, principalmente a pública brasileira. A essa indagação, ele respondeu que a procura por esse modelo de escola é grande, não somente por famílias militares, mas também por famílias civis. Segundo ele, a “[...] grande maioria gostaria de ver seu filho matriculado num colégio militar. E muitos pais, quando têm um filho desajustado, nos buscam também, no ano em que ele completa 18 anos para ver se ele presta o serviço militar obrigatório” (#316 CQC..., 2015, 2 min 59 s). Bolsonaro segue dizendo que

O ser humano só respeita o que ele teme e se a garotada não tiver uma forma de ser castigada, ela não vai dar bola, não vai fazer o dever de casa, não vai respeitar o professor, a professora. Não respeita nem os pais. Uma família estruturada é lucrativa para o Estado, mas o governo parece que quer o contrário. Mas eu entendo isso, também como um projeto de poder. É esculachar os valores familiares, desarmar o cidadão, trazer o clima de violência para o nosso meio, como existe atualmente, ninguém está mais em paz por aí (#316 CQC..., 2015, 3 min 30 s).

Na sequência, o repórter questiona Jair Bolsonaro se não seria um pouco confuso achar que, para reduzir a violência, seria necessário entrar nas escolas implementando medidas que pregam exatamente a coerção. Bolsonaro diz não ver coerção nesse modelo de gestão escolar e frisa que o ser humano só respeita aquilo que é temido. Nesse momento, ele diz diretamente ao repórter: “Se eu não temer você, eu saco a minha arma, dou um tiro em você e vou embora, mas como eu tenho preocupação em ser preso etc., eu evito fazer isso daí” (#316 CQC..., 2015, 4 min 49 s).

Você acha que é função da polícia militar cuidar de escola? Pergunta o repórter do CQC, ao que Bolsonaro responde: “Olha, não é função dela, concordo com vocês. Contudo, é questão emergencial” (#316 CQC..., 2015, 5 min 50 s). Diante desse posicionamento, o repórter indaga-lhe se existiria um prazo para terminar, dado que seria uma proposta emergencial, ou se a polícia militar deveria continuar por lá. Bolsonaro posiciona-se dizendo que

[...] pode ter certeza que, se a polícia militar, o governador, voltar a ser o que era antes, vai ter muito pai que vai bater na porta lá do batalhão, do QG [Quartel General] do comando da polícia militar para ver se continua porque está dando certo. Essa molecada passa a ter futuro a partir do que ela está estudando, ela passa a sonhar com o futuro (#316 CQC..., 2015, 5 min 33 s).

A reportagem mostra a entrada dos alunos e das alunas na escola que, logo na chegada, prestavam continência a uma aluna em específico, que retribuía o gesto. Nesse momento, as imagens mostram o repórter do CQC questionando um dos militares, responsáveis pela gestão da escola, os motivos que circundam aquele ritual. O policial militar explica que aqueles alunos são destacados em função de sua média de notas. Após esse gancho, a matéria volta para Bolsonaro e lhe é perguntado se a patente entre alunos em função de notas, se esse tipo de atitude não iria contra um princípio de igualdade tanto defendido na sociedade. Imediatamente Bolsonaro responde: “igualdade é comunismo. Você tem que premiar a pessoa que tem uma boa nota exatamente para ela ser vista e lembrada” (#316 CQC..., 2015, 6 min 22 s).

Ao encaminhar-se para o final da entrevista, o repórter do CQC salienta que a principal justificativa apresentada para a implementação desse modelo de gestão escolar foi a questão da violência. Partindo desse pressuposto, ele pergunta a Bolsonaro se a polícia militar não deveria,

efetivamente, controlar a violência do lado de fora da escola e não de dentro. Jair Bolsonaro diz que

Do lado de fora, basicamente, você iria pegar os marmanjos, vamos assim dizer, não é!? É uma pessoa assim já tão desequilibrada e poucos têm como ser corrigidos. [Por isso] estamos corrigindo lá na base, agora. Pode ter certeza de que se um dia eu tiver poderes para tal, o meu ministro do MEC será um general em passagem de comando de colégio militar, para exatamente, essa filosofia, ser levada para dentro das escolas públicas do ensino fundamental do Brasil (#316 CQC..., 2015, 6 min 36 s).

Em caráter de conclusão deste preâmbulo sobre a concepção do Presidente Jair Messias Bolsonaro em relação à implementação do modelo militar e/ou cívico-militar nas escolas públicas brasileiras, apresentamos um convite feito ao então deputado federal, pela turma de formandos de 2017, do 3.º Colégio Militar da Polícia Militar – Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra, Manaus-AM.

Em quatro de agosto de 2017, Jair Bolsonaro publicizou o vídeo com o convite sendo feito pela comissão de formatura. O vídeo foi postado em seu canal na plataforma *YouTube* e contava, em nove de fevereiro de 2020, com 108.704 visualizações.

Logo no início do vídeo, mostra-se mais de uma centena de alunos, religiosamente fardados e perfilados, repetindo as palavras de ordem que eram comandadas por um de seus pares que se posicionava em destaque e de frente aos demais. Sem titubear, a turma repetia com firmeza:

Marcho em direção ao sucesso e nunca paro. Tenho audácia suficiente para convidar Bolsonaro. Sou guerreiro corajoso e minha vitória fito. Prestígie a formatura e veja o terceirão é mito. Convidamos Bolsonaro salvação dessa nação. Nos quatro cantos ouvirão completa nossa canção. Disciplina, honra, educação, Brasil! (3º COLÉGIO..., 2017, 13 s).

A declamação dessas palavras de ordem, caso fossem proferidas em uma escola pública qualquer, por um professor ou professora desconhecidos, mas com a narrativa exaltando um nome mais inclinado aos ideais progressistas, faria com que essa conduta fosse rechaçada e condenada por seus opositores ideológicos. Seria grande a possibilidade de o vídeo ser postado no site do movimento “Escola Sem Partido”; populares e políticos conservadores, ou simplesmente com visões de mundo diferentes, pediriam providências para com os responsáveis, condenariam os jovens, asseverando que estariam sendo manipulados por militantes de esquerda, travestidos de professores. Quiçá tal vídeo chegasse ao conhecimento de um Ministro da Educação ou mesmo ao do Presidente da República que poderia taxá-los, jocosamente, de “idiotas úteis”.

Concluindo o vídeo de aproximadamente dois minutos de duração, o Deputado Federal Jair Bolsonaro afirma que aquele seria “um exemplo de ensino que deveria ser adotado em todas as escolas públicas do Brasil” (3º COLÉGIO..., 2017, 1 min 27 s).

7.6 Proposta de inverter a prioridade na educação

O discurso de implementar um ensino mais voltado para um conteúdo técnico em detrimento de um pensamento crítico/político esteve constantemente no imaginário de Jair Bolsonaro.

Em outubro de 2014, o então Deputado Jair Bolsonaro discursava na Câmara dos Deputados dirigindo-se ao também Deputado Marcos Feliciano: “O que é mais importante, Deputado Feliciano, parece que não é aprender Física, Química, Matemática, Português, Biologia, Geometria Descritiva etc., mas aprender a não ser homofóbico, aprender a ser de Esquerda. Este é o caminho que o Brasil está tomando” (BRASIL, 2014c, p. 60).

Anos depois, em plena campanha para ocupar o cargo máximo do executivo brasileiro, Jair Bolsonaro, um dia após ser sabatinado no programa Roda Viva transmitido pela TV Cultura, volta a ocupar os destaques nos veículos de comunicação que repercutem o teor de seus posicionamentos. Com polêmicas diárias, a repercussão de uma determinada manifestação costuma ser transcendida pela outra no dia seguinte. Exemplo disso é a sobreposição das manchetes em virtude do programa Roda Viva do dia 30 de julho de 2018, pelo discurso realizado em Vitória do Espírito Santo, realizado no dia seguinte em 31 de julho de 2018.

Em Vitória, o então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, falou por cerca de 30 minutos, oportunidade em que apresentou suas propostas de forma geral. Como de costume, Bolsonaro evidencia sua rasa concepção de Educação; desta feita, ele contrapõe uma formação voltada para o trabalho em detrimento de um pensamento crítico que amplie as visões de mundo desse aluno. Nas palavras de Bolsonaro, ele afirma que, se eleito fosse, teríamos, à frente do MEC, um ministro que iria

[...] tratar a questão do currículo de forma que, ao longo do aprendizado, se tenha uma qualificação técnica ou um curso superior e que na verdade, no final da linha, formem homens e mulheres aptos para o mercado de trabalho, quer sejam empregados, quer sejam patrões ou profissionais liberais. E não formem militantes políticos ou apenas pessoas que tenham senso crítico. Quando se vai para o mundo aí fora o pessoal não quer saber de jovem com senso crítico. Quer saber de jovem que entenda de Física, de Química, de

Biologia, que seja cientista, que seja pesquisador, que seja empreendedor, que seja apto a realmente entrar no mercado de trabalho da quarta revolução industrial onde, entre outras coisas, entra a nossa inteligência artificial (DISCURSO..., 2018, 29 min 45 s).

Essa declaração de Jair Bolsonaro repercutiria nos diversos veículos de comunicação, pautando também a chamada grande mídia. Delineava-se, de forma cada vez mais clara, uma proposta educacional para a nação brasileira voltada para um escola conteudista e utilitarista, pensando em uma formação e qualificação somente para o trabalho.

Já eleito, Jair Messias Bolsonaro, no discurso de posse de Abraham Weintraub, seu segundo ministro da Educação em menos de um ano de mandato, mostra mais uma vez seu intento para com a Educação do país. Tendo como parâmetro sempre e somente a prova do Pisa, Bolsonaro insiste em denominar os anos escolares de “séries”, mudança que já tem uma década, e sempre fala da regra de três simples, que os alunos de “nona série” não conseguiriam fazer. Em suas palavras, Bolsonaro diz o que ele e o Brasil esperam de Abraham Weintraub:

Mas o que a gente quer do Abraham aqui, como Ministro da Educação? Que ele faça dos nossos jovens, nossos filhos e netos, melhores do que seus pais e avós. É isso que eu espero, que toda a sociedade brasileira espera do Abraham. E eu sei que não lhe faltará empenho, dedicação, patriotismo, entrega, para atingir esse objetivo.

E ele, assim como os demais ministros que estão aqui, tem carta branca para escolher todo o seu primeiro escalão. Porque nós temos que, no final de contas, não eu, todos nós, esperamos que esse time da Educação jogue para frente, não só busque a inflexão, no tocante à Educação, bem como, no final do nosso mandato, se Deus quiser, em 2022, nós possamos ter uma garotada que não esteja ocupando os últimos lugares do Pisa, aquela prova internacional que se faz com a molecada aí, na 9.^a série do ensino fundamental, na faixa dos 15 anos de idade. Nós queremos que não mais 70% dessa garotada não saiba fazer uma regra de 3 simples, não saiba interpretar textos, não saiba perguntas básicas de ciências.

Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente, dentro das escolas, não é? Mas comece, realmente, a aprender coisas que possam levá-la, quem sabe, ao espaço, no futuro. É um sonho de garoto conhecer a história do Marcos Pontes, mas creio que muito garoto sonhe contigo. Inclusive quando você foi ao espaço, você era uma febre aqui no Brasil e tinha, obviamente, até o espaço na política, se quisesse. Você não quis, você foi para os Estados Unidos. E agora voltou. Voltou para nos orgulhar do seu passado, como de outros aqui, bem como servir de exemplo que aqui, no Brasil, todos têm chance de chegar ao local que ele, porventura, tenha delineado como seu objetivo (ABRAHAM..., 2019, 19 min 17 s).

Em 15 de maio de 2019, estudantes de todo o país foram às ruas manifestar contra os cortes/contingenciamentos na Educação, divulgados por Abraham Weintraub, responsável pelo MEC. Estimativas apontavam que, ao menos 222 cidades, todas as capitais e o Distrito Federal aderiram ao movimento. Sobre a manifestação, Jair Bolsonaro deu entrevista direto de Dallas,

Estados Unidos, onde se encontrava para receber uma homenagem e se reunir com o ex-presidente dos EUA George W. Bush. Sobre a Educação, de forma geral, Jair Bolsonaro disse:

Agora, a Educação, também, está deixando muito a desejar no Brasil. Você pega as provas do Pisa, que eu peguei agora, [exame esse que é realizado] de três em três anos de 2000 para cá, [os resultados do Brasil estão] cada vez mais ladeira abaixo. A garotada com 15 anos de idade, na nona série, 70% não sabe uma regra de 3 simples. Qual o futuro dessas pessoas? Falam que estão desempregados, 14 milhões, sim! [Mas] parte deles não tem qualquer qualificação porque esse cuidado não teve nas administrações do PT ao longo de 13 anos (BOLSONARO..., 2019g, 1 min 14 s).

Em seguida, posicionou-se especificamente sobre a manifestação dos estudantes, afirmando que o movimento:

[...] a maioria ali é militante. É militante. Não tem nada na cabeça. Se perguntar 7 x 8 não sabe. Se perguntar a fórmula da água, não sabe. Não sabe nada. São uns idiotas úteis, uns imbecis que estão sendo utilizados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais do Brasil (BOLSONARO..., 2019g, 1 min 55 s).

As falas dessa natureza são recorrentes. Jair Bolsonaro e seus seguidores fazem questão de atribuir à Educação pública brasileira um descrédito avassalador, sempre associando tal insucesso proclamado a uma administração do Partido dos Trabalhadores. Para o Presidente Bolsonaro, o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, quando em exercício, e o Ministro Abraham Weintraub, o balizador da qualidade na Educação brasileira é sempre os resultados do Pisa, jamais levando-se em consideração outros fatores intervenientes. Também integra a narrativa governista que o Brasil é um dos países que mais investem na Educação e os resultados são pífios.

7.7 Cotas raciais nas universidades públicas

Em outubro de 2014, o Deputado Jair Bolsonaro agradecia, da tribuna da Câmara dos Deputados, os votos obtidos em mais uma campanha exitosa. Parte de sua fala foi reservada para se referir às políticas afirmativas. Bolsonaro disse: “Também tenho tido muito apoio quanto à questão da meritocracia. Até os negros – a maioria com quem eu tenho conversado – são contra as cotas no Brasil [...]” (BRASIL, 2014c, p. 59).

Em seu canal na plataforma *YouTube*, Eduardo Bolsonaro, então deputado federal por São Paulo, mantinha uma proposta de responder questões feitas pelos internautas. Em um vídeo

postado em 20 de outubro de 2015, Eduardo Bolsonaro tratou do tema pertinente às cotas raciais para ingresso nas universidades públicas brasileiras. Sua narrativa parte dos mesmos pressupostos utilizados por Jair Bolsonaro. Em dado momento da resposta, o deputado posiciona-se da seguinte forma:

O que impulsiona o país e o que temos que trabalhar é pela meritocracia. Todas as pessoas que eu conheço, de sucesso, correram atrás, ralaram, deram duro, estudaram ou trabalharam. Essa política [de cotas raciais] nada mais faz do que tampar o sol com a peneira. Todos nós sabemos que o principal a ser feito é uma reforma na educação básica e não ficar fazendo cota para concurso público, cota para faculdade, e daqui a pouco vai ter uma cota do seu salário para aquela pessoa porque o governo vai entender que ela é uma pobre-coitada e não tem condição, nem de fazer uma faculdade, nem de trabalhar (SOBRE..., 2015, 1 min 40 s).

Jair Bolsonaro rodava o Brasil e participava dos vários veículos de comunicação divulgando sua pré-campanha à presidência da República. Em julho de 2016, participou do programa Pânico, levado ao ar pela Jovem Pan. Mantendo sua linha de posicionamento, perguntaram-lhe se ele se agradava com alguma coisa que o PT teria feito em suas gestões. Diante dessa pergunta, Bolsonaro respondeu que “tudo que o PT fez, na verdade, foi num projeto de poder. O PT chegou para nunca mais sair” (JAIR..., 2016, 49 min 31 s).

“Completamente contra”. Essa foi a resposta de Jair Bolsonaro quando perguntado se ele era a favor da política de cotas raciais. O deputado Bolsonaro utilizou o mesmo argumento para refutar a política de cotas raciais no Brasil. Devolveu a pergunta à entrevistadora, questionando-a: “você acha justo a minha neta ser cotista?”. Diante da negativa da interlocutora, Bolsonaro continua sua argumentação: “por que não? O meu sogro é o Paulo Negão! Por que não? Ué! Qual o problema? Ou tu acha que eu sou eugenista? [...] Então! Cotas, somos iguais” (JAIR..., 2016, 52 min 48 s).

O programa Pânico (Jovem Pan) entrevistou, em 16 de dezembro de 2019, Hélio Fernando Barbosa Lopes (PSL), mais conhecido como Hélio Negão. Foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2018 com o apoio de seu amigo Jair Messias Bolsonaro. Fiel escudeiro de Bolsonaro, Hélio Negão utiliza-se da mesma base argumentativa para defender seu posicionamento contrário à política de cotas raciais. Em determinado momento da entrevista, ele relata:

Eu estudei em escola pública. Com 18 anos, mais ou menos, que eu fui conhecer a biblioteca. Passei em concurso sem cota. Então eu não tenho direito de ser a favor da cota racial. Os jovens hoje ficam 12 horas no *YouTube*, no *WhatsApp*, mas não querem ficar

uma hora em videoaula. Queria eu que na minha época tivesse videoaula. Não teve. Então quero dizer, sou contra cota. Eu acho que essa política aí [...] de vitimização, eu acho que não pega em cima de mim. Como brasileiro tenho que conhecer os verdadeiros negros que foram importantes para a história. [...] Eu acho que o que ficou para trás, a escravidão não foi boa, não foi boa, mas é daqui para frente. [...] Eu acho que todo o mundo tem oportunidade de vencer. Todo o mundo tem oportunidade de mudança, e as opiniões têm que ser respeitadas” (HELIO..., 2019, 3 min 4 s).

O então candidato Jair Bolsonaro foi sabatinado por jornalistas no programa Roda Viva (TV Cultura), em 30 de julho de 2018, em plena campanha à presidência da República. Durante o programa, foram apresentadas perguntas feitas por convidados. Frei Davi, presidente da organização não-governamental, Educafro, preambula dizendo que pesquisas mostram que os cotistas estão com notas iguais ou superiores aos que ingressaram nas universidades sem utilizar essas políticas afirmativas. Em seguida, pergunta como Jair Bolsonaro, se eleito fosse, otimizaria essa “fantástica” política de ação afirmativa no Brasil. A esse questionamento, Jair Bolsonaro responde:

É fantástica para ele, para mim não! Eu até perguntaria, se eu pudesse perguntar, não é, para ele. A minha filha, é justo entrar na faculdade por cotas? Eu acho que não, não é!? Mas o meu sogro é o Paulo Negão. Eu estava na Paraíba com Julian Lemos (PSL), que está nos acompanhando aqui. E essa questão foi debatida lá numa palestra e eu falei o seguinte: imaginem dois homens, pais. [De um lado] um afrodescendente e [de outro] um paraibano. Um trabalho humilde, ambos trabalham no pilotis de um prédio, são porteiros e os filhos deles prestam concurso. O filho do paraibano tira nove e não entra na universidade, o do afrodescendente tira cinco e entra. Isso é justo!? Será que o paraibano não é um sofrido também? Vamos querer inventar cotas para nordestinos? Isso é questão de mérito, de competência. Se eles podem ser tão bons no ensino superior, que acredito que sejam bons, por que que não estudam no ensino básico aqui atrás, não é, para que tenham uma melhor base e sigam carreira numa situação de igualdade!? Mas por que essa política do dividir o Brasil? De brancos e negros, de homens e mulheres, nordestinos e sulistas, homossexuais e heterossexuais? (RODA..., 2018, 23 min 53 s).

Nesse momento, a fala do então candidato Jair Bolsonaro é interrompida e lhe é perguntado qual seria sua proposta, então, para que seja resgatada a dívida do país para com os negros devido à escravidão. Ao que Bolsonaro responde: “mas que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida! Que dívida é essa?”. A jornalista insiste que ele não teria escravizado ninguém, mas o Brasil sim. Portanto, Jair Bolsonaro volta a se posicionar: “olha só, olha só! Se for ver a história realmente, o português nem pisava na África. Eram os próprios negros que entregavam os escravos [...]”. Nesse instante, o candidato é interrompido pela bancada que refutou a afirmação de que os portugueses não pisaram na África para promover o tráfico de escravos (RODA..., 2018, 27 min 8 s).

Jair Bolsonaro continua a discussão não reconhecendo o possível erro e perguntando qual dívida seria essa e ainda retoma a pergunta se sua filha teria direito à cota. Na sequência ele diz: “o negro não é melhor do que eu e nem eu sou melhor do que o negro. Na Academia Militar das Agulhas Negras vários negros se formaram comigo. Alguns abaixo de mim, alguns acima de mim, sem problema nenhum. Por que cotas? Por que nos dividir, meu Deus do céu!?” (RODA..., 2018, 28 min 3 s).

Concluindo o assunto, o mediador do programa pergunta a Jair Bolsonaro se ele terminaria com a política de cotas caso fosse eleito. Bolsonaro responde:

Eu não posso dizer que vou terminar porque depende do parlamento. Pelo menos diminuir o percentual. [...] Quem sabe a diminuição do percentual. Você pode ver, abriu-se cota agora também para... não é apenas para a universidade, para concurso público também, 20%. Você pode ver, imagine, imagine um concurso para cem pessoas, cem vagas. Os 80 primeiros vão em frente. Os 20 depois só têm que ser afrodescendentes. Se o vigésimo for o tricentésimo, você vai ter 220, o universo de pessoas, onde 20 serão negros. Então 200 brancos que ficaram deixados para trás. A grande maioria é tão pobre e sofrida como os afrodescendentes. Como é que você acha que fica o coração, o sentimento dessas pessoas vendo que tiraram uma nota maior, mas foi reservada uma cota para afrodescendente? Pelo amor de Deus, vamos acabar com essa divisão no Brasil! (RODA..., 2018, 28 min 20 s).

Ao analisar os três exemplos apresentados, Eduardo Bolsonaro, Hélio Negão e Jair Bolsonaro, fica transparente a base argumentativa comum. A narrativa é composta dos mesmos exemplos, da mesma construção gramatical, quiçá das mesmas expressões, fato esse que aconteceu com Jair Bolsonaro no programa Roda Viva e que pode ser notado, também, em um determinado troço quando tentam aprofundar a discussão.

7.8 Kit gay e material didático da Educação Básica

Sem medo de errar, pode-se afirmar que o tremular dessa bandeira moral, jocosamente apelidada de “Kit Gay”, ganhou destaque e foi uma das principais molas propulsoras de sua campanha, fazendo com que o então candidato Jair Bolsonaro atraísse mais simpatizantes à sua causa e conseguisse, conseqüentemente, mais votos nas eleições.

Devido a comportamentos e discursos acalorados, seja na Câmara dos Deputados, para emissoras de TV ou mesmo nas redes sociais, Jair Bolsonaro acumulava incontáveis adjetivos que reforçavam o maniqueísmo em torno de sua figura. De um lado, seus fiéis escudeiros que, aos

gritos de “Mito! Mito!”, sempre que necessitavam defender determinada postura, repetiam as rasas argumentações de seu líder maior; de outro lado, os opositores, que repudiavam e repetiam as acusações de “machista, fascista, homofóbico, misógino” e outras mais. O fato é que, no meio dessa divergência e polêmica que ganhava proporções cada vez maiores, Jair Bolsonaro ampliava a quantidade de acesso em suas postagens e de seguidores nas redes sociais, fazendo bom uso dessa ferramenta.

Jair Messias Bolsonaro, então candidato pelo PSL à presidência da República, foi entrevistado por William Bonner e Renata Vasconcellos, ao vivo, no Jornal Nacional (Rede Globo) na noite de 28 de agosto de 2018. E como não podia deixar de ser, Jair Bolsonaro, quando questionado sobre acusações de homofobia, vociferou seus chavões tradicionais sobre o que intitulara de “Kit Gay”.

O momento supracitado iniciou-se com a âncora do jornal, Renata Vasconcellos, fazendo o seguinte questionamento:

O senhor já disse que não é homofóbico, mas o senhor também já declarou que vizinho gay desvaloriza imóvel, o senhor já disse que prefere que um filho morra a ser gay, o senhor já inclusive relacionou pedofilia com homossexualismo. Candidato, essas declarações não são homofóbicas? (JORNAL..., 2018, 20 min 31 s).

Jair Bolsonaro tentou se esquivar da última declaração, mas desistiu de seu intento e voltou-se para seu repertório de acusações deturpadas sobre o projeto Escola sem Homofobia.

Olha só! Isso começou a acontecer em novembro de 2010 comigo. Até aquele momento eu era uma pessoa normal como você é normal por aí no tocante a isso. E eu passando nos corredores da Câmara [dos Deputados] vi algo acontecendo de forma esquisita. Um grupo que... Não é normal você na praia encontrar gente de paletó e gravata ou num fórum gente com short de banho. E estava um pessoal vestido à caráter. E perguntei sim para um segurança lá. Vai haver alguma parada do orgulho gay na Câmara? E tomei conhecimento do que estava acontecendo lá. Eles tinham acabado o IX Seminário LGBT Infantil. Repito: IX Seminário LGBT Infantil. Estavam discutindo ali, não é, comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como Kit Gay. Entre esse material, Bonner [outro âncora do jornal], estava esse livro lá Bonner. [Nesse momento, Jair Bolsonaro mostra o livro *Aparelho Sexual e Cia. – Um Guia Inusitado Para Crianças Descoladas*]. Então, pai que tenha filho na sala agora. Retire o filho da sala para ele não ver isso aqui. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem [...] (JORNAL..., 2018, 21 min 2 s).

Nesse instante, os âncoras do jornal pediram a Jair Bolsonaro que não mostrasse o livro, pois era uma das proibições da entrevista e que fora acordado previamente entre a assessoria do

então candidato e o Jornal Nacional. Ironicamente, Jair Bolsonaro diz que é um livro escolar, que era para crianças e enfatiza: “É um livro para criança. Os pais não sabem que está na biblioteca” (JORNAL..., 2018, 22 min 4 s).

Enviesando a resposta, Jair Bolsonaro diz:

Eu estava defendendo as crianças em sala de aula. [...] Em todos esses momentos! Em todos esses momentos! [referia-se às situações elencadas por Renata Vasconcellos] Um pai não quer chegar em casa e ver um filho brincando com boneca por influência da escola. Esse é o assunto. Mas espere aí! Mas foi em comissões... Foi em momentos que a temperatura cresceu. Nada eu tenho contra o gay. Eu tenho contra o material em sala de aula (JORNAL..., 2018, 22 min 46 s).

Renata Vasconcellos pergunta a Jair Bolsonaro: “Candidato, então por que para defender o seu ponto de vista o senhor faz declarações tão fortes que inclusive podem ofender as pessoas?” (JORNAL..., 2018, 23 min 19 s).. Ao que Bolsonaro responde:

Não! Tem muito gay que é pai, que é mãe, e concorda comigo. As declarações foram fortes. Foram algumas caneladas. [...] Peço até desculpas, mas foi um momento de temperatura alta em comissões que quase houve vias de fato em muitas discussões. Porque o ativismo LGBT levava para isso. Inclusive, eu peço para você que está em casa, entre na internet, pegue lá, Plano Nacional de Promoção e Cidadania LGBT. São 180 itens, entre eles a desconstrução da heteronormatividade, ou seja, estão ensinando, em algumas escolas, que homem e mulher está errado. Pode ser sim, homem com homem, mulher com mulher. O que é difícil, Bonner, para crianças de a partir de seis anos de idade (JORNAL..., 2018, 23 min 24 s).

Quando toda essa história começou? No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Mais especificamente no ano de 2004, o governo federal, após discussões e estreita relação com o movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), – sigla vigente na época – dentre outros, implementou o programa intitulado Brasil sem Homofobia. A proposta visava promover políticas públicas específicas para homossexuais (AGÊNCIA ESTADO, 2004).

O evento ao qual Jair Bolsonaro se referia como sendo o IX Seminário LGBT “Infantil”, talvez por desinformação ou até mesmo por impactar mais seus correligionários, na verdade, foi realizado em maio de 2012 e contou, segundo nota da então Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a realização da “Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados”, evento este que foi batizado de “IX Seminário LGBT no Congresso Nacional – Respeito à Diversidade se Aprende na Infância:

Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência” (BRASIL, 2014d, n. p.).

O próprio Jair Bolsonaro, em suas diversas manifestações nos últimos 10 anos, atribuiu ao governo de Lula da Silva e ao seu então Ministro da Educação, Fernando Haddad, a criação do tão propalado Kit Gay. Bolsonaro considera, como sendo Kit Gay, o exposto na Portaria do MEC, n.º 4.032, de 24 de novembro de 2005, que “Institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do ‘Programa Brasil Sem Homofobia’ no Ministério da Educação” (BRASIL, 2005, n. p.). Em 2018, por meio da Portaria n.º 1.264, de 27 de novembro de 2008, o Ministério da Educação “Aprova o Regimento Interno do Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação do ‘Programa Brasil Sem Homofobia’” (BRASIL, 2008a, n. p.). O supracitado documento que reza em seu artigo 1.º:

Art. 1.º O Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do "Programa Brasil Sem Homofobia" no Ministério da Educação – GT LGBT/MEC, instituído pela Portaria n.º 4.032, de 24 de novembro de 2005, é órgão consultivo, de assessoramento, junto ao Ministério da Educação, sobre políticas, programas e ações referentes à promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, ao enfrentamento de preconceito, discriminação e violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) na educação (BRASIL, 2008a, n. p.)

Jair Bolsonaro apropria-se de fatos concretos que são as Portarias n.º 4.032, de 24 de novembro de 2005 e a de n.º 1.264, de 27 de novembro de 2008, a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como o Projeto Escola Sem Homofobia; e adiciona uma mudança de sentidos e um livro que não fazia parte do escopo do projeto.

O kit do projeto Escola sem Homofobia não chegou a ser implementado nas escolas. Fazia parte desse material, um caderno intitulado “Escola sem Homofobia” e trazia a proposta de elucidar as principais dúvidas dos leitores, apresentando as diretrizes centrais do projeto; seis boletins para os estudantes e cinco vídeos, dos quais, os três seguintes já circulavam na internet: Medo de quê?, Boneca na mochila e Torpedo (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, [entre 2004 e 2010]).

O livro que Jair Bolsonaro tentou mostrar na entrevista ao Jornal Nacional não faz parte do kit do projeto Escola sem Homofobia. Trata-se do livro francês intitulado “Aparelho sexual e Cia. – Um guia inusitado para crianças descoladas” que foi publicado no Brasil em 2007, com o

selo juvenil da Editora Companhia das Letras. A assessoria de imprensa da editora brasileira confirmou que o conteúdo divulgado faz parte realmente do livro, porém afirmou que o MEC nunca comprou o citado livro e que ele não faria parte de um suposto “Kit Gay”. Afirmou ainda que o Ministério da Cultura comprou 28 exemplares em 2011 e que eles seriam destinados a bibliotecas públicas e não destinados às escolas.

Sobre esse assunto, o Tribunal Superior Eleitoral⁴² se manifestou da seguinte forma:

Nesse quadro, entendem comprovada a difusão de fato sabidamente inverídico, pelo candidato representado e por seus apoiadores, em diversas postagens efetuadas em redes sociais, requerendo liminarmente a remoção de conteúdo [...]. Nesse particular aspecto, o próprio Ministério da Educação já registrou, em diferentes oportunidades, que a publicação em questão não integra a base de livros didáticos distribuídos ou recomendados pelo Governo Federal. Mais recentemente, ante a permanente polêmica suscitada nas redes sociais, o Ministério, por meio de comunicado publicado em dezembro de 2017, assentou que “as informações equivocadas presentes no vídeo, inclusive, repetem questão que tinha sido esclarecida anos atrás. Em 2013, o Ministério da Educação já havia respondido oficialmente à imprensa que ‘a informação sobre a suposta recomendação é equivocada e que o livro não consta no Programa Nacional do Livro Didático/PNLD e no Programa Nacional Bibliotecas da Escolas/PNBE’”. [...] Assim, a difusão da informação equivocada de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC, no referido projeto, no PNLD ou no PNBE, gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político, o que recomenda a remoção dos conteúdos com tal teor (BRASIL, 2018c, p. 1-2).

À guisa de exemplificação de como as informações, verdadeiras ou falsas, se propagam nas redes sociais, apresentamos dois vídeos que foram feitos por Jair Bolsonaro. No primeiro vídeo, de aproximadamente três minutos, ele repercute a entrevista concedida ao Jornal Nacional em 28 de agosto de 2018, por ocasião de sua campanha à presidência da República.

O jornal O Globo de hoje [20 de agosto de 2018] diz que esse livro não foi distribuído nas escolas, como negou o Ministério da Educação e a própria editora. E esse livro eu mostrei, tentei mostrar no Jornal Nacional da última terça-feira ao vivo, não consegui. Agora, esse livro, na verdade, ele estimula, precocemente, as crianças para o sexo, e mais ainda, escancara as portas da pedofilia. O que realmente aconteceu!? As editoras que vendem material didático para o governo, por parte do governo, ele exige que as mesmas, a título de brinde, forneçam esse tipo de material. Por quê!? O Ministério da Educação posa de isentão. Não tem nada a ver com isso. Mas esse livro sim, chegou em grande parte das bibliotecas das escolas de ensino fundamental em todo o Brasil. Foi uma diretora que me deu esse aqui e eu chequei realmente que eles chegaram em vários locais. E O Globo, ao dizer que [o referido livro] não fez parte do Kit Gay, pelo menos O Globo já concorda que houve o tal Kit Gay, com um outro nome, Escola sem Homofobia. E o livro está aqui. Se não é para criança, é para quem esse livro aqui? Está escrito aqui, “enfie no buraco do menino o seu dedo simbolizando o pinto do homem”. E aqui do lado, a menina. E o livro

⁴² Ver documento na íntegra, disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit-gay.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

manda você fazer isso daqui [Bolsonaro encontrava as duas páginas com o dedo enfiando nos dois buracos feitos em cada página]. Você não, o seu filho! A partir de qual idade!? A partir de 12 anos de idade segundo o MEC está dizendo agora. Eles estão mentindo! Porque isso, ao ir para as bibliotecas do ensino fundamental a partir da sexta série [provavelmente queria se referir ao sexto ano. Primeiro dos anos finais do ensino fundamental], a garotada da primeira, segunda série [pressupomos que seja primeiro e segundo anos do ensino fundamental] também tem acesso. O que interessa? Eles querem legalizar a pedofilia. Eles querem sexualizar nossas crianças precocemente. É uma esculhambação o que fazem com a Educação no Brasil. Nós vamos combater, ou melhor! Continuaremos combatendo esse tipo de material para os nossos filhos. Porque as crianças têm que ser respeitadas em sala de aula. O recado que eu dou para você pai, para você mãe, também tenho uma filha de sete anos de idade. Vamos ver o que a garotada carrega na mochila e bem como, dá uma chegadinha nas bibliotecas, em especial naquelas públicas que é para atingir o filho do pobre. Ou seja, o governo do PT e agora do MDB [Movimento Democrático Brasileiro] também, não tem qualquer consideração com seu filho eles querem que eles, de forma cada vez mais precoce, se apresentem para o sexo. Estamos juntos! O Brasil é nosso! Juntos chegaremos lá e mudaremos o destino dessa grande nação! Um forte abraço a todos e fiquem com Deus! (JORNAL..., 2018, início).

Mesmo com as negativas oficiais do Ministério da Educação e da Editora que publicou o livro aqui no Brasil, Jair Bolsonaro insiste em que o livro foi distribuído nas bibliotecas das escolas públicas alegando que seu mandato fez a devida checagem, porém sem apresentar meios comprobatórios. Em seguida, desfoca sua fala para o livro e para um suposto plano engendrado por partidos políticos ideologicamente contrários à sua plataforma, com a finalidade de sexualizar as crianças das famílias mais pobres do Brasil. Essa publicação, somente no *Facebook*, chegou a atingir 8,4 mil comentários – 57 mil compartilhamentos – 1,6 milhões de visualizações (informação datada de 13 de fevereiro de 2020).

O segundo vídeo tem duração de cerca de sete minutos e foi postado em 10 de janeiro de 2016 no perfil de Jair Messias Bolsonaro, na plataforma *Facebook*. Esse vídeo atingiu proporções significativas para as pretensões do então deputado federal que almejava chegar à presidência da República. Em 13 de fevereiro de 2020, a postagem contava com 28 mil comentários, 280 mil compartilhamentos e 8,7 milhões de visualizações.

Olá! Sou Jair Bolsonaro e o tema de hoje é Educação. Todos dizem que a Educação é que poderá salvar o nosso país. Concordo contigo! Mas você conhece o currículo escolar? Estou aqui com uma menina [sua filha estava em seu colo], logicamente maravilhosa, minha filha, Laura, com cinco anos de idade. E muitos de vocês nos questionam, não é! “Por que o parlamentar, deputado, não bota tua filha em escola pública?” Eu te respondo! Eu não boto, porque o currículo escolar não é o daquele do meu tempo, dos anos 60 e 70. Período tão criticado pela esquerda e pela mídia brasileira. Naquele tempo você tinha Educação de qualidade.

Agora, e hoje em dia, o que consta o currículo escolar? Lógico, para eu poder explicar sobre isso aqui, eu vou tirar a minha filha desse ambiente. Que esse ambiente que eu vou mostrar para vocês agora é o que se encontra, em especial, nas bibliotecas públicas do

Brasil. [...] O jornalista, ou melhor, o historiador, Marco Antônio Villa, nessa semana, fez uma matéria no jornal O Globo, denunciando o que é o currículo escolar do PT, ou seja, o que ele fala ali eu venho falando desde 2010 quando descobri o famigerado “Kit Gay” nas escolas. E sempre falei, não é apenas o “Kit Gay”, é a questão ideológica. Tão ou mais grave do que a corrupção em nosso Brasil. Olhe só um dos livros que estão chegando nas bibliotecas das escolas públicas [Bolsonaro mostra o livro “Aparelho sexual e Cia. – Um guia inusitado para crianças descoladas”] para você que é pobre. Escolas públicas, repito. Este livro aqui Aparelho sexual e Cia. – Um guia para crianças, entre outras coisas, por exemplo. [começa a mostrar e ler partes do livro] “Um menino pode gostar de outro menino? E uma menina pode gostar de outra menina?”.

Está na cara de que para o historiador, não é, não o Villa, mas quem fez esse livro aqui... Isso é normal. O Villa denuncia também, questão que eu falo há algum tempo, o lixo, as mentiras e as omissões no tocante à História, Geografia e até mesmo, acredite se quiser, Matemática! Mas vamos lá! Continuando nesse livro aqui. Todo ele é uma coletânea de absurdos que estimula precocemente as crianças a se interessarem por sexo e, no meu entender, isso é uma porta aberta para a pedofilia também. Olha aqui, oh! [volta a ler o livro] Transar como funciona? Enfia o dedo aqui. Ensina para o teu filho de seis anos de idade ou para a tua filha de seis anos. Enfia o dedo aqui. Vou enfiar o dedo aqui. Enfie o dedo aqui. Olha o que aparece aqui. Lógico, cada menino vai enfiar um dedo, não é, maior ou menor ali. Agora, detalhe, para o lado de cá, na outra folha. Enfie agora no outro lado. Aqui, tem uma mulher aqui, uma menina, a gente vê que é uma menina, o órgão sexual dela aqui, um buraco. Enfia lá e manda ficar friccionando.

Esse é o livro do PT. O livro de Lula. O livro de Dilma Rousseff. Que ensina para os nossos filhos aqui. E para onde é que vai isso daqui. Como disse aqui no Plano Nacional e Promoção e Cidadania LGBT. Usam o público LGBT para difundir nas escolas, questões que os pais não querem para os seus filhos. Diz aqui no item 1.4.6 [Bolsonaro lê parte do Plano Nacional citado] – Distribuição de livros para as bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infanto-juvenil. Entre outros livros, esse daqui oh! [Bolsonaro mostra a capa, não de um livro, mas sim da Revista Nova Escola⁴³ de fevereiro de 2015] “Vamos falar sobre ele?” [manchete da capa] Isso aqui é um menino. Isso aqui fica dentro das bibliotecas, ou seja, o que o governo Dilma Rousseff do PT faz, compra centenas de milhares desses livros e distribui para as escolas. É uma grana para os companheiros e fica aqui pervertendo o seu filho na sala de aula. Por que, o que que interessa? Que teu filho, filho de pobre, de escola pública. Me desculpe aqui! No meu tempo era para mim, hoje é para pobre. É para que ele não aprenda nada! No futuro ele seja apenas um beneficiário de Bolsa Família, nada mais além disso.

E eu quero agora me dirigir a você que recebe Bolsa Família. O que que é mais importante para você? Eu sei que o Bolsa Família faz parte para grande parte de vocês, mas o que que é mais importante, o cartão de Bolsa Família ou a dignidade do seu filho, a honra do teu filho? E mais ainda, o PT, através do site humaniza redes, ele prega abertamente que a pedofilia não é crime. O pedófilo só é pedófilo depois que ele for submetido a um exame, a um laudo, psiquiátrico, porque se caso ele venha a sofrer de transtorno, segundo Dilma Rousseff, porque o site é dela, vinculado lá à Secretaria de Direitos Humanos ao qual integrou a senhora Maria do Rosário, ele só é pedófilo caso não sofra de transtornos e caso aquela criança de três, quatro, cinco, seis anos de idade, não esteja sendo usada para fins comerciais. Essa, como um todo, vamos assim dizer, é a política para as escolas, para criancinhas a partir de seis anos de idade.

O que o PT está fazendo em todo o Brasil? As quase, aproximadamente 100 mil escolas públicas, estão se transformando em comitê partidário do PT. E como disse o Villa, o Marco Antônio Villa: o MEC não pode transformar-se no ministério da verdade. Além da dignidade dos nossos filhos. Aquela menina que estava aqui vale muito para mim. Está o futuro do nosso país. Não é à toa, para encerrar, que eu estou aqui com a camisa do Japão. Lá, crianças dessa faixa etária, faz operações matemáticas que o nosso universitário não

⁴³ Matéria sobre a capa da revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1451/capa-de-nova-escola-sobre-genero-tem-repercussao-recorde>. Acesso em: 13 fev. 2020.

faz aqui. Porque aqui é muito mais importante botar na cabeça do menino que ele não é menino e da menina que não é menina, como foi aqui aplicado na prova do Enem, do que ensinar algo que possa libertá-lo do Bolsa Família, da pobreza e da miséria no futuro. Obrigado pela atenção e infelizmente, não é, até uma próxima oportunidade (LIVROS..., 2016, início).

Em 13 de março de 2008, o Ministério Público Federal, Procuradoria da República no estado de São Paulo, enviou a recomendação MPF/PRSP n.º 06/2008, ao governo federal com algumas recomendações específicas. O documento determinava:

RESOLVE, na forma do artigo 6.º, XX, da Lei Complementar n.º 75/93, RECOMENDAR ao SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, ANDRÉ LÁZARO, que:

- a) elabore, em conjunto com representantes da sociedade civil e das demais Secretarias do Ministério, diretrizes curriculares que orientem os sistemas de ensino no sentido do reconhecimento da diversidade sexual e do enfrentamento à homofobia;
- b) analise os materiais produzidos no âmbito dos projetos para a formação de profissionais de educação, com o objetivo de avaliar a possibilidade de utilizá-los em contextos mais amplos, informando ao Ministério Público Federal sobre as conclusões alcançadas;
- c) apoie a produção e divulgação de informações científicas sobre gênero e sexualidade, de modo a combater as visões sexistas e homofóbicas hegemônicas na sociedade;
- d) promova a reinstalação do grupo de trabalho constituído com o escopo de acompanhar e monitorar as ações de educação previstas no plano, garantindo que seus membros se reúnam ao menos trimestralmente, informando ao Ministério Público Federal as datas das reuniões e resultados obtidos;
- e) forme equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos distribuídos no âmbito do PNL D e PNLEM, inclusive com a participação de membros da SECAD na equipe da Secretaria de Educação Básica que se ocupa da avaliação e validação dos livros adquiridos, de modo a garantir que os materiais distribuídos contemplem conteúdos que promovam a igualdade e à não-discriminação em matéria de orientação sexual;
- f) lance edital específico para selecionar e financiar a produção de materiais educativos sobre orientação sexual, a serem distribuído em larga escala nas escolas públicas estaduais e municipais de todo o país;
- g) caso conclua pela impossibilidade de uso ou insuficiência dos materiais produzidos no âmbito dos projetos financiados de formação de profissionais de educação, lance edital específico para selecionar e financiar a produção de materiais específicos para a formação de professores nesse tema, a serem distribuídos para professores de todo o país.

A não observância integral do contido na presente Recomendação, conforme as condições assinaladas acima, acarretará a adoção, pelo Ministério Público Federal, das medidas judiciais e administrativas pertinentes, no intuito da proteção da igualdade e dos direitos e garantias fundamentais de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; sem prejuízo da responsabilização pessoal dos dirigentes pela eventual prática de ato de improbidade administrativa. ENCAMINHE-SE a presente RECOMENDAÇÃO ao Excelentíssimo Senhor SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, ANDRÉ LÁZARO, assinalando, com fundamento no art. 8.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93, o prazo de 30 (trinta) dias para que o mesmo informe se houve o cumprimento espontâneo das medidas acima recomendadas (BRASIL, 2008b, n. p.).

O programa Brasil sem Homofobia, criado em 2004, sofreu, em 2009, pressões de iniciativa popular da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. Diante da situação, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados aprovou emenda parlamentar visando a criação e posterior implementação de materiais alusivos ao programa.

Um vídeo que impactou significativa e negativamente, foi gravado em 23 de novembro de 2010 em reunião conjunta das Comissões de Legislação Participativa, Educação e Cultura e de Direitos Humanos, ocasião em que foram apresentadas algumas peças do projeto Escola sem Homofobia, ainda sem aprovação do MEC (BRASIL, 2010a). André Lázaro, então secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade disse:

Vale a pena contar a seguinte história: uma dificuldade que tivemos diz respeito a um dos materiais didáticos, um filme, que trazia um beijo na boca. [...] Um beijo lésbico na boca. Ficamos três meses discutindo até onde entrava a língua. [Risos] [...] Quis contar esse detalhe menor para saberem da delicadeza com que tratamos o assunto. É isto. Pode ter beijo num filme que vai ser passado para o ensino fundamental? Pode ou não pode? Reparem, os lugares que temos em torno do problema são distintos e o modo como vamos lidar com eles também (BRASIL, 2010a, n. p.).

Na tentativa de remontar o trajeto da construção dessa narrativa em torno do projeto Escola sem Homofobia, apresentamos algumas falas feitas por Jair Bolsonaro na tribuna da Câmara dos Deputados. Alguns dias depois da declaração polêmica de André Lázaro, ao findar-se novembro de 2010, Bolsonaro explicita toda a sua indignação no púlpito do plenário.

Sr. Presidente, meus companheiros, quero tratar de um assunto que, no meu entender, em 20 anos de Congresso Nacional, é o maior escândalo de que já tomei conhecimento. Não tem nada a ver com corrupção. Afinal de contas, esse é um tema corriqueiro neste Governo.

Na semana passada, houve reunião na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação, com a presença do Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do MEC. Estava presente uma plateia composta de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Essa turma toda reunida tomou decisões de que esta Casa não está sabendo. E digo mais: a maioria dos integrantes da Comissão de Educação também não está sabendo dessa decisão.

Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade. Esse kit contém DVDs com duas historinhas. Seus filhos de 7 anos vão vê-las no ano que vem, caso não tomemos uma providência agora. Primeira história: um garoto de mais ou menos 14 anos, de nome Ricardo, vai ao banheiro fazer pipi, olha para o lado, vê um coleguinha dele fazendo pipi também e se apaixona por esse colega. Vocês da galeria estão ouvindo? Isso está no Jornal da Câmara da semana passada. Isso pode ocorrer com o filho de vocês um dia. Ele se apaixona, resolve vencer

o bullying e assumir sua homossexualidade. Os garotos de 7, 8, 9 e 10 anos vão assistir a esse filme no ano que vem.

Vamos às cenas do filme dali para frente. Quando a professora o chama de Ricardo na sala de aula, ele se revolta, morde os beiços com seus trejeitos e balbucia: "Bianca. Meu nome é Bianca".

No final, esse filme dá a seguinte lição de moral: esse comportamento do Ricardo ou da Bianca passa a ser um comportamento exemplar para os demais alunos.

Depois há outro filme de duas meninas lésbicas, de aproximadamente 13 anos de idade, namorando. A grande discussão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – sinto asco ao me referir a essa Comissão – é tratar do beijo lésbico de duas meninas.

Atenção, pais, no ano que vem, sua filha de 7, 8, 9 ou 10 anos vai assistir a esse filme, que já está sendo licitado. A grande discussão da nossa Comissão de Direitos Humanos e Minorias é a profundidade em que a língua de uma menina tinha que entrar na boca da outra menina. Dá para continuar discutindo esse assunto? Dá nojo!

Esses gays e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente séria.

O Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar providências no tocante a esse assunto. Nós não podemos submeter-nos ao escárnio da sociedade. Esse kit, destinado a crianças de 7 a 12 anos, será distribuído no ano que vem para 6 mil escolas públicas do Brasil. Isso é uma vergonha!

Comissão de Direitos Humanos, não; Comissão... Para não ser advertido pelo discurso, vou poupar o adjetivo para essa Comissão. Eles querem, inclusive, excluir-me da Comissão, sob a alegação de ser eu um elemento antidemocrático.

Essa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada, especialmente os garotos que eles acham que têm tendências homossexuais. Está na pesquisa, publicada aqui, o número de garotos gays ou de meninas lésbicas, repito, de 7, 8, 9 e 10 anos.

Pelo amor de Deus, meus colegas que estão nos gabinetes! Pelo amor de Deus! Daqui a pouco vem aqui um cidadão dizer que estou mentindo. O que está acontecendo está publicado no Jornal da Câmara, está publicado no Correio Braziliense, está publicado em vários jornais do Brasil.

Ontem eu participei da gravação do programa da Luciana Gimenez. É um tema que... Não me agrada falar em homossexual. Eu realmente assumo o que disse na TV Câmara: se um garoto tem desvio de conduta logo jovem, ele deve ser redirecionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas.

Acusam-me de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou canalha com as famílias brasileiras!

Muito obrigado, Sr. Presidente (BRASIL, 2010b, n. p.)

Jair Bolsonaro abraça essa causa com dedicação e, no dia seguinte, 1.º de dezembro de 2010, volta à tribuna para aduzir mais detalhes sobre seu posicionamento.

Sr. Presidente, muito obrigado pela consideração. Quero continuar falando sobre o tema de que tratei ontem.

Estive hoje na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. É lamentável que aquela Comissão, após ouvir representantes do Ministério da Cultura durante três dias, esteja plenamente favorável à distribuição de um kit tido como kit contra a homofobia, mas que, na verdade, estimula o homossexualismo nas escolas de 1.º grau [ensino fundamental], que será distribuído às crianças de sete a dez anos de idade.

É lamentável, Sr. Presidente, pois nesse kit há um filme que mostra dois garotos começando a namorar no banheiro ou duas meninas começando a ter relacionamento homossexual. A garotada de sete anos de idade tem que assumir sua homossexualidade.

Está publicada no Diário Oficial da União – nem me refiro às notas taquigráficas – a composição da comissão que está elaborando esse kit, que tem 16 integrantes do Ministério da Educação e 12 do grupo LGBT – lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Essas 12 pessoas estão tendo uma força muito grande no Ministério da Educação, apoiadas pela Comissão de Direitos Humanos, que não contestou os dois filmetes sobre relação homossexual.

Sr. Presidente, para curiosidade, informo que o Diário Oficial da União publica a relação com o nome dessas pessoas. Os nomes estão aqui da seguinte maneira: suplente, grupo gay não sei de onde; titular – o nome da pessoa é citado. Por exemplo: Adriano Barbosa Sales, (registro civil), entre parênteses; e, logo à frente, Adriana Sales (nome social); Jesualdo da Silva (registro civil), Gabriela da Silva (nome social); outro integrante, Alexandre Cordeiro; outro, Rafael Henrique da Silva.

Sr. Presidente, é lamentável que gente com esse passado, com essa opção [orientação] sexual esteja influenciando no kit que será distribuído em seis mil escolas públicas do primeiro grau [ensino fundamental] em todo o Brasil.

Tenho certeza de que V.Exa. tomará providências para que tal kit não seja distribuído antes que os Parlamentares desta Casa tomem conhecimento dele (BRASIL, 2010c, n. p.).

Protestos das bancadas evangélicas no Congresso Nacional fizeram com que a Presidente da República Dilma Rousseff determinasse a suspensão do kit proposto para o projeto “Escola sem Homofobia” que estava sendo elaborado pelo MEC, material que recebera a alcunha de “Kit Gay” e fora alvo dos ataques do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro.

De acordo com matéria veiculada pelo G1, o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, teria justificado a suspensão da seguinte forma:

O governo entendeu que seria prudente não editar esse material que está sendo preparado no MEC. A presidente decidiu, portanto, a suspensão desse material, assim como de um vídeo que foi produzido por uma ONG – não foi produzido pelo MEC – a partir de uma emenda parlamentar enviada ao MEC.

[...]

O governo se comprometeu daqui para frente que todo material que versará sobre costumes será feito a partir de consultas mais amplas à sociedade.

[...]

Não se trata de recuo. Se trata de um processo de consulta que o governo passará a fazer, como faz em outros temas também, porque isso é parte vigente da democracia.

[...]

A presidenta vai fazer um diálogo com os ministros para que a gente tome todos os devidos cuidados. Em qualquer área do governo estamos demandando que qualquer material editado passe por um crivo de debate e de discussão e da coordenação da Presidência (PASSARINHO, 2011, n. p.).

Sem medo de errar, podemos afirmar que essa foi uma grande vitória para Jair Bolsonaro que, mais do que antes, usaria essa narrativa para promover sua ascensão política que o ajudaria a conquistar o cargo mais alto do Executivo.

Dentre outras manifestações sobre o assunto, destacamos mais um discurso feito por Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, cerca de um ano depois, mais precisamente em 24 de novembro de 2011.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus companheiros Deputados Federais, mais uma vez eu trago aqui um assunto que, ao contrário do que alguns pensam, ainda não acabou.

Tratou-se ontem, na Comissão de Legislação Participativa, da questão do "kit gay 2". Eu não estou perseguindo boiolo, quero deixar bem claro. O assunto é sério! Esse pessoal não se cansa! Lançaram o "kit gay 2", inclusive com a participação de Fábio Meirelles Hardman de Castro, Coordenador-Geral de Direitos Humanos do MEC. Então, Dilma Rousseff, tu gostas de mentiroso, porque agora vem o Ministro da Educação a todo vapor com o "kit gay 2".

Entre as diretrizes lançadas ontem para as editoras, as que vão fazer os livros escolares, está a de que todos os livros têm de abordar a temática das famílias LGBT. Para quem duvidar de mim, as fitas estão à disposição, na Comissão. Bem, o que está sendo tratado? O Programa Nacional do Livro Didático, para escolas públicas; o Programa Nacional Biblioteca da Escola, tratando da temática LGBT; o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio; o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização; e por aí vai.

Quem são as pessoas que fazem esse currículo? Vou dizer o nome de algumas das que estiveram aqui presentes ontem, dirigindo os trabalhos. E deixo claro: não vi nenhum Deputado da Comissão de Legislação Participativa presente. Eu é que fui lá, fiquei num canto, e convidaram-me para sentar, mas eu sou "insentável". Não vou sentar-me com aquela gente. E assisti a grande parte do debate que lá travaram. Eu estava constringendo aqueles caras.

Você aí que tem um filho em escola pública, no primeiro grau [ensino fundamental], você que é pobre, um dos presentes tratou do currículo para o seu filho; saiba [que] na escola particular não vai entrar esse material! Nos livros didáticos vai constar a participação de Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; de Irina Bacci, Secretária-Geral da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis etc.; e de outra figura, Keila Simpson, da mesma corrente. E por aí vai. São 180 itens! O "kit gay" não foi sepultado ainda. (Texto escoimado de expressão, conforme arts. 17, inciso V, alínea "b", 73, inciso XII, e 98, § 6.º, do Regimento Interno.) [Parte que foi suprimida em função das normas contidas no Regimento Interno: "Dilma Rousseff, pare de mentir! Se gosta de homossexual, assumo! Se o teu negócio é o amor com homossexual, assumo!] Mas não deixe que essa covardia entre nas escolas de primeiro grau [ensino fundamental]!

Tudo que foi tratado ontem envolvia a temática LGBT para os livros escolares. Criam aqui bolsa de estudo para jovem LGBT! Estágio remunerado para lésbicas, gays, bissexuais etc.! Trataram também da campanha nacional de sexo seguro com adolescentes! Vão mostrar na escola para os adolescentes... [o microfone foi cortado pela presidente] ...sexo anal entre meninos de 15 anos de forma segura, na televisão! [...]

Então, pessoal, é o presente de Natal que Dilma Rousseff está proporcionando para as famílias pobres do Brasil; ou seja, no dia em que a maioria da garotada nas escolas for homossexual, está resolvido o assunto! E a história de cobertura é o Escola sem Homofobia. Dilma Rousseff e Haddad, povo paulistano! Será que Haddad, como Prefeito de São Paulo, vai implementar a cadeira de homossexualismo nas escolas de primeiro grau [ensino fundamental]?

Meus companheiros preocupados com família, como eu sei que a grande maioria é nesta Casa, vamos acionar a Comissão de Educação, a Frente Parlamentar da Educação, para que esses homossexuais, e não só eles, mas o pessoal do MEC, em especial o Ministro,

vão lá para dizer que plano sem-vergonha e imoral é esse que eles querem impor às escolas (BRASIL, 2011a, n. p.).

No mesmo dia 24 de novembro de 2011 em que vociferou seu ódio ao governo federal, em especial à Presidente Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro volta à tribuna na parte da tarde. Sem dar o assunto por encerrado, Bolsonaro retoma:

Sr. Presidente, quero voltar a um assunto tratado hoje de manhã pelo qual fui muito criticado. Fico feliz pelo padrão dos Deputados que me criticaram – não gostaria que esses Deputados estivessem me elogiando.

Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, há poucos meses, assistimos pela televisão à Presidente Dilma Rousseff dizer que havia mandado o MEC recolher o kit gay, porque ele era inadequado.

Parabéns à Dilma Rousseff! Mas há um detalhe. No dia de ontem, querida Presidente Dilma Rousseff, o assunto voltou com toda a carga à Comissão de Legislação Participativa, com a presença de um subordinado seu: Fábio Meirelles Hardman de Castro, Coordenador-Geral de Direitos Humanos do MEC.

Muita coisa foi tratada. Eu vou direto ao assunto. Vou ler, para ninguém depois querer desqualificar-me, porque sem argumentos fica difícil.

Esse cidadão deixou bem claras as diretrizes para as editoras poderem vender livro didático ao MEC. Os livros têm que conter a temática LGBT. De que trata essa temática LGBT? Da inclusão de livros didáticos para as escolas públicas do 1.º grau [ensino fundamental], sim!

Um vídeo de aproximadamente 3 horas está à disposição, na Comissão de Legislação Participativa, de qualquer Parlamentar ou de qualquer um do povo. Entre os assuntos, está a "inserção nos livros didáticos da temática de famílias de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais".

Meu Deus do céu! Eu não estou perseguindo homossexual, eu não quero isso dentro das escolas. Como posso pagar escola para o meu filho, ele não frequenta escola pública. Mas eu não quero que o filho da senhora que trabalha na minha casa ajudando a minha esposa, o qual frequenta escola pública, tenha acesso a essa imoralidade.

"A inclusão da população LGBT em programas de alfabetização nas escolas públicas", o que dá dupla interpretação: uma, inclusive, criando cota para professor homossexual nas escolas de 1.º grau [ensino fundamental].

Nobre querida Presidente Dilma Rousseff, ou a senhora está sendo enganada, ou o MEC e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos estão ignorando a senhora! V.Exa. tem um neto, eu tenho um filho menor. Eu acho que falamos a mesma linguagem.

Outro tema: distribuição de livros para as bibliotecas escolares, com a temática Diversidade Sexual para o Público Infante-Juvenil. Infante é até 10 anos de idade. Quem tem o prazer de ter um filho gay? Agora, podem dizer: "Oh! Ele está discriminando!" Eu não tenho prazer e tenho uma tribuna para falar, e vou falar.

Espero, Deputado Inocêncio Oliveira, que ninguém entre com um processo de quebra de decoro por estar usando a tribuna.

Aqui é para falar a verdade. Para falar mentira é na Comissão da Verdade que V.Exas. criaram. Sete integrantes indicados por Dilma Rousseff. É uma Comissão que tem medo da verdade. Se não tivesse seria paritária.

Mais, ainda, pasmem, senhores, o que eu estou falando está no site oficial da Secretaria Nacional de Direitos Humanos: cria bolsa de estudo que qualifica profissionais travestis e transexuais. Para conseguir uma bolsa de estudo tem que se transformar em travesti ou transexual. Ou é só analfabeto?

Também: incluir recomendações sobre a diversidade sexual no Programa Nacional do Livro Didático para alfabetização de jovens e adultos.

É uma imoralidade. Esses grupos gays vêm a esta Casa com o apoio do Governo, documento pago pelo Governo, para pregar o homossexualismo nas escolas. São uns covardes, apoiados por outros covardes de paletó e gravata.

Mais ainda: reconhecer todas as configurações familiares – prestem atenção – protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais e travestis, com base na desconstrução da heteronormatividade, ou seja, um homem e uma mulher não é normal. O normal são dois homens, duas mulheres.

E quando proíbe-se livro homofóbico aqui, Deputado Inocêncio Oliveira... O que é livro homofóbico? Está bem claro: um livro, ao conter um homem, uma mulher e uma criança, tem que ter um homem, um homem e uma criança, senão é livro homofóbico.

Se puder falar por mais 1 minuto para concluir o meu discurso, eu agradeço. Caso contrário, eu já estou mais do que satisfeito.

E nós temos uma maneira de lutar contra isso. A Sra. Presidente mandou recolher. Então, acho que a bancada do PT, também a do PPS, a do PCdoB têm que apoiar. Têm que apoiar. Não é vir criticar. Têm que apoiar. Ou a Presidente vai fazer um discurso apenas? Quero crer que não.

Temos como convocar. Eu não vou convocar porque não tenho poder para isso. Eu sou um Deputado diferente. Nem sequer sou do baixo clero, estou abaixo dele. Mas temos como convocar, via Comissão de Educação, via Frente Parlamentar de Educação, o Fernando Haddad e dar o devido recado, mostrar que os livros já estão sendo licitados.

Repito: as fitas estão lá na Comissão de Legislação Participativa.

Pelo amor de Deus, não cometam, não deixem que grupos homossexuais cometam essa covardia com as crianças, com as famílias, com a religião e com os bons costumes!

Obrigado, Sr. Presidente! (BRASIL, 2011b, n. p.).

Fechando esse pequeno recorte de discursos proferidos por Jair Bolsonaro, apresentamos uma fala de 16 de outubro de 2012. Dessa vez, o principal alvo foi Fernando Haddad que era candidato à Prefeitura de São Paulo, bem como o Kit Gay que passou a ser ponto pacífico em suas falas.

Sr. Presidente, como sou do Partido Progressista, quero dizer que Fernando Haddad vai fazer um governo em São Paulo tão bom como fez Celso Pitta, mas com um agravante terrível.

Olha só, São Paulo está praticamente polarizada na questão do kit gay, que é a escola sem homofobia. Onde começou o kit gay? Começou no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2010 – Haddad, pare de mentir! Fernando Haddad, pare de mentir –, em despacho de V.Exa., à época Ministro da Educação e Cultura. Está aqui no Diário Oficial da União.

Quem é que fez o kit gay? Haddad – povo paulistano, está publicado no Diário Oficial da União –, 12 representantes do Movimento LGBT. O que é Movimento LGBT? É o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Atenção, povo católico, povo evangélico de São Paulo, povo paulistano, você quer que seu filho aprenda lições de homossexualismo no ensino fundamental? Se quer, vote no Haddad. Se quer que seu filho aprenda a ser homossexual desde cedo, vote no Haddad.

Vejam só, Fernando Haddad designou para coordenar os trabalhos o Sr. André Lázaro, Secretário de Alfabetização. Povo paulistano, o Secretário de Alfabetização coordenou o kit gay, como está publicado no Diário Oficial da União. Ele escolheu 12 representantes do LGBT. O nome dos doze foi publicado no Diário Oficial da União, inclusive com nome social. Ou seja, o critério para fazer o kit gay é estar associado à Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Eu tenho a fita de novembro do ano retrasado, na qual o Sr. André Lázaro falou que para confeccionar o filme Beijo Lésbico, para passá-lo para crianças do ensino fundamental ele

levou 3 meses discutindo até onde a língua de uma menina entrava na boca de outra menina.

Povo paulistano, pelo amor de Deus, se você quer que seu filho aprenda a ser homossexual na escola, vote no Haddad. E eu estou me dirigindo aqui a católicos, evangélicos a até mesmo a ateus, porque ninguém quer que seu filho seja estimulado a ser gay ou sua filha a ser lésbica.

Uma das conclusões, ou melhor, algumas das conclusões dessa equipe de trabalho do Haddad, desse pessoal LGBT. Chegaram à conclusão de que as escolas têm muitos símbolos religiosos, eles devem ser retirados da escola. Eu tenho fita sobre isso. Chegaram à conclusão, também, de que existem mais meninos gays do que meninas lésbicas, crianças de 6, 7, 8, 9 anos.

Haddad, pare de mentir, pare de mentir. Qual é seu caso de amor com a causa homossexual?

Quero saber qual foi a metodologia utilizada pelo Sr. André Lázaro, indicado pelo Sr. Fernando Haddad, para chegar a essa conclusão nas escolas do ensino fundamental. Eu quero saber.

Tudo isso, como está no Diário Oficial da União, tem que ser debatido por ocasião das eleições em São Paulo.

Nos 40 segundos que me restam, a TV MG Record levou ao ar, no final de setembro, o caso do kit gay na cidade de Contagem, em que uma professora passa como dever de casa para os alunos dissertar, ou melhor, alunas de 10 anos de idade, como dois homens fazem sexo, o que é sexo anal, o que é sexo oral, o que é sexo grupal. E a diretora claramente diz: Estou seguindo recomendações do MEC.

São Paulo não pode passar ao largo da discussão do kit gay.

Haddad, pare de mentir. Qual é seu caso com a causa homossexual? (BRASIL, 2012b, n. p.).

7.9 Ideologia de gênero

Ideologia de gênero é outra expressão que esteve presente nos pronunciamentos de Jair Messias Bolsonaro quando de seu processo de ascensão e posterior campanha à presidência da República. Sempre com um discurso fervoroso, intencionalmente ou não, faz questão de tergiversar e remontar à discussão do Kit Escola sem Homofobia que recebeu a pecha de “Kit Gay”, anteriormente tratado neste texto.

Com o objetivo de inflamar seus seguidores, Jair Bolsonaro chegou a dizer que “não existe essa conversinha de Ideologia de Gênero, isso é coisa do capeta” (BOLSONARO..., 2019f, 20 s). Em outra de várias ocasiões, esta em 23 de junho de 2015, no Plenário da Câmara dos Deputados, Bolsonaro disse que iniciaria sua fala “[...] com a palavra "canalha" para a proposta do PT às escolas do ensino fundamental. O PT quer transformar criancinhas de 5, 6, 7 anos de idade em homossexuais e escancarar as portas para a pedofilia!” (BRASIL, 2015c, n. p.).

As falas anteriores representam a falta de entendimento da pessoa Jair Bolsonaro, enquanto deputado ou até mesmo como presidente da República, sobre o que vem a ser Teoria de Gênero. Intitulando-se um defensor dos valores cristãos e da família tradicional, Bolsonaro cruzou

o país, em campanha à presidência, fazendo retumbar seus argumentos superficiais, confusos, inflamados e apregoando uma teoria da conspiração, ganhando coro entre os que se coadunam com seus pensamentos autointitulando-se conservadores, patriotas e cidadãos de bem.

Parece correto determinar que o nascedouro do vocábulo “gênero”, para a agenda internacional, nos remete aos anos de 1994, quando realizada a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) no Cairo, e de 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher com o tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, realizada na China. Os dois eventos foram organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, após suas realizações, tais eventos foram materializados em dois documentos que apresentaram em seu bojo o termo “gênero” para, dentre outros objetivos, discutir que a sociedade está permeada por relações de gênero e a busca pela equidade entre o masculino e o feminino. Vale destacar que, a partir daí, a proposta de se discutir as relações de gênero foi deturpada pela igreja católica e uma luta foi fervorosamente encampada e, como estratégia de argumentação, seus defensores atrelaram o termo “ideologia” ao “gênero” para que pudessem cunhar explicações pejorativas, provocando um verdadeiro pavor moral, instigando a população a acreditar que os defensores da Teoria de Gênero seriam, na verdade, arquitetos com o propósito de destruir a religião e a família (FURLIN, 2021).

O meio acadêmico não reconhece como legítima a expressão “Ideologia de Gênero” atribuída a estamentos religiosos e ideológicos que disseminaram informações incongruentes e que foram apropriadas pela bancada evangélica na Câmara dos Deputados.

Nessa mesma linha de disputa, quando da tramitação do Plano Nacional de Educação, que foi aprovado em 2014 pela lei n.º 13.005, deputados da bancada evangélica e senadores católicos ofereceram forte resistência à inclusão dos termos “gênero” e “orientação sexual” no teor da lei. A resistência dos parlamentares ganhou apoio popular e prevaleceu o documento sem os termos “gênero” e “orientação sexual” (BRASIL, 2014a)

As pesquisadoras Mendes, Maheirie e Gesser (2020), em estudo intitulado “A retirada dos termos ‘igualdade de gênero e orientação sexual’ do Plano Nacional de Educação — PNE 2014-2024”, afirmaram que ao se depararem

[...] com os enunciados dos Parlamentares contrários a inserção dos termos gênero e orientação sexual, um enorme conservadorismo expresso por uma bancada de evangélicos e católicos que com base em preceitos de ordem moral e orientados por preconceitos como a homofobia, o sexismo e o machismo se colocaram a responder de forma antagônica as

políticas aprovadas pelo Governo Federal em 14 anos de um governo do Partido dos Trabalhadores (MENDES; MAHEIRIE; GESSER, 2020, p. 148).

Após a aprovação do Plano Nacional de Educação, a discussão ganhou corpo nos estados e municípios, tendo em vista que esses entes federados tinham que elaborar e aprovar seus Planos de Educação. Com isso, a campanha contra o que definiram como “Ideologia de Gênero” tomou conta dos enunciados pelo Brasil. Visando propagar e disseminar seus argumentos, materiais, tal como a cartilha intitulada “Você já ouviu falar sobre a ‘Ideologia de Gênero’?” foram popularizados. Já em sua capa a cartilha apresenta a mensagem: “Conheça esta ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo!” (VOCÊ..., [2015?], p. 1).

O texto da cartilha segue com a mensagem de pânico:

Existem organizações muito ocupadas em destruir nossas famílias. Dizem que o povo é muito fora de moda e que precisamos deixar os ensinamentos dos antigos e nos abrimos às novidades. **E que novidades!** Como não estão conseguindo mudar a cabeça da população, inventaram novos recursos para nos sabotarem. **O mais disfarçado e perigoso é a “Ideologia de Gênero”** (VOCÊ..., [2015?], p. 3, grifo dos autores).

Para finalizar, os autores da cartilha afirmam que

O que acontecerá, caso aprovem a “Ideologia de Gênero” nas escolas? Acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos e meninas, e que precisam inventar um gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformarem sua identidade. E isso seria obrigatório, por lei (VOCÊ..., [2015?], p. 6, grifo dos autores).

As pautas contra as Teorias de Gênero coadunam-se às demais enunciadas nesta seção e dão pistas de quais são os fundamentos ideológicos que fundamentam o pensamento de Jair Bolsonaro e, conseqüentemente, espera-se que tais princípios sejam levados em consideração quando da proposição e implementação de políticas públicas educacionais na gestão de Jair Bolsonaro.

8 POR ONDE CAMINHOU A EDUCAÇÃO NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE BOLSONARO

Esta seção pretendeu apresentar um compilado com as principais políticas públicas educacionais apresentadas nos dois primeiros anos (2019/2020) do governo de Jair Messias Bolsonaro. Na tentativa de respaldar essa proposta, acompanhamos o site oficial do Ministério da Educação, bem como os documentos oficiais publicados no Diário Oficial da União (DOU).

Pretendeu-se, também, pontuar quais os fundamentos ideológicos imbricados nos posicionamentos do Presidente da República Jair Bolsonaro e qual sua reverberação no bolsonarismo; isso por acreditarmos que a implementação das políticas educacionais tenderiam a se sustentar na ideologia apresentada.

Portanto, pretendemos relacionar e discutir e, conseqüentemente comprovar, que algumas políticas públicas educacionais tiveram continuidade por seu próprio mérito, respaldado por força popular ou pelo Parlamento Brasileiro e, principalmente, as políticas que foram sugeridas, implantadas ou implementadas, tendo sido influenciadas pelo viés ideológico bolsonarista.

8.1 A consolidação da proposta

Jair Messias Bolsonaro e seus correligionários registraram uma proposta de plano de governo intitulada “O caminho da prosperidade” (BOLSONARO, 2018a), isso quando de sua campanha em 2018 visando à gestão do período de 2019 a 2022.

O documento trata-se de um arquivo em PDF com 81 páginas de qualidade duvidosa, indigna até mesmo de uma campanha para vereador, apresentando, inclusive, erros gramaticais. A peça foi registrada com o bordão “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Bordão esse que Jair Bolsonaro usaria durante sua campanha e posterior gestão. Outra mensagem cunhada na capa da proposta de plano de governo foi um versículo da bíblia (João, 8, 32) que diz: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (BOLSONARO, 2018a, p. 1). Tais citações objetivam inculcar no imaginário do brasileiro um Jair Bolsonaro patriota ao extremo – que daria sua vida pela pátria, como ele mesmo diz – e um cristão que acredita em Deus sobre todas as coisas. Além dessa

interpretação, a citação bíblica é utilizada de forma distorcida⁴⁴, tratando o vocábulo “verdade” como antônimo de “mentira” na tentativa de se colocar do lado certo da história – cidadão de bem – e todos aqueles que pensam diferente dele e de seus seguidores estariam do lado mal, da mentira e devem ser combatidos.

Embora o discurso de Bolsonaro e do bolsonarismo seja governar sem um determinado viés ideológico, tal ação é questionável, haja vista que governar pressupõem determinado posicionamento e nele está consubstanciada sua visão de mundo e de sociedade. O discurso da proposta de plano de governo está eivada de posicionamentos ideológicos e muitas vezes conflitantes entre a proposta de campanha e o que se materializou ou não durante a gestão.

Na página cinco de sua proposta de plano de governo, Jair Bolsonaro dá mostras de um viés populista prometendo minimizar o espaço de políticos populistas, quando diz: “Mais importante: uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos, é mais forte. Há menos espaço para populistas e suas mentiras” (BOLSONARO, 2018a, p. 5).

Ações populistas ganharam força durante sua gestão, principalmente quando o Presidente Jair Bolsonaro fazia suas transmissões pela internet às quintas-feiras ou ia para as ruas, durante as manifestações, e dizia que o poder que ele respeitava era o que vinha das ruas, do povo e adequava seu discurso ao que seus seguidores queriam ouvir. Vociferava e aquecia os corações dos presentes levando-os a pensar que o Brasil vive em uma democracia direta.

Parecendo muito mais uma peça de campanha ou rascunho de um debate político, a proposta de plano de governo apresenta, em sua página oito, a seguinte mensagem: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (BOLSONARO, 2018a, p. 8). Vale ressaltar que no mesmo documento, em sua página quatro, diz que “os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas” (BOLSONARO, 2018a, p. 4). O bolsonarismo dissemina uma teoria da conspiração em que os agentes integrantes na cultura e na educação estariam todos arquitetados e trabalhando para desconstruir a família enquanto entidade, a fim de deturpar os valores da família tradicional e implantar um comunismo no Brasil. Reforçando o discurso separatista, o documento salienta a intenção de uma denominada esquerda de “[...] minar os valores da Nação e da família brasileira”

⁴⁴ Outra interpretação deveras recorrente apresenta o termo “verdade” como os seguimentos baseados nos preceitos de Jesus Cristo que proporcionarão uma liberdade do pecado deste mundo terreno.

(BOLSONARO, 2018a, p. 8), texto que parece se contradizer ao novamente definir a família como sendo “sagrada”, “seja ela como for [...]” sua composição (BOLSONARO, 2018a, p. 4). Tendo em vista os aspectos apresentados, caberia questionar e investigar: quais são os valores da Nação? Existem valores da Nação? De que família estamos falando? Quais os valores dessas famílias? São perguntas retóricas cujas respostas podem ser remontadas aos rastros da trajetória política de Jair Bolsonaro que defende os valores de uma família tradicional e rechaça, com veemência, outras composições de família que fazem parte do contemporâneo brasileiro.

Em sua página nove, a proposta apresenta o que seria “a nova forma de governar”, proclamando um governo que fosse “mais Brasil, menos Brasília”, objetivando promover maior centralização de poder entre os entes federados (BOLSONARO, 2018a, p. 9). Na área da Educação, essa proposta seria uma continuidade ou talvez a busca por uma melhoria, haja vista que tais ações já acontecem por meio do Plano de Ações Articuladas, em que os estados e municípios elencam suas demandas para que a União ofereça apoio técnico e financeiro para os entes que aderirem ao programa. Diante do exposto, afirmamos não termos encontrado, na área da Educação, propostas que transcendam o que já vinha sendo executado nos governos anteriores (BOLSONARO, 2018a).

“Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades”. Com essa afirmação, presente na página dez, na seção intitulada “2019 será o ano da mudança. Nossa vitória será contra a servidão!”, a proposta de plano de governo destaca a Educação como uma de suas prioridades de gestão. Prioridade essa que tentaremos mostrar nesta seção que não se concretiza nos dois primeiros anos de gestão de Jair Bolsonaro à frente da presidência da República nos anos de 2019 e 2020 (BOLSONARO, 2018a, p. 10).

Consoante ao explicitado em seção anterior, Jair Bolsonaro sempre teve o combate a questões relacionadas à educação em seu repertório de embates. Vários pontos estiveram presentes em seu discurso de campanha e, sequenciando, nos dois primeiros anos de gestão. Portanto, o principal documento de campanha não ficaria sem tais afirmações. Na página 12, são apresentados alguns “desafios urgentes”, dentre os quais a afirmação de que a “educação e [a] saúde [estão] à beira do colapso” (BOLSONARO, 2018a, p. 12).

Na seção intitulada “Mais Brasil e menos Brasília”, são apresentadas algumas linhas de ação em diversas áreas, mas de forma rasa, dando pistas dos níveis de ensino que receberiam maior atenção por parte da administração. Na saúde e na educação, a busca será pela “[...] eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas”. À guisa de conclusão, o documento apresenta

a proposta de “[...] dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar” (BOLSONARO, 2018, p. 21-22). A afirmação de existir uma suposta doutrinação na educação, apregoada por Jair Bolsonaro, incorre no erro de tomar a exceção pela regra, sempre apresentando alguns vídeos feitos em salas de aula com atitudes extremas de alguns professores pelo país em um universo de aproximadamente 50 milhões de alunos na educação básica. Vale, aqui, conclamar por estudos sobre o posicionamento de docentes pelo Brasil, mas que partam de um mesmo arcabouço teórico, principalmente no que concerne aos conceitos de doutrinação.

Na página 34, na seção “Defesa Nacional – Segurança das Fronteiras”, o documento traz uma proposta de ter “[...] em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado” (BOLSONARO, 2018a, p. 34). Embora exista a proposta de criação de colégios militares nos dois primeiros anos de governo, a gestão Jair Bolsonaro não conseguiu implementar sequer uma escola nesse modelo.

A mais recente unidade nesse modelo foi o Colégio Militar de São Paulo, portanto, trata-se do 14.º integrante do Sistema Colégio Militar do Brasil. O Colégio foi criado pela Portaria do Comandante do Exército n.º 1.694, de 8 de outubro de 2018. Com relação a essa unidade, o Presidente Jair Bolsonaro participou, em três de fevereiro de 2020, do lançamento da pedra fundamental no local em que seriam construídas as novas instalações do Colégio Militar de São Paulo (CMSP, 2021).

A partir da página 36, o documento apresenta propostas relacionadas à saúde e à educação. Especificamente quanto ao que tange à educação, a proposta apresenta os seguintes dizeres na página 41:

A EDUCAÇÃO TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR com o valor que o Brasil já gasta! Na **Educação** assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos.

Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso **péssimo desempenho** educacional.

A estratégia educacional do **Japão, Taiwan e Coréia do Sul**, países recentemente visitados por **Jair Bolsonaro** teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português **SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE**. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio técnico.

É POSSÍVEL FAZER MUITO MAIS COM OS ATUAIS RECURSOS!

É O NOSSO COMPROMISSO! (BOLSONARO, 2018a, p. 41, grifo do autor).

Mais uma vez, é apresentado um discurso afirmando que o desempenho educacional do Brasil está péssimo, sem apresentar as possibilidades e estimativas de melhora. No texto, afirmam que “conteúdo e método” precisam ser mudados. Qual conteúdo seria suprimido e qual passaria a integrar o currículo da educação básica? Com relação ao método, paira a mesma indagação: qual método é usado na educação básica e que tem sido o vilão do processo de escolarização e ele deveria ser substituído por qual? Para quem já ouviu minimamente um discurso de Jair Bolsonaro, somado à mensagem que se segue na citação, destacando uma escolarização “[...] sem doutrinação e [sem estímulo à] sexualização precoce” (BOLSONARO, 2018a, p. 41). Como dito anteriormente, são afirmações sem base científica ou estatística, que tomam a exceção pela regra e que procuram impregnar as escolas com a pecha de praticarem uma educação doutrinadora com viés de esquerda e que teriam, por missão, a formação de comunistas e propagadores dessa ideologia, bem como seriam instituições de ensino e professores que abdicam de ministrar seu conteúdo predeterminado para formar, para instigar as crianças a uma sexualização precoce.

Na sequência das “propostas”, é apresentada uma seção intitulada “Educamos como os piores!”, afirmando que

Os dados da [Organização das Nações Unidas] ONU indicam que o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes. Temos figurado ultimamente entre os piores resultados do [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes] PISA, feito pela [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] OCDE (BOLSONARO, 2018a, p. 43).

O Pisa sempre é citado por Jair Bolsonaro e seus ministros da Educação como referencial de qualidade e embasamento para respaldar a afirmação de que o Brasil tem um nível péssimo de educação. Vale ressaltar que o Pisa é uma avaliação aplicada a estudantes na faixa etária dos 15 anos de idade, isso pressupondo-se que coincidiria com o fim da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países participantes da avaliação. O resultado objetivo para avaliar a escolarização de estudantes depende de muitos fatores que transcendem a mera transmissão de informações. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica, do Ministério da Educação (MEC), em 2020, 4,3 mil escolas públicas, 3,2% do total do país, não tinham banheiros em suas instalações; somente 17,2 mil (20,5%), em 2020, possuíam internet banda larga; e para ilustrar ainda mais esse cenário, 35,8 mil escolas públicas não possuíam coleta de esgoto, totalizando 26,6% de todas as

escolas públicas do país no ano de 2020. São apenas três pontos dentre vários que acreditamos serem significativos e intervenientes no processo de escolarização e, conseqüentemente, contribuem negativamente na avaliação do Pisa (OLIVEIRA, 2021).

A evasão escolar de crianças e adolescentes foi outro ponto levantado como problema.

Segundo o Censo Escolar 2016, divulgado pelo Inep, 2,8 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola. A maior parte tem entre 15 a 17 anos. Os dados são corroborados pelo relatório “Cenário da exclusão escolar no Brasil”, divulgado em 2017 pelo Unicef.

O quadro é mais assustador se pensarmos que dos 51,6 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade, quase metade não completou o ensino médio (IBGE, 2017).

A qualificação crescente dos professores deve ser um sinal que o Brasil realmente busca um lugar de destaque entre as nações desenvolvidas (BOLSONARO, 2018a, p. 44).

Para além da qualificação referida na citação anterior, não identificamos uma menção sequer ao Plano Nacional de Educação (PNE), lei que prevê o cumprimento, até 2024, de 20 metas para a Educação brasileira.

Quanto a investimentos, a proposta de plano de governo afirma que é preciso “[...] inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso” (BOLSONARO, 2018a, p. 45).

A alfabetização é um dos pontos mais comentados pelo presidente e os ministros que passaram pelo Ministério da Educação. Com a proposta de alfabetizar “[...] expurgando a ideologia de Paulo Freire [...]” sem explicar o que isso realmente quer dizer no processo educacional, a gestão Bolsonaro prometeu mudar conteúdo, forma e estratégia de se trabalhar, em especial a alfabetização (BOLSONARO, 2018a, p. 46).

GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM, conteúdo, forma e estratégia precisam mudar! Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas.

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação.

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul.

Educação à distância deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as

grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais (BOLSONARO, 2018a, p. 46).

Como justificativa para a implantação de escolas no modelo cívico-militar, proposta que seria incorporada ao escopo de sua gestão, destaca o aspecto disciplina nas escolas com a falta de respeito e agressões por parte de estudantes e pais contra os professores.

Defende o “[...] impedimento a aprovação automática [...]”, mas não explica como resolverá o congestionamento que se formará nos anos iniciais de escolarização, bem como o agravamento da distorção entre a idade e o ano escolar compatível (BOLSONARO, 2018a, p. 46).

Fechando o raciocínio, o texto avança para uma breve discussão sobre o ensino superior, mostrando claramente um viés tecnicista e a defesa de uma escolarização utilitarista.

O documento apresenta a proposta de promover uma integração entre os sistemas de educação dos entes federados.

EDUCAÇÃO: Integrando para melhorar.

Atualmente os diferentes sistemas de educação do Brasil não conversam entre si. As três instâncias funcionam de maneira isolada: o Governo Federal foca mais no ensino superior, os governos estaduais na educação média/técnica, e os Municípios no ensino fundamental. Precisamos evoluir para uma estratégia de **Integração**, onde os três sistemas dialoguem entre si.

Com base em avaliações técnicas, a **Integração** permitirá diagnósticos precisos, quer no desempenho dos estudantes ou na qualificação dos professores.

As universidades públicas e privadas contribuirão, nesse novo modelo, na qualificação de alunos e professores nas áreas aonde existam carências.

Será possível detectar e corrigir dificuldades no processo de formação de nossas crianças e jovens. Com isso acreditamos que todos os indicadores irão melhorar, na busca de um jovem melhor preparado para o futuro e para a vida (BOLSONARO, 2018a, p. 47, grifo do autor).

Concluindo a proposta de plano de governo, na área da educação, o documento apresenta a seção intitulada “Inovação, ciência e tecnologia”.

O modelo atual de pesquisa e desenvolvimento no Brasil está totalmente esgotado. Não há mais espaço para basear esta importante área da economia moderna em uma estratégia centralizada, comandada de Brasília e dependente exclusivamente de recursos públicos. Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coréia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas. Criam-se “*hubs*” tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos. Jair Bolsonaro pôde constatar isso pessoalmente. Em todos os países visitados há tais centros. Inclusive, nos países que têm liderado tal dinâmica, Japão, Taiwan e Coréia do Sul, há grande ênfase em cursos técnicos e carreiras de exatas.

Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. Assim, valorizaremos talentos nacionais e atrairemos outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda aqui.

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia etc., em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro.

A pesquisa mais aprofundada segue um caminho natural. Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas. O campo da ciência e do conhecimento nunca deve ser estéril.

Cada região do Brasil deve buscar suas vantagens comparativas por exemplo, o Nordeste tem grande potencial de desenvolver fontes de energia renovável, solar e eólica. Os países da Ásia têm investido nesta tecnologia. Na agricultura, há espaço para trazer o conhecimento de Israel. Inclusive, Jair Bolsonaro pôde iniciar conversas sobre parcerias nesses países.

O Brasil deverá ser um centro mundial de pesquisa e desenvolvimento em grafeno e nióbio, gerando novas aplicações e produtos. Durante sua visita ao Japão, Jair Bolsonaro conheceu a utilização do grafeno, por exemplo, no desenvolvimento de um submarino nuclear (BOLSONARO, 2018a, p. 48-49).

Uma crítica ao “modelo atual de pesquisa” no Brasil sem detalhar o que realmente isso significa. Apesar das críticas, as universidades públicas são responsáveis pelo grosso da pesquisa no país. A crítica foi feita, mas a gestão Jair Bolsonaro não materializou políticas públicas que pudessem mudar, positivamente, os rumos da pesquisa no Brasil. O que se observou foi uma desconstrução, um sucateamento da universidade pública com a difamação, redução do orçamento e de bolsas científicas.

8.2 ID Estudantil

Ao findar o ano de 2019, em seu primeiro ano de gestão à frente da Presidência da República, Jair Bolsonaro e seu então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentaram a Medida Provisória 895/19 em 6 de setembro de 2019, cuja ementa diz:

Altera a Lei n.º 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de quinze a vinte e nove anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências (BRASIL, 2019b, n. p.).

A Lei n.º 12.933, de 26 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida

Provisória n.º 2.208, de 17 de agosto de 2001” (BRASIL, 2013a, n. p.). Além disso, determina quais as entidades são responsáveis pela emissão das carteiras de identidade estudantil.

De acordo com apuração do jornal Folha de São Paulo, a proposta de criar uma identidade estudantil vem sendo discutida desde o período de transição do governo e, inicialmente, caberia ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a responsabilidade. Com o acúmulo de polêmicas envolvendo a passagem de Ricardo Vélez Rodríguez pelo Ministério da Educação (MEC) e o processo de sua transição, a proposta da criação da identidade estudantil sofreu um atraso quando aconteceu sua apresentação à sociedade (SALDAÑA, 2019).

Desde que foi divulgada a intenção de se criar a identidade estudantil por parte do MEC, a ação recebeu forte oposição, não pelo mérito em si, mas pela forma como foi apresentada e os objetivos principais de sua implementação. Isso de acordo com a fala daqueles que seriam/deveriam ser os principais propagadores dessa ação do governo federal, sendo eles o Presidente da República Jair Bolsonaro e o então Ministro da Educação Abraham Weintraub.

A identidade estudantil de forma digital será uma realidade em breve, pois, com certeza, ela não ficará na contramão da história. Cada dia mais os serviços vêm evoluindo e informatizando-se, economizando dinheiro, tempo e facilitando a vida dos cidadãos. Exemplos são corriqueiros, tais como o título de eleitor e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) que possuem a versão digital e têm aprovação da população.

Como de costume, Jair Bolsonaro e Abraham Weintraub, em vez de argumentarem a favor da ação pretendida pelo MEC, explicitando suas inúmeras qualidades, decidiram por encampar mais uma batalha no campo político-ideológico dividindo a sociedade entre os considerados “cidadãos de bem” que seriam aqueles que se coadunam com a visão de mundo cujos valores eles defendem e, do outro lado, estariam aqueles que não são os patriotas e que desejam a implantação do comunismo no Brasil por não comungarem com suas ideias e ideais.

Deixando de forma mais clara, a Carteira de Identificação Estudantil (CIE) atualmente é emitida por entidades estudantis, tal como a

[...] Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), pelas entidades estaduais e municipais filiadas àquelas, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e pelos Centros e Diretórios Acadêmicos [...] (BRASIL, 2013a, n. p.).

As informações anteriores servem para refutar os discursos do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, feitos em várias oportunidades. Um exemplo de uma fala deturpada pode ser constatado quando ele concedeu entrevista ao jornalista Alfredo Bessow, do intitulado Canal de Brasília, depositado na plataforma do *YouTube*. Ao ser questionado sobre qual seria sua opinião sobre a “[...] ação dos que defendem monopólios e cartéis [...]” (WEINTRAUB..., 2020a, 40 s). Diante dessa indagação, o ministro manifestou-se da seguinte forma: “A carteirinha estudantil é o típico exemplo. Se você quiser ter é da UNE, se não [for dessa forma] fica sem” (WEINTRAUB..., 2020a, 1 min 19 s). E continua sua fala exaltando a proposta da Identidade Estudantil, pois seria emitida pelo MEC e, conseqüentemente, estaria isenta de fraudes. Depois, de forma leviana, questiona a idoneidade da UNE, afirmando que “[...] na UNE a gente não tem controle, se está legítimo ou não está legítimo” (WEINTRAUB..., 2020a, 2 min 44 s) e segue com a teoria da conspiração, dizendo que estão “[...] pensando em alguma outra ação para mitigar, para diminuir o estrago [e] que esse jogo todo [seria] para beneficiar a UNE, o partido comunista [...]” (WEINTRAUB..., 2020a, 3 min 4 s). Por fim, diz o ministro, “vamos tentar mitigar isso. Tirar essa grana da tigrada. Primeiro porque não tem transparência, depois são centenas de milhões de reais que a gente está falando” (WEINTRAUB..., 2020a, 3 min 25 s).

Até mesmo internamente, o MEC enfrentou problemas para apresentar a proposta da identidade estudantil. Diversos veículos de comunicação noticiaram a tentativa do MEC de obter informações sigilosas de estudantes que constam no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), instituto responsável pelas principais avaliações de grande porte do Brasil, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Revalida. A solicitação foi feita por Elmer Coelho Vicenzi, então Presidente do Inep, com o conhecimento do Ministro da Educação Abraham Weintraub, mas obteve parecer contrário da procuradoria jurídica do instituto. O resultado desse imbróglio foi a exoneração de Elmer Coelho Vicenzi da presidência do Inep e a confirmação de parecer contrário ao pedido do MEC (DISPUTA..., 2019; RODRIGUES, 2019b).

No dia 6 de setembro de 2019, durante a cerimônia de lançamento da carteirinha estudantil digital, divulgada como “ID Estudantil”, o Presidente Jair Messias Bolsonaro assinou a Medida Provisória n.º 895/19 que trata de sua implementação. Na ocasião, ocorreram diversas falas que, conforme manifestado anteriormente, se prestaram para tirar a relevância da ação proposta

pelo MEC, servindo somente para direcionar a ira ideológica da gestão Bolsonaro para o foco principal, o verdadeiro motivo que era desidratar as entidades estudantis.

O então Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, articula sua fala e deixa claro a pretensão do governo ao dizer que

[...] o que estamos celebrando aqui é a liberdade de todos os estudantes brasileiros do jugo de que instituições como a UNE e outras, permeadas por uma esquerda retrógrada, amordaçaram e tomaram recursos muito importantes da juventude brasileira sob o argumento de que estava fazendo alguma coisa de boa para ela. O que nós estamos fazendo aqui hoje, presidente, é libertar cada jovem, cada estudante, em cada cantinho do Brasil. Não tem que pagar mais dinheiro nem para a UNE, nem para a UBES, nem para quem quer que seja (LANÇAMENTO..., 2019, 22 min 48 s).

Na tentativa de justificar a ação, que por si só se justificaria, tendo em vista a praticidade e economia por parte do estudante, tentaram atrelar à imagem da carteira estudantil, emitida pelas entidades discentes, que ela seria onerosa. Em sua fala, na cerimônia de lançamento da ID Estudantil, o Ministro da Educação Abraham Weintraub disse que sua emissão é “cara” quando é feita pelas entidades discentes (LANÇAMENTO..., 2019). Nessa mesma linha, o Presidente da República Jair Bolsonaro afirmou que

Tem muito estudante pobre que 30 reais por ano para ele faz diferença [...] e se podemos tê-la de forma gratuita, por que não!? Inclusive, estou feliz também, porque nós vamos poupar trabalho de uma minoria que representa os estudantes. Eles não vão ter que trabalhar mais. Afinal de contas, o seu tempo laboral será zero. Não teremos mais uma minoria para impor certas coisas em troca de uma carteirinha. A liberdade estudantil é muito bem-vinda. [...] Eu não sei quantos têm carteira no Brasil. Eu vou chutar aqui uns 20 milhões. Se botar aí 20 reais [por carteirinha] [...] [dará um montante de] 400 [milhões]. Talvez seja um pouco menos o número de pessoas que utilizem, que sejam 100 milhões [de reais]. São menos 100 milhões que deixam de sair do bolso de quem trabalha para ir para o bolso de quem não estuda e nem trabalha. [...] [A implementação da ID Estudantil] vai ajudar, inclusive, a evitarmos que certas pessoas provem, nas universidades, o socialismo. Socialismo esse que não deu certo em lugar nenhum do mundo e nós devemos nos afastar dele. [...] [Parabéns ao Ministério da Educação] por fazer que alguns pobres economizem alguns reais por ano e que esse dinheiro não vá para o bolso de quem não produz e não estuda o ano todo (LANÇAMENTO..., 2019, 29 min 30 s).

Em janeiro de 2020, o Correio Braziliense repercute consequências de uma postagem do Ministro da Educação, Abraham Weintraub (CARTEIRINHA..., 2020), que afirmava, sem apresentar fontes, um possível faturamento anual na UNE com a emissão de carteiras de identificação estudantil: “Por que algumas pessoas são contra a carteirinha digital? Porque a UNE ganha R\$ 500 milhões por ano fazendo isso. A gente vai quebrar mais uma das **máfias** do Brasil,

tirar R\$ 500 milhões das mãos da tigrada da UNE” (STF DETERMINA..., 2020, n. p., grifo do autor).

As entidades discentes são respaldadas pela Lei n.º 12.933, de 26 de dezembro de 2013, e, atualmente, a carteira de identificação estudantil custa aos estudantes, o valor de 35 reais, mais as custas do frete. Segundo informações da UNE, compartilhadas pelo portal Poder 360 em 17 de dezembro de 2019, a emissão de carteirinhas de estudante corresponde a 80% do orçamento anual da entidade e que, em 2017, teria arrecadado 14,3 milhões de reais especificamente com as carteirinhas (YAHYA; HOMERO, 2019).

Para que a Medida Provisória n.º 895/19 ganhasse o status de lei, deveria ter sido aprovada por uma comissão mista e, em seguida, pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal dentro do prazo regimental de 120 dias após sua assinatura que ocorreu em 6 de setembro de 2019. Portanto, como essa sucessão de fatos não aconteceu, em 16 de fevereiro de 2020, o prazo expirou e a Medida Provisória perdeu sua validade (BRASIL, 2020p).

Segundo diversos veículos de comunicação, dentre eles o portal da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), a União teria gastado R\$ 2,5 milhões somente com a publicidade da ID Estudantil (ANPG, 2020).

Prestes a ver a Medida Provisória n.º 895/19 perder sua validade, o Presidente da República Jair Bolsonaro manifestou-se, em sua tradicional *live*, comentando fatos da semana em “12+1/02/2020” (grafado da mesma forma com que ele o fez para determinar o número 13):

Pelo que tudo indica, nossa Medida Provisória que permitia que você estudante tirasse sua carteirinha de estudante pela internet vai caducar. Então você vai voltar a pagar, em média, R\$ 35,00 para ter a sua carteirinha. Então a UNE está vibrando, está vibrando. **A nossa intenção não é perseguir a UNE, muito pelo contrário.** É facilitar a vida do estudante e evitar que ele gaste R\$ 35,00 [por ano] para ter a sua carteirinha de estudante, para ele poder ter a sua meia-entrada, entre outros benefícios. Nós queremos facilitar a vida do estudante. Lamentavelmente o PC do B e a UNE, eu não sei que força que eles têm no Parlamento, mas conseguiram fazer com que a Medida Provisória não fosse votada e ela deve caducar nos próximos dias. Então, você estudante, vai ter que gastar R\$ 35 reais e faz falta para quem é estudante (BOLSONARO, 2020a, 12 min 25 s, grifo nosso).

Após pautar por diversas vezes os veículos de comunicação com esse tema, o presidente da República, seu então Ministro da Educação Abraham Weintraub e seus seguidores, recorrentemente deixaram evidentes suas falas e ações persecutórias contra a classe estudantil, bem como contra as entidades estudantis. Com um discurso populista de que o interesse era facilitar a vida do estudante, tais falas não ganharam concretude e o que vimos foi a manifestação de ódio

para com aqueles que pensam ideologicamente diferente de sua gestão ou, mais especificamente, diferente dele, Jair Bolsonaro.

Apostando cada vez mais na opacidade do olhar e no pensamento de seus correligionários, Jair Bolsonaro, após tantas e tantas vezes, afirma o contrário, diz que sua “[...] intenção não é perseguir a UNE, muito pelo contrário [...]” (BOLSONARO, 2020a, 12 min 41 s).

8.3 Militarização das Escolas Públicas

Durante toda a sua trajetória, o político Jair Messias Bolsonaro sempre foi um fervoroso defensor da militarização das escolas públicas no Brasil. Parece-nos um grande equívoco imaginar que esse modelo de escola não comporia o escopo de suas propostas para a área da educação. Portanto, o plano de governo apresentado pela campanha do então candidato à Presidência da República no ano de 2018, determinou que teria “[...] em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado” (BOLSONARO, 2018a, p. 34).

Passados os dois primeiros anos de gestão, constatamos que a proposta não saiu do papel e ficou muito distante de ser cumprida. O que mais se aproximou da proposta, foi o aporte financeiro da ordem de 130 milhões de reais para a construção da sede do Colégio Militar de São Paulo, 14.^a unidade coordenada pelo Exército Brasileiro e que foi criada por meio da Portaria do Comandante do Exército n.º 1.694, de 8 de outubro de 2018.

A fim de iniciar a discussão, julgamos pertinente manifestar que, quando nos referimos à militarização das escolas, tal expressão abarca também os 14 Colégios Militares geridos pelo Exército Brasileiro, as Escolas Militares geridas pelas Corporações do Corpo de Bombeiros e pela Instituição Polícia Militar dos diversos estados da Federação. Por fim, temos as escolas militarizadas que compõem o objeto de análise desta seção, tendo em vista que o governo de Jair Bolsonaro redirecionou sua proposta inicial de campanha e optou por apresentar aos entes federados um programa cuja gestão foi denominada de cívico-militar, termo cunhado por meio do Decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019. O citado decreto “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação [...]”, e essa nova estrutura criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019a, n. p.).

Os Colégios Militares e as Escolas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar são instituições corporativas que têm sua proposta administrativa e pedagógica regulada por lei específica, conforme preconiza a Lei n.º 9.394/1996, em seu TÍTULO VIII – Das Disposições Gerais, “Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, n. p.). Essas instituições de ensino são administradas por militares e seu corpo docente é composto da seguinte forma, conforme determina o Regimento Interno dos Colégios Militares-RI/CM, Título VII, que trata do corpo docente, Capítulo I, da Constituição,

Art. 79. O Corpo Docente dos [Colégios Militares] CM é composto dos seguintes segmentos:

I - Oficiais do Magistério do Exército (ME);

II - Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais, magistério (QCO Mag);

III - Militares comissionados, quando permitido pelo [Departamento de Educação e Cultura do Exército] DECEX;

IV - Oficiais designados para o serviço ativo, ME;

V - Oficiais Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC);

VI - Servidores civis concursados (estatutários);

VII - Profissionais civis contratados (temporários) ou cedidos pela rede pública de ensino local; e

VIII - Oficiais Técnicos Temporários (OTT) do magistério.

[...]

Art. 81. Os professores em comissão, quando permitido pelo DECEX, serão selecionados entre militares habilitados, preferentemente Ten Cel e Maj com formação universitária para lecionar a disciplina para a qual estão sendo indicados (REGIMENTO..., 2011, p. 28).

Quanto à militarização da educação, feita com ênfase no modelo de gestão Cívico-Militar incorporado ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), criado pelo governo de Jair Bolsonaro, é estabelecido um pacto entre os entes federados interessados e a escola passa a ser gerida por militares, podendo o ente federado (estados, municípios e o Distrito Federal) escolher qual deles se adequa melhor à sua realidade. Na tentativa de elucidar as duas propostas contidas na Portaria n.º 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que “regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares – Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal” (BRASIL, 2020a, n. p.).

CAPÍTULO V DOS MODELOS DE PACTUAÇÃO

Art. 14. O Pecim disponibilizará duas formas de pactuação a serem escolhidas pelo MEC:

I - Modelo de Disponibilização de Pessoal: o [Ministério da Defesa] MD mediante parceria com o [Ministério da Educação] MEC disponibilizará pessoal das Forças Armadas para as [Escolas Cívico-Militares] Ecim, e, em contrapartida, os estados, o Distrito Federal ou os Municípios farão os investimentos necessários nas instalações e na infraestrutura para a adaptação das escolas regulares selecionadas para a implementação do modelo de Ecim; e

II - Modelo de Repasse de Recursos: o MEC fará o aporte financeiro, por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR e Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para as necessárias adaptações das escolas regulares à implantação do modelo de Ecim, conforme art. 19.

§ 1º No Modelo de Repasse de Recursos, os entes, a título de cooperação, disponibilizarão ainda militares de suas Forças Auxiliares (ativos e/ou inativo) para atuarem nas escolas selecionadas, arcando com os correspondentes custos com pessoal, que constará no [Acordo de Cooperação Técnica] ACT ou instrumento congêneres, respeitando as particularidades locais.

§ 2º Os valores do aporte financeiro, as dimensões das iniciativas estratégicas atendidas constarão no convênio ou instrumento congêneres a ser pactuado pelo ente e o FNDE, no âmbito do PAR.

§ 3º Os entes deverão indicar as unidades escolares participantes do [Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares] Pecim no Plano de Trabalho no módulo PAR.

§ 4º Será exigida contrapartida financeira do ente federativo beneficiário do repasse pelo PAR, em observância ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da resolução a ser editada pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 5º Os municípios poderão optar pela modalidade recurso caso possam contratar militares inativos das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiro, em consonância com a legislação local específica estabelecida para esse fim (BRASIL, 2020a, n. p.).

Caso os estados, o Distrito Federal e/ou os municípios decidam pelo Modelo de Disponibilização de Pessoal, a Portaria n.º 1.071, de 24 de dezembro de 2020, determina em seu

CAPÍTULO VIII

DO APOIO DE PESSOAL MILITAR

Art. 17. No caso da modalidade de Pessoal o MD mediante parceria com o MEC disponibilizará aos estados, municípios e ao Distrito Federal, militares inativos das Forças Armadas, os quais serão contratados por meio da Prestação de Tarefa por Tempo Certo – PTTC.

§ 1º O apoio de pessoal aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que aderirem ao Pecim será realizado naquelas localidades em que houver disponibilidade de efetivo de militares da reserva qualificados.

§ 2º Na localidade em que não houver a possibilidade de disponibilização de militares da reserva das Forças Armadas, será adotada a modalidade de Repasse de Recursos, em que deverão ser empregados militares estaduais para a implantação das Ecim sob responsabilidade do estado.

§ 3º No caso do apoio previsto no caput, serão fixadas as contrapartidas dos entes nos [Acordos de Cooperação Técnica] ACT ou instrumentos congêneres de que trata o art. 13, parágrafo único.

Art. 18. Os militares desempenharão, nas Ecim, tarefas nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica, conforme contrato de PTTC, devendo ser observados os seguintes critérios gerais, eliminatórios, para a seleção desses profissionais:

I - idoneidade moral e reputação ilibada; e

II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com a tarefa para a qual tenha sido indicado (BRASIL, 2020a, n. p.).

Podemos inferir que a mudança de escopo, abdicando da sua proposta inicial de criar um Colégio Militar em cada Unidade da Federação nos dois primeiros anos de mandato à frente da Presidência da República (2019/2020), pode ter sido por duas questões principais: em primeiro lugar porque a tramitação envolvendo a criação de um Colégio Militar é um processo mais burocrático, moroso e não depende exclusivamente da vontade do Presidente da República, pois, para que a proposta seja concretizada, dependerá também do aval das corporações; outra questão que pode ter sido decisiva no processo de escolha do modelo de uma escola militarizada a ser implantada em sua gestão, pode dizer respeito ao disparate orçamentário envolvendo os dois modelos, tendo em vista que a implementação dos Colégios Militares é muito mais dispendioso do que das escolas cívico-militares.

Durante um café da manhã realizado em 11 de julho de 2019, com profissionais da imprensa, o MEC, por meio de seu então Ministro da Educação Abraham Weintraub e o Secretário de Educação Básica, Jânio Macedo, apresentou uma carta-compromisso intitulada “Compromisso Nacional pela Educação Básica” (MEC FIRMA..., 2019).

Em linhas gerais, o documento sela compromisso do MEC com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), corresponsáveis pela autoria. O Compromisso Nacional pela Educação Básica determina que “até 2030, o Brasil será referência em Educação Básica na América Latina” (BRASIL, [2019?], p. 2). Para que essa complexa proposta concretize-se, o MEC pretende “implementar políticas de Estado para melhoria da qualidade da Educação Básica, com foco em acesso, permanência, aprendizagem e equidade”, bem como “implementar política de Estado para valorização e qualificação dos docentes e demais profissionais da educação” (BRASIL, [2019?], p. 3).

Referente à Educação Infantil, o Compromisso Nacional pela Educação Básica pretende reestruturar o Pró-Infância; implementar parâmetros de qualidade da Educação Infantil. Com relação ao Ensino Fundamental, são apresentadas intenções de formular políticas que visem a correção de fluxo escolar (idade-série correta); promover uma revisão para a continuidade do Programa Mais Educação. Já para o Ensino Médio, uma das propostas é apoiar a implementação do Novo Ensino Médio; promover a sustentabilidade e a continuidade da política de Ensino Médio em Tempo Integral. Outras propostas de programas e ações são apresentadas em seções

denominadas “Docentes” e “Projetos Transversais”, que abarcam a Implantação da Escola Cívico-Militar, seu fomento e fortalecimento (BRASIL, [2019?]).

Como a militarização da educação brasileira é uma das principais plataformas de governo da gestão de Jair Bolsonaro, é evidente que o documento daria um pouco mais de enfoque a essa política pública. O Compromisso Nacional pela Educação Básica, nas páginas 29 e 30 (BRASIL, [2019?], p. 29-30), apresenta seção denominada “Implantação da Escola Cívico-Militar”, explicita, sem apresentar a fonte dos dados, um gráfico comparativo da média nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos níveis de ensino Fundamental e Médio. No gráfico são apresentados resultados do Ideb no período de 2005 a 2017, comparando os resultados dos Colégios Militares, das Escolas Cívico-Militares (ECM) e das Escolas Civas. Os resultados mostram uma média sempre maior dos Colégios Militares em todas as edições do Ideb, seguidos das Escolas Cívico-Militares e, com uma nota menor, vêm as notas das Escolas Civas. Após a exposição desses dados, a gestão de Jair Bolsonaro estabelece como meta “aproximar e igualar, progressivamente, o Ideb das Escolas Públicas do Ensino Básico ao Ideb dos Colégios Militares” (BRASIL, [2019?], p. 29).

À guisa de conclusão, é apresentada a proposta de fomento às Escolas Cívico-Militares, implantando “[...] anualmente, 27 ECM (1 por estado), totalizando 108 escolas até 2023”, bem como ações de fomento ao programa, que pretende “fortalecer, anualmente, 28 ECM (1 por estado), totalizando 112 escolas até 2023”, “atendendo, aproximadamente, 112 mil alunos”. Segundo as informações que constam no documento, “atualmente, existem 203 ECM no Brasil em 23 estados e no DF (192 mil alunos)” (BRASIL, [2019?], p. 30). Mais adiante, em 5 de setembro de 2019, por ocasião do lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), por meio do Decreto Presidencial n.º 10.004, quando o escopo do programa foi redefinido, passando a almejar a implantação de “[...] 216 Escolas Cívico-Militares (Ecm) até 2023, sendo 54 Ecm por ano” (BRASIL, 2020b, n. p.).

Parece-nos um equívoco estabelecer uma comparação de resultados objetivos entre escolas com modelos completamente diferentes sem considerar os demais fatores intervenientes. É fato que a educação brasileira, de forma geral, carece de políticas públicas que promovam ampla condição de acesso e permanência dos cidadãos e das cidadãs em uma escola laica, pública, que promova a diversidade, gratuita e de qualidade. Por diversas vezes, a gestão de Jair Bolsonaro estabelece uma comparação de resultados entre Escolas Civas e Colégios Militares, tomando como

base somente os indicadores de avaliações externas como o Ideb e o Pisa. Inclusive, foram utilizados os índices dos Colégios Militares para respaldar a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), outro equívoco, tendo em vista que os Colégios Militares têm uma proposta totalmente diferente das civis.

Antes de propor uma comparação de uma avaliação externa (Pisa), em que é pressuposto que os estudantes de 15 anos tenham terminado a escolaridade básica, os proponentes dessa comparação deveriam cotejar as condições de cada modelo. De um lado, temos a escola pública civil com sérios problemas de infraestrutura, tais como falta de coleta de esgoto, falta de banheiros, de água potável, de fornecimento de energia, de abastecimento de água e muitos outros; investimento financeiro menor por parte do Estado; professores muitas vezes sem plano de carreira e recebendo um salário abaixo do piso nacional; falta de investimento em infraestrutura; acesso e acolhimento às pessoas com deficiência de acordo com a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015a); por fim, a democratização do acesso e permanência nas escolas públicas, de acordo com a Lei n.º 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que reza sobre, por exemplo, em seu artigo 3.º, inciso I, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, n. p.). Por outro lado, temos os Colégios Militares que serviram de referencial para a criação do Pecim e de elemento de comparação para se determinar a qualidade de ensino almejada pela gestão de Jair Bolsonaro. Com relação à infraestrutura, geralmente são muito superiores às escolas civis, como mostra a previsão de construção do Colégio Militar de São Paulo, 14.^a unidade que integra o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).

O [Colégio Militar de São Paulo] CMSP está sendo construído em uma área de 82 mil e 500 metros quadrados, no Campo de Marte, Zona Norte de São Paulo (SP). O colégio contará com dois pavilhões de salas de aula, um para o Ensino Fundamental e outro para o Ensino Médio. Também serão construídos campo de futebol com pista de atletismo, parque aquático, ginásio de esportes, auditório com capacidade para 300 pessoas, salas de judô e esgrima, refeitório e pátio de formatura (CMSE, 2020, n. p.).

Queiroz (2021) cita um estudo de Vinha *et al.* (2021, no prelo) que apresenta dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, comparando o custo-aluno nas escolas públicas ao valor de R\$ 6 mil reais por ano, em média, enquanto o custo-aluno nos Colégios Militares atinge o valor de R\$ 19 mil reais por ano em média. Diante desse panorama em que constatamos uma diferença de investimento

acima de três vezes o valor por aluno/ano dos Colégios Militares em detrimento dos alunos das escolas civis públicas, parece-nos correto inferir que tal diferença reverbera, significativamente, na qualidade do processo educacional em favor dos estudantes com mais investimento e em desfavor daqueles com menos investimento.

Com relação à questão salarial dos Militares em uma Escola Cívico-Militar, Marques (2021) assina matéria do Jornal o Estado de São Paulo exaltando esse disparate.

Militares da reserva de Marinha e Aeronáutica têm, além da renda de inativos, média de R\$ 4.130 para atuar nas escolas, segundo dados obtidos pelo Estadão via Lei de Acesso à Informação. O Exército não informou. Patentes mais altas, como as de coronel e capitão, chegam a ter R\$ 7 mil por mês em adicional. O bônus de 30% incide sobre a renda bruta que, nesses casos, supera R\$ 20 mil. E há benefícios: férias, auxílio-alimentação e gratificação natalina (MARQUES, 2021, n. p.).

Em contrapartida, a autora apresenta a realidade dos professores das escolas públicas civis.

Professores do Brasil têm os salários iniciais mais baixos de 40 países avaliados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O piso é de R\$ 2.886 e o salário médio bruto, de R\$ 4.040, segundo dados do MEC. Especialistas criticam a prioridade a militares, e não a educadores. Já diretores de colégios escolhidos elogiam o silêncio nas escolas com a vinda dos oficiais e celebram verbas que não vinham antes, para contratar profissionais, como coordenadores pedagógicos, e reformas (MARQUES, 2021, n. p.).

Já os alunos são obrigados a comprar os fardamentos necessários para o cumprimento do que preconiza o manual. Além da aquisição dos uniformes, as famílias são fortemente induzidas a contribuir, “voluntariamente”, com a escola, valor esse que chega a aproximadamente R\$ 150,00 reais por mês.

Quanto à inclusão de estudantes com deficiência, seu ingresso está regulamentado por meio da Portaria do Comandante do Exército n.º 1.507, de 15 de dezembro de 2014, artigo 7.º, que

[...] trata da implantação do Projeto Educação Inclusiva no [Sistema Colégio Militar do Brasil] SCMB, a cada ano de realização do [Concurso de Admissão] CA, serão reservadas vagas destinadas a candidatos com deficiências, levando-se em consideração o quantitativo de vagas oferecidas para cada um dos Colégios Militares discriminados na Portaria que aprova o Calendário Anual do CA (BRASIL, 2021a, n. p.).

Portanto, para que um estudante possa ingressar em um Colégio Militar, é necessário que ele participe de um Concurso de Admissão (CA) que, de acordo com o edital n.º 1, de 3 de agosto de 2021, que regulamenta o processo seletivo de admissão 2021/2022 aos Colégios Militares, possui três etapas, sendo a primeira o Exame Intelectual (EI), depois uma Revisão Médica e Odontológica (RMO) e na sequência a Comprovação dos Requisitos Biográficos (CRB), sendo que todas as etapas são de caráter eliminatório (BRASIL, 2021a).

Merecem destaque os artigos 71, 72 e 73, do citado edital, que tratam da etapa referente à Revisão Médica e Odontológica (RMO) do Concurso de Admissão (CA):

Art. 71. Para a revisão médica e odontológica, o candidato convocado deverá se apresentar portando a Caderneta de Vacinação em dia, para verificação, bem como os resultados e os laudos dos exames complementares abaixo citados, com data de realização de, no máximo, 2 (dois) meses antes do último dia previsto no Calendário Anual do Concurso para a execução dessa etapa. A realização desses exames será encargo do próprio candidato e de seu responsável legal: I - radiografia do tórax; II - glicose; III - hemograma completo, tipagem sanguínea e fator RH; IV - sumário de urina (EAS) e parasitologia de fezes (EPF); V - eletrocardiograma (ECG); e VI – exame clínico e odontológico. Parágrafo único. O candidato com deficiência deverá, obrigatoriamente, ser avaliado por uma equipe multidisciplinar, conforme o previsto nas Normas para o Ingresso de candidatos com deficiência nos CM integrantes do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército n.º 98, de 13 de fevereiro de 2015. Art. 72. O candidato com deficiência física, sensorial, intelectual e com transtornos globais de desenvolvimento deverá apresentar, além dos exames citados no art. 71, laudos complementares para avaliação da Equipe Multidisciplinar, conforme a sua situação individual. Art. 73. Quando for o caso, o Médico Atendente da Organização Militar (OM), o Médico Perito solicitado às respectivas RM e a Equipe Multidisciplinar poderão solicitar ao candidato outro(s) exame(s) complementar(es) que julgarem necessário(s), cuja realização será, também, de responsabilidade do próprio candidato e de seu responsável legal (BRASIL, 2021a, n. p.).

Diante dos pontos levantados, podemos concluir que a realização de um concurso de admissão para ingresso nos Colégios Militares e Cívico-Militares auxilia na sustentação dessa tão decantada qualidade na educação com base nos resultados das avaliações externas. Os mecanismos aqui apresentados contribuem para a promoção de um modelo de escola que exclui os mais pobres; conseqüentemente, acreditamos que tal medida venha atrelada a um possível branqueamento de seu público.

8.4 Linha do tempo do Pecim

Como apresentado anteriormente, a gestão de Jair Bolsonaro, inicialmente, preconizava a criação de um Colégio Militar em cada estado brasileiro até o ano de 2020. Seu discurso era pautado na escola militar e não militarizada. Sua proposta de militarização das escolas adquiriu grande repercussão, acirrando a dicotomia entre os simpatizantes desse modelo de gestão escolar, simpatia essa que muitas vezes se associa mais a uma defesa incondicional da gestão de Jair Bolsonaro em contraposição àqueles que condenam e rechaçam o modelo de gestão, tanto militar quanto cívico-militar.

A proposta começou a ganhar materialidade com a promulgação do Decreto Federal n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019, que aprovou a reestruturação do Ministério da Educação. O citado decreto cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, subordinada à Secretaria de Educação Básica. Na sequência, o documento determina, em sua Seção II, que trata dos órgãos específicos singulares, no artigo 11, quais são as competências da Educação Básica. Especificamente às Escolas Cívico-Militares, compete a Educação Básica:

XVI - promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital tendo como base a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotada por colégios militares do Exército, Polícias e Bombeiros Militares (BRASIL, 2019a, n. p.).

Com relação às competências da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, o Decreto Federal n.º 9.465/19, em seu artigo 16, determina:

- I - criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens;
- II - propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio;
- III - promover, progressivamente, a adesão ao modelo de escola de alto nível às escolas estaduais e municipais, mediante adesão voluntária dos entes federados, atendendo, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade social;
- IV - fomentar junto às redes de ensino e instituições formadoras novos modelos de gestão, visando a alcançar os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação;
- V - implementar um projeto nacional a partir da integração e parceria com entidades civis e órgãos governamentais em todos os níveis;
- VI - promover a concepção de escolas cívico-militares, com base em requisitos técnicos e pedagógicos;
- VII - realizar, em parceria com as redes de ensino, a avaliação das demandas dos pedidos de manutenção, conservação e reformas das futuras instalações das escolas cívico-militares;

- VIII - fomentar e incentivar a participação social na melhoria da infraestrutura das escolas cívico-militares;
- IX - propor, desenvolver e acompanhar o sistema de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades das escolas cívico-militares;
- X - propor, desenvolver e acompanhar estudos para aprimoramento da organização técnico-pedagógica do ensino das escolas cívico-militares;
- XI - desenvolver e avaliar tecnologias voltadas ao planejamento e às boas práticas gerenciais das escolas cívico-militares;
- XII - propor, desenvolver e articular a autoria e o desenho instrucional de cursos de capacitação, em colaboração com as diretorias da Secretaria; e
- XIII - propor e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de controle dos projetos de cursos, gestão e formação continuada de gestores, técnicos, docentes, monitores, parceiros estratégicos e demais profissionais envolvidos nos diferentes processos em colaboração com as diretorias da Secretaria (BRASIL, 2019a, n. p.).

Projetando a implementação de políticas públicas educacionais, visando à ampliação do modelo cívico-militar de gestão escolar nas escolas públicas, foi instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) por meio do Decreto n.º 10.004, de 5 de setembro de 2019, documento esse que apresenta todas as diretrizes pertinentes ao Pecim (BRASIL, 2019c). Vale ressaltar que o modelo citado não é uma novidade, tendo em vista que, de acordo com o então Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Jânio Carlos Endo Macedo, até a data de lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), em 5 de setembro de 2019, o Brasil possuía 203 escolas, instaladas em 23 Unidades da Federação sendo geridas nesse modelo, mas sem a denominação de Cívico-Militar (BOLSONARO..., 2019a).

Após a fala de Jânio Macedo, Secretário de Educação Básica do MEC, Abraham Weintraub, então Ministro da Educação, foi convidado para fazer seu pronunciamento.

Esse momento que a gente passou no Brasil, de breu, de escuridão, de trevas. A ameaça de a gente afundar no totalitarismo. É um momento que faz a gente refletir profundamente. Eu pessoalmente até perdoaria essas pessoas que conduziram o Brasil a essa catástrofe, mas quando eu vi que se tratava de a próxima geração da família deles explorar os meus filhos e netos, eu falei “Não, aí não! Meus filhos e meus netos não! Chega!” [...] Eu tive o privilégio de participar da elaboração do plano de governo. Ao longo do plano de governo a gente colocou várias ações e nos comprometemos a lançá-las ao longo do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Em alguns momentos da vida a gente vai corrigindo o plano de ação, [pois] algumas coisas dão mais certo, outras coisas dão mais errado. A Escola Cívico-Militar tem que ser mais estimulada pois ela já está dando muito certo. E por isso... eu não quero parafrasear uma pessoa que já foi presidente do Brasil. A gente tinha uma meta e sabíamos qual era a meta, 108 escolas, e a gente já lança o programa com o dobro da meta, 216 [escolas], mas presidente, eu espero que o senhor, ainda como presidente, vá entregar este país com pelo menos 10% das escolas do Brasil [no modelo] Cívico-Militares. Porque ele [o Pecim] vai ser um pilar junto com o resgate dos nossos valores, brasileiros, da família, [e] que nunca mais, nunca mais, um regime totalitário tente ser implantado no Brasil. Nunca mais! Nunca mais nós tenhamos uma ideologia externa tentando ser imposta aos brasileiros. Nunca mais um presidente de outro

país questione a soberania deste país. Nunca mais a gente esqueça que essa bandeira verde e amarela nunca será vermelha (BOLSONARO..., 2019a, 23 min 46 s).

Fechando a sequência de pronunciamentos, a oportunidade de falar foi passada ao Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

[...] Eu vejo aqui à minha esquerda a garotada da Escola Estadual da Polícia Militar de Goiás, lá de Anápolis. Me desculpem, quando se olha para o semblante deles e olha para o semblante da garotada em outras escolas a gente nota uma diferença, não há aqui qualquer ideia de descriminalização. Pelo amor de Deus, vamos fugir do politicamente correto e cair na real. É um semblante diferente. O que que vem na cabeça minha, com toda certeza, e de todos vocês, do futuro dessa garotada? Que eles terão futuro. E a cada um ao lutar por si, pelo seu conhecimento que é intransferível, através dos somatórios de pessoas como essa garotada que está aqui, fazer um Brasil diferente. O que nos tira da miséria e da pobreza, da ignorância, obviamente, é o conhecimento.

E o que aconteceu com o ensino no Brasil ao longo das últimas décadas? Democratizou-se o ensino. É igual um candidato à PGR, que tem vários, que talvez eu decida hoje à tarde o nome deles, não vou citar o nome porque.... Eu vi lá que uma de suas bandeiras era democratizar a Polícia Militar! Não dá! Não dá! Queremos uma Polícia Militar eficiente e que realmente cumpra o seu objetivo, mas falar em democracia para a Polícia Militar. Como é que ele vai tratar um sequestrador? Um narcotraficante? Mas, tudo bem! (BOLSONARO..., 2019a, 36 min 34 s).

Acreditamos que o Presidente da República Jair Bolsonaro, em parte de seu discurso, manifesta a democratização da educação brasileira como um problema nas últimas décadas. Ao fazer tal afirmação, Jair Bolsonaro flerta com o autoritarismo, característica muito presente em suas falas e ações ao longo de sua carreira política.

[...] E por que que a tendência nessas escolas militarizadas é dar certo? Sem querer desmerecer ou dizer que as outras não dão certo, também dão certo, mas uma taxa muito maior nas militarizadas. Por quê? Tem disciplina.

Eu vi outro dia uma ação do MP, prezado João, o MP decidindo que tal colégio militarizado no Brasil o diretor não poderia falar em corte de cabelo para os meninos. Descobriu, esse MP que o problema educacional naquela escola era isso. Não tem cabimento isso daí. Respeitamos a independência das instituições brasileiras mas isso é uma ingerência (BOLSONARO..., 2019a, 39 min 6 s).

Mais um ponto do discurso que merece destaque ao manifestar que respeita a independência das instituições, mas acusa o Ministério Público (MP) de ingerência. Portanto, acreditamos que o fato de um político, que exerce o cargo mais importante do Executivo do Brasil, acusar uma instituição da importância do MP, então, por sua vez, já é considerado um desrespeito à Instituição.

[...] Queremos fazer, no Campo de Marte de São Paulo, o maior colégio militar do Brasil. Queremos fazer mais ainda, o grande problema é o que vocês sabem, é orçamentário, mas com toda certeza esse, de São Paulo, pelo estado em que se encontra e pela ajuda empresarial que teremos, que me ofereceram recursos durante a campanha e eu não aceitei, e eu falei que queria o recurso depois da campanha, em forma de doação, para fazermos esse Colégio Militar em São Paulo, onde eu quero botar lá, Ibaneis, o filho de rico e de pobre. Não é aquele papinho demagogo: só filho de pobre, só filho de tal cor, não é isso, é para todo o mundo. Nós queremos integrar, botar na cabeça de toda essa garotada a importância dos valores cívico-militares como tínhamos há pouco, no governo militar, sobre educação moral e cívica, sobre o respeito à bandeira, botar na cabeça dele que ele tem que entender que a Amazônia é nossa, não aceitar provocações. E, por outro lado, também se preocupar com essas provocações de um outro líder mundial achando que aquele mar verde mais ao norte não pertence a nós, pertence sim (BOLSONARO..., 2019a, 40 min 40 s).

Após afirmar que o Colégio Militar em São Paulo seria para todos, filhos de ricos e pobres, e que sua fala não era um “papinho demagogo”, acreditamos que seu discurso tem caráter populista e que tal proposta não passa da mais pura demagogia, tendo em vista que o processo de ingresso e permanência nos Colégios Militares e nas Escolas Cívico-Militares é muito complexo e difícil, principalmente para as camadas mais carentes da população.

Outra manifestação corriqueira nos discursos de Jair Bolsonaro remonta com satisfação ao período dos governos militares, outras tantas vezes, ao período da ditadura militar, expressão essa rechaçada por ele. Tal postura nos remete a um conjunto de características permeadas pelo reacionarismo.

[...] E a ideia do nosso Ministro da Educação, da Escola Cívico-militar, passa por aí, cérebro, me desculpem, nós temos bastante, devemos é trabalhar esses cérebros, como essa garotada de Anápolis que está aqui à minha direita. A esquerda não deu certo em lugar nenhum no mundo, quando me apontar o lugar que deu certo me avisem que eu mudo, e eu começo a gritar “LL” por aí.

Então as escolas, agora, que vêm desse convênio, que temos como exemplo de aproximadamente dez anos, algumas dezenas de escolas no estado de Goiás e Amazonas que estão dando certo, escolas que muitas vezes a aprovação do Enem chega a cem por cento e são gente pobre, alguns filhos de militares, classe média, até filho de gente que tem um melhor poder aquisitivo, mas lá dentro todos são iguais, todos têm que aprender, todos têm responsabilidade.

Estive visitando, há dois anos, uma dessas escolas em Manaus. Um local realmente próximo de um bairro bastante violento e era um período de férias, fui lá e o diretor da escola, com os pais, voluntariamente foram a esse evento. E ali, conversando com os pais, apesar do clima de animosidade que estava na periferia, nenhum pai, nenhuma mãe, mesmo integrando esse clima de forma ativa queria que teu filho saísse de lá e o que ouvi, lá dentro da escola, não era apenas por ser militar mas também, por parte de alguns pais que estavam na vida torta, não queriam nada de errado lá dentro e queriam para os seus filhos uma vida diferente do que ele tinha lá fora.

E hoje esse convênio, essa oportunidade bastante ousada, eu acho, hein!? Dez por cento eu acho bastante ousada, mas espero que dê certo. No segundo mandato? O seu discurso foi de candidato ali, eu percebi. Talvez contigo, a partir de [20]23.

E temos aqui a presença física do nosso governador do DF, o Ibaneis. Parabéns, governador, por esta proposta! Vi que alguns bairros tiveram votação e não aceitaram, me desculpa, não tem que aceitar não, tem que impor. Se aquela garotada não sabe... está na quinta série, está na nona série e na prova do Pisa ele não sabe uma regra de três simples, não sabe interpretar um texto, não responde uma pergunta básica de ciências, me desculpa, não tem que perguntar para o pai irresponsável, nessa questão, se ele quer ou não uma escola com uma, de certa forma, militarização, tem que impor, tem que mudar. Porque nós não queremos que essa garotada cresça e vá ser, no futuro, um dependente, até morrer, de programas sociais do governo (BOLSONARO..., 2019a, 42 min 34 s).

No excerto do discurso de Jair Bolsonaro, em que direciona sua fala a Ibaneis Rocha Barros Junior (MDB), Governador do Distrito Federal, ele mostra-se totalmente autoritário, manifestação essa que fere, inclusive, a proposta de adesão por parte do ente federado para ingressar-se no Pecim que preconiza a realização de uma consulta à comunidade. Portanto, no discurso de lançamento do Pecim, o Presidente da República Jair Bolsonaro defende desconsiderar a vontade da comunidade e impor a implementação de uma gestão cívico-militar em uma escola pública civil. Para culminar, Bolsonaro chama os pais de irresponsáveis por não optarem pela gestão Cívico-Militar.

[...] Se você consegue dar meios para essas pessoas deixarem o programa de forma voluntária, você diminui a despesa obrigatória.

[...]

Nós acreditamos no Brasil. O Brasil vai dar certo. E com essas cabeças que temos aqui à frente, desculpe a brincadeira do colega japonês ali, é descendente de japonês mesmo, ou não? Eu morei no Vale do Ribeira por muitos anos. Na cidade de Registro tem uma grande colônia japonesa. Eu nunca vi um japonês pedindo esmola. Eu não vi ainda um japonês no Bolsa Família. Qual a diferença nossa para eles? Olhe a experiência dos seus antepassados, após a Segunda Guerra Mundial, um país destruído. Olhe o que eles são hoje. Olha o exemplo de Israel. Nascido no final, na verdade, fisicamente, nascido no final da década de 40. Um local onde não tem nada: não tem água potável, não... lá não tem petróleo, não tem terra agricultável e não tem a biodiversidade. Olha o que eles são.

Olha, nós, do Brasil, aqui, temos tudo, general Girão, temos tudo aqui, tudo. Temos até o que nós não sabemos. E olha a situação – como eu sou o presidente, eu sou educado agora, não é? –, a situação complicada que nós nos encontramos.

[...]

Esse projeto é excepcional. Queremos mais gente com o semblante dessa garotada de Anápolis que está aqui do lado. Com toda certeza, acho que pelo que vocês estão tendo no momento, vocês serão, sim, melhores que seus pais. Nós queremos que os nossos filhos sejam melhores do que nós. E passa, colegas aqui do Legislativo, meus amigos do Executivo, pelas medidas que nós tomamos.

[...]

Eu só quero o bem do Brasil (BOLSONARO..., 2019a, 46 min 50 s).

Na sequência da linha do tempo do processo de implementação do Pecim, foi promulgada a Portaria n.º 2.015, de 20 de novembro de 2019, que “regulamenta a implantação do

Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar – Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal”. A portaria traz em seu bojo a determinação de como os entes federados podem manifestar interesse; os modelos de pactuação; explicações sobre como se dará o apoio financeiro e a capacitação do envolvidos; informações de como se dará a implantação e monitoramento do Pecim; os critérios de avaliação do modelo e do programa entre outras informações (BRASIL, 2019d, n. p.).

No dia 30 de dezembro de 2019, foi promulgado o Decreto n.º 10.195 que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”. O Decreto n.º 10.195 revoga o Decreto n.º 9.665, de 2 de janeiro de 2019 e determina uma nova estrutura organizacional para o Ministério da Educação. No citado documento, a proposta das Escolas Cívico-Militares deixa de ser uma Subsecretaria de Fomento para conquistar o status de Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019e, n. p.).

Ao tratar das competências da Secretaria de Educação Básica, no que tange aos aspectos pertinentes às Escolas Cívico-Militares, destacamos uma “sutil” mudança entre o Decreto n.º 9.665 (revogado) e o Decreto n.º 10.195, que entra em vigor.

No Decreto n.º 9.665, artigo 11, a competência da Secretaria de Educação Básica era

XVI - promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital **tendo como base** a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotada por colégios militares do Exército, Polícias e Bombeiros Militares (BRASIL, 2019a, n. p., grifo nosso).

Com relação ao que entrou em vigor, Decreto n.º 10.195, artigo 11, a competência da Secretaria de Educação Básica passou a ser

VIII - fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais, que **adotarão** a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica dos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 2019e, n. p., grifo nosso).

O destaque aqui é para a mudança de termos para determinar a referência de gestão das Escolas Cívico-Militares. No documento revogado, a proposta apresentada era que a gestão das Escolas Cívico-Militares teria como base a gestão dos Colégios Militares. No documento que

entrou em vigor, a redação não determina mais uma gestão baseada na outra, mas crava que as Escolas Cívico-Militares “adotarão” o modelo de gestão dos Colégios Militares.

Por fim, são apresentadas as competências da recém-criada diretoria, a saber:

Art. 15. À Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares compete:

I - formular, coordenar, monitorar e avaliar a implementação de políticas, programas e ações para escolas cívico-militares;

II - formular modelo educacional com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio, em consonância com a legislação educacional vigente;

III - promover o modelo de escola cívico-militar mediante adesão voluntária, que atenda, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade;

IV - estimular a cooperação com os órgãos dos entes federativos e entidades públicas e privadas para a implementação do modelo de escola cívico-militar;

V - incentivar a participação da comunidade escolar nas escolas cívico-militares;

VI - desenvolver e monitorar o sistema de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades das escolas cívico-militares;

VII - elaborar e acompanhar estudos para o aprimoramento das práticas de gestão e de ensino das escolas cívico-militares;

VIII - desenvolver e avaliar tecnologias destinadas ao planejamento e às boas práticas gerenciais das escolas cívico-militares; e

IX - propor e acompanhar a elaboração de cursos de capacitação para atuação em escolas cívico-militares (BRASIL, 2019e, n. p.).

Pensando nas diretrizes regulatórias do Pecim para o ano de 2021, Milton Ribeiro, Ministro da Educação, assina a Portaria n.º 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que “Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares – Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal” (BRASIL, 2020a, n. p.).

No dia 22 de janeiro de 2021, é promulgada a Portaria n.º 40 que altera algumas informações, principalmente referentes a prazos, previstas na Portaria MEC n.º 1.071, com data de 24 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2021b).

Mais recentemente, foi publicada a Portaria n.º 852, de 28 de outubro de 2021, que “regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim)” (BRASIL, 2021c, n. p.). O citado documento apresenta um quadro, que compartilhamos a seguir, contendo os objetivos estratégicos e as iniciativas estratégicas do Pecim.

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos e Iniciativas Estratégicas do Pecim

Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas	
Melhorar a Gestão Escolar – GE	1	Potencializar o trabalho do supervisor escolar (coordenador pedagógico), envidando esforços para que ele receba apoio de um psicopedagogo
	2	Constituir, normatizar, capacitar os conselheiros e zelar pelo funcionamento regular do Conselho Escolar
	3	Possuir quantidade suficiente de professores, gestores e funcionários
Melhorar o Ambiente Escolar – AE	4	Reduzir os índices de violência na escola
	5	Aumentar o nível de satisfação de alunos, profissionais e responsáveis com a escola
	6	Aumentar o percentual de alunos, profissionais e responsáveis que se sentem respeitados na escola
	7	Possuir as dependências/instalações listadas no Marco Desejado
Melhorar as Práticas Pedagógicas – PP	8	Reformular os currículos de acordo com a BNCC
	9	Atingir as metas do Ideb para a escola
	10	Possuir todos os profissionais com formação necessária ao exercício da sua função
	11	Aumentar a qualificação de professores, gestores e funcionários
Melhorar o Aprendizado e o Desempenho Escolar dos Alunos – ADEA	12	Definir e respeitar o efetivo máximo de alunos em todas as salas de aula da escola
	13	Garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos da Educação Especial
	14	Melhorar o aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática
	15	Aumentar a assiduidade e a pontualidade da equipe escolar
	16	Aumentar os índices de aprovação da escola
	17	Diminuir o índice de faltas e reduzir as taxas de abandono e evasão escolar
	18	Elevar as médias da escola no Enem

Fonte: BRASIL (2021c, n. p.).

As informações e objetivos estratégicos determinados para o Pecim carecem de constatação prática, haja vista a necessidade de um maior detalhamento de como tais iniciativas serão materializadas.

8.5 Repercussão da proposta de implementação das Escolas Cívico-Militares

Após o lançamento do Pecim e a propagação do modelo de Escolas Cívico-Militares, o assunto pautou os mais diversos veículos de comunicação. Diante desse panorama, mais uma vez o país viu as discussões transcenderem da esfera educacional para a esfera político-partidária. Para além dos críticos de redes sociais, constatamos uma forte adesão à militarização das escolas por parte de políticos simpatizantes à causa bolsonarista. Como destaque, podemos citar o exemplo de Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior – PSD), governador do estado do Paraná, filho do apresentador Carlos Roberto Massa (Ratinho), simpatizante de Jair Messias Bolsonaro.

Poucos dias depois do lançamento do Pecim, Ratinho Júnior, governador do Paraná, apresentou, em 14 de setembro de 2020, o Projeto de Lei n.º 543/2020 que intencionava instituir o modelo de gestão Cívico-Militar nas escolas do estado. O projeto tramitou em regime de urgência,

em plena pandemia e cuja dinâmica foi realizada por meio de sessões remotas, obtendo sua aprovação 15 dias depois de apresentado, no dia 29 de setembro de 2020. Portanto, a lei decorrente do Projeto de Lei n.º 543/2020 foi sancionada sob o n.º 20.338 em 6 de outubro de 2020 (PARANÁ, 2020).

Vale destacar que as 200 escolas previstas para serem militarizadas, ou seja, passarem a ser geridas nos moldes da gestão Cívico-Militar, não fazem parte do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), implementado pelo governo federal. Trata-se de uma ação própria do governo do estado do Paraná e transformada em lei, inclusive contando somente com dotações orçamentárias próprias.

De acordo com o Projeto de Lei n.º 543/2020, o aporte financeiro anual para o cumprimento da implementação da gestão Cívico-Militar, nas 200 escolas, seria da ordem de R\$ 65.507.907,00, sendo que, desse montante, R\$ 40.300.000,00 gastos com uniformes e R\$ 25.500.000,00 destinados ao pagamento de diárias dos militares (PARANÁ, 2020).

Postura como essa do governo estadual do Paraná tem reverberado em outras regiões do país e acende um sinal de alerta, tendo em vista que alguns entes federados têm adotado, de forma açodada, a proposta de militarizar as escolas. Segundo a professora Dr.^a Catarina de Almeida Santos (Universidade de Brasília), em *live* realizada no dia 25 de maio de 2021, pelo canal oficial da Universidade Federal de Goiânia (UFG), no *Youtube* (EDUCAÇÃO..., 2021), é menos complicado reverter a política de gestão implantada pelo Pecim, pois como se trata de um programa de governo, basta que se mude o Presidente da República e ele seja contrário à proposta. O problema torna-se maior e mais complexo quando os estados, municípios e/ou o Distrito Federal decidem transformar em leis tais iniciativas. Quando isso ocorre, faz-se necessário judicializar o processo, recorrendo, quiçá, até mesmo ao Supremo Tribunal de Federal (STF).

Municípios como Campinas e Sorocaba enfrentaram problemas jurídicos e com a comunidade para a implantação do modelo Cívico-Militar em suas escolas. Em Campinas, o Conselho das Escolas apresentou parecer contrário, posicionamento esse corroborado pelo Conselho da unidade escolar que havia sido escolhida para receber a gestão Cívico-Militar. Já em Sorocaba, a justiça determinou à prefeitura que suspendesse a implementação do Pecim na escola Matheus Maylaski (PORTO, 2020; JUSTIÇA..., 2021).

Dentre as justificativas alegadas pelos defensores do modelo de gestão das Escolas Cívico-Militares, está a questão da segurança. Na tentativa de promover esse modelo de gestão

escolar, embora com indícios de ser excludente e seletiva, seus defensores provocam um pânico moral na população, vendendo o discurso de que o seu modelo de disciplina e a prometida segurança dentro das instituições de ensino promoverão uma significativa melhora na qualidade da educação, ou pelo menos nos indicadores das avaliações externas como Ideb e Pisa.

O Presidente Jair Bolsonaro é um dos propagadores desse discurso, inclusive afirmando que a qualidade das Ecim deve-se ao fato de esse modelo ter a disciplina como um de seus principais pilares, como se nas demais escolas não existisse disciplina. A base desse discurso determinou as falas dos Ministros da Educação que passaram por sua gestão, bem como de seus filhos e seguidores que, somados, ajudam a inculcar na população uma possível fórmula milagrosa para a melhoria da educação brasileira.

É muito comum uma justificativa nessa direção vir acompanhada de um vídeo ou de uma notícia explicitando uma agressão entre estudantes, de estudantes contra professores ou até mesmo de pais contra professores. O acusadores se mostram determinados a manter a discussão na superficialidade, avessos a uma análise mais radicalizada da questão, buscando simplesmente levantar, convenientemente, alguns pontos descontextualizados do todo da Educação, a fim de elencar elementos para respaldar suas teses. Portanto, tomo emprestado as palavras de Viviane Mosé ao se posicionar quanto aos problemas do mundo e da escola:

Apesar de a gente olhar para a educação e pensar sempre na educação como solução, ela não é solução. A nossa eterna frase ao olhar qualquer desafio social: na saúde, no bem-estar, na convivência, no desenvolvimento cognitivo, intelectual, moral, ético... qualquer coisa! Qualquer coisa! A gente diz: “Quem soluciona isso é a educação”. Isso é incorreto. É completamente incorreto. Pelo menos a educação escolar. Então, a educação escolar não pode dar conta dos desafios do mundo porque ela é o mundo (EDUCAÇÃO..., 2018, 2 min 26 s).

Nessa direção, acreditamos que, na educação formal, a escolarização não pode e não conseguirá solucionar os problemas do mundo e nem o mundo solucionará os problemas da escola, tendo em vista que são problemas comuns, pois o mundo e a escola estão consubstanciados. Vivemos em uma sociedade violenta e temos grande parte da população trancada em uma instituição escolar por aproximadamente cinco horas diárias. Em 2020, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, tivemos 47.295.294 pessoas matriculadas na Educação Básica em uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 213.766.933. Aproximadamente um quinto da população está na escola e precisa discutir os temas

contemporâneos de seu interesse. A violência, a violência contra a mulher, a segurança pública, são temas que devem ser discutidos na escola (CRUZ; MONTEIRO, 2021; IBGE, 2021).

A escola é o lugar onde a gente pode discutir o contemporâneo. Porque atravessa o espaço escolar todos os desafios contemporâneos. Então é assim que a gente tem que olhar a escola. Olhar dessa maneira, em vez de imaginar a escola como um espaço idealizado, perfeito, onde nós vamos solucionar os problemas aqui de fora. Como se houvesse um fora! Não existe um fora e um dentro. Não existe a escola e o mundo. O mundo atravessa a escola. Então, todos os desafios que a gente tem hoje aqui fora a gente tem presente na escola (EDUCAÇÃO..., 2018, 4 min 15 s).

A pesquisadora Dr.^a Catarina de Almeida Santos (EDUCAÇÃO..., 2021) aponta outras questões que ampliam nossos olhares, qualificando-nos para uma visão mais apurada sobre a relação entre segurança e a educação formal. Historicamente, buscamos garantir de fato os direitos sociais preconizados no artigo sexto da Constituição Federal de 1988. De acordo com a letra da lei, artigo sexto, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, n. p.).

Vivemos em uma sociedade cujo Estado prevê, mas não prevê com qualidade os direitos sociais preconizados pela Constituição Federal, em tela, o direito à segurança e à educação. Catarina Santos (EDUCAÇÃO..., 2021) nos alerta que o Estado brasileiro, além de não garantir a segurança, de certa forma provoca a violência, principalmente com relação às camadas mais pobres da população. A pretexto de garantir a segurança no âmbito das escolas, a militarização escolar defende a participação dos militares na escola, assumindo sua administração, restando aos civis as ações voltadas para o pedagógico.

E aí quando a gente olha para esse binômio, militarizar escolas para combater a violência, e é muito paradoxal que a gente pense: se a polícia desenvolvesse o papel que ela deveria que era exatamente garantir a segurança para que inclusive a escola pudesse desenvolver o seu processo. Nós não estamos em uma sociedade tranquila com uma escola violenta. Nós estamos em uma sociedade violenta, onde a violência dentro da escola é inclusive menor do que fora dela, e que se ela tivesse, seria consequência porque a escola é uma instituição da nossa sociedade e ela não está imune àquilo que está acontecendo ao seu redor. Só que o índice de violência que nós temos na escola nem se compara, e se está lá, é lógico que a gente pode discutir todas as causas das violências que nós temos mas aquilo que justifica dizer que a polícia vai para lá, que é o combate ao uso de drogas, essas coisas todas, o tráfico. São questões que só chegam na escola porque o Estado, por meio do seu aparato de segurança, não conseguiu desenvolver o seu papel (EDUCAÇÃO..., 2021, 41 min 30 s).

Corroborando o pensamento de Mosé (EDUCAÇÃO..., 2018), a professora Catarina Santos reforçou a relação da segurança dentro e fora do ambiente escolar. À guisa de conclusão de seu raciocínio, ela nos lança um questionamento:

Então, uma primeira questão que a gente pega, pensa nessa perda de direitos, é imaginar: “Olha! Se a polícia foi criada, se o Estado tem todo um aparato para que a polícia garanta a segurança e ela não está conseguindo fazer isso em nenhum espaço da sociedade, porque ela daria conta de lidar com a educação, que é um outro direito, e que o Estado não está dando conta também de garantir as condições para que essa educação aconteça? Mas se a gente for colocar na balança, educação e segurança, nossa segurança está pior do que nossa educação, isso nem se discute (EDUCAÇÃO..., 2021, 42 min 56 s).

Diante das informações levantadas e discutidas, acreditamos que o modelo dos Colégios Militares e das Escolas Cívico-Militar é pautado em um discurso que faz apologia a uma escolarização que prima pela coerção e pelo autoritarismo, camuflados sob o manto de uma suposta disciplina. Com o pretexto de uma melhoria da qualidade de ensino, a gestão Cívico-Militar enforma os estudantes, moldando e dominando seus corpos, alijando-os dos processos decisórios pautados nos preceitos de uma educação democrática. Desde o ingresso no âmbito escolar até a saída, seja por uma formatura ou até mesmo porque foram convidados a sair por não acompanharem as incontáveis exigências, o espectro da meritocracia impera no ambiente escolar. Isso sem levar em consideração que trata-se de estudantes advindos de famílias com referenciais diferentes e não da família tradicional, tão apregoada pelo bolsonarismo. Os estudantes apresentam uma estrutura socioeconômica e cultural consubstanciada em valores e crenças diferentes e que, na maioria das vezes, são desconsiderados.

Não se trata, portanto, de um modelo de gestão que se importa com as pessoas com deficiência, com as camadas mais populares da população ou com aqueles que necessitam de um acompanhamento pedagógico especial. Utilizando-se dessa postura, as Escolas Cívico-Militares expulsam para as escolas vizinhas os estudantes que não se adaptam por qualquer motivo, seja ele disciplinar, cultural, econômico, dentre outros.

Portanto, com base na exposição anterior, cremos que a gestão Cívico-Militar e seus defensores coadunam com os mesmos princípios, valores e fundamentos ideológicos.

8.6 Políticas de Alfabetização no governo de Jair Bolsonaro

A política de alfabetização sempre foi alvo de Jair Bolsonaro e seus correligionários, seja em fortes ataques à pessoa e à obra de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, ou a uma suposta ideologização feita pelos professores da educação básica e superior. Portanto, o governo de Jair Bolsonaro, desde os primeiros dias, centrou suas forças na tentativa de mudar a estrutura que estava estruturada por governos anteriores.

Nos primeiros dias de governo, por meio de uma rede social (*Twitter*), o Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de janeiro de 2019, às 18h51, divulgou:

Ministro da Educação desmonta secretaria de diversidade e cria pasta de alfabetização. Formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho. O foco oposto de governos anteriores, que propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de dominação socialista (BOLSONARO, 2019b, n. p.).

O Ministério da Educação (MEC) sofreu alterações em sua estrutura, de acordo com o decreto n.º 9.665⁴⁵, de 2 de janeiro de 2019, decreto esse que revoga o de n.º 9.005, de 14 de março de 2017, sendo extintas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Social (Secadi) e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). Em contrapartida, foram criadas: a Secretaria de Alfabetização (Sealf); a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares; a Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e a Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras. Tais mudanças vão ao encontro das propostas de campanha de Bolsonaro (BRASIL, 2019f).

De acordo com o MEC, a Secretaria de Alfabetização (Sealf) é composta por três diretorias: a Diretoria de Alfabetização Baseada em Evidência (Dabe), a Diretoria de Suporte Estratégico à Alfabetização (DSEA) e a Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores (DCFP); mais especificamente, a alfabetização ganhou o status e a estrutura de uma Secretaria exclusiva.

⁴⁵ Este decreto foi erroneamente publicado com seu número errado. No diário oficial será encontrado como sendo de número 9.465 em vez de 9.665. Confira a retificação publicada.

RETIFICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de 2 de janeiro de 2019, Edição Extra B, Seção 1, página 6.)

Na epígrafe, onde se lê: Decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019, leia-se: Decreto n.º 9.665, de 2 de janeiro de 2019.

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - E - 2/1/2019, Página 64 (Publicação Original)

No dia 23 de janeiro de 2019, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, apresentou, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, um documento contendo as 35 metas definidas como prioritárias para os 100 primeiros dias de gestão do governo de Jair Bolsonaro. Embora membros do governo e o próprio presidente tenham apregoado, de forma retumbante, que a reforma da Previdência seria “prioridade zero” desse governo, ela não fazia parte do documento. Segundo Onyx, o fato de a proposta de reforma da previdência não estar explicitada no documento de prioridade para os primeiros 100 dias seria relativo à estratégia adotada pelo governo para conseguir sua aprovação (WETERMAN; TOMAZELLI; MONTEIRO, 2019).

Como meta do Ministério da Educação, o documento apresenta a ação 12, intitulada “Alfabetização Acima de Tudo”, que traz em seu bojo a proposta de lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para a alfabetização, com a proposição de um método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas (BRASIL, 2019g, OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2020).

O programa intitulado “Alfabetização Acima de Tudo” foi a única ação determinada para o MEC no pacote de metas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo, na seção pertinente à pasta. Conforme levantado anteriormente, na gestão de Jair Bolsonaro, a alfabetização ganhou uma secretaria própria e foi escolhido, como titular da pasta, o advogado Carlos Francisco de Paula Nadalim. Além da graduação em direito, Nadalim é mestre em Educação e possui duas especializações, uma em História e Teorias da Arte e outra em Filosofia Moderna e Contemporânea.

Carlos Nadalim possui um blog e um canal na plataforma *YouTube* nomeado “Como Educar seus Filhos”. Defensor do método fônico no processo de alfabetização, Nadalim é um crítico de autores renomados como Magda Soares, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e de Paulo Freire, pedagogo brasileiro mais reconhecido da história do Brasil (PASSARELLI, 2019). Outra característica de Carlos Nadalim talvez tenha sido o fiel da balança para que se tornasse o Secretário de Alfabetização do MEC; Nadalim é um dos nomes da proclamada ‘ala olavista’, composta pelas indicações e/ou pelos alunos, ex-alunos, seguidores e simpatizantes dos pensamentos do autor e filósofo Olavo de Carvalho.

De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), o índice de analfabetos funcionais caiu de 40% para 30% em 20 anos (INAF, [2018?]a). Apesar desses dados, Carlos Nadalim acredita que as principais causas do analfabetismo funcional no Brasil relacionam-se aos

métodos de ensino no processo de alfabetização. Segundo ele, até a gestão de Jair Bolsonaro, as diretrizes do MEC privilegiavam métodos de ensino construtivistas em detrimento do método fônico, este defendido por ele como a solução para o problema apresentado (BASÍLIO, 2019).

Vale destacar alguns dados de 2018, apresentados pelo Inaf, que nos ajudam e nos permitem inferir quem são os mais atingidos pelo analfabetismo funcional. O índice é aferido tomando-se como referencial quatro habilidades, a saber:

Localização: capacidade de identificar no texto uma ou múltiplas informações expressas de modo literal ou não;
 Integração: capacidade de comparar, ordenar ou estabelecer outros nexos lógicos entre dois ou mais elementos;
 Avaliação: aportar informação extratextual para confrontar com informação textual ou emitir parecer sobre ela;
 Elaboração: capacidade de elaborar, criar ou recriar textos e resolver problemas com base em elementos textuais (INAF, [2018?]b, n. p.).

Com relação aos níveis de alfabetismo funcional, são apresentadas cinco classificações diferentes: analfabeto funcional, nível analfabeto; analfabeto funcional, nível rudimentar; funcionalmente alfabetizado, nível elementar; funcionalmente alfabetizado, nível intermediário; e funcionalmente alfabetizado, nível proficiente. Na expectativa de traçar um perfil desse público, por meio dos dados divulgados no sítio do Inaf, podemos determinar que daqueles que se encontram no nível 1, analfabeto funcional, nível analfabeto, 10,77% são pretos/negros, 6,66% são pardos e 4,29% são brancos. Integram esse nível 8% da população brasileira entre 15 e 64 anos. 82% das pessoas sem escolaridade estão no nível 1; 3% dos analfabetos que alcançaram o Ensino Médio; 48% dos analfabetos vivem com renda familiar de até 1 salário mínimo; 72% vivem no interior, 28% moram em capitais ou na periferia dos grandes centros; 46% trabalham, 19% são donas de casa e 14% estão desempregados (INAF, [2018?]b).

Encontram-se no nível 2, analfabeto funcional, nível rudimentar, 22% da população brasileira; desse percentual, 24,1% são pretos/negros, 22,85% são pardos e 18,57% são brancos. Destacando alguns dados sobre o nível rudimentar de alfabetismo funcional: 54% dos que têm até o 5.º ano estão no nível rudimentar; 3% dos que apresentam esse mesmo nível chegaram à faculdade; 48% afirmam trabalhar, entre os indivíduos que têm alfabetismo rudimentar; 53% acessaram a internet pelo menos uma vez ao longo dos três meses anteriores à pesquisa; e 80% possuem celular, entre os indivíduos posicionados no nível rudimentar de alfabetismo (INAF, [2018?]b).

O nível 3, considerado elementar, possui um público funcionalmente alfabetizado totalizando, segundo o Inaf ([2018?]b), 34% da população brasileira com o seguinte perfil: 34,36% são pretos/negros; 36,74% são pardos; e 31,75% são brancos. Analisando a população do nível elementar de alfabetismo funcional, constatou-se que 49% chegam ao Ensino Médio; 13% alcançam a Educação Superior; 66% são negros, entre os indivíduos alfabetizados funcionalmente no nível elementar; 83%, no nível elementar, declaram viver com renda familiar de até 5 salários mínimos; e 55% vivem no interior, entre os indivíduos alfabetizados funcionalmente no nível elementar.

Outros 25% da população brasileira de 15 a 64 anos encontram-se no quarto nível, considerado intermediário, classificando um público funcionalmente alfabetizado. Com relação à classificação por raça/cor, o público desse nível apresenta um total de 24,62% de pretos/negros, 23,42% de pardos e 27,46% de brancos. Do público constante nessa classificação, 33% têm entre 15 e 24 anos; 33% chegam ao Ensino Médio; 52% são mulheres; 86% têm até 49 anos; e 48% vivem no Sudeste, enquanto apenas 16% moram no Centro-oeste ou no Norte (INAF, [2018?]b).

A título de conclusão, são apresentadas informações sobre o nível 5, considerado como nível proficiente e composto por um público funcionalmente alfabetizado. Integram esse nível, 12% da população brasileira entre 15 e 64 anos, desse montante, 6,15% são pretos/negros, 10,33% são pardos e 17,94% são brancos. Com relação ao público do nível proficiente de alfabetismo funcional, o Inaf ([2018?]b) determina que, a partir dos dados levantados, 50% dos proficientes alcançaram a Educação Superior; 53% dos indivíduos proficientes são mulheres; 62% dos proficientes são jovens entre 15 e 34 anos, enquanto apenas 10% têm 50 anos ou mais; 68% dos proficientes declaram ter renda familiar de até 5 salários mínimos; e 71% dos proficientes declaram estar empregados.

Embora a exposição dos dados do Inaf ([2018?]a) tenha ficado um pouco alongada, acreditamos ser essencial para justificar um argumento incipiente de que a solução para o analfabetismo no Brasil transcende a mera mudança de método de ensino na fase de alfabetização. Acreditamos que o discurso de que determinado método de ensino está baseado em evidências científicas, por si só não o qualifica para resolver um problema sério e histórico no país. Os estudos do Inaf ([2018?]a) apresentam um perfil de analfabeto funcional: trata-se de um cidadão ou cidadã com idade entre 35 e 64 anos, preto/negro ou pardo, pobre, que vive nas regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste, morador de um município do interior com população estimada entre 20 e 100

mil habitantes. Acreditamos que a elaboração de um perfil para o analfabeto funcional do Brasil proporciona ao Estado mecanismos para o devido diagnóstico, estudo e posterior implementação de políticas públicas – não só na área da educação, pois as necessidades educacionais são interdependentes de outros direitos sociais – para minimizar esse problema no país (INAF, [2018?]a). Por fim, cabe ressaltar que a discussão acerca do processo de alfabetização e seus respectivos métodos de ensino não é uma exclusividade da gestão de Jair Bolsonaro. A alfabetização é uma área da educação que vem sendo muito pesquisada e discutida nos últimos anos, sem que se tenha chegado a um consenso em termos de escolher um método único. O que parece consensual entre os pesquisadores é justamente a falta de um consenso em determinar um só caminho metodológico e a possibilidade de apresentar aos professores e às professoras do Brasil a possibilidade de trabalhar com diferentes métodos de ensino. Em se tratando da defesa de determinado método por parte de um governo de Estado, consideramos prudente dar espaço para o contraditório, tendo em vista tratar-se do início da escolarização de grande parte da população brasileira.

Já no início da gestão, e após uma sucessão de polêmicas envolvendo os posicionamentos de Ricardo Vélez, Ministro da Educação, eis que é chegada a hora de mais um grande desafio. Atendendo a uma convocação feita pelo Senador Dário Berger (MDB-SC), o Ministro da Educação compareceu ao Senado Federal no dia 26 de fevereiro de 2019. Na ocasião, Ricardo Vélez prestaria esclarecimentos sobre sua pasta diante da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que realizava sua 3.^a reunião extraordinária, da 1.^a sessão legislativa ordinária, da 56.^a legislatura.

Em seu discurso, Vélez Rodríguez manifestou que o MEC adotaria sete pontos-chaves, dentre os quais estaria uma “Política Nacional de Alfabetização” que seria responsável por estabelecer um “triângulo da Educação”. Segundo ele, “[...] o ensino superior tem precedência orçamentária sobre a educação básica” e a proposta desta gestão é inverter essa lógica, por isso a escolha da “[...] elaboração de uma política nacional de alfabetização como nossa meta prioritária nestes cem primeiros dias de Governo”. Vélez Rodríguez define a alfabetização como sendo a “cesta básica da educação”. Para ele “[...] é preciso aprender primeiro a ler, para depois ler para aprender” e, se esse processo for comprometido, impactará de forma importante nas etapas posteriores de ensino (BRASIL, 2019s, p. 3).

Citando o teor de um documento intitulado “Aprendizagem Infantil: Uma Abordagem da Neurociência, Economia e Psicologia Cognitiva”, elaborado pela Academia Brasileira de Ciências, Vélez Rodríguez afirma que o documento preconiza uma melhora na alfabetização devido ao fato de países como Finlândia, França, Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Israel terem implementado políticas públicas que possuíam “bases nas evidências científicas” (BRASIL, 2019s, p. 4). A narrativa de que as políticas públicas educacionais, na gestão de Jair Bolsonaro, seriam baseadas em evidências científicas, ganharia a tônica dos programas e ações do MEC; isso na tentativa de estabelecer um abismo entre o governo de Jair Bolsonaro e os governos anteriores, como se o contraditório estivesse todo enviesado politicamente e amparado simplesmente pelo senso comum, enquanto a gestão atual estivesse com total respaldo científico.

Após uma reunião que durou aproximadamente quatro horas, o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi liberado dessa que seria sua primeira sabatina a fim de prestar contas a respeito de seus posicionamentos como ministro de Estado e sua gestão frente ao MEC.

O Ministério da Educação se envolveria em mais uma polêmica, dessa vez envolvendo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que funciona no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O Saeb é uma avaliação realizada em larga escala a cada dois anos e seus resultados ajudam a compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), sendo o principal indicador brasileiro de qualidade na educação. Segundo nos informa Saldaña (2019), a edição mais recente do Saeb, em escala federal, ocorreu em 2016, na gestão do então Presidente Michel Temer e a próxima estava prevista para o ano de 2019.

Segundo informações oriundas do Inep, a avaliação de 2019 estava suspensa com o objetivo de permitir que as escolas se adequassem à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como à nova política de alfabetização a ser implementada pelo MEC. A alfabetização é uma das prioridades da gestão Bolsonaro, que aposta no método fônico para resolver esse que é um dos grandes problemas da educação brasileira. A avaliação foi feita em 2014, 2016 e, com a proposta de suspensão, seria realizada novamente só em 2021, deixando um enorme vácuo na análise da alfabetização brasileira (BASÍLIO, 2019).

Diante de mais uma repercussão negativa, o MEC recuou quanto à decisão de deixar de avaliar as crianças de sete anos, em fase de alfabetização, no ano de 2019. De acordo com

Cafardo (2019), o próprio Ministro Vélez Rodríguez foi quem assinou o documento que tornou sem efeito a medida que contrariava a proposta de avaliação.

Apesar de o pedido para suspender as avaliações para as crianças do 2.º ano ter partido de Carlos Nadalim, Secretário de Alfabetização, quem levou a pior e foi exonerado foi Marcus Vinícius Rodrigues, então presidente do Inep. Também foi formalizada a exoneração, a pedido, de Tânia Leme de Almeida, Secretária de Educação Básica do MEC, que não teria sido informada sobre a suspensão das avaliações, mesmo sendo a responsável pela área (SALDAÑA, 2019).

Mais uma grande sabatina estaria por vir. Atendendo à convocação feita pela Câmara dos Deputados, o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, compareceu à sessão para prestar esclarecimentos sobre sua conduta e sua gestão à frente de seu Ministério. A sessão foi realizada no dia 27 de março de 2019 e presidida pelo Deputado Federal Pedro Cunha Lima (PSDB/PB).

Com a palavra, em seu discurso inicial, o então Ministro Vélez Rodríguez usou basicamente o mesmo texto que usara na reunião do Senado no dia 26 de fevereiro. No Senado Federal, o então Ministro Vélez elencou os “sete pontos-chaves” do MEC e, embora tenha usado a mesma apresentação, na reunião da Câmara dos Deputados foram oito pontos, a saber: Política Nacional de Alfabetização; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Educação Básica; Novo Ensino Médio; Ensino Superior; Escolas Cívico-Militares; Educação Especial; e Formação de Professores. Na apresentação no Senado, o ministro mencionou todos esses pontos, exceto aquele que trata da educação superior (BRASIL, 2019h).

A sabatina começou com a palavra concedida ao Deputado Aliel Machado (PSB/PR), que apresentou preâmbulo com dados preocupantes até então. Segundo o deputado, “em menos de 3 meses, há mais de 15 exonerações em cargos estratégicos e importantes e 6 recuos no Ministério da Educação”. Apontou que Marcus Vinícius, após ser exonerado da presidência do Inep “[...] expôs que, em 3 meses de trabalho, não houve sequer uma reunião com a equipe do Ministério”. Destacou a fala do Vice-Presidente da República quando, publicamente, “[...] disse que o Ministério da Educação precisava de um freio de arrumação, pela bagunça lá instalada”. Finalizando sua contextualização, Aliel Machado disse que, na ocasião, o MEC ainda não tinha “[...] o nome do Secretário-Executivo, o segundo cargo mais importante da Pasta, que já foi alterado 3 vezes, em 3 meses de trabalho” (BRASIL, 2019h, p. 6).

Antes de concluir sua fala, o deputado fez algumas interpelações ao ministro da Educação. Aliel Machado perguntou se Vélez Rodríguez teria acesso a números de uma pesquisa citada pelo Presidente Jair Bolsonaro durante uma transmissão ao vivo feita por meio de uma rede social, que foi ao ar no dia 18 de março de 2019. No vídeo, o Presidente Jair Bolsonaro cita o estudo feito com 3 mil crianças de 0 a 3 anos e que havia sido constatado que aquelas que são filhas e filhas de pais beneficiados com o Programa Bolsa Família teriam “desenvolvimento intelectual” mais lento, equivalendo a um terço da média mundial (BRASIL, 2019h).

Vélez Rodríguez inicia sua fala, em resposta ao primeiro bloco de perguntas, afirmando que cometeu erros nos episódios levantados pelos deputados e, novamente, desculpou-se pelos equívocos. No que tange às mudanças constantes no quadro de pessoal do MEC, o ministro afirmou que todas as mudanças feitas são de caráter administrativo. Nesse norte, afirmou que “a última demissão que houve no MEC se deu porque o diretor-presidente do INEP puxou o tapete” (BRASIL, 2019h, p. 10).

Em seu tempo de resposta, o então Ministro Ricardo Vélez não abordou a questão do possível estudo apresentado pelo Presidente Jair Bolsonaro, mas disse que, com relação à Política Nacional de Alfabetização, outro ponto-chave elencado pelo então Ministro Vélez Rodríguez, sua aposta está centrada no professor Carlos Nadalim, que assumiu a recém-criada Secretaria de Alfabetização. Segundo Vélez Rodríguez, Carlos Nadalim “[...] já tem uma proposta concreta para a formação de mestres dos ensinos básico e fundamental na alfabetização”. No entendimento do ministro, “há uma falha na alfabetização, uma falha que vem lá de trás. É possível solucionar isso? É possível. É possível equacionar este problema, ainda que o trem já esteja andando? Sim, é possível”. Partindo desses princípios, o MEC adotará um lema já externado pelo Presidente Jair Bolsonaro: “[...] nenhum brasileiro fica para trás [...]”, experiência essa inspirada em uma proposta implementada em Israel, que defendia que “nenhum cidadão israelense fica[ria] para trás em matéria de ensino”. Vélez ressalta que essa proposta foi bastante estudada e “[...] há 20 anos implantaram a seguinte metodologia: o aluno deficiente é deficiente não por falta de inteligência, mas por falta de motivação”. Na prática, isso significaria trabalhar com a “formação de professores-tutores” que se responsabilizariam por “[...] dar uma atenção personalizada aos alunos que têm deficiência”. Por esse prisma, o “[...] professor-tutor acompanha o aluno que não consegue acompanhar a turma e o coloca no contexto de aprendizado e de habilidades que a turma está desenvolvendo” (BRASIL, 2019h, p. 11-12).

Em mais um bloco de perguntas, o Deputado João Carlos Bacelar Batista (PODE/BA) cita o fato de a gestão de Jair Bolsonaro gastar tanta energia para tentar “[...] desconstruir um dos maiores educadores do mundo, Paulo Freire, e a transformar o método fônico em bandeira da Direita! Eu nunca vi método de alfabetização ser bandeira de uma ideologia” (BRASIL, 2019h, p. 27).

Na sequência das falas, o deputado da base de sustentação de Bolsonaro, Carlos Jordy, do PSL do Rio de Janeiro, afirma que “temos gerações que praticamente se tornaram disléxicas”, atribuindo a culpa ao que ele denomina de “[...] método Paulo Freire de ensino, ao socioconstrutivismo de Paulo Freire” que, de acordo com o prisma do deputado, estaria pautando os ensinamentos nas escolas do país. De forma contundente, o deputado segue seu discurso dizendo que “o socioconstrutivismo fez com que gerações se tornassem analfabetos funcionais”. Nessa mesma linha, o deputado afirma que, nos dias de hoje “[...] o que vemos nas salas de aula são alunos que sabem tudo sobre teoria de cultura de estupro, sobre ideologia de gênero, sobre questões ideológicas as mais variadas, mas não sabem uma regra de três, não sabem interpretar um texto” (BRASIL, 2019h, p. 32).

Manifestações como a do Deputado Carlos Jordy, são recorrentes e têm em seu bojo que há, nos meandros da educação pública, um grupo de professores e professoras arquitetando, sob os preceitos dos ensinamentos de pensadores de esquerda como Karl Marx, Antônio Gramsci e Paulo Freire, um plano para implementar uma ditadura comunista no Brasil por meio de um marxismo cultural. Sem dados empíricos que transcendam a publicização de um vídeo ou outro em redes sociais em que se destaca o excesso de algumas pessoas, os correligionários do bolsonarismo seguem destruindo reputações de uma categoria, em tela, a dos docentes, com o único propósito de alinhar uma possível justificativa à sua narrativa de conspiração.

De acordo com dados do “[...] PISA, em relação a 70 países, o Brasil, no que se refere a ciências, está em 63º; em matemática, 65º; em leitura, em 59º. E esse é um Programa Internacional de Avaliação de Alunos” afirma o deputado. Com uma certeza simplista, ele conclama ao então Ministro Véléz Rodríguez para que tire “[...] essa educação emancipadora e retornemos à educação tradicional, na qual o professor é o transmissor do conhecimento, porque hoje não é o que acontece”. Já partindo para o encerramento de sua fala, o Deputado Carlos Jordy afirma que, devido à aplicação do “método Paulo Freire de ensino”, nossos alunos são “[...] estimulados a pensar que eles podem ensinar o professor [...]” (BRASIL, 2019h, p. 32).

Ricardo Vélez respondeu a mais esse bloco de perguntas, sem mencionar a fala do Deputado Carlos Jordy. Em seguida, foi encerrada a sessão na Câmara dos Deputados após mais de cinco horas de sabatina. Pouco mais de 10 dias depois da sessão na Câmara, em oito de abril de 2019, Ricardo Vélez Rodríguez seria exonerado e assumiria seu lugar o economista Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub.

Por meio do Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA) (BRASIL, 2019i). O documento traz em seu bojo mudanças que, de forma antidemocrática, tentam impor um método de ensino que traz consigo uma visão de mundo meritocrática, tecnicista, autoritária. A PNA ganha caráter autoritário já na sua elaboração quando desconsidera o trabalho feito na educação brasileira, seja por meio de seus professores, pesquisadores, bem como os trabalhos produzidos com ênfase na temática da alfabetização (ALBUQUERQUE; COSTA, 2021). A escolha do Ministério da Educação foi por organizar um grupo de trabalho

[...] composto por representantes da Secretaria de Alfabetização (Sealf), da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), da Secretaria Executiva (SE), do Gabinete do Ministro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2019j, p. 7).

Outro ponto bastante presente nas falas dos ministros da Educação que passaram pela gestão de Jair Bolsonaro, bem como nas de seus seguidores, foi a tentativa de emplacar a mensagem de que somente o método proposto pelo MEC é embasado em evidências científicas. Essa expressão é recorrente nos discursos da gestão, principalmente quanto ao que concerne às políticas públicas voltadas para a alfabetização. A ideia vem atrelada a decretos, discursos, cursos, relatórios, programas, ações etc. Moraes (2019) nos alerta quanto a isso, dizendo que

Essa falaciosa acusação nos parece um artifício autoritário, com um evidente interesse de calar quem pensa e pesquisa de modo diferente daquele idolatrado pelos psicólogos cognitivos e neurocientistas que apoiaram e ajudaram a “costurar” essa PNA, apresentada como a única que, supostamente, seria “baseada em evidências científicas” (MORAIS, 2019, p. 71, grifo do autor).

O Ministério da Educação, no texto da Política Nacional de Alfabetização, faz opção por utilizar o vocábulo “literacia” em vez de “letramento”, determinando assim a utilização do

método fônico tão decantado pelo Secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. Moraes (2019) aponta que os proponentes da PNA são ainda mais autoritários quando tentam impor um determinado método de alfabetização aos entes federados.

A proposta da PNA será implementada, segundo o Decreto n.º 9.765, por “adesão voluntária dos entes federativos, por meio das redes públicas de ensino, a programas e ações do Ministério da Educação”, previsão feita no capítulo II que trata dos princípios e objetivos, em seu artigo 3.º, inciso II (BRASIL, 2019i, n. p.). Com o intuito de condicionar o apoio da União aos demais entes da Federação (estados, municípios e Distrito Federal), a letra da lei que instituiu a PNA determina, em seu capítulo VII, que apresenta as disposições gerais, nos capítulos 11 e 12, que somente poderá receber assistência técnica e financeira da União os entes federados que aderirem, voluntariamente, à PNA.

Art. 11. A colaboração dos entes federativos na Política Nacional de Alfabetização se dará por meio de adesão voluntária, na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas.
Art. 12. Para fins de implementação da Política Nacional de Alfabetização, a União poderá prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos, que será definida em ato próprio de cada programa ou ação (BRASIL, 2019i, n. p.).

Uma questão muito criticada e que explicita certa incongruência fica evidente quando se compara o que preconiza cada documento a respeito dos anos escolares prioritários para a devida alfabetização. Segundo a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a alfabetização deve ser priorizada já no primeiro ano do Ensino Fundamental. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconiza que a alfabetização deve ser priorizada no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental. Por fim, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina que esse processo deve acontecer até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. Tendo em vista esses e outros aspectos presentes nos documentos, acreditamos que eles apresentam determinada incompatibilidade, chegando a apresentar certo antagonismo.

Em meados de 2019, o MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aderiu ao Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS), tradução de *Progress in International Reading Literacy Study*, que se trata de uma iniciativa da *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA), visando avaliar, a cada cinco anos, habilidades de leitura de estudantes do quarto ano do Ensino Fundamental dos países acordados. O Brasil participaria pela primeira vez e, segundo informações

contidas no sítio do Inep, a aplicação das avaliações estaria prevista para acontecer em outubro e novembro de 2020; já no sítio do Governo Federal (Gov.br), no *link* de acesso ao Inep, a aplicação dos testes estaria prevista para ocorrer em outubro de 2021 (BRASIL, [2020?]a, 2020o).

No dia 15 de agosto de 2019, o Ministério da Educação lançou o caderno da Política Nacional de Alfabetização (PNA) em evento que contou com a participação do ex-ministro da Educação de Portugal, Nuno Crato. Os proponentes do documento de 54 páginas pretendem que ele seja um guia explicativo para fins de sanar as dúvidas da comunidade escolar (BRASIL, 2019k).

O documento intitulado “caderno de apresentação da Política Nacional de Alfabetização (PNA)” apresenta um conteúdo que objetiva ser um elemento explicativo daquilo que consta na PNA. Portanto, como não poderia deixar de ser, o caderno da PNA privilegia/induz o processo de alfabetização por meio do método fônico em detrimento dos demais existentes na literatura. Corroborando essa afirmação, destacamos o inciso IV do artigo 3.º que apresenta os princípios da Política Nacional de Alfabetização:

IV. ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

- a) consciência fonêmica;
- b) instrução fônica sistemática;
- c) fluência em leitura oral;
- d) desenvolvimento de vocabulário;
- e) compreensão de textos; e
- f) produção de escrita (BRASIL, 2019j, p. 51).

Em seu discurso, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, mais uma vez ressaltou a ideia de evidências científicas no método de alfabetização, dizendo: “Estamos pedindo para que a alfabetização tenha critérios científicos. Só isso. Baseado em evidências, em pensamento lógico, em uma abordagem cartesiana” (MINISTRO..., 2019a, 54 s).

A cerimônia também marcou o lançamento da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), por meio da Portaria n.º 1.460, de 15 de agosto de 2019, assinada pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub (BRASIL, 2019l). Na oportunidade também foi nomeada uma equipe de pesquisadores – 12 no total – para “[...] compor o painel de especialistas da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências, instituída pela Portaria n.º 1.460, de 15 de agosto de 2019 [...]” (BRASIL, 2019m, n. p.).

Em seu discurso, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez uma abordagem na linha de suas falas anteriores, até mesmo em período de campanha. Weintraub ataca

sempre as gestões anteriores, mantendo seus argumentos comumente alinhados com os preceitos de Jair Bolsonaro e de Olavo de Carvalho, do qual é profundo admirador. Com a pretensão de tornar a leitura agradável, acreditamos agregar valor (clareza ou outro substantivo) à discussão, expor uma parte do discurso de Weintraub.

[...] A base desse pensamento é a evidência empírica. [...] Contra fatos não há argumentos. Como diria o povo. Evidência empírica. Se eu seguir tal procedimento, qual o resultado? Repetidamente nós temos um resultado. E se seguir esse outro procedimento repetidamente? O resultado é muito melhor! Qual o resultado desses anos todos de pensamento dogmático na alfabetização brasileira? Vamos insistir mais um pouco... mais quanto? Mais 20 anos? O resultado desse pensamento todo... 20 anos insistindo, 30 anos insistindo, é que 50% das nossas crianças na terceira série [no terceiro ano] são analfabetas. [...] Ao final dos afortunados que conseguem fazer creche e pré-escola e do primeiro e do segundo do Ensino Fundamental ao terceiro ano, quando as crianças são avaliadas [pelas avaliações externas], metade não saber ler ou escrever nada. É isso! Não saber fazer conta básica. E isso é mais do que um fracasso. É um crime. Pode ter ou não ter dolo, mas é um crime o que está sendo feito no Brasil. Crime! Falar que está tudo bem é mentira! Ao mesmo tempo, falar que está tudo errado também não é uma alternativa boa. O Brasil tem exemplos de sucesso. Tem muitos locais, tem muitas cidades, que conseguem atingir patamares excelentes de educação. Qual o problema? O problema é que na média a gente está numa posição inaceitável. Não estou comparando o Brasil com Europa. Não estou comparando o Brasil com Ásia. Estou comparando nossos brasileirinhos com peruanos, com colombianos, uruguaios, argentinos, chilenos... sul-americanos. E após essas décadas de pensamento dogmático, onde se você questionar os ícones, você é tachado de fascista, nazista. Apesar do meu nome, típico de um nazista. Quando você questiona é inaceitável. Isso é pensamento dogmático. Isso é pensamento dogmático. Estamos questionando sim! Estamos pedindo para que a alfabetização tenha critérios científicos. Só isso! Baseado em evidências, em pensamento lógico, em uma abordagem cartesiana. E isso, no Brasil é revolucionário. É inaceitável que o Brasil gaste mais do que os seus vizinhos da América do Sul e em 2015 estivesse colado com o Peru na última posição. O Peru vai passar o Brasil nos dados que serão divulgados no final do ano [de 2019]. Ele vai passar. E nós ficaremos na humilhante última colocação isolada da alfabetização brasileira. Quantas mais décadas a gente precisa ter de fracasso para falar que o que foi feito está errado? Quantas mais crianças analfabetas e jovens sem futuro a gente vai ter que condenar ao obscurantismo, por teimosia, por pensamento dogmático protorreligioso. É inaceitável. E aqui, mais do que um ex-ministro, mais do que um educador, nós temos o senhor Nuno Crato que é a evidência empírica. Ele é a prova de que um país que estava na última posição na Europa conseguiu em um período curto de tempo atingir patamares acima da média dos outros países. Como!?! Abordagem científica, técnica (CONABE..., 2020, 17 min 48 s).

No sentido de analisar o que está implícito – ou nem tanto – na fala de Weintraub, propomo-nos ressaltar alguns pontos. Como levantado anteriormente, a mensagem passada várias vezes de que todas essas ações são sustentadas por evidências científicas parece mecanismo de apoio a um pensamento maniqueísta, procurando estabelecer uma falsa correlação em que tudo que está sendo implementado sobre alfabetização na gestão de Jair Bolsonaro está correto e somente o que é preconizado pelo MEC tem amparo científico. Em contraposição, e tomando como

empréstimo o pensamento de Narciso ao achar feio o que não é espelho, Weintraub determina que o contraditório, tudo aquilo que vinha sendo feito na alfabetização no Brasil, estaria equivocado, embora tenha amenizado em parte de sua fala.

Em seu ponto de vista, pensamento que é corroborado pela gestão atual, Weintraub afirma que, nas últimas décadas, a alfabetização brasileira foi dominada por pensamentos dogmáticos, o que teria desencadeado um verdadeiro caos na educação do país, conseqüentemente, acentuando o número de analfabetos funcionais. Os argumentos usados por seus proponentes para defender a Política Nacional de Alfabetização, bem como de todas as ações e programas agregados, estão carregados de dogmatismo. Outro ponto que reforça a nossa tese de dogmatismo é a determinação de uma educação pautada em um método cartesiano, em detrimento de outros também embasados cientificamente e consolidados por pesquisadores.

Por meio da Portaria n.º 1, de 21 de outubro de 2019, o MEC definiu as regras de funcionamento da I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), evento determinado para acontecer do dia 22 ao dia 25 de outubro de 2019 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (BRASIL, 2019n).

A I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe) contou com mais de 200 participantes, que se revezaram para assistir as 33 horas de debates em 28 palestras, sessões especiais e simpósios. Segundo informações do MEC, passaram pela Conabe mais de 50 especialistas do Brasil e do mundo, oportunidade que puderam compartilhar, com os presentes, suas experiências exitosas na alfabetização (BRASIL, 2020c).

O evento teve a sua programação dividida da seguinte forma:

A programação será dividida em 10 eixos temáticos:

- ciências cognitivas e pesquisas translacionais em alfabetização;
- aprendizagem e desenvolvimento da leitura e da escrita;
- bases neurobiológicas da aprendizagem da leitura e da escrita;
- autorregulação comportamental, cognitiva, emocional e motivacional no processo de alfabetização;
- dificuldades e distúrbios da leitura e da escrita e desafios na alfabetização em diferentes contextos;
- planejamento e orientações curriculares para o ensino de literacia e numeracia;
- abordagens e práticas de ensino da leitura e da escrita;
- numeracia e ensino de matemática básica;
- formação e desenvolvimento profissional de professores;
- avaliação e monitoramento da aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica (BRASIL, 2019o, n. p.).

Na cerimônia de abertura da I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, volta a se pronunciar utilizando-se da mesma base argumentativa.

Não existe verdade científica. Se é verdade, é científica. A busca da verdade é científica. É um processo lógico, racional, cartesiano. [...] O pensamento científico aristotélico é baseado em evidências. Por mais bonito que seja o meu raciocínio, se ele cuspir uma informação equivocada, ele está errado. E a verdade é que a educação no Brasil e principalmente o ensino... talvez se os ministros anteriores, os governos anteriores, se preocupassem menos em doutrinar, em educar. Quem educa deveria ser a família. Uma criança de três anos que se comporta bem é uma criança bem-educada. Por quem? Pela família. E se preocupassem mais em ensinar a ler, escrever e fazer conta, talvez o Brasil não estivesse em último lugar na América do Sul. Não é que ficamos para trás de Europa, América do Norte ou de Ásia. Nós ficamos para trás de Colômbia, de Chile, Argentina, Uruguai... todos os países da América do Sul que fazem o Pisa mostram que a educação e o ensino... a alfabetização no Brasil é um desastre. Estamos empatados com o Peru. É um desastre! Os arautos, entre aspas, que se julgam sábios, supremos, doutos em técnicas, são charlatões. Porque se eles são responsáveis por esse resultado, a evidência empírica, é o que eles fizeram está errado. E uma das coisas que a gente aprende na ciência e também na fé, é ser humilde e reconhecer os erros. E o Brasil é um país humilde. Não é característica do brasileiro ser arrogante. Metade das nossas crianças no terceiro ano são analfabetas. Metade! Não é aceitável! Um grande contingente de crianças toma contato com uma caneta no primeiro ano. É uma vergonha que com três bilhões de reais, o preço de uma única universidade federal das 70 que a gente tem, nós conseguiríamos acabar com essa chaga que é, o filho do pobre só tomar conhecimento com uma caneta no primeiro ano. E quando ele toma conhecimento da caneta, a técnica empregada é errada. A técnica usada no Brasil para alfabetizar é errada. Por quê? [...] Ou o brasileiro é inferior a um americano, a um europeu, a um asiático ou a um chileno ou o que nós fazemos com essa criança brasileira é errado. E eu me recuso a acreditar que geneticamente o brasileiro seja inferior a qualquer povo do mundo. Então está na hora de a gente ter humildade e reconhecer que como nação nós falhamos e ter a coragem de confrontar esses falsos doutos, *experts*, e tirar os ídolos dos seus pedestais, as referências que nos trouxeram até a evidência cabal, numérica, que a educação e o ensino no Brasil são um desastre. [...] Nós não podemos perder um único soldado nessa batalha. Porque, do outro lado, existem sim... existem sim, muitas pessoas que defendem um pensamento dogmático, totalitário, que impõem essa situação ao Brasil. [...] É impossível uma pessoa que não sabe ler e escrever ser livre. Uma pessoa que não sabe ler e escrever bem, é um escravo. É um escravo a ser manipulado por demagogos. A leitura, a escrita, a capacidade de fazer conta, liberta. E eu tenho certeza de que não falta gente corajosa, que não vai fugir à luta, para lutar pela liberdade das próximas gerações (ABERTURA..., 2019, 51 min).

Sua fala se inicia com a defesa incondicional e autoritária do método cartesiano como a única forma de se estabelecer uma base científica para determinado fenômeno. Em seguida, ele reafirma uma falácia repetida pelo Presidente Jair Bolsonaro, reverberando em parte do bolsonarismo, de que a educação brasileira tivesse como intencionalidade a doutrinação e a educação; isso mesmo, a educação (ABERTURA..., 2019). Tal afirmação não se sustenta em estudos sérios, somente em alguns vídeos esporádicos publicados em redes sociais e outros raros

depoimentos denunciando posturas de professores sendo mais incisivos, politicamente, em sala de aula. Utilizamos os vocábulos subjetivos “alguns” e “raros” tendo em vista a incidência das denúncias e do universo de estudantes que temos no Brasil.

Outro ponto que nos parece eivado de incongruências é a base conceitual do ministro para se utilizar dos sentidos e significados da palavra “educação”. Para Weintraub (ABERTURA..., 2019), educação corresponde ao comportamento da pessoa, ou seja, se a pessoa se comporta bem, ela é bem-educada. De acordo com seu entendimento, a educação deve ser responsabilidade da família, cabendo às instituições de ensino se responsabilizarem por ensinar as crianças a ler, a escrever e a fazer contas.

O teor dos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas do Brasil também foi tema recorrente nas falas de Bolsonaro, tanto antes quanto depois de ser eleito à Presidência da República em 2018. Em sua avaliação, os livros possuem informações que não condizem com a faixa etária dos estudantes, sendo que seus proponentes estariam dispostos a estimular uma sexualização precoce nas crianças, bem como promover uma militância política encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Ilações dessa natureza foram propagadas, mais uma vez, pelo Presidente Jair Bolsonaro, no dia 3 de janeiro de 2020, no cercadinho da portaria do Palácio da Alvorada, local em que ele costuma conversar com seus simpatizantes. Bolsonaro aproveitou a oportunidade para vociferar ataques a Paulo Freire e culpabilizar os governos anteriores por todas as mazelas na educação. Segundo o presidente,

Devemos buscar cada vez mais facilitar a vida de quem produz, fazer com que essa garotada aqui tenha um ensino que vá ser útil lá na frente para ele. Não ficar com essa historinha de ideologia. Esse moleque é macho, pô [Referindo-se a uma criança que estava entre os populares]. Está vendo, aquele moleque é macho, pô. Tem uns idiotas aí achando que ele vai definir o sexo já aos 12 anos de idade. Sai para lá!

Tem muita coisa, até a questão de livros, botei uma matéria ontem, já começa a mudar alguma coisa. Mas tem livros que nós vamos ser obrigados a distribuir esse ano [2020] ainda levando-se em conta a sua feitura em anos anteriores. Tem que seguir a lei. A partir de 2021, todos os livros serão nossos, feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa. [...] Vai ter lá o hino nacional. Os livros hoje em dia, como regra, é uma montão de amontoado de muita coisa escrita. Tem que suavizar aquilo.

Em falar em suavizar, estou vendo um cabeça branca ali, estudei na cartilha Caminho Suave. Você nunca esquece. Não esse lixo que, como regra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire. O cara ficou 10 anos e a garotada de 15 anos foi fazer a prova do Pisa e mais da metade não sabe fazer uma regra de três simples.

O que a esquerda plantou na educação? Plantou militância. Tanto é que o pessoal vota no PT e no PSOL. A molecada PT e PSOL. Chegou ao cúmulo de acabar com uma escola como o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Acabaram com o Pedro II. Menino de saia,

MST lá dentro e outras coisas mais que não quero falar aqui (BOLSONARO..., 2020b, n. p.).

Entendemos que a fixação do Presidente Bolsonaro pela cartilha Caminho Suave, segundo o apresentado na descrição de sua fala, bem como em outras ocasiões, denota princípios reacionários. O presidente defende tanto um recurso didático quanto um método que começaram a ser utilizados na década de 1950 e caíram em desuso na década de 1990. Para além da cartilha Caminho Suave, Bolsonaro desconsidera que os fatores que circundavam a escolarização dos nossos estudantes eram diferentes. Trata-se de um Brasil diferente em quantidade de habitantes, de estudantes, de número de analfabetos, maior concentração na zona rural, formação de professores, dentre outros. Para reforçar suas opiniões reacionárias, o presidente usa do artifício de macular todo o contraditório, sempre com argumentos rasos e sem permitir o direito à contraposição.

Por meio da Portaria n.º 280, de 19 de fevereiro de 2020, o Ministério da Educação instituiu o Programa Tempo de Aprender⁴⁶, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. De acordo com informações do MEC, trata-se de um programa sobre alfabetização, que objetiva contemplar a efetiva aprendizagem da leitura e da escrita. O Programa Tempo de Aprender compreende um conjunto de dez ações, organizadas em quatro eixos, a saber: I – eixo Formação continuada de profissionais da alfabetização; II – eixo Apoio pedagógico para a alfabetização; III – eixo Aprimoramento das avaliações da alfabetização; e IV – eixo Valorização dos profissionais da alfabetização por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores (BRASIL, 2020d).

Embora tenha sido lançado, em dezembro de 2019, pelo Ministério da Educação, no auditório do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Programa Conta pra Mim⁴⁷ só foi legalmente instituído por meio da Portaria n.º 421, de 23 de abril de 2020, que entrou em vigor no dia 4 de maio de 2020. Desenvolvido no âmbito da Política Nacional de Alfabetização (PNA), o Programa Conta pra Mim disponibiliza materiais, tais como: vídeos explicativos sobre facilitação da alfabetização; interação verbal que visa aumentar a quantidade e a qualidade dos diálogos com as crianças; leitura dialogada com a proposta de interagir com a criança durante a leitura em voz alta, fazendo, por exemplo, perguntas sobre a história em si;

⁴⁶ Mais informações sobre o Programa Tempo de Aprender podem ser conferidas no endereço <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 02 nov. 2021.

⁴⁷ Mais informações sobre o Programa Conta pra Mim podem ser conferidas no endereço <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 02 nov. 2021.

narração de histórias que enfoca a proposta de interagir com as crianças durante a contação de histórias; contatos com a escrita que pretende familiarizar as crianças com a escrita; atividades diversas que oportunizam o ato de jogar, brincar, cantar, tocar instrumentos musicais, dançar, entre outros; motivação que almeja aumentar a motivação das crianças em relação à leitura e à escrita; 40 vídeos do Conta pra Mim sobre como colocar em prática no dia a dia as atividades de Literacia Familiar; histórias infantis e contos de fadas narrados para que os pais ouçam muitas vezes com seus filhos; cantigas populares cantadas pelo cantor Toquinho; vídeos animados em que o cantor e compositor Toquinho narra fábulas escritas por Monteiro Lobato; coleção de livros do Programa Conta pra Mim; e um Guia de Literacia Familiar (BRASIL, 2019p, 2019q, 2020e).

O sítio *Publishnews* repercutiu a reação de, segundo a matéria, “mais de três mil” pessoas, dentre elas, “educadores(as), professores(as), bibliotecários(as), pesquisadores(as), escritores(as), ilustradores(as), editores(as), mediadores(as) de leitura, narradores(as) de histórias, produtores(as) culturais, agentes comunitários(as), mães, pais, avós [...]” que rejeitaram o Programa Conta pra Mim e lançaram um manifesto alegando que a proposta do MEC está sustentada por “[...] concepções ultrapassadas, preconceituosas e excludentes de educação e de família [...]” (EM MANIFESTO..., 2020, n. p.).

Na tentativa de expor parte do contraditório, segue excerto do manifesto intitulado “Não ao retrocesso nas políticas públicas do livro e da leitura”:

O programa Conta pra mim, lançado pelo Ministério da Educação no final de 2019, expõe mais uma face do projeto autoritário em curso no país. Sustentado por concepções ultrapassadas, preconceituosas e excludentes de educação e de família, oferece à primeira infância (crianças de zero a cinco anos) e às suas famílias produtos (cartilhas, vídeos, “livros”) e muita propaganda sobre o que alguns desconhecidos elegeram, a partir de valores morais e religiosos, como o certo e o errado, o bom e o mau, o bonito e o feio. Desconsiderando o vasto e qualificado conhecimento acumulado de pesquisas sobre a literatura infantil e formação de leitores, experiências sobre leitura e infâncias e a intensa criação e produção editorial brasileiras, que contam com reconhecimento e prêmios nacionais e internacionais, de outras políticas públicas exitosas já implementadas, o programa do Governo Bolsonaro, coerente com a atuação do atual Ministério da Educação, investe na conformação e na redução de horizontes para o livro e a leitura no país. Dentro de uma proposta denominada “Literacia familiar”, nega-se a bibliodiversidade, característica da produção editorial brasileira, ao serem disponibilizados livros com formatos idênticos, com a mesma proposta de ilustração, em títulos e gêneros diversos, adaptações restritas de narrativas clássicas, representadas com linguagem empobrecida. Além disso, desconsidera-se sua materialidade – que livro é esse que pode ser lido on-line e impresso em casa (como se toda casa brasileira tivesse condições materiais para isso), inclusive em formatos para colorir? (EM MANIFESTO..., 2020, n. p.).

Em 21 de maio de 2020, foi publicado o edital n.º 02/2020, que trata da convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2022 (BRASIL, 2020f).

Mais uma ação foi desenvolvida no mês de agosto de 2020. Trata-se de uma proposta da Secretaria de Alfabetização (Sealf), subordinada ao Ministério da Educação (MEC), que disponibiliza 40 livros para *download*, sendo que as pessoas podem lê-los *on-line*, imprimir ou baixar uma versão para que as crianças possam pintar (BRASIL, 2020g). Embora seja essa mais uma opção no escopo do programa, é importante lembrar que uma enorme parcela da população não tem acesso aos meios digitais para usufruir da citada ação, muito menos imprimir o material para pintar. A falta de condições para acompanhar ações remotas ficou evidenciada, por todo o Brasil, durante a pandemia.

O *GraphoGame* Brasil⁴⁸ é outra ação apresentada pelo Ministério da Educação, no âmbito da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e do programa Tempo de Aprender. Trata-se de um aplicativo concebido por cientistas finlandeses, utilizado em vários países, segundo o MEC, e foi traduzido para o português por intermédio de uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e com o Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul (InsCer) (BRASIL, [2021?]). Com caráter pedagógico, o *GraphoGame* Brasil “[...] ajuda os estudantes da pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental a aprender a ler as primeiras letras, sílabas e palavras, com sons e instruções [...]” (BRASIL, [2020?]b, n. p.). Um dos mais recorrentes questionamentos quanto ao aplicativo foi a questão da acessibilidade por parte dos estudantes de baixa renda quanto aos dispositivos eletrônicos, bem como quanto à acessibilidade à internet, tendo em vista que o *GraphoGame* Brasil pode ser usado de forma *off-line*, necessitando-se de conexão à internet para ser baixado.

A cerimônia de lançamento do *GraphoGame* Brasil aconteceu no dia 27 de novembro de 2020, no auditório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília, e contou com as presenças do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, e do Secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim.

No dia 14 de novembro de 2020, em comemoração ao Dia Nacional da Alfabetização, a Secretaria de Alfabetização (Sealf) do Ministério da Educação (MEC) lançou o curso intitulado

⁴⁸ Mais informações sobre o *GraphoGame* Brasil, que trata-se de um jogo educacional virtual para aprendizagem podem ser conferidas no endereço <https://alfabetizacao.mec.gov.br/grapho-game>. Acesso em: 02 nov. 2021.

Práticas de Produção de Texto. O curso “[...] é uma reedição do curso Ativando a Linguagem: Português Através de Módulos, do professor Eurico Back. Originalmente elaborado em modalidade a distância para docentes de 1.^a a 4.^a série do 1.^o grau do estado do Paraná [...]” (BRASIL, [2020?]c, n. p.).

Para essa reedição, o MEC contou com o apoio da Universidade Federal de Goiás (UFG) para a estruturação do curso, que foi oferecido aos professores que lecionam para estudantes do 2.^o ao 5.^o ano do Ensino Fundamental. A capacitação foi dividida em 12 módulos, disponibilizados de forma *on-line*, por intermédio da plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec), e integra, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o programa Tempo de Aprender (BRASIL, 2020h).

Essa é mais uma ação proposta pelo MEC que intenciona propagar a ideia de método de alfabetização que seus proponentes defendem como certa em contraposição a todas as demais. São dezenas de milhares de professores por todo o Brasil que terão acesso ao conteúdo elaborado por estudiosos portugueses, atitude essa que desconsidera, de certa forma, aquilo que vem sendo pesquisado no país.

Em parceria com a Universidade do Porto, com o Instituto Politécnico do Porto, Universidade Aberta de Portugal e com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Secretaria de Alfabetização (Sealf) do Ministério da Educação (MEC) lançou o curso *on-line* intitulado Alfabetização Baseada na Ciência (ABC). O curso foi lançado em 8 de dezembro de 2020 e tem, como público-alvo, professores da pré-escola ao 2.^o ano do Ensino Fundamental. A iniciativa do curso e a parceria internacional integram as propostas previstas no programa Tempo de Aprender, em seu artigo 2.^o, inciso I, alínea c, com a seguinte redação: “c) programa de intercâmbio para formação continuada de professores alfabetizadores” (BRASIL, 2020d).

Com um discurso menos conflituoso que o dos ministros da Educação que o precederam na gestão de Jair Bolsonaro, o atual Ministro Milton Ribeiro, fez uma menção saudosa à cartilha Caminho Suave, muito citada pelo presidente. Segundo Milton Ribeiro, a alfabetização é algo apaixonante e ele mesmo teria educado suas filhas, então com quatro anos, utilizando a cartilha Caminho Suave, pois ele não se conformava com o fato de elas irem para a escola só para brincar. Milton Ribeiro finaliza sua fala dizendo que a atual gestão está “[...] entrando por um

caminho e abraçando toda uma prática de alfabetização que não está baseada em subjetivismos, nem ideologias. Nós estamos entrando por um campo da evidência, da evidência científica” (LANCAMENTO..., 2020, 1 h 16 min 40 s).

Os programas Criança Feliz⁴⁹, do Ministério da Cidadania, e o Conta pra Mim, do Ministério da Educação, ajustaram parceria no dia 13 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021d). O programa Criança Feliz existe desde o dia 5 de outubro de 2016, no governo do Presidente Michel Temer, e foi instituído por meio do Decreto n.º 8.869, com a proposta de ser de “caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida [...]” (BRASIL, 2016a, n. p.).

Resultado da I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), o Ministério da Educação lançou, em 14 de abril de 2021, o Relatório Nacional da Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe). Com a proposta de expor o “[...] estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia”, especialistas foram indicados pelo Secretário de Alfabetização e nomeados pelo Ministro de Estado da Educação para compor a equipe científica responsável pela elaboração do documento (BRASIL, 2019l, n. p.).

8.7 Educação Domiciliar – (*Homeschooling*)

A modalidade de Educação Domiciliar (*Homeschooling*) precede as ambições presidenciais de Jair Bolsonaro. A Câmara dos Deputados acumula seis projetos⁵⁰ de lei apensados⁵¹ ao Projeto de Lei n.º 3.179/2012 (BRASIL, 2012a), de autoria do Deputado Federal Lincoln Diniz Portela, do Partido Liberal (PL-MG), mais o Projeto de Lei n.º 3.262/2019, de autoria de Chris Tonietto (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF), Caroline de Toni (PSL-SC), Dr. Jaziel (PL-CE)

⁴⁹ Mais informações sobre o Programa Criança Feliz podem ser conferidas em seu sítio oficial depositado no endereço <http://cidadania.gov.br/criancafeliz/campanha/#secao-programa>. Acesso em: 02 nov. 2021.

⁵⁰ Projeto de Lei n.º 3.261/2015 de autoria de Eduardo Bolsonaro (PSC-SP); Projeto de Lei n.º 10.185/2018 de autoria de Alan Rick (DEM-AC); Projeto de Lei n.º 2.401/2019 de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei n.º 3.159/2019 de autoria de Natália Bonavides (PT-RN); Projeto de Lei n.º 5.852/2019 de autoria de Pastor Eurico (PAC-PE); e Projeto de Lei n.º 6.188/2019 de autoria de Geninho Zuliani (DEM-SP). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/534328/arvore-de-apensados>. Acesso em: 03 nov. 2021.

⁵¹ Apensação: Tramitação em conjunto. Propostas semelhantes são apensadas ao projeto mais antigo. Se um dos projetos semelhantes já tiver sido aprovado pelo Senado, este encabeça a lista, tendo prioridade sobre os da Câmara. O relator dá um parecer único, mas precisa se pronunciar sobre todos. Quando aprova mais de um projeto apensado, o relator faz um substitutivo ao projeto original. O relator pode também recomendar a aprovação de um projeto apensado e a rejeição dos demais. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/67516-apensacao/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

e outros. Todos os projetos de lei encontram-se em tramitação até hoje; contudo, outros projetos já arquivados datam do ano de 2001 (BRASIL, 2019r). No Senado Federal, constam dois projetos em tramitação, sendo os dois de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). O Projeto de Lei do Senado n.º 490, de 2017, apresenta ementa que prevê a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/96 e a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica (BRASIL, 2017a). Por fim, o Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 2018, que propõe a alteração do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, objetiva prever que a Educação Domiciliar não caracterize o crime de abandono intelectual (BRASIL, 2018a).

A base estrutural e argumentativa dos projetos em tramitação é semelhante, tendo em vista que a legislação brasileira, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Código Penal, Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, em seu artigo 246, criminaliza a ausência de matrícula escolar de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos para famílias que adotarem a Educação Domiciliar, considerando tal atitude como abandono intelectual. Portanto, o objetivo, no momento, passa pela necessidade de fazer as devidas alterações nas leis a fim de descaracterizar a Educação Domiciliar (*Homeschooling*) como sendo um crime tipificado como abandono intelectual.

Um caso que ganhou enorme repercussão no país, principalmente entre as pessoas que são envolvidas com o tema Educação Domiciliar (*Homeschooling*), seja a favor ou contra. De acordo com os estudos de Waddington (2019), os fatos aconteceram no ano de 2011, no município de Canela/RS⁵², localizada a aproximadamente 110 quilômetros da capital Porto Alegre. No caso em tela, os pais de uma criança de 11 anos, devidamente matriculada na rede municipal de ensino do município de Canela/RS, decidiram pedir permissão à Secretaria Municipal de Educação para educar sua filha a partir do ano de 2012.

A devolutiva por parte da secretaria foi que a criança deveria ser matriculada imediatamente na rede regular de ensino, alegando a impossibilidade de a família optar pelo Ensino Domiciliar, argumento fundamentado na decisão do Conselho Municipal de Educação de Canela/RS. Diante da negativa, os pais da criança impetraram mandado de segurança, em nome

⁵² Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Canela/RS possui uma população estimada de 45.957 pessoas para o ano de 2021. Em 2010 a população era de 39.229 pessoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canela/panorama>. Acesso em: 03 nov. 2021.

dela, contra a decisão da secretária de Educação. Esse mandado de segurança daria origem ao processo n.º 041/1.12.0000724-0 que, entre os diversos recursos peticionados no transcorrer dos meandros jurídicos, teria seu mérito analisado e julgado por meio de Recurso Extraordinário n.º 888.815, em regime de repercussão geral, no dia 12 de setembro de 2018, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (WADDINGTON, 2019).

Segundo Waddington (2019), de acordo com a petição inicial, a família aponta os três principais motivos que sustentam o pedido para optar pela Educação Domiciliar. Uma das questões levantadas foi quanto à insatisfação pela qualidade da educação que a escola oferecia; alega que sua filha estudava em uma sala multisseriada, sendo forçada, portanto, a conviver com estudantes mais velhos com uma sexualidade bem mais avançada, que tal situação não seria aconselhável para sua filha; por fim, apresenta incompatibilidade entre os conteúdos ensinados na escola e os princípios religiosos da família. Dito de outra forma, o último argumento citado anteriormente aparece na peça denominada Recurso Extraordinário com agravo n.º 778141, da seguinte forma:

Por princípio religioso a Impetrante discorda de algumas imposições pedagógicas do ensino regular, como por exemplo, a questão atinente ao evolucionismo e à Teoria de Charles Darwin. Com efeito a Impetrante é Cristã (Criacionista) e não aceita viável ou crível que os homens tenham evoluído de um macaco, como insiste a Teoria Evolucionista (BRASIL, 2013b, p. 5).

Em 12 de setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário n.º 888.815, em regime de repercussão geral, o que significa que o conteúdo da decisão valerá como paradigma para os demais casos iguais. Os ministros decidiram por 9 votos a 2 pela improcedência do recurso, alegando a ausência de uma regulamentação própria para a modalidade Ensino Domiciliar. Segundo os magistrados, no Brasil, só existe legislação prevendo o modelo de ensino público e privado, com matrícula e frequência obrigatória. Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) negar provimento ao recurso por maioria de votos, a Educação Domiciliar (*Homeschooling*) não foi considerada uma prática inconstitucional pela maioria dos ministros. Diante da situação, o foco voltou-se para o Congresso Nacional, com a articulação dos deputados e senadores, no empenho de fazer os projetos de lei tramitarem e, dessa forma, conseguirem uma regulamentação para a Educação Domiciliar (BRASIL, 2018b).

Embora a proposta de implementação da Educação Domiciliar não fizesse parte do plano de governo de Jair Bolsonaro, ela apareceu no documento intitulado “Metas Nacionais

Prioritárias – Agenda de 100 dias de governo” (BRASIL, 2019g). O compilado de metas prioritárias para os primeiros 100 dias da gestão de Jair Bolsonaro foi apresentado no dia 23 de janeiro de 2019, no Palácio do Planalto, pelo então Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

A proposta foi apresentada como sendo a ação 22 do documento e parte integrante do escopo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pela Ministra Damares Alves. A ação 22, que trata da Educação Domiciliar, evidencia a intenção do governo de “regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo STF, por meio de Medida Provisória, beneficiando 31 mil famílias que se utilizam desse modo de aprendizagem” (BRASIL, 2019g, p. 6).

Às vésperas de completar os 100 dias de governo, e protocolar prestação de contas à sociedade, apresentando as ações consideradas prioritárias e que foram cumpridas, a Ministra Damares Alves argumentava que a regulamentação da Educação Domiciliar estava entre as principais metas do governo e que seria enviada para o Congresso Nacional, até o dia 11 de abril de 2019, uma Medida Provisória para respaldar as famílias que optaram e se encontram exercendo a Educação Domiciliar. De acordo com a ministra, a opção do governo pela Medida Provisória é porque o texto teria efeito imediato, após a devida publicação no Diário Oficial da União (DOU). Mas um inconveniente, característico de uma medida provisória, é que ela precisa ser aprovada no prazo de 60 dias e, caso não seja votada nesse espaço, o prazo é prorrogado automaticamente por igual período, ou seja, 120 dias para tornar-se lei. Caso não seja votada nesse prazo, perde sua eficácia por decurso de prazo (TOKARNIA, 2019).

Concomitantemente a esse processo de satisfação e de entrega à sociedade, o Presidente Jair Bolsonaro discursava para servidores, no Palácio do Planalto, durante a inauguração de uma ouvidoria e, devido ao teor de seu pronunciamento, causava grande inquietação junto à mídia. Transformar-se-ia em uma constante o fato de o Presidente Jair Bolsonaro fazer pronunciamentos polêmicos e isso reverberar imediatamente nos mais diversos veículos de comunicação por um ou mais dias, isso porque, muitas vezes, as polêmicas eram diárias, ou até mesmo mais vezes em um dia. Acreditamos, porém, que os atropelos discursivos do presidente, por vezes, eram muito bem elaborados quanto ao teor, forma e objetivo, tendo, portanto, a função de uma cortina de fumaça, a fim de desviar a atenção dos menos atentos do propósito em que se queria manter o foco. Não há como precisar se as polêmicas falas concomitantes do presidente e demais membros mais

ideológicos do governo teriam relação, nessa questão, com a entrega das metas dos 100 primeiros dias de gestão. Em meio ao discurso em tela, pinçamos o seguinte excerto:

Não tenho qualquer ambição. Não me sobe à cabeça o fato de ser presidente. Eu às vezes pergunto, olho para Deus e falo: meu Deus, o que eu fiz pra merecer isso? É só problema! Nós temos, nós temos como ir em frente, nós temos como mudar o Brasil. Desculpem as caneladas. Não nasci para ser presidente, nasci para ser militar, mas no momento estou nessa condição de presidente e, junto com vocês, junto com vocês, nós podemos mudar o destino do Brasil. Sozinho não vou chegar a lugar nenhum (“NÃO NASCI...”, 2019, 58 s).

No dia 11 de abril de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro assinou projeto de lei que visa regulamentar a educação domiciliar no Brasil. Embora a notícia tenha ganhado repercussão na mídia, o texto do projeto não foi divulgado e ainda não havia sido publicado no Diário Oficial da União. Na ocasião, o Ministro Onyx Lorenzoni manifestou-se, argumentando sobre a opção de apresentar um projeto de lei em vez de uma medida provisória. Segundo ele, a medida provisória tem um efeito imediato de aplicação, mas caso perdesse eficácia por decurso de prazo, as famílias, que já adotam o Ensino Domiciliar, estariam desamparadas. Com o projeto de lei, quando aprovado, as famílias teriam mais segurança para optar pela modalidade de Ensino Domiciliar.

Em 17 de abril de 2019, a Câmara dos Deputados recebeu do Poder Executivo o Ofício n.º 76/2019, que seria convertido no Projeto de Lei n.º 2.401/19. A elaboração da proposta e a intensificação na articulação visam agradar seus ideólogos correligionários e a ala cristã, isso devido ao fato de o Ensino Domiciliar ser uma pauta essencialmente religiosa.

Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned⁵³), a própria entidade teria articulado com Jair Bolsonaro em dezembro de 2018, logo após a consolidação das eleições. Informações acessíveis no sítio da entidade dão conta de que, após decisão do STF, já apresentadas nesta seção, a Aned teria procurado o então Presidente da República, Michel Temer, e articulado a elaboração de uma medida provisória que pudesse regulamentar a Educação Domiciliar. A proposta teria avançado até a Secretaria Executiva da Presidência da República, mas não houve tempo hábil para sua tramitação legal, em função das eleições presidenciais daquele ano (ANED, 2021).

Passadas as eleições, após a vitória consumada de Jair Bolsonaro, a Aned teria procurado a equipe de transição na expectativa de conseguir apoio para emplacar uma medida

⁵³ Mais informações sobre Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned) podem ser encontradas no endereço <https://www.aned.org.br/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

provisória que primeiro resguardasse as famílias que estão sendo processadas por adotarem Educação Domiciliar (*Homeschooling*). Com igual relevância, a Aned pretendia conseguir respaldo legal para as pessoas que quisessem aderir à modalidade. De acordo com as informações divulgadas, a proposta foi prontamente acolhida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e pelo Ministério da Educação (MEC), dando origem, então, ao Projeto de Lei n.º 2.401/19 (ANED, 2021).

Com relação à representatividade, é difícil precisar a quantidade de famílias e de crianças e adolescentes adeptos à Educação Domiciliar (*Homeschooling*). Os números divergem disparatadamente daqueles do governo federal que divulgou o número de 5.000 famílias em uma oportunidade e, em outra, o número de 31.000 famílias; o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, falou em 35.000 famílias; o e-Cidadania, do Senado federal, informa que são 2.500 famílias; e a Aned afirma que o número de famílias chegou a 7.500, em 2018, totalizando, aproximadamente, 15.000 estudantes entre quatro e dezessete anos. Para Waddington (2019), trata-se de uma informação difícil de se obter, tendo em vista o medo que inúmeras famílias têm de explicitar que adota a Educação Domiciliar e, por isso, sofrer denúncias e processos.

No dia três de fevereiro de 2021, o Presidente Jair Bolsonaro compareceu à cerimônia de abertura do ano legislativo, ato esse que não aconteceu nos anos anteriores. Na oportunidade, o presidente da República entregou ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e ao da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), um documento especificando 35 prioridades do executivo, a serem pautadas pelo Congresso Nacional em 2021. Dentre as propostas prioritárias, a gestão de Jair Bolsonaro requereu a tramitação e aprovação do Projeto de Lei n.º 2.401/2019, de autoria do poder executivo, que trata da regulamentação da Educação Domiciliar (*Homeschooling*).

O governo federal iniciou 2021 com a proposta de conseguir a aprovação da Educação Domiciliar ainda no primeiro semestre. Com a prioridade posta em evidência, e após a proposta receber duras críticas de educadores e de centenas de entidades preocupadas com a educação brasileira, o governo apresentou substitutivo ao projeto de Lei 2.401, de 2019, elaborado pelo MEC e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, na tentativa de minimizar os impactos sofridos e, dessa forma, facilitar sua tramitação.

Intensificando a campanha e advogando em favor da aprovação da Educação Domiciliar (*Homeschooling*), o MEC lançou, em 27 de maio de 2021, uma cartilha intitulada “Educação Domiciliar: um Direito Humano tanto dos pais quanto dos filhos”. Trata-se de um

documento de 20 páginas que, segundo o MEC, tem o objetivo de “[...] esclarecer o que é a educação domiciliar, apontar dados estatísticos e históricos, contextualizar o tema da regulamentação, além de apontar os propósitos dessa modalidade de ensino” (BRASIL, 2021g, n. p.).

A cartilha apresenta, ainda, informações de que 85% dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceram a Educação Domiciliar. Apresenta a informação de que, no Brasil, exista um número aproximado de 17 mil famílias e, conseqüentemente, 35 mil estudantes que adotam a modalidade de Educação Domiciliar, ressaltando que os números divulgados são anteriores à pandemia de Covid-19, transmitindo a ideia de que a quantidade pode ser maior ainda (BRASIL, 2021e; BRASIL, 2021g, n. p.). De acordo com informações socializadas no sítio do governo federal, os números apresentados são baseados em “[...] estimativas divulgadas por algumas associações de famílias educadoras [...]”, dados que são cotejados levando-se em consideração a “[...] quantidade de famílias que procuram por materiais didáticos preparados para essa modalidade” em eventos promovidos por essas associações. “[...] A quantidade de pessoas que entram em contato com as diferentes associações, em busca de informação e ajuda”, também, é considerado na elaboração da estimativa de estudantes e famílias que adotam a Educação Domiciliar no Brasil. Como dito anteriormente, no Brasil, são apresentados inúmeros dados com esse objetivo e que apresentam grandes distorções, mas nenhuma fonte determina uma metodologia com amparo em evidências científicas, expressão tão reforçada pela gestão Bolsonaro em diversas situações.

A cartilha traz ainda alguns exemplos de estudantes que foram educados na modalidade e que obtiveram êxito em suas vidas e carreiras. No empenho de refutar o argumento da perda de socialização, por parte do adepto à Educação Domiciliar, o documento apresenta imagens de encontros entre associações da modalidade e cita, ainda, uma oportunidade em que estudantes do interior de São Paulo, juntamente com estudantes do Distrito Federal, fizeram uma visita ao Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro. À guisa de concluir a proposta da cartilha, ressaltamos a impressão que tivemos ao analisar a seleção imagética do documento. As imagens apresentam uma estrutura familiar que nos remonta ao discurso impregnado pela gestão Bolsonaro, ao defender a “família tradicional brasileira”, ou seja, pai, mãe e uma ou mais crianças. Na quase totalidade das imagens, vemos a presença do pai como preceptor das crianças. As famílias são

todas de pessoas brancas que denotam ser de classe média, tendo em vista a ótima estrutura reservada para o estudo das crianças (BRASIL, 2021e).

Também foi apresentado substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3.179/2012, elaborado pela Deputada Luisa Canziani, apresentando, também, texto que reforça os termos preconizados no Projeto de Lei n.º 2.401/2019, apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro, e acrescenta novos pontos controvertidos. Nesse ínterim, a Deputada Bia Kicis (PSL/DF), presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), da Câmara dos Deputados, apresentou requerimento solicitando a desapensação do Projeto de Lei n.º 3.262/19, de sua autoria, juntamente com Chris Tonietto (PSL/RJ), Caroline de Toni (PSL/SC), Dr. Jaziel (PL/CE) e outros, do Projeto de Lei n.º 3.179/12, de autoria do Deputado Lincoln Portela (PR/MG).

No requerimento, a Deputada Bia Kicis alega requerer a desapensação do projeto devido ao fato de os dois “[...] não guardarem vínculo de identidade ou correlação entre si”. Mas, segundo o prisma de deputados da oposição, tal ação seria uma manobra da presidente com o intuito de acelerar a tramitação do projeto, enviando-o direto para análise da CCJ (BRASIL, 2021f, p. 1).

Mais de 350 instituições ligadas a instituições acadêmicas, religiosas, sindicais e organizações vinculadas à educação e aos direitos humanos, divulgaram, em maio de 2021, um manifesto em que se posicionam veementemente contra os projetos em tramitação intencionando a regulamentação da Educação Domiciliar (*Homeschooling*).

Além de outros pontos, o manifesto destaca a inoportuna discussão em torno do tema, corroborando assim nosso pensamento:

No campo da educação, as secretarias estaduais, distrital e municipais estão desamparadas tanto financeiramente quanto para planejar e implementar o ensino remoto com tecnologias, o retorno às aulas presenciais, o enfrentamento da evasão escolar e o combate à violência doméstica. A inviabilização do Plano Nacional de Educação por uma absurda política econômica de austeridade fiscal e a ausência de coordenação federal, também na educação, denunciam a opção do Governo em desviar a atenção do que deveria ser prioritário na gestão de superação da pandemia. O debate sobre o *homeschooling* se apresenta como mais uma agenda inoportuna diante das agruras vividas pelos sistemas de ensino e a sociedade em geral (MANIFESTO..., 2021, p. 2).

O Projeto de Lei n.º 3.262/19 fez parte da pauta da Reunião Deliberativa Extraordinária⁵⁴ Extraordinária (virtual) da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no

⁵⁴ Para mais informações sobre a reunião deliberativa extraordinária, consulte sua transmissão na íntegra. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/61794>. Acesso em: 04 nov. 2021.

dia 10 de junho de 2021. Na ocasião, o projeto foi aprovado, apresentando o resultado de 35 votos a favor e 24 votos contra. Dessa forma, o projeto está pronto para ser pautado no Plenário da Câmara dos Deputados. Vale destacar que o Projeto de Lei n.º 3.262/19⁵⁵ prevê a mudança no Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que trata do Código Penal brasileiro, acrescentando, ao parágrafo 246, o parágrafo único com a seguinte redação: “Parágrafo único – Os pais ou responsáveis que ofertarem a modalidade de educação domiciliar (*homeschooling*) não incorrem no crime previsto neste artigo” (BRASIL, 2019r, p. 1, grifo do autor).

A reunião foi marcada por posicionamentos incisivos entre aqueles que defendiam a proposta e os que se manifestavam contra. Com o intuito de ilustrar o posicionamento argumentativo daqueles que defendem a Educação Domiciliar (*Homeschooling*), segue um compilado contendo partes do discurso feito por Caroline Rodrigues de Toni (PSL-SC), Deputada Federal eleita em 2018 por Santa Catarina, além de ser uma das autoras do Projeto de Lei n.º 3.262/19, que foi aprovado pela CCJ. O teor do discurso consubstancia boa parte dos alvos de Jair Bolsonaro na área da educação, passando pela teoria da conspiração de uma revolução cultural de que existiria uma doutrina marxista impregnada na estrutura educacional brasileira, bem como a intenção dos governos de esquerda de promoverem uma doutrinação das crianças como forma de projeto de poder.

Nós não estamos falando aqui, nesse projeto, sobre o fracasso ou a má-qualidade do ensino público do Brasil, ou mesmo do que se gasta no Brasil segundo a OCDE e tenho os dados aqui. Gasta-se 5,4% do [Produto Interno Bruto] PIB em investimento em educação. A gente gasta mais em educação do Japão, Coréia do Norte, Estados Unidos, Canadá, Alemanha. O Brasil gasta mais em educação do que países de primeiro mundo e no entanto, nós temos uma educação [com] um dos piores sistemas educacionais do mundo. Não estamos falando aqui do analfabetismo funcional que é um fenômeno concreto no Brasil. Que as pessoas saem do ensino superior, muitas analfabetas funcionais. Ou não estamos falando da doutrinação marxista, da doutrinação de esquerda nas escolas, ou do aparelhamento que a esquerda faz nas escolas e universidades. E muito menos estamos falando de um outro problema que a gente tem no Brasil que é o problema de drogas nas universidades públicas. São tantos os problemas da educação pública no Brasil que a gente não está falando sobre isso. Nós apenas estamos falando, nesse projeto, propondo uma alternativa. Nós estamos falando que as famílias que optam por outra modalidade de educação, de ensino, que é o ensino domiciliar, não sejam criminalizadas por isso, por termos uma ausência legislativa, por não estar regulamentado esse assunto. Nós estamos falando de uma liberdade. Ora, uma liberdade que as famílias têm que ter e que deve ser respeitada pelo Estado. A família precede ao Estado. O Estado é uma convenção social. [...] O que a gente vê aqui é que o Estado se agiganta de tal forma, ele toma tal tamanho

⁵⁵ Consulte o sítio da Câmara dos Deputados para acompanhar todos os andamentos do Projeto de Lei n.º 3.262/19. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso em: 04 nov. 2021.

[que] se a gente não o limita, ele inviabiliza o exercício de um direito que sempre existiu na sociedade que é o direito desse protagonismo da família na instrução de seus filhos. Portanto, o que a gente está fazendo aqui, nada mais é do que proteger os direitos das famílias que optam por não ter essa massificação, essa uniformização que tem no ensino público. Ao contrário, o ensino domiciliar é um ensino personalizado, que respeita a vocação de cada criança e desenvolve os seus talentos naturais. [...] Ela [a família] tem que ser respeitada e é isso que a gente quer. É o respeito às famílias e ao respeito de escolha das famílias. Agora, isso vai muito da matriz teórica que se quer escolher. A gente vê que a oposição e a esquerda estão contra esse projeto porque eles olham o Estado como a grande solução para o mundo e que esse Estado vai ficar cada vez mais gigante e que vai substituir até mesmo as famílias. Tem uma procuradora federal que é a Deborah Duprat que ela fala que a criança pertence ao Estado e não à família. Então vai muito nessa matriz teórica que a esquerda escolhe de que não existe moralidade, de que não existe ensino eficiente que não esteja fora do Estado, justamente que é para formatar, para doutrinar as crianças. E quando aparece uma solução tão eficaz, como eu falei aqui, que visitei uma criança, na semana passada, de três anos de idade que já está alfabetizada, algo impossível para o sistema público, pela sua ineficiência, é óbvio que a esquerda vai ser contra. Porque eles não querem que isso seja provado, porque senão vai ser uma alternativa à mentalidade esquerdista imperante no sistema de ensino brasileiro. E eu nem queria ter entrado nesse mérito. Mas a gente tem que entrar nesse mérito para falar as verdades que estão querendo ocultar aqui também desse grande debate que muitas vezes é a má-qualidade do ensino público, não é!?. [É] Que a gente nem entrou nesses itens aqui, porque seria um vexame comparar os números. Muito embora nós tenhamos quantidade de recursos, que é 5% do PIB investido, a qualidade é péssima, ou seja, não é falta de investimento. É falta, justamente... é a metodologia que tem que mudar, são muitas coisas que têm que mudar e que fica difícil de fazer, porque a gente sabe que a esquerda dominou, infelizmente, por meio da revolução cultural dominaram essa questão do ensino nas escolas e nas universidades. Portanto, quando a gente fala em ensino domiciliar, se a gente for avaliar as famílias e o que é feito, é brilhante, é sensacional, o trabalho que é realizado. E não vai ser universalizado, como eu já falei aqui várias vezes, são raras as famílias que vão querer esse empenho e esse trabalho. É muito mais fácil delegar para o Estado a instrução dos seus filhos. Por isso, mesmo assim nós temos que defender essas famílias que optam por essa modalidade de ensino e não criminalizá-los. [...] Mas aqui [a proposta do projeto] é apenas para que o Ministério Público, o Conselho Tutelar, não fique perturbando essas famílias que optam por isso, que é um direito natural que deve ser preservado. [...] Então é sobre isso que a gente está falando. É sobre toda uma matriz teórica que infelizmente tomou conta do Brasil e que, independentemente de termos ou não lei regulamentando como deve ou não ser, essas famílias têm que gozar de liberdade plena para ensinar para os seus filhos e é por isso que a gente quer proteger essas famílias para que não tenham a perseguição estatal e é um tipo penal bem tranquilo de ser aprovado, só autorizando e dizendo que não vai caracterizar abandono intelectual (COMISSÃO..., 2021, 03 h 56 s).

Talvez a quantidade de informações distorcidas, ou quem sabe maquiadas com o propósito de ampliar a representatividade da Educação Domiciliar (*Homeschooling*), não seja o ponto mais relevante no momento. Em um país com tamanhas desigualdades, que foram acentuadas pela pandemia do novo coronavírus, há demandas mais importantes e urgentes para a educação, visando atender os quase 48 milhões de estudantes da Educação Básica, por exemplo. Sem pretender entrar no mérito dessas demandas, na ocasião, vale aqui refletirmos um pouco sobre os interesses por trás da aprovação dessa política pública educacional. Nem o apoiador mais cético do

governo federal consegue negar que o presidente da República colocou-se em campanha desde o momento em que tomou posse em janeiro de 2019.

A gestão de Jair Bolsonaro é pautada por políticas e ações de governo que visam a simpatia de sua base política. Governa-se não para uma nação, mas para grupos que possam ser cooptados como apoio, posteriormente convertido em votos, a fim de conquistar a reeleição em 2022 e, com isso, ampliar a representatividade de seu clã e dar sustentabilidade ao seu projeto de poder. O autoritarismo é uma postura reinante nos discursos e ações bolsonaristas, tendo como seu mandatário maior o presidente da República.

Quanto à Educação Domiciliar (*Homeschooling*), o aceno feito é para a base religiosa, que representa grande parcela de seu público apoiador. A passagem de João (8, 32) é repetida freneticamente, principalmente pelo mandatário maior do Executivo da República, na tentativa de manter a imagem de uma pessoa religiosa e que preza pelos valores judaico-cristãos, como ele mesmo gosta de dizer, embora o discurso e atitude não sejam condizentes. Dito isso, acreditamos que a defesa pela implementação dessa política pública nada tem a ver com a liberdade individual do indivíduo – outra expressão recorrente –, ou com o fato de tratar-se de uma minoria, mas, sim, com a garantia e construção de um plano de poder. Uma frase de autoria controversa, ora atribuída ao ex-presidente Getúlio Vargas, ora ao filósofo Nicolau Maquiavel, reflete bem nossa tese: aos amigos, tudo! Aos inimigos, todos os rigores da lei. Talvez uma versão mais sádica do mesmo pensamento se encaixe melhor para o personagem: aos amigos, tudo! Aos indiferentes, a lei! Aos inimigos, uma morte lenta, gradual e dolorosa!

Tendo em vista as questões levantadas, ao comparar os números entre a quantidade de matrículas realizadas na Educação Básica do ensino regular e aqueles que fazem uso da Educação Domiciliar, podemos afirmar que existe uma diferença abissal entre os dois grupos em se tratando da quantidade de pessoas que fazem uso de cada proposta. Isso posto, para fazer a presente análise, trataremos os adeptos da Educação Domiciliar como sendo uma minoria. Tratamento esse que será feito não com sentido pejorativo, mas com a intenção de discutir uma tese sobre a postura do Presidente Jair Bolsonaro frente aos grupos minoritários.

Por que defendemos que não é uma defesa das garantias de uma minoria? Porque o discurso de Jair Bolsonaro, ao longo de sua trajetória política, evidenciou um forte desprezo pelas minorias. Portanto, tomando emprestado o pensamento de Stanley (2018), mesmo que não haja um

Estado explicitamente fascista, determinadas posturas podem desumanizar grupos minoritários, fazendo com que outra parte da população diminua a capacidade de empatia por eles.

Dentre outras oportunidades, destacamos que Jair Bolsonaro, durante o período de campanha à presidência da República, discursava para seus simpatizantes em Campina Grande-PB. Aos gritos de “Mito! Mito!”, Bolsonaro vociferava as seguintes palavras:

Como somos um país cristão, Deus acima de tudo!”, esgoelou-se. “Não tem mais essa historinha de Estado laico, não! É Estado cristão!”. Pronunciou seu voto de fé: “Vamos fazer um Brasil para as majorias! As minorias têm que se curvar às majorias! A lei deve existir para defender as majorias! As minorias se adéquam ou simplesmente desapareçam! (MAGALHÃES, 2018, n. p., grifo do autor).

Corroborando sua fala anterior ao rechaçar as minorias, destacamos mais um excerto de seus pronunciamentos. Tal posicionamento aconteceu em conversa com jornalistas na entrada do Palácio da Alvorada, no dia 16 de agosto de 2019. De acordo com o Presidente Jair Bolsonaro

As leis têm que ser feitas para proteger as majorias. Eu estou errado? [perguntou ao repórter]. Eu quero ver se estou errado. Se é para proteger as minorias, vamos proteger aí o assassino, o serial killer. Eles são minorias. Eu não sou politicamente correto e ponto final. Já sabia que eu era assim. Detesto o politicamente correto (‘SE É...’, 2019, 18 min 15 s).

Stanley (2018) nos alerta de que a divisão é uma das características mais marcantes do fascismo, estabelecendo uma divisão social entre “nós” e “eles”. Para o autor, a ideologia fascista procura naturalizar essa divisão que determina e explicita possíveis argumentos para respaldar sua postura.

“Eles” são preguiçosos, sobrevivem dos bens que produzimos, explorando a generosidade de nossos sistemas de bem-estar social ou empregando instituições corruptas, como sindicatos, para separar os cidadãos honestos e trabalhadores de seus salários. “Nós” somos produtores; “eles” são parasitas (STANLEY, 2018, p. 10, grifo do autor).

Por fim, acreditamos que a proposta da Educação Domiciliar (*Homeschooling*) relaciona-se mais com o aceno às bases políticas que se coadunam com o projeto de poder do clã Bolsonaro, referendando sua base política-eleitoral, e a tentativa de conquistar novos apoios. Transcendendo o mérito da modalidade de ensino que se pretende regulamentar, destacamos o

autoritarismo com que o governo federal e sua base aliada se posicionaram e se posicionam frente ao processo de implementação da Educação Domiciliar.

Dentre tantas e tantas demandas da educação brasileira, a modalidade Educação Domiciliar ter sido elencada como prioridade para regulamentação nos primeiros 100 dias de governo causa profunda estranheza. Prioridade essa que voltaria a ser destacada nas 35 prioridades apresentadas por Jair Bolsonaro aos presidentes da Câmara e do Senado, no início do ano legislativo em 2021.

Apesar de representar apenas aproximadamente 0,03% dos alunos matriculados na Educação Básica, sua regulamentação e posterior implementação seriam deletérias para a educação brasileira de acordo com educadores, entidades sociais e estudiosos da área. Para além de uma política da gestão de Jair Bolsonaro, do Ministério da Educação (MEC), de seu Ministro Milton Ribeiro, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), da Ministra Damares Alves, julgamos tratar-se de uma proposta, um desejo do Presidente Jair Bolsonaro. Sustentamos nossa argumentação nas inúmeras declarações do presidente quando afirmou que a palavra final sempre seria a dele e que ele não poderia ser um presidente “banana”. Sua postura à frente do governo federal sempre foi a de assumir para si o processo decisório, tanto que todo aquele que ousou se contrapor a ele foi desligado de sua gestão.

A implementação da Educação Domiciliar (*Homeschooling*), da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a adoção do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) careciam de um processo de construção menos autoritário, permitindo aos representantes da sociedade organizada, quiçá ampliando a discussão, tornando-a pública, dando vez e voz ao contraditório a fim de verificar, caso aceitas, uma melhor forma de colocá-las em prática.

8.8 Future-se

É de conhecimento público o posicionamento do político Jair Bolsonaro para com relação às universidades públicas brasileiras. Mensagem essa que ele fez questão de deixar muito bem clara durante o período de campanha à presidência da República, dando sequência ao seu discurso após consumada a eleição. O combate do presidente às universidades contaminou o bolsonarismo e cooptou fortes aliados como Abraham Weintraub, segundo Ministro da Educação de seu governo. As universidades públicas foram acusadas de terem plantações extensivas de

maconha; laboratórios para a fabricação de drogas sintéticas; que seus estudantes fazem tudo, menos estudar; que as instituições são fábricas de comunistas, de socialistas; incentivou estudantes a filmarem seus professores; que os professores das instituições públicas universitárias são doutrinadores de esquerda, imbuídos do propósito de moldar os estudantes com uma mente marxista, a fim de propagarem tais preceitos e, conseqüentemente, implantarem uma ideologia comunista no Brasil.

Os ataques elencados são apenas alguns dentre vários constantes do discurso bolsonarista. Diante dessa postura frente ao Ensino Superior, não poderíamos esperar algo diferente da gestão Bolsonaro que não seja a tentativa de desmonte da educação pública brasileira, em especial os ataques ao Ensino Superior. No caso em discussão, discorreremos sobre o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), tendo em vista se tratar de uma das poucas ações do governo Jair Bolsonaro direcionadas ao Ensino Superior.

Antes, porém, cabe destacar o que a campanha de Jair Bolsonaro definiu como proposta de plano de governo para a Educação Superior. O citado documento, em sua página 45, apresenta um gráfico detalhando gastos da União concernentes às modalidades de ensino. A partir dessa informação, os proponentes do documento defendem que a base da pirâmide educacional, em termos de investimento, precisa ser invertida. Com relação à qualidade, a proposta é estimular o aprendizado das crianças pelo gosto de estudar sendo que, conseqüentemente, fará com que obtenham mais sucesso (BOLSONARO, 2018a).

Na sequência, em seção intitulada “Gestão é importante, porém, conteúdo, forma e estratégia precisam mudar!”, o plano de governo determina que

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul (BOLSONARO, 2018a, p. 46).

A proposta de plano de governo determina que os sistemas de ensino dos entes federados funcionem de forma isolada, sem estabelecer uma comunicação eficaz entre si. Determina, também, que o foco maior do governo federal ocorre no Ensino Superior. Diante desse panorama, é proposta uma integração em que, por meio de avaliações técnicas, os resultados permitirão um diagnóstico preciso que impactará diretamente na qualidade de professores e

estudantes. Portanto, fica estabelecida a significativa contribuição que poderá ser feita pelas universidades públicas e privadas no concernente à integração proposta no documento, objetivando detectar dificuldades no processo de ensino e aprendizagem na educação básica e estabelecer alternativas para que os estudantes possam performar nas avaliações externas, melhorando, dessa forma, os indicadores de qualidade da educação (BOLSONARO, 2018a).

Nas páginas 48 e 49, com a título de “Inovação, Ciência e Tecnologia”, são apresentadas falas alegando que o modelo atual de pesquisa adotado no Brasil estaria esgotado. A forma e o conteúdo explicitados talvez nos remetam aos princípios, à gênese do programa Future-se.

O modelo atual de pesquisa e desenvolvimento no Brasil está totalmente esgotado. Não há mais espaço para basear esta importante área da economia moderna em uma estratégia centralizada, comandada de Brasília e dependente exclusivamente de recursos públicos. Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coréia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas. Criam-se *hubs* tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos. Jair Bolsonaro pôde constatar isso pessoalmente. Em todos os países visitados há tais centros. Inclusive, nos países que têm liderado tal dinâmica, Japão, Taiwan e Coréia do Sul, há grande ênfase em cursos técnicos e carreiras de exatas. Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. Assim, valorizaremos talentos nacionais e atrairemos outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda aqui (BOLSONARO, 2018a, p. 48).

Na continuação de sua proposta, a campanha de Jair Bolsonaro traz à tona o tema do grafeno e nióbio, outra obsessão do presidente.

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia etc. em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro. A pesquisa mais aprofundada segue um caminho natural. Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas. O campo da ciência e do conhecimento nunca deve ser estéril. Cada região do Brasil deve buscar suas vantagens comparativas por exemplo, o Nordeste tem grande potencial de desenvolver fontes de energia renovável, solar e eólica. Os países da Ásia têm investido nesta tecnologia. Na agricultura, há espaço para trazer o conhecimento de Israel. Inclusive, Jair Bolsonaro pôde iniciar conversas sobre parcerias nesses países. O Brasil deverá ser um centro mundial de pesquisa e desenvolvimento em grafeno e nióbio, gerando novas aplicações e produtos. Durante sua visita ao Japão, Jair Bolsonaro conheceu a utilização do grafeno por exemplo, no desenvolvimento de um submarino nuclear (BOLSONARO, 2018a, p. 49).

No documento “Metas Nacionais Prioritárias: agenda de 100 dias de governo”, a única menção feita às universidades, ao Ensino Superior, foi na ação cinco, de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que intenciona “promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências”, no âmbito do Programa Ciência na Escola⁵⁶ Escola (BRASIL, 2019g, p. 3). O Programa Ciência na Escola transcenderia o recorte dos 100 dias de gestão e só seria implementado em três de dezembro de 2019, com a publicação do Decreto n.º 10.151, de 2 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019t).

A ausência de propostas prioritárias para o Ensino Superior também foi constatada quando foi entregue, em 2021, um documento contendo uma lista de 35 projetos prioritários para a gestão Bolsonaro. Como informado anteriormente neste texto, o documento foi entregue, no dia três de fevereiro de 2021, pelo Presidente Jair Bolsonaro, aos presidentes do Senado Federal Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por ocasião de cerimônia comemorativa do início dos trabalhos legislativos desse ano. Além de não constar o Ensino Superior como prioridade para o ano, sequer o Future-se figurou entre os projetos da lista. Como mencionado anteriormente, somente a proposta de regularizar a modalidade Educação Domiciliar (*Homeschooling*) consta na pauta de prioridades para a Educação em 2021, compartilhada pela gestão Jair Bolsonaro. Fato de se estranhar foi o Future-se não entrar na lista, isso devido à grande expectativa depositada pela gestão de Jair Bolsonaro em torno de sua proposta. No final de 2019, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, elencou o Future-se como um dos projetos que promoveria “[...] a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos” (BRASIL, 2019u).

O projeto Future-se, principal aposta do governo federal para 2020, foi desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) que funciona no âmbito do Ministério da Educação (MEC). De acordo com as palavras de Weintraub, quem fez todo o trabalho à frente do Future-se foi Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, então Secretário da Sesu, que, além dessa proposta, teria participado da implementação de iniciativas, tais como a ID Estudantil e o diploma digital (APRESENTAÇÃO..., 2019).

Arnaldo Barbosa, que chegou a afirmar que “o futuro já chegou e 2020 será o ano de consolidação do Future-se [...]” (BRASIL, 2019v, n. p.), assumiu o cargo de Secretário da

⁵⁶ Para saber mais sobre o Ciência na Escola, basta acessar o sítio oficial do programa. Disponível em: <https://www.cienciaaescola.gov.br/app/ciencianaescola/sobreoprograma>. Acesso em: 06 nov. 2021.

Educação Superior do MEC, em abril de 2019, no lugar do Professor Mauro Luiz Rabelo, que tinha exercido a função no governo anterior de Michel Temer. A mudança aconteceu concomitantemente à troca do Ministro da Educação Ricardo Vélez por Abraham Weintraub. Em janeiro de 2020, Arnaldo Barbosa solicita seu desligamento do governo alegando motivos pessoais. No momento em questão, o MEC passava por uma de suas inúmeras crises, tendo em vista que sofria fortes críticas em função de correções erradas feitas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019. A substituição no comando da Secretaria de Educação Superior (Sesu) se consumou em março de 2020, quando Arnaldo Barbosa deixou a pasta e, em seu lugar, assumiu Wagner Vilas Boas de Souza, levando consigo uma vasta bagagem de serviços prestados no poder público (LIMA, 2020; SECRETÁRIO..., 2020).

Antes de discutir o projeto Future-se e todas as repercussões que o circundaram, e circundam até hoje, faz-se necessário remontar ao contexto em que ele foi apresentado pelo MEC. Dentre os vários, o Ministério da Educação, na gestão de Jair Bolsonaro, foi aquele que se sobressaiu aos demais devido ao grande número de troca de cargos, seja no próprio Ministério ou nas instituições vinculadas a ele. Outro destaque negativo foi a quantidade de polêmicas envolvendo o MEC, em especial os seus Ministros Ricardo Vélez e Abraham Weintraub.

Ricardo Vélez Rodríguez permaneceu no comando do MEC por três meses e uma semana. Apesar de um tempo curto, a gestão de Vélez Rodríguez alterou o texto do edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), suprimindo partes em que era proibida a veiculação de publicidades nos livros, e outras partes que determinavam que as obras estivessem isentas de erros e que deveriam incluir revisões bibliográficas. Após repercussão negativa, o MEC reconheceu o erro e recuou da decisão. Em fevereiro de 2019, o MEC determina, de forma totalmente arbitrária e autoritária, que os diretores de todas as escolas perfilassem seus estudantes e funcionários diante da bandeira do Brasil, enquanto fosse executado o Hino Nacional. O *e-mail* enviado pelo MEC às escolas ainda solicitava que um representante da escola filmasse o momento da execução do Hino Nacional e a leitura da seguinte mensagem assinada pelo Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez: “Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” (BRASIL, 2019w, n. p.).

Ainda no mês de março, foi publicizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Portaria n.º 271, de 22 de março de 2019, que suspendia, por dois anos, a avaliação da alfabetização das crianças (BRASIL, 2019x). A justificativa do Ministério da Educação era a de que as escolas não teriam tempo hábil para se adequar às novas diretrizes da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em virtude da enorme repercussão negativa, o MEC novamente recuou e tornou a proposta sem efeito por meio da Portaria n.º 689, de 25 de março de 2019 (BRASIL, 2019y).

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também entraria no rol de ações puramente ideológicas da gestão de Jair Bolsonaro. O MEC decidiu criar uma comissão de três pessoas para avaliar previamente as questões do Enem. De acordo com o parágrafo 1.º, do artigo 1.º, da Portaria n.º 244, de março de 2019, a comissão criada pretendia “[...] verificar a sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame” (BRASIL, 2019z). Em 2018, indignado com uma das questões que tratava sobre o Pajubá, um “dialeto secreto” associado a gays e travestis, o então presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse: “[...] podem ter certeza e ficar tranquilos. Não vai ter questão desta forma ano que vem [2019], porque nós vamos tomar conhecimento da prova antes” (MATOSO, 2018, n. p.).

Mal se apagava o fogo de um lado do Ministério da Educação e já se viam labaredas de outro. A impressão que se tinha, ao final do primeiro mês de administração de Véléz Rodríguez à frente do MEC, era a de que muito tempo havia se passado. A chama dessa vez veio quando da divulgação de uma entrevista concedida pelo Ministro Véléz Rodríguez ao jornal Valor Econômico, em 28 de janeiro de 2019, e depois à revista Veja, que foi disponibilizada nas bancas a partir de 6 de fevereiro; ambas repercutiram negativamente em toda a mídia. Tamanha foi a repercussão que o então Ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez, teve que comparecer no Senado Federal, em 26 de fevereiro, e na Câmara dos Deputados, em 27 de março, para prestar esclarecimentos sobre seus pronunciamentos, bem como sobre os trabalhos do Ministério da Educação (MINISTRO..., 2019b; CASTRO; VIEIRA, 2019).

Um dos pontos polêmicos da entrevista foi a declaração do ministro de que a “ideia de universidade para todos não existe [...]” e que as “universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica”. A interpretação que tomou conta dos veículos de comunicação foi que as vagas das universidades públicas deveriam ser reservadas a quem detém o poder econômico, e que ao pobre, ao filho do trabalhador, restaria o ensino técnico para que

conseguisse ser útil à sua família e ao seu país de uma forma mais rápida (PASSARELLI, 2019, n. p.).

Outro exemplo dado pelo ministro foi o fato de um advogado estudar por anos e depois, devido às condições de trabalho e/ou até mesmo à falta dele, esse profissional ter que passar a trabalhar como motorista para a empresa Uber. Após levantar essa hipótese, o ministro já ressalta que não tem nada contra os motoristas do aplicativo Uber, mas que, se esse profissional tivesse feito uma escolha diferente, talvez não precisasse gastar seu tempo de graduação em uma profissão que não iria exercer (PASSARELLI, 2019).

Vélez Rodríguez reforça que sua gestão está consubstanciada com as pautas proclamadas pelo Presidente Bolsonaro, fazendo com que os recursos e a assistência técnica cheguem lá no município, na base, dando real significado a um dos bordões de campanha, “mais Brasil, menos Brasília”, reforçando, com isso, a proposta de descentralizar as decisões (PASSARELLI, 2019).

O ministro se diz um crítico do que ele intitula como “ideologia de gênero” nas escolas, o que se traduz, para ele, em uma realidade em que os professores ensinam “menino a beijar menino e menina a beijar menina”. Vélez Rodríguez manifestou que essa não é uma pauta de seu interesse, quando questionado sobre a inexistência de dados empíricos que sustentassem tal tese (PASSARELLI, 2019, n. p.).

Em entrevista à revista *Veja*, que foi às bancas no dia 1.º fevereiro de 2019, o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, segue na mesma linha que respondeu ao jornal *Valor Econômico*. Durante a entrevista, os jornalistas levantaram o tema sobre universidade para todos, porque, segundo a revista, o ministro teria abordado esse assunto em outra entrevista. Vélez Rodríguez afirma que “em nenhum país a universidade chega a todos. Ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 10). Em sua opinião, existe um círculo de preparação, em que o ensino fundamental prepara a pessoa para o ensino médio e este prepara para o vestibular. O vestibular prepara para que a pessoa ingresse na universidade “e a universidade prepara para o desemprego” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 10). Para Vélez, esse processo seria o “[...] funil da insensatez” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 10). Sobre esse assunto, Vélez Rodríguez ressalta que é preciso “[...] resgatar no Brasil é a valorização do ensino fundamental e dos cursos profissionalizantes” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 10).

O ministro da Educação não descarta a possibilidade de se cobrar mensalidade dos alunos nas universidades públicas e mostra-se simpatizante do “[...] regime vigente na Colômbia”, onde “[...] paga-se de acordo com a renda [...]”, “[...] se você é rico paga mais, se é pobre recebe bolsa” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 10). Vélez Rodríguez é partidário da tese de que “as cotas são uma solução emergencial [...]” e o Brasil “[...] precisa chegar ao momento de eliminar as cotas para dizer que elas não são mais necessárias porque elevamos o nível do ensino fundamental” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 10).

Ao abordar o assunto pertinente ao projeto “Escola Sem Partido”, o ministro diz ser contrário à “[...] ideologização precoce de crianças na escola”; portanto, ela “[...] não serve para fazer política” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11). Nesses termos, é enfático ao afirmar que a “ideologização nas escolas é um abuso, um atentado ao pátrio poder e uma invasão da militância em um aspecto que não lhe compete. Quem praticar isso ostensivamente vai responder à legislação que existe neste país” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11).

Sobre liberdade de cátedra, o Ministro Vélez Rodríguez aduz que “liberdade não é fazer o que você deseja. Liberdade é agir, fazer escolhas dentro dos limites da lei da moralidade. Fazer o que dá vontade não é ser livre. Isso é libertinagem” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11). De acordo com seu prisma, “no Brasil, por força de ciclos autoritários, temos uma visão enviesada da liberdade. Liberdade não é o que pregava Cazusa, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda. Não! Isso é desrespeito à autoridade [...]” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11). Portanto, salienta que “nossas crianças e adolescentes devem ser formados na educação para a cidadania, que ensina como agir de acordo com a lei e com a moral” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11).

Em função da narrativa apresentada, indagaram-lhe se essa conduta não seria uma “[...] perseguição ideológica [...]”, ao que respondeu já existir um “[...] clima persecutório [...]”, mas “[...] das esquerdas contra os que pensam de modo diferente delas” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11); portanto,

[...] se pensa diferentemente do coletivo, você está lascado pelo resto da vida, assassina a sua reputação [...] e isso é um abuso terrível contra o qual temos de nos reerguer com raiva. O PT foi mestre em assassinar reputações. Essa prática fascista, leninista, não pode mais ocorrer (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11).

O Ministro Ricardo Vélez defende que doutrinas ideológicas devam ser estudadas somente no ensino superior e que “o dever do professor universitário é ensinar aos alunos todas as

posições ideológicas e colocar entre parênteses o seu ponto de vista [...]” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11). Dessa forma, ele não induzirá “[...] o aluno a adotar o ponto de vista do mestre. Se o mestre for muito bom, o estudante terminará fazendo as escolhas certas” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11).

Conjeturando, perguntaram ao ministro quem ele colocaria no lugar do busto de Paulo Freire, patrono da Educação no Brasil. A esse questionamento, Vélez Rodríguez respondeu que, “do século XIX, Tobias Barreto. Do século XX, Antônio Paim. Do século XXI, Olavo de Carvalho” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11), e concluiu o pensamento enaltecendo aquele que o indicara para o MEC. Eu “[...] reconheço que Olavo fez um grande trabalho de formação humanística. Muitos jovens saíram do marxismo e se tornaram pessoas de bem lendo Olavo de Carvalho. Então, a obra educadora dele é importante” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11).

O ponto que chamou mais a atenção dos leitores, que indignou grande parte dos brasileiros, e que tomou as manchetes das mídias, foi quando a “Veja” perguntou: “Por que o senhor acha que a disciplina educação moral e cívica deve voltar ao currículo?” (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11). Diante dessa indagação, Vélez argumentou que

Os alunos devem sair do ensino básico e do fundamental sabendo que há uma lei interior em todos nós. Se nós a transgredirmos, mesmo enganando até a própria mãe, sentimos uma coisa chamada remorso. A primeira parte dessa disciplina pode ser dada nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Os estudantes podem aprender, por exemplo, o que é ser brasileiro. Quais são os nossos heróis? O PT tentou matar todos eles. Carla Camurati (cineasta) colocou dom Joãozinho (refere-se a dom João VI) como um reles comedor de frango, sem nenhuma serventia. Ele era um grande estadista, um grande herói. Outro ponto: hoje, adolescente viaja. É necessário lembrar que existem contextos sociais diferentes e que as leis dos outros devem ser respeitadas. O brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola (CASTRO; VIEIRA, 2019, p. 11).

Após a sequência de polêmicas em sua gestão frente ao MEC, o Presidente Jair Bolsonaro comunicou, via rede social (*Twitter*), a exoneração de Ricardo Vélez Rodríguez, publicizando a seguinte mensagem:

Comunico a todos a indicação do Professor Abraham Weintraub ao cargo de Ministro da Educação. Abraham é doutor, professor universitário e possui ampla experiência em gestão e o conhecimento necessário para a pasta. Aproveito para agradecer ao Prof. Velez pelos serviços prestados (BOLSONARO, 2019c, n. p.).

Após esse comunicado, o presidente corrigiu e trocou a titulação de Weintraub de doutor para mestre. Antes de prosseguir, cabe aqui lembrar a tão decantada citação de Jair Bolsonaro: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, trecho do evangelho de João, capítulo 8, versículo 32. Essa passagem ilustra bem a série de incongruências apresentadas nos currículos de cinco de seus ministros, a saber: Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Carlos Alberto Decotelli da Silva, todos do Ministério da Educação; Ricardo de Aquino Salles, do Ministério do Meio Ambiente; e Damares Regina Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Destaque para a Ministra Damares Alves que, em um de seus discursos, afirmou ter mestrado em educação e mestrado em direito constitucional e direito da família. Após repercussão negativa e ao ser questionada pela imprensa, sua justificativa foi que são títulos bíblicos, e que, nas igrejas cristãs, todo aquele que se dedica ao ensino bíblico é chamado de mestre (PREGAÇÃO..., 2013).

Abraham Weintraub assumiu o comando do MEC em 9 de abril de 2021. Weintraub, em seu discurso de posse, apesar de atacar Paulo Freire, patrono da educação brasileira e de destacar o posicionamento do Brasil nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), tentou fazer um discurso conciliador, prometendo democracia e diálogo, respeitando até mesmo os pensamentos contraditórios. O tema do Pisa sempre esteve presente nas falas do Presidente Jair Bolsonaro quando o assunto era a educação brasileira. Sua análise sobre a qualidade na educação brasileira se reduz aos números objetivos do Pisa e, recorrentemente, destaca sua opinião de que 70% dos nossos estudantes não sabem fazer uma regra de três simples, não sabem interpretar textos e não sabem responder a perguntas básicas de Ciências. Sua análise finda-se aí. O mais sério dessa situação é que seu discurso reverbera entre o bolsonarismo que propaga a informação. O problema não se concentra na exposição dos dados em si, pois eles realmente refletem o desempenho dos estudantes brasileiros no Pisa. Acreditamos que a falha talvez esteja em não fazer uma análise qualitativa da educação, definindo e buscando claramente o que se pretende com a educação básica pública. É necessário também levar em conta todos os fatores intervenientes no resultado das avaliações externas, com destaque para as condições socioeconômicas dos estudantes (ABRAHAM..., 2019).

Em seu pronunciamento, o Presidente da República Jair Bolsonaro, também se referiu ao Pisa e, em seguida, manifestou o modelo de estudante que sua gestão pretende para o Brasil: “[...] Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política como é atualmente

dentro das escolas, mas comece realmente a aprender coisas que possam, quem sabe, levá-la ao espaço no futuro” (ABRAHAM..., 2019, 20 min 39 s). Podemos entender que um estudante que não é politizado tem maiores chances de vir a ser manipulado ao longo de sua vida.

Afirmando ter a intenção de se mostrar um Ministro da Educação pacificador e preocupado em apresentar resultados, destacamos alguns recortes do discurso de Abraham Weintraub:

[...] A gente tem que ser subserviente às leis. Quando as leis são desrespeitadas é o caos que impera. A gente está aqui para servir o povo e não apenas os que trouxeram este governo a ocupar o cargo atual, mas a toda a nação, mesmo quem não concorda com a gente. A gente tem que respeitar todos, desde que sejam cumpridores da lei (8:44).

[...]

Bem resumidamente, o objetivo é acalmar os ânimos, colocar a bola no chão, pôr para rodar, republicanamente, respeitando diferentes opiniões. Tem gente que fala que eu sou muito radical. Eu não sou radical. Eu sou aberto ao diálogo. O que você não pode é descumprir a lei. Você não pode pregar a violência e esperar a tolerância. Enquanto você não ameaçar a vida ou a integridade física de alguém, eu estou sempre aberto ao diálogo. Agora, dentro desse diálogo tem que haver civilidade, concordância. Estamos abertos, vamos conversar, vamos conduzir a integrar o resultado, o que foi prometido no plano de governo dentro das linhas que a gente se propôs, mas sempre aberto ao diálogo.

[...]

O nosso papel é transformar a vida da sociedade em uma coisa melhor, todo dia um pouco melhor (ABRAHAM..., 2019, 8 min 44 s).

Horas mais tarde, no mesmo dia 9 de abril de 2019, na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro da Educação, Abraham Weintraub mudou o discurso e mostrou qual seria a tônica de sua postura pessoal e profissional frente ao MEC. O teor de sua fala denota um viés totalmente autoritário, como pode ser visto a seguir.

[...] A gente vai pacificar o MEC. E como funciona a paz? A paz a gente está decretando a partir de agora que o MEC tem um rumo, uma direção, e quem não estiver satisfeito com ela, por favor avise, porque vai ser tirado. Existe, sim, obrigação de uma pessoa que está no time. Ela pode ter a convicção pessoal que for. Eu tenho as minhas convicções pessoais. A partir do momento que eu entro no governo, eu tenho que me pautar pelas convicções que são feitas pelo topo do time. Eu posso ter posições diferentes do que o Presidente Bolsonaro acha. Eu tenho duas alternativas, ou eu obedeço ou eu caio fora. Não existe hipótese de aqui dentro haver discordância do que a gente vai expor. Isso não quer dizer que a gente é autoritário. A gente está aberto ao diálogo. A gente quer conversar. Mesmo que a pessoa não tenha um alinhamento ideológico igual ao nosso, a gente escuta as opiniões, com argumentação lógica, processo cartesiano, método aristotélico. Significa números, dados, evidência empírica. A gente cede. Não reconhecer um erro é burrice. O MEC, até pela sua própria ciência, tem que ser um paradigma de boa gestão, de eficiência, dado que a gente deveria ter o controle da ciência, da administração, da economia, de processos, de métodos. E o que a gente vai fazer aqui é, primeira coisa, pacificar. Pacificar não significa que vamos ser amiguinhos, não! Quem continuar na guerra, batendo, está

fora! Não tem um segundo aviso. Segunda coisa: a gente está desembarcando com o time aqui e vai querer conversar com todo o mundo, aberto, de forma desarmada.

[...]

O MEC não é nosso. O MEC é da sociedade, dos cidadãos que pagam impostos e a eles que a gente tem a obrigação de retribuir com bons serviços. O que nós vamos fazer está no plano de governo e não é nenhum absurdo. Com esses 120 bilhões a gente consegue entregar mais, a gente vai entregar mais. Nós devemos entregar mais do que os indicadores internacionais atuais do Brasil. Eles são ruins. O Brasil gasta como um país rico e tem indicadores de um país pobre em termos de PIB per capita. Para isso a gente está aberto a diferentes posições. Podem ser olavistas, podem ser militares, pode ser gente de esquerda, disposta ao diálogo. O diálogo pressupõe que a pessoa respeite as leis, seja tolerante e aceite uma discussão racional e acadêmica. Falta de educação, gritaria e ameaça de morte... a gente descumpriu a lei, a gente não discute.

[...]

Não sou radical. Eu sou radical apenas em minha tolerância.

[...]

O que a gente vai trazer aqui é essa diretriz que é: acabou! Estamos pacificando o MEC. Tem espaço para todo o mundo conversar com a gente. Pisou fora da linha, começou a plantar coisa, começou a brigar internamente, está fora na hora. Se o pessoal tem alinhamento passado de esquerda, não vou atrás. Meu objetivo não é esse. Ah, mas se a pessoa descumpriu a lei no passado? Vou atrás, está fora! A gente tem um trabalho árduo para fazer, muito importante. Em várias frentes. Não existe espaço para a gente se decepcionar com o MEC. Para todos nós.

[...]

Estamos desembarcando aqui para o diálogo. Peito aberto. Acabou! O diálogo. Tranquilo! Acabou! Bola para frente (TRANSMISSÃO..., 2019, 27 min 57 s).

No final de abril de 2019, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, concedeu entrevista à jornalista Renata Agostini, do jornal O Estado de S. Paulo. Na ocasião, sua fala provocaria uma das maiores repercussões negativas do MEC durante o governo Bolsonaro. Segundo o ministro, as “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (MEC CORTARÁ..., 2019, n. p.). Ao ser questionado pela jornalista sobre o que ele entendia por balbúrdia, o ministro citou como exemplos a presença de “sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus” (MEC CORTARÁ..., 2019, n. p.). Três universidades já estariam enquadradas nos critérios do MEC e com repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estaria em observação e possivelmente poderia ser enquadrada. De forma geral, as universidades e institutos federais sofreram contingenciamentos, mas as três instituições citadas tiveram um bloqueio maior em suas verbas (MEC CORTARÁ..., 2019). Após esse anúncio e a consequente repercussão negativa, o MEC divulgou nota recuando da decisão de reduzir verba das universidades por causa de balbúrdia, propondo um corte linear. Na nota “o Ministério da Educação informa que o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico

para todas as universidades e institutos [...]” e que estuda “[...] aplicar outros critérios como o desempenho acadêmico das universidades e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho. O maior objetivo é gerar profissionais capacitados e preparados para a realidade do país” (MEC AMPLIA..., 2019, n. p.).

Esse anúncio de contingenciamentos, por parte do MEC, desencadeou uma série de manifestações da sociedade, em especial de estudantes e professores contrários à medida. A primeira manifestação aconteceu no dia 15 de maio de 2019, mobilizando mais de 200 cidades em todo o Brasil. No dia 30 de maio, aconteceu a segunda manifestação e, no dia 13 de agosto, a terceira. Concomitantemente às manifestações, bolsonaristas assumiram o posicionamento de ataques às universidades públicas, a seus estudantes e professores. O Presidente Jair Bolsonaro estava em Dallas para receber o prêmio “Pessoa do Ano”, pela Câmara de Comércio Brasil – EUA, e, quando perguntado sobre a manifestação, respondeu que

É natural! A maioria ali é militante e não tem nada na cabeça. Se perguntar quanto é 7 vezes 8, ele não sabe. Se perguntar a fórmula da água, ele não sabe, não sabe nada. São uns idiotas úteis e uns imbecis que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil (BOLSONARO..., 2019d, 1 min 57 s).

Foi nesse panorama de pura balbúrdia em que se encontrava o Brasil, em meio a cortes, contingenciamentos e manifestações, que o MEC julgou ser o momento propício para apresentar à sociedade o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se. A apresentação do programa ficou a cargo do então Secretário da Sesu, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior. Em suas palavras, o Future-se traz em sua essência o objetivo de “[...] fortalecer a autonomia financeira das universidades e institutos federais [...]”; nessa linha, o programa pretende fomentar “[...] a captação de receitas próprias e a contratualização por meio de organizações sociais, o que dá mais flexibilidade e o que permite que a gente tenha uma sustentabilidade financeira intertemporal” (APRESENTAÇÃO..., 2019, 10 min 23 s).

De acordo com Arnaldo Barbosa, a proposta da primeira minuta do Future-se previa uma divisão do programa em três eixos: I – gestão, governança e empreendedorismo; II – pesquisa e inovação; e III – internacionalização. A primeira versão divulgada pelo MEC, previa, ainda, em seu artigo 2.º, parágrafo 1.º, que “a permanência da IFES no programa está condicionada à manutenção dos requisitos dispostos no caput, sem prejuízo da observância ao art. 16 da Lei n.º

9.637, de 1998, e a exclusão do programa pode ensejar a aplicação de penalidades” (BRASIL, 2019aa, p. 2).

Com relação à gestão imobiliária, Arnaldo Barbosa, então Secretário da Sesu, diz que a União tem muito patrimônio, seja dentro das universidades ou mesmo próprio da União. No que diz respeito à gestão imobiliária, será permitido, por meio do programa, cessões, comodatos, Parcerias Público-Privadas (PPP) e fundos de investimento (APRESENTAÇÃO..., 2019).

O Future-se pretende, segundo Arnaldo Barbosa, criar oportunidades de negócios, um ambiente propício, mais saudável, para reter os bons alunos, para que fiquem no Brasil. Pretende formar cada vez mais talentos, consequentemente ampliando o leque de oportunidades, tendo em vista que a educação pública é subsidiada pelo Estado. “O contribuinte dá subsídio para quem estuda, mas para que ela gere externalidades positivas para que isso volte para a educação, volte para a economia, e se torne mais produtividade e desenvolvimento” (APRESENTAÇÃO..., 2019, 12 min 39 s).

Ainda no discurso de lançamento do Future-se, o secretário da Sesu, Arnaldo Barbosa, manifestou que o MEC quer criar, por meio do programa, um mecanismo de premiação de desempenho.

[...] A gente quer premiar as boas práticas. É tudo que a gente acredita. A gente não acredita nem no assistencialismo sem restrição fiscal, e nem numa meritocracia só dos melhores. O que a gente quer premiar é a cultura do esforço. A gente quer premiar sim, o bom desempenho.

[...]

O que que a gente vai permitir? Que os departamentos, que estão muito próximos do setor privado, possam se tornar sociedade de propósito específico, ou seja, a gente está fazendo, do cargo de professor universitário, o melhor emprego do Brasil. Por quê? Ele vai ter o salário dele garantido e toda receita própria que ele conseguir captar [...] vai ser dele, vai ter natureza privada. Desde que ele exporte o que a gente tem de melhor que é o conhecimento. Então! Publicações, exploração de patentes, sociedade de propósito específico, *start-ups*, os professores poderão ser cofundadores, poderão ser sócios, mas grande parte disso volta para a base, como no futebol, volta para a educação ” (APRESENTAÇÃO..., 2019, 11 min 42 s).

Por fim, todos os textos publicizados pelo MEC preveem uma adesão facultativa por parte das instituições de ensino ao programa, mas caberá a essas entidades o cumprimento integral das diretrizes do Future-se.

A primeira minuta do projeto de lei, que visa a criação do programa Future-se, trazia consigo a proposta de alteração de 17 leis, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) e o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. Tratava-se de um documento de 18 páginas e que foi submetido à consulta pública do dia 17 de julho a 29 de agosto de 2019, em endereço disponibilizado pelo MEC. Para participar e enviar sua contribuição, o cidadão teria que cadastrar-se no sítio disponibilizado, informando seu endereço de *e-mail* e número de CPF. Em seguida, para enviar os comentários, era necessário preencher um perfil e disponibilizar informações pessoais, tais como a cidade da residência, a faixa etária, o nível de escolaridade e a ocupação. De acordo com informações divulgadas pelo G1, em 19 de julho de 2019, em dois dias o número de pessoas cadastradas havia chegado a 9.015, sendo que desse montante, 5.106 enviaram comentários sobre a proposta (BRASIL, 2019aa; FUTURE-SE..., 2019; MORENO, 2019a; RODRIGUES, 2019a).

Em conversa disponibilizada pelo canal TV Brasil, na plataforma do *YouTube*, Arnaldo Barbosa, Secretário de Educação Superior do MEC, afirma que está trabalhando com vários reitores e que pelo menos 16 estarão junto com o MEC na largada do Future-se. Embora os governistas continuassem com a jornada de divulgação e tentativa de convencimento de que o programa referia-se a uma boa proposta para as universidades e institutos federais, a ideia agradou pouco à sociedade e à comunidade acadêmica que, a partir dali, passaram a mostrar sua contrariedade, pautando o tema nos diversos veículos de comunicação, publicações acadêmicas e manifestações de rua (BRASIL EM PAUTA..., 2019).

De acordo com o MEC, a primeira consulta pública do programa Future-se teria durado mais de 40 dias e com um total de 59.204 pessoas cadastradas, dentre as quais, 20.462 teriam respondido a pelo menos uma pergunta do formulário (PERA, 2019). Justificando a intenção de construir uma proposta sem vícios, que abarque a vontade popular e, ainda, que esteja de acordo com as leis vigentes no país, o MEC editou a Portaria n.º 1.701, de 30 de setembro de 2019, que institui um

[...] Grupo de Especialistas Jurídicos, de natureza técnica, com o objetivo de discutir e consolidar as propostas apresentadas por meio da pré-consulta aberta à comunidade sobre o Programa Future-se e elaborar proposição legislativa acerca do referido Programa, a ser encaminhada ao Congresso Nacional (BRASIL, 2019ab, n. p.).

De acordo com o artigo 2.º da portaria supracitada, o Grupo de Especialistas Jurídicos tem a função de

- I - avaliar as proposições, dúvidas e sugestões apresentadas por meio da pré-consulta;
- II - apoiar o Ministério da Educação no processo de elaboração da minuta de proposição legislativa do Programa Future-se;
- III - analisar e propor aperfeiçoamentos à proposta divulgada, quando do lançamento do Programa;
- IV - auxiliar na elaboração do Protocolo de Intenções e Termo de Adesão previstos no Programa; e
- V - redigir relatório conclusivo das atividades (BRASIL, 2019ab, n. p.).

Dentre as várias produções que se acumulavam nesse período, destacamos um documento intitulado “Dossiê sobre o programa FUTURE-SE do governo/MEC e as implicações para a universidade e a sociedade”, produzido em agosto de 2019, elaborado pelo Grupo de Pesquisa: Trabalho, Precarização e Resistências, Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH-UFBA. O dossiê é um compilado, onde os

[...] documentos são de diversos tipos e formatos, como notas oficiais de reitorias, de Reitores, de Conselhos Universitários, de entidades sindicais da área de educação, do MEC, bem como artigos assinados. Procurou-se classificar esses documentos, conforme apresentado no Sumário, em: POSIÇÃO DO GOVERNO/MEC, que reúne três textos; POSIÇÕES FAVORÁVEIS DE INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS AO FUTURE-SE, que tem um texto; POSIÇÕES CRÍTICAS DE INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS AO FUTURE-SE, com vinte e um textos; UNIVERSIDADES QUE JÁ TOMARAM POSIÇÃO SOBRE O FUTURE-SE, com sete que rejeitaram; ARTIGOS CRÍTICOS AO FUTURE-SE E NOTAS DE ENTIDADES SINDICAIS, reunindo doze textos e um PARECER JURÍDICO SOBRE O FUTURE-SE (UFBA, 2019, p. 5, grifo do autor).

O MEC confirmou, no dia 16 de outubro de 2019, a reformulação e divulgação de uma versão mais enxuta da proposta do projeto de lei que pretendia instituir o Future-se. Como a questão da autonomia universitária ganhou peso nas discussões posteriores à primeira minuta divulgada, a nova proposta trouxe a seguinte redação:

Art. 2º – As medidas previstas nesta Lei devem ser orientadas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como pelos seguintes preceitos:

- I - obediência à autonomia universitária, consoante o art. 207 da Constituição (BRASIL, 2019ac, p. 1).

Vários pontos foram modificados, tais como os eixos centrais do programa, a especificação das entidades privadas autorizadas a participar, a estrutura dos contratos, as fontes adicionais de financiamento, as alterações de leis vigentes no país etc.. A nova proposta também abandona a ideia de permitir que hospitais universitários cobrem pelo atendimento a pessoas com

plano de saúde privado. Diante das modificações feitas, foi aberta nova consulta pública para que a população pudesse opinar sobre a proposta (BRASIL, 2019ac; MORENO, 2019b).

No dia 3 de janeiro de 2020, o MEC anunciou a terceira versão do texto do projeto de lei que institui o Future-se. A publicação foi feita no Diário Oficial da União, apresentando, além da minuta, a abertura de consulta, a qual ficaria disponível até o dia 24 de janeiro de 2020. O novo texto prevê, como benefício por resultado, que os participantes do programa Future-se tenham preferência na concessão de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (BRASIL, 2020i).

Cabe aqui uma pausa para rememorar e destacar uma ação de Rodrigo Maia, então Presidente da Câmara dos Deputados. Por meio de um Ato do Presidente, datado de 29 de abril de 2019, Rodrigo Maia instituiu um Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro. De acordo com o instrumento legal, o Grupo de Trabalho deverá “[...] dialogar com dirigentes universitários, movimentos estudantis, fundações de pesquisa e associação de servidores e professores” (BRASIL, 2019ad, n. p.) e tem os seguintes objetivos:

- I - levantar as principais dificuldades enfrentadas na gestão das universidades no país;
- II - identificar as dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes nos cursos e às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III - sugerir soluções aos problemas encontrados, tendo sempre em conta as diretrizes da eficiência, eficácia e economicidade (BRASIL, 2019ad, n. p.).

O GT-EDSUP – Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro –, contou com a seguinte composição: coordenador, professor doutor Roberto de Souza Salles, da Universidade Federal Fluminense (UFF); primeiro vice-coordenador, professor Thompson Fernandes Mariz, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); segunda vice-coordenadora, Ana Lúcia Gazzola, representando a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e, como relatora, a professora Eliane Superti, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O grupo coordenou as reuniões internas e os diversos encontros com representantes de instituições de ensino, ficando também responsável por analisar e compilar as informações contidas nos documentos enviados a entidades representativas da educação superior brasileira. Em seguida, todas as informações foram consubstanciadas em um relatório final com 375 páginas, e socializado no final de janeiro de 2020 (BRASIL, 2019ad, 2020j).

De antemão, afirmamos considerar a relevância da proposta de estabelecer um grupo de trabalho destinado a acompanhar e avaliar, periodicamente, o sistema universitário brasileiro, principalmente da forma como foi concebido, fazendo um detalhamento a partir das análises dos conteúdos das reuniões recorrentes, bem como levando-se em consideração as demandas das instituições de ensino superior do país.

As discussões sobre o programa Future-se tomaram conta de grande parte da pauta do GT-EDSUP. Embora as atribuições do grupo de trabalho não se resumissem somente a essa temática, a pertinência da discussão em torno do Future-se sobrepôs-se a outros pontos. De acordo com o relatório final do GT-EDSUP, para a análise das diretrizes propostas pelo programa, foram consideradas somente as minutas de números um e três, sendo, portanto, desconsiderada a segunda minuta, que foi publicitada em meados de outubro, mas, de acordo com o GT-EDSUP, teve pouco tempo para consulta pública e, portanto, não seria analisada (BRASIL, 2020j).

Embora não tivesse se declarado publicamente, sob a alegação de que o faria em momento oportuno, o MEC manifestava ter a adesão de 20% dos reitores apoiando o Future-se, mas essa não foi a realidade registrada GT-EDSUP. Os registros mostram “[...] múltiplos e expressivos os pronunciamentos de Conselhos Universitários e de Reitores de Ifes com posições contrárias, em diferentes graus [...]” (BRASIL, 2020j, p. 54), enquanto que as manifestações pessoais de apoio ao programa, por parte de dirigentes, foram uma raridade e nenhuma delas totalmente explícita. Com relação ao apoio por parte dos Conselhos Universitários, nenhum havia se manifestado favoravelmente ao Future-se até o momento. Portanto, “como diagnósticos centrais, as Ifes e outros órgãos públicos apontaram tendência de perda da autonomia de gestão da própria institucionalidade das Ifes, com severo risco de comprometimento do patrimônio público” (BRASIL, 2020j, p. 54).

O GT-EDSUP destaca ainda que a projeção de futuro tão propalada pelo MEC deve ser estruturada por condições de manter funcionando, no presente, as universidades e os institutos federais. Condições essas que não teriam sido oportunizadas pela gestão de Jair Bolsonaro no ano de 2019, tendo em vista os contingenciamentos feitos pelo MEC. É levantado, também, como um “[...] risco de se interpretar [...]” (BRASIL, 2020j, p. 55) que a configuração da primeira minuta do Future-se pudesse ter alguma relação com os contingenciamentos determinados pelo MEC, em 2019, na tentativa de forçar a adesão dos Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes) ao programa. Segundo o GT-EDSUP, essa interpretação foi confirmada, tendo em vista a análise do texto da

terceira minuta, divulgada em janeiro de 2020, à qual podemos acrescentar o texto do Projeto de Lei n.º 3.076, apresentado à Câmara dos Deputados em 2 de junho de 2020, que visa instituir o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se. Os textos determinam que as “[...] Ifes que aderirem ao Future-se terão acesso a recursos orçamentários e bolsas de pesquisa, como as da Capes, suplementares em relação ao orçamento convencional disponível para as instituições não aderentes” (BRASIL, 2020j, p. 55).

Uma diferença substancialmente perigosa entre as propostas explícitas nos textos e ressaltada pelo GT-EDSUP é que, na primeira minuta, constava a possibilidade de previsão de mecanismos compensatórios, redistributivos e de redução de assimetrias regionais, registrada no parágrafo 12, do artigo 9.º, com a seguinte redação: “O Ministério da Educação poderá destinar recursos para unidades que tenham reduzido potencial de captação de recursos, como forma de ação supletiva” (BRASIL, 2020j, p. 56). Apesar de a redação ser apresentada de forma discreta, com seus proponentes optando pela subjetividade do verbo “poderá”, em vez de “deverá”, já transparecia uma possibilidade, quem sabe uma intencionalidade por parte do MEC, mas o texto foi simplesmente suprimido das demais versões e não consta no Projeto de Lei n.º 3.076. Diante dos elementos apresentados, fica determinado que o “[...] FUTURE-SE, se assim aplicado, poderá incorrer no sério risco de aprofundar (ao invés de mitigar) assimetrias regionais” (BRASIL, 2020j, p. 56).

Com base no relatório final, elaborado pelo GT-EDSUP, em 2020, podemos elencar algumas preocupações recorrentes: a possibilidade de perda da autonomia universitária, tendo em vista a previsão de parceria com uma fundação de apoio; o recebimento de benefícios por resultado em forma de recursos adicionais e a concessão preferencial de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para as instituições que aderirem ao Future-se; a ausência de dispositivos compensatórios que podem ampliar as assimetrias regionais; a ampliação do debate acerca das diretrizes do programa, envolvendo os Conselhos Universitários, para além dos posicionamentos dos reitores (BRASIL, 2020j).

Como dito anteriormente, sem qualquer alarde, a gestão de Jair Bolsonaro encaminhou à Câmara dos Deputados o texto do projeto de lei que institui o Future-se. A informação veio a público na edição n.º 100 do Diário Oficial da União (DOU), na lista de despachos do Presidente da República, com a seguinte redação: “N.º 302, de 26 de maio de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que ‘Institui o Programa Universidades e Institutos

Empreendedores e Inovadores – Future-se” (BRASIL, 2020k, n. p.). Posteriormente, o texto foi apresentado e recebeu um número sob o qual passou a tramitar, em 2 de junho de 2020, como Projeto de Lei n.º 3.076⁵⁷ (BRASIL, 2020l).

Em um momento em que o mundo todo concentrava sua atenção na pandemia do novo coronavírus (covid-19), o mês de abril de 2020 também marcaria a queda de mais um Ministro de Estado da Educação. Depois de 14 meses à frente do MEC, Abraham Weintraub saiu do governo de forma atabalhoada, deixando um rastro de polêmicas pessoais e profissionais.

Weintraub sofria pressão por todos os lados, não só da oposição. Na época, ele respondia a um inquérito por suposto crime de racismo em uma postagem depreciativa sobre a China. No final de 2020, o Ministério Público Federal (MPF) decidiu pelo arquivamento do processo. Era investigado também no inquérito das *fake news*, que tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF) (MEC REVOGA..., 2020). Em vídeo divulgado em suas redes sociais, ele mesmo afirma que “[...] continua sendo investigado pelo potencial crime contra a segurança nacional. Como se eu [Weintraub] fosse explodir o STF (NÃO FOI..., 2021, 30 s).

Como último ato à frente do Ministério da Educação, Abraham Weintraub editou a Portaria n.º 545⁵⁸, de 16 de junho de 2020. Essa portaria revogava a Portaria Normativa do MEC n.º 13, de 11 de maio de 2016, “desobrigando”, dessa forma, as universidades federais de promoverem ações afirmativas relacionadas a cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação. No dia seguinte, postou um vídeo no *Facebook*, no qual, juntamente com o Presidente da República, anunciava seu afastamento do MEC (BRASIL, 2016b, 2020m).

No dia seguinte, 19 de junho, Weintraub posta a seguinte mensagem em suas redes sociais: “Aviso à tigrada e aos gatos angorás (gov bem docinho). Estou saindo do Brasil o mais rápido possível (poucos dias). NÃO QUERO BRIGAR! Quero ficar quieto, me deixem em paz, porém, não me provoquem!” (WEINTRAUB, 2020b). No dia seguinte, pela manhã, ele já estaria em Miami, EUA, para assumir o cargo de diretor-executivo do grupo de países liderados pelo Brasil no Banco Mundial, com a indicação do governo de Jair Bolsonaro. Como diretor-executivo do

⁵⁷ Segue endereço para acompanhar a tramitação do Projeto de Lei n.º 3.076 que trata do Future-se. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em: 10 nov. 2021.

⁵⁸ No dia 23 de junho de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria n.º 559, de 22 que tornou sem efeito o ato de Weintraub. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-559-de-22-de-junho-de-2020-262970520>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Banco Mundial, Weintraub passaria a receber R\$ 116 mil (US\$ 21.547), cerca de 300% a mais do que recebia como ministro (MAIA, 2020).

Muitas dúvidas circundaram a saída açodada de Abraham Weintraub para os EUA, principalmente porque, na sexta-feira, dia 19 de junho de 2020, o Senador Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentou uma petição ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a apreensão do passaporte do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub (CONTARATO, 2020).

Atualmente, o Projeto de Lei n.º 3.076 encontra-se em tramitação e sua mais recente movimentação data de 8 de dezembro de 2020 quando foi publicado no Diário da Câmara dos Deputados, da página 993 até a 1.005 (BRASIL, 2020m).

Desde a disponibilização, por parte do MEC, da primeira minuta do Future-se, uma avalanche de publicações tomou conta de revistas e sítios especializados, especialmente na área da educação. Diversas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) instituíram grupos de trabalho com o propósito de estudar e entender as propostas explícitas e implícitas nos textos. Um exemplo dessa mobilização pode ser retratada na publicação do livro intitulado “Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira”, organizado pelos professores Salomão Ximenes e Fernando Cássio, da Universidade Federal do ABC (UFABC), lançado no final de 2019. O livro é composto por 13 capítulos que foram elaborados por estudiosos da educação que tiveram a oportunidade de discutir a fundo as polêmicas e os mitos entranhados na proposta do Future-se (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2019; XIMENES; CÁSSIO, 2019).

De acordo com Silva (2020), ao criticar o programa Future-se, o Golpe de Estado – chamado por ele de *soft* – de 2016, e que culminou na queda da Presidente da República Dilma Vana Rousseff, intencionava promover um redesenho autocrático das instituições públicas do país. Estaria/está em jogo a adequação dos interesses dessas instituições aos do capital-imperialismo, em especial, aos dos Estados Unidos da América. Destarte, Silva (2020) destaca que esse Golpe de Estado teria forjado uma espécie de Estado de Exceção, que estaria se aprofundando no Brasil, haja vista a ascensão e a posterior eleição à Presidência da República, de Jair Bolsonaro, um representante dos ideais da extrema direita.

Em sua análise sobre o Future-se, o qual Silva (2020) denomina como “Programa Bolsonarista”, afirmando que as propostas apresentadas não dialogam com os principais problemas das Ifes nem com os documentos que embasam a educação no Brasil, tal como o Plano Nacional

de Educação (PNE). O autor destaca, também, a maquiagem feita em forma de consulta pública, com o intuito de

[...] esvaziar o debate público e instrumentalizar, de forma despolitizada a ‘proposta’, utilizando-se das corporações que monopolizam os meios de comunicação no Brasil, para legitimar o projeto autocrático-regressivo e utilizar o discurso de que a população estaria sendo consultada (SILVA, 2020, p. 101-102, grifo do autor).

De forma mais incisiva, Silva (2020, p. 106) nos alerta que o Future-se não pode ser entendido como “[...] um raio que atravessa o céu azul [...]”, mas como parte de um plano de poder orquestrado desde os anos 1990 e que se trata de uma “[...] política econômica do capital, imposta via neoliberalismo-flexível [...]”. Nessa mesma linha, Silva (2020) reforça uma agenda autocrático-regressiva da agenda do capital para as Ifes, favorecida pelo Golpe de Estado de 2016 e pela abertura de um Estado de Exceção.

Segundo Silva (2020, p. 110) “os ideólogos da extrema-direita forjaram e articularam um discurso autocrático-regressivo, anti-intelectualidade, anticientificidade e anticultural, como é próprio da cultura política fascista”. É nesses termos que o autor descreve a proposta discursiva, característica do projeto de poder arquitetado pela extrema-direita, desde o Golpe de Estado de 2016. Tendo como ideário intelectual o astrólogo obscurantista, Olavo de Carvalho, admirado e proclamado pelo clã Bolsonaro e por seus correligionários, no afã de cooptar mais simpatizantes para seu projeto de poder, fizeram uso de meios diversos para propagar projetos, tais como o “Escola Sem Partido” e “Escolas Cívico-Militares”, consubstanciados em um “marxismo cultural”, concepção pseudocientífica, essencialmente ideológica (SILVA, 2020).

Por fim, Silva (2020) destaca que

A partir de tais projetos e instrumentos discursivos, passaram a difundir concepções anticientíficas, como se científicas fossem, tais como: i. criacionismo; ii. terraplanismo; iii. antivacinas; iv. antissistema; v. antipolítica; vi. militarismo da vida social; vii. Estado religioso, fundamentado no neopentecostalismo; viii. escola tecnicista; ix. anticomunismo... um amontoado de crenças autocrático-regressivas que passaram a fazer parte do imaginário cotidiano da sociedade brasileira e a fundamentar e estruturar ideologicamente uma determinada concepção de sociedade (SILVA, 2020, p. 110).

No bojo de seu artigo intitulado “Future-se: uma obsessão governamental contra a autonomia universitária?”, Amaral (2020, p. 652) destaca o que ele denominou de “mentiras e meias verdades sobre o setor educacional”. Segundo o autor, tais ações seriam orquestradas com o

propósito de fragilizar o setor educacional como um todo, bem como suas instituições. Como justificativa para sua assertiva, ele recorda uma fala do Presidente da República Jair Bolsonaro, em um jantar na noite de 17 de março de 2019, na Embaixada do Brasil nos Estados Unidos (EUA), juntamente com Olavo de Carvalho e lideranças políticas norte-americanas (AMARAL, 2020).

Em seu discurso, o presidente da República deixa clara a sua intenção de desconstruir muita coisa implementada por governos anteriores, bem como explicita a perseguição que faria ao contraditório, a grupos considerados de esquerda. Confirma também a inspiração e influência de Olavo de Carvalho sobre ele.

E o que eu sempre sonhei foi libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda. Um dos meus grandes inspiradores está aqui a minha direita. Professor Olavo de Carvalho que é o inspirador de muitos jovens no Brasil. Em grande parte devemos a ele a revolução que estamos vivendo. Prezado Olavo de Carvalho, o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo.

Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz. O nosso Brasil caminhava para o socialismo, para o comunismo e quis a vontade de Deus, entendo dessa maneira, que dois milagres aconteceram. Um é a minha vida e outro é a eleição. E essa missão que nos foi dada, eu tenho certeza de que Ele [Deus] sempre estará ao nosso lado e me dará mais do que inteligência, nos dará coragem, determinação e boas pessoas ao meu lado. Como eu tenho no momento aqui sete ministros, para a gente poder levar adiante o que nós queremos deixar, não no tocante à presidência, mas no tocante à democracia e liberdade para os nossos filhos. [...] Nós sabemos que quando a democracia não dá muito certo, na retaguarda tem as forças armadas.

O caminho é sempre o mesmo. Sempre estamos juntos. Parece até que estamos de lados opostos, mas não! Estamos do mesmo lado. Nós queremos construir o melhor para o nosso país. Eu quero aqui nesse encontro com o Presidente Donald Trump buscar maneiras de trabalharmos juntos para o bem dos nossos povos. Eu quero o Brasil grande como o Trump quer os Estados Unidos grande. Tendo certeza de que, partindo desse princípio, poderemos, sim, construir, pavimentar, dias melhores para os nossos povos (FALA..., 2019, 1 min 6 s).

Na visão de Leher (2021, p. 14, grifo do autor),

Na ótica da “guerra cultural”, expressa por seus objetivos de longa duração, a transformação da função social da universidade pela supremacia do autoempreendedorismo é a melhor forma de afastar da vida acadêmica a autonomia da ciência, a formação cultural ampla e a recusa da neutralidade ética da pesquisa.

O Golpe de Estado de 2016 deixou mais evidente a fragilidade da democracia brasileira, sendo orquestrado por um discurso de ódio e liderado por Jair Bolsonaro, que emergiu

para o grande público a partir do renascimento de uma direita virulenta, ampliando sua visibilidade com a utilização dos meios de comunicação de massa (MIGUEL, 2019).

Com a eleição de Bolsonaro, o ataque às universidades públicas deixa o discurso de ódio para se tornar um projeto real. Corroborando o discurso do presidente da República, os comandantes do MEC assumiram a frente da “guerra cultural”. Políticas de ataques e desconstrução das Ifes foram encampadas, tais como os contingenciamentos e os cortes no orçamento; os cortes de bolsas; as incongruências na escolha de reitores; e outras mais, mas no caso em tela, o Future-se.

O Presidente Jair Bolsonaro, com sua legião ideológica de seguidores, acionou sua agenda de extrema-direita, mantendo, assim, suas bases mobilizadas nos preceitos da “guerra cultural”. Na compreensão dos ideólogos da “guerra cultural”, tais como Steve Bannon e Olavo de Carvalho, só é possível vencer o “marxismo cultural” se forem suplantados os pilares do iluminismo e os valores da Revolução Francesa (LEHER, 2021).

Segundo Leher (2021, p. 14), “o método de afirmação dessa agenda é, todo ele, referenciado nas práticas negacionistas e anticientificistas (ciência como ficção verbal), bem como por meio de ameaças abertas ou veladas, inclusive de ruptura com o Estado democrático de direito”. Portanto, tais práticas visam “[...] abrir as vias para um regime hostil à democracia, no qual o Presidente encarne ‘o povo escolhido’ e as suas ‘virtudes’ (em oposição aos ‘traidores’ do povo)” (LEHER, 2021, p. 2, grifo do autor).

Nesta seção, foram apresentadas as propostas de políticas públicas educacionais que, de acordo com nossa análise, causaram mais repercussão, tanto na mídia quanto entre aqueles que são diretamente envolvidos com a educação nacional. Dessas cinco propostas apresentadas pela gestão de Jair Bolsonaro, ID Estudantil, Programa das Escolas Cívico-Militares, Política Nacional de Alfabetização, Educação Domiciliar (*Homeschooling*) e o Programa Future-se, duas encontram-se em tramitação, duas foram implementadas e uma chegou a dar entrada na Câmara dos Deputados, mas perdeu o prazo de apreciação por parte do Congresso Nacional e, portanto, sua validade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão política ganha cada vez mais espaço na rotina do brasileiro desde o cidadão comum, que em um passado não muito distante manifestava aversão a esse tipo de assunto, até aquele cidadão mais engajado politicamente. O crescimento das tecnologias da informação e comunicação impactou, com especial destaque para as redes sociais, de forma singular, não só os hábitos de comunicação e de busca de informações, mas a forma pela qual nos relacionamos socialmente. Isso posto, acreditamos na significativa influência que as redes sociais tiveram no panorama político nos últimos anos, seja na facilidade e rapidez na articulação e mobilização tanto das manifestações populares de junho de 2013 quanto nos protestos realizados nos anos seguintes em campanha para o impeachment da Presidente Dilma, seja nas articulações populares favoráveis e contrárias às gestões no poder; as redes impactaram, decisivamente, o imaginário social com a propagação de notícias falsas; mudaram a forma de fazer campanha política, retirando o mediador da comunicação e oportunizando aos políticos conversarem diretamente com seus interlocutores.

Vimos, então, uma direita conservadora, que antes se encontrava adormecida, começar a tomar forma, ganhar legitimidade entre seus pares e ir às ruas se manifestar e fazer campanha para seus candidatos que emergiram como escudeiros em defesa da pátria, de Deus e dos valores da família tradicional. Os representantes políticos considerados de direita começaram a ocupar, em maior número, as vagas nos legislativos e executivos. Salientamos que essa ascensão e ocupação de espaço não se deram por causa das redes sociais, mas por intermédio delas.

Dos porões do baixo clero do Congresso Nacional, Jair Bolsonaro foi guindado a representante dessa direita conservadora. Seu discurso agressivo, quase sempre voltado para ataques às minorias ou em defesa de propostas em benefício dos militares, foi ganhando cada mais simpatizantes que passaram a enxergá-lo e a chamá-lo de mito, depositando nele a concretização de um acirrado combate à corrupção e ao alijamento de uma ideologia de esquerda que se encontraria impregnada no Brasil.

Dentre os ataques constantes do então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, estavam temas diretamente ligados à educação, tais como: o que foi cunhado como “ideologia de gênero”; um “Kit gay” que supostamente seria utilizado como material didático para crianças dos anos iniciais do ensino fundamental; a contaminação das universidades e escolas públicas brasileiras por uma ideologia marxista; a proposta de expurgar a ideologia de Paulo Freire

das escolas públicas; proposta de implementação do Programa Escola Sem Partido; a implementação de um ensino mais voltado para o conteúdo técnico, em que as crianças aprendessem mais sobre Português, Matemática, Ciências e menos sobre pensamentos políticos; a extinção das cotas raciais nas universidades públicas; militarização das escolas; e o “Marxismo Cultural”.

A vertente da ideologia esteve no cerne dos discursos de Jair Bolsonaro quando, especificamente, se referia à educação. Essa constatação acirrou nossa inquietação e nos mobilizou a investigar, de forma geral, quais seriam os fundamentos ideológicos que sustentam o pensamento bolsonarista, e de que forma eles se materializam nas políticas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e 2020. Portanto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender tais fundamentos que, pressupomos, estão associados à lógica bolsonarista, bem como à restituição, à reprodução e à reafirmação dos valores mais tradicionais e conservadores da sociedade burguesa que, trazidos ao imaginário social, associados à construção do “mito”, seriam retomados no contexto de uma guerra ao denominado marxismo cultural para, em última instância, se tornarem os fundamentos ideológicos que dariam sustentação filosófico-pedagógica às políticas bolsonaristas no campo da educação.

A escolha por esse período justifica-se pelas limitações da pesquisa, haja vista a necessidade de cumprimento dos prazos legais para a entrega da tese. Na outra ponta, estabeleceram-se os dois primeiros anos de governo de Jair Bolsonaro como recorte deste estudo, na expectativa de evidenciar as mudanças educacionais no tempo presente, embora saibamos que esta pesquisa não terá condições de apresentar e discutir os consequentes impactos socioeducacionais.

Servindo de sustentação para o objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: apresentar uma base teórico-conceitual relacionada às categorias, Estado, Políticas Públicas e Ideologia; explicitar os elementos constitutivos na construção dos mitos políticos; descrever e analisar, historicamente, os fenômenos que impactaram a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República; descrever a trajetória de vida, militar e política, de Jair Bolsonaro; elencar e descrever os principais alvos discursivos referentes à área educacional e que estiveram presentes nas mensagens de campanha de Bolsonaro; e analisar as políticas públicas propostas pela gestão Jair Bolsonaro nos anos de 2019 e 2020.

Inicialmente, apresentamos uma base teórico-conceitual sobre Estado, Políticas Públicas e Ideologia, haja vista considerarmos o imbricamento de tais categorias na sustentação da pesquisa. Embora Jair Bolsonaro propalasse uma aversão ao que ele determinava como sendo o ato de governar com viés ideológico, suas posturas e ações, bem como as de sua gestão, na área da educação, pautaram-se, em grande parte, por questões ideológicas. Nesse primeiro momento, entendemos que se trata de uma gestão reativa, mobilizada pelas notícias da mídia e repercutidas pelo presidente da República com seus correligionários na entrada do Palácio da Alvorada, em um espaço que se convencionou chamar de cercadinho. Tais repercussões são, em grande medida, impregnadas de caráter ideológico.

Por acreditarmos na influência que Jair Bolsonaro teve no imaginário de múltiplas individualidades consubstanciada em um fenômeno hoje conhecido como bolsonarismo, seguimos na esteira de explicitar elementos constitutivos na construção dos mitos políticos e de cotejar com as mensagens que circundam o então candidato e, hoje, presidente da República.

Em conformidade com a literatura estudada, explicitamos os preceitos característicos do mito do Complô, que tem como cerne a formatação de uma grande ameaça à ordem social, com o objetivo de cooptar pessoas para sua base ideológica. O Complô é instaurado por meio de notícias falsas sobre essa ameaça fictícia, provocando uma efervescência no imaginário de um determinado grupo social que se coaduna aos ideais conspiradores e passa a disseminar, com mais veemência, as mensagens, provocando um pânico social.

Ao cotejarmos a teoria com o discurso de Jair Bolsonaro e, por consequência, do bolsonarismo, evidenciamos potencial semelhança de método. Influenciado pelo escritor Olavo de Carvalho, o clã Bolsonaro adotou, há anos, o que ele determina de “Marxismo Cultural” como sendo a grande ameaça que destruirá a ordem social vigente. Compreendemos o “Marxismo Cultural” como sendo um grande guarda-chuva que abarca, em seu âmbito, conspirações diferentes que vão minando a consciência suscetível de um determinado conjunto de individualidades que passa a não reconhecer e a não se identificar com a ordem social vista como ameaça. O conjunto imagético de ameaças transcende o escopo da educação e atinge uma ordem mais amplificada. Dentre os ataques do bolsonarismo, podemos elencar: ameaça de uma dominação comunista; a sexualização precoce das crianças nas escolas por meio de uma “Ideologia de Gênero”; uma ditadura gayzista; uma politização nas escolas por parte de professores de esquerda

que intencionam forjar militantes políticos para uma ordem comunista; o marxismo nas universidades públicas, dentre outras.

Em conformidade com os aspectos levantados, prosseguimos em busca dos elementos constitutivos e responsáveis pela criação de um mito político. São quatro os mitos que se interconectam como em sistema com um fim determinado, a saber: a Conspiração, o Salvador, a Idade de Ouro e a Unidade.

Em um primeiro momento, surge o mito da Conspiração que coincide com crises sociais, políticas, econômicas etc. É nesse panorama que o grupo conspirador encontra terreno fértil para inspirar e amplificar o caos, com mensagens catastróficas que ganham morada no imaginário de uma massa social com um certo grau de receptividade ao teor dos discursos. Com o caos provocado ou até mesmo acentuado, eis que surge o mito Salvador, heroificado, e que construirá a imagem daquele que será o único capaz de livrar a sociedade da grande ameaça e, dessa forma, uma nova ordem surgiria. Com efeito, por intermédio do mito Salvador que é moldado, a ameaça seria extirpada e, posteriormente, como uma recompensa, seria instaurada a Idade de Ouro, que pode ser traduzida por uma organização social diferente ou até mesmo pelo tão prometido reino de Deus na terra. Por fim, seria almejada a busca de uma Unidade, mito esse que preza pelo conjunto dos iguais ideologicamente e/ou de acordo com os ditames do mito Salvador, extirpando assim o contraditório, os opositores, a ameaça.

O contexto em que se deu a carreira política de Jair Bolsonaro, desde a atuação enquanto parlamentar, passando pelo período de campanha e posterior eleição à presidência da República, até a atualidade, nos referenda a afirmar que houve, sim, a construção de um mito político. Diversos fatores influenciaram para acirrar o caos social: a crise econômica vivida no país; os casos de corrupção; as manifestações em junho de 2013; a criação, perseguição e judicialização da política por meio da Operação Lava Jato; o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Com o caos presente, Jair Bolsonaro e seus correligionários vislumbraram a oportunidade de forjar um mito que, supostamente, seria capaz de libertar os brasileiros de todo o mal.

Foi criada, em volta do mito político Bolsonaro, a imagem de uma pessoa honesta, que fala o que pensa e não tem medo das consequências, uma pessoa simples, do povo, dotada de uma missão de Deus que é governar o país e livrá-lo do socialismo e da ameaça comunista. Sua Idade de Ouro flerta com o passado do regime militar, tido por ele como uma época boa em que

prevaleciam a ordem, a disciplina e um futuro sem as ideologias nefastas de esquerda. Nessa linha, estaria consolidada também a Unidade em torno de si e das pessoas que prezam por seus valores.

Acreditamos, portanto, que Jair Bolsonaro inspirou uma parcela significativa da população que se tornou uma seguidora e fiel defensora de seus discursos. Com base nessa assertiva, percorremos sua trajetória de vida, militar e política, na expectativa de corroborar os indícios de um mito político Salvador.

Sua trajetória de vida é descrita como se o passado fosse moldado pelos acontecimentos do presente, por conveniência. Acontecimentos que não foram objeto deste estudo e que carecem de uma apuração mais minuciosa em trabalhos futuros tentam inculcar no imaginário do leitor que, desde os nove anos, Bolsonaro era um bom aluno e que figurava entre os melhores, com direito a quadro com sua foto exposta em sala de aula. Essas narrativas serviram para robustecer o discurso de Bolsonaro e seus Ministros de Estado da Educação em favor de uma educação meritocrática.

Outro acontecimento tido como construído, remodelando um passado, é a participação de Bolsonaro, ainda criança, junto à sua família, na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em 1964. O alinhamento discursivo dá-se em torno de transparecer uma pessoa conservadora e que lutou contra a “ameaça comunista” desde criança.

Na tentativa de estabelecer, em volta de si, uma aura de predestinado, a história contada coloca Jair Bolsonaro na hora e no lugar certo, e que teria ele, com apenas 15 anos de idade, ajudado o Exército Brasileiro na caçada ao Capitão Carlos Lamarca. Teria ele atendido o pedido e se embrenhado na mata com os militares para orientá-los sobre a região. Esse fato foi refutado posteriormente, mas ainda faz parte do discurso de Bolsonaro, colocando-se como fiel escudeiro do aparato militar e sempre combatente da grande ameaça que assola a ordem social.

Seus posicionamentos, enquanto parlamentar, dizem muito de seus fundamentos ideológicos e, conseqüentemente, de sua visão de mundo, a seguir: propostas como o controle de natalidade à força por meio de laqueadura, principalmente em mulheres das periferias e da região Norte do país; defensor da pena de morte; com relação ao “Massacre do Carandiru”, afirmou que, em vez dos 111 detentos, deveriam ter morrido mais de 1.000; manifestou-se a favor da ditadura, de um regime de exceção e do fechamento do Congresso Nacional; afirmou que a ditadura de Augusto Pinochet deveria ter matado muito mais gente do que os três mil mortos, inclusive, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter sido um dos mortos; chamou o regime democrático de porcaria; disse que, enquanto cidadão, sonharia tudo que pudesse, pois todo o

dinheiro que vai para o Estado é para sacanagem; disse que, se fosse eleito presidente da República, daria um golpe no mesmo dia; afirmou que na ditadura militar só morreram 282 pessoas e a maioria delas marginais, assaltantes de banco, sequestradores; afirmou que não se muda o Brasil por meio do voto, só mesmo com uma guerra civil, fazendo o que o regime militar não fez, matando umas 30 mil pessoas e, novamente, se referiu ao ex-presidente FHC, dizendo que as mortes deveriam começar por ele.

Com relação à Educação, o discurso, enquanto parlamentar e durante a campanha, foi mantido à frente da presidência da República, reverberando no grupo de seus simpatizantes. Dotado de uma visão de mundo excludente e meritocrática, o bolsonarismo se municiou de um discurso neoliberal e conservador. Portanto, podemos evidenciar que a hipótese levantada na gênese deste estudo foi comprovada. As políticas públicas educacionais idealizadas pelo governo federal, na gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), implementadas ou não, são/serão responsáveis por uma guinada ideológica frente aos programas e ações vigentes na Educação brasileira.

Caminhando para o final, tendo em vista as propostas apresentadas pelo governo federal, com destaque para a ID Estudantil, a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a Educação Domiciliar (*Homeschooling*) e o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), afirmamos que o discurso bolsonarista manteve-se coerente entre o dito e o pretendido. Explicado de outra forma, o governo federal buscou consolidar as pautas e perseguições que prometeu durante o período de campanha. Portanto, consideramos que o pensamento bolsonarista é sustentado por princípios autoritários, neoliberais, conservadores, reacionários, nacionalistas e populistas, flertando também com o fascismo. Entendemos como sendo princípios, haja vista a polissemia dos conceitos que se interconectam em cada visão de mundo de um determinado ser social, às vezes, se manifestando mais, ou menos, de acordo com a posição em que o indivíduo se encontra.

As propostas de políticas públicas ganham materialidade em uma base calcada na meritocracia. Em um país extremamente desigual, propor ações educacionais nesses moldes só acentua mais ainda a desigualdade. Ao promover um discurso dessa natureza, a gestão de Bolsonaro desconsidera as mais diversas individualidades e os avanços educacionais das últimas gestões. Nessa mesma linha, mas com mais ênfase, emerge a proposta da militarização das escolas

que transcende a questão meritocrática. Defendida como modelo ideal de escolarização, apresenta uma gestão escolar excludente, elitista, branca e que promove uma disciplina dos corpos.

Portanto, podemos afirmar que as propostas de políticas públicas articuladas nesses dois primeiros anos de gestão de Jair Bolsonaro reforçam sua visão de mundo em que as minorias devem se curvar às maiorias ou simplesmente desaparecerem. Programas, tal como o Pecim, resgatam valores de ordem e disciplina tão decantados pelo bolsonarismo, valorizando também a exclusão das camadas mais pobres da população e um embranquecimento discente, tendo em vista a etnia da pobreza no Brasil. As políticas públicas educacionais propostas permeiam valores caros ao presidente da República, tal como o ideal de família, cuja base tradicional é branca e patriarcal, superestimando o nacionalismo.

O clã Bolsonaro e o bolsonarismo só conseguem viver e se sobressair embrenhados no caos, reagindo ao que lhe é posto diuturnamente. Com um discurso de ódio, procura desconstruir o que está posto na tentativa de equipará-lo à sua pequenez. Sedizente cristão, dotado de caráter ilibado e cumprindo uma missão divina, impregna de ideologia tudo aquilo que toca.

O processo de construção deste estudo contribuiu para ampliar os horizontes do pesquisador a respeito de outros temas que porventura possam ser melhor elucidados posteriormente. Como opção de temas, poderíamos considerar abordar mais a fundo, especificamente, a relação de Jair Bolsonaro com a construção do mito político; aprofundar a análise nas políticas públicas implementadas pela gestão Bolsonaro e seus impactos na educação.

REFERÊNCIAS

‘SE É para proteger a minoria, vamos proteger assassino serial killer’, diz Bolsonaro a jornalistas. [Brasília: *s. n.*], 16 ago. 2019. 1 vídeo (23 min 7 s). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=irSEwKCEdAs>. Acesso em: 17 nov. 2021.

- JORNAL O Globo de hoje, 30/08/2018, diz que informação sobre livro de sexo para crianças nas escolas é falsa [...]. Brasília: [*s. n.*], 30 ago. 2018. 1 vídeo (2 min 59 s). Facebook: @jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/903442709866212/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

#315 CQC mostra a escola militarizada de Manaus 13 07 2015 mircmirc. [*S. l.: s. n.*], 14 jul. 2015. 1 vídeo (15 min 26 s). Publicado pelo canal MIRCMIRCCQC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bYZ3QxP06yc>. Acesso em: 24 out. 2021.

#316 CQC Jair Bolsonaro defende escolas militares 20 07 2015 mircmirc. [*S. l.: s. n.*], 21 jul. 2015. 1 vídeo (7 min 22 s). Publicado pelo canal MIRCMIRCCQC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VkJLfbMehI>. Acesso em: 24 out. 2021.

“NÃO NASCI para ser presidente, nasci para ser militar”, diz Bolsonaro a jornalistas. Rio de Janeiro: **Jornal da Globo**, 05 abr. 2019. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7518629/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

3º COLÉGIO Militar da PM do Amazonas / Convite. Brasília: [*s. n.*], 04 ago. 2017. 1 vídeo (1 min 39 s). Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v_dknjD-lGg. Acesso em: 24 out. 2021.

ABERTURA 1ª Conabe. Brasília: [*s. n.*], 22 out. 2019. 1 vídeo (62 min 40 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WUeRF6p72as>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ABRAHAM Weintraub toma posse como Ministro da Educação. [Brasília: *s. n.*], 09 abr. 2019. 1 vídeo (22 min 45 s). Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oBZnrxy8Yw>. Acesso em: 20 nov. 2021.

AGÊNCIA ESTADO. Programa Brasil sem Homofobia será lançado em maio. **Jornal Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2004. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,programa-brasil-sem-homofobia-sera-lancado-em-maio,20040428p32424>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; COSTA, Amanda de Andrade. Incongruências entre a atual PNA, BNCC e pesquisas na área de alfabetização no Brasil. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 8, n. 17, p. 490-505, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12011>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ALMOÇO do empresário ACRJ - Jair Bolsonaro. Rio de Janeiro: [s. n.], 21 maio 2018. 1 vídeo (1 h 27 min 11 s). Publicado pelo canal ACRJ Divulga. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x8NECc2GFw8>. Acesso em: 24 out. 2021.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da Ideologia**. São Paulo: Contraponto, 2013.

ALVES, Giovanni. A pulsão golpista da miséria política brasileira. In: PRONER, Carol *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 146-157. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181026010322/A_resistencia_ao_golpe.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

AMARAL, Nelson Cardoso. Future-se: uma obsessão governamental contra a autonomia universitária? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 640-655, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1239>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 20 nov. 2021. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1239>

ANDERSON, Perry *et al.* **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016. 212 p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160624045419/GolpeEnBrasil.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar. **Conheça a nossa história**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.aned.org.br/index.php/sobre-nos/nossa-historia-aned#>. Acesso em 17 nov. 2021.

ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos. **Gasto milionário do governo com a ID estudantil pagaria as bolsas de 10 mil pesquisadores**. São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/17/02/2020/gasto-milionario-do-governo-com-a-id-estudantil-pagaria-as-bolsas-de-10-mil-pesquisadores/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

APRESENTAÇÃO Future-se MEC (17/07/2019). Dourados: [s. n.], 16 ago. 2019. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal ADUFDourados Sindicato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LnpddRY80SM&t=5s>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ARAÚJO, Alice. Bolsonaro sobre Haddad: "se estivesse no meu lugar teria lockdown e todos seriam obrigados a tomar vacina". **O povo**, [s. l.], 22 out. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/10/22/bolsonaro-sobre-haddad-se-estivesse-no-meu-lugar-teria-lockdown-e-todos-seriam-obrigados-a-tomar-vacina.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ARAÚJO, Denise Silva; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhaes de Almeida. Políticas educacionais: refletindo sobre seus significados. **Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/educ.v13i1.1247>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1247/863>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo. **O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados**: análise crítico-discursiva e psicopolítica. 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2020.

AZEVEDO JÚNIOR, Aryovaldo de Castro; BIANCO, Erica Cristina Verderio. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. **Revista ECO-Pós**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 88-111, 2019. DOI: 10.29146/eco-pos.v22i2.26253. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/5. Acesso em: 22 nov. 2021. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v22i2.26253>

BARANZELI, Caroline. **Universidade e relações sociais**: a perspectiva de estudantes do curso direito sobre as políticas de cotas raciais na UFRGS. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/107984>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BARBOSA, Marina. Flávio diz que votou para aumentar o fundão por desatenção. **Congresso em Foco**, Brasília, 05 dez. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/flavio-diz-que-votou-para-aumentar-o-fundao-por-desatencao/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução: Rita Buongermino, Pedro de Souza. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 192 p.

BASÍLIO, Ana Luiza. Magda Soares: “pensar que se resolve a alfabetização com o método fônico é uma ignorância”. **De olho nos planos**, [São Paulo], 18 abr. 2019. Disponível em: <https://deolhonosplanos.org.br/100-dias-de-bolsonaro-alfabetizacao/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BATISTA, Liz. Caminhando e cantando com Bolsonaro. **Jornal Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 set. 2018. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,caminhando-e-cantando-com-bolsonaro,70002524255,0.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BITTENCOURT, Julinho. Bolsonaro ao ser assaltado em 95: "mesmo armado me senti indefeso". **Revista Fórum**, [s. l.], 12 jun. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/6/12/bolsonaro-ao-ser-assaltado-em-95-mesmo-armado-me-senti-indefeso-21290.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOLSONARO afirma que mudará livros didáticos e diz que os atuais têm "muita coisa escrita". **GZH**, [s. l.], 03 jan. 2020b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/01/bolsonaro-afirma-que-mudara-livros-didaticos-e-diz-que-os-atuais-tem-muita-coisa-escrita-ck4yn45kz01f301ocvh9gurek.html>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BOLSONARO chama estudantes de "idiotas úteis". São Paulo: [s. n.], 15 maio 2019d. 1 vídeo (4 min 17 s). Publicado pelo canal Rede TVT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dq6FzPs0gAI>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BOLSONARO chama ideologia de gênero de coisa do capeta. [S. l.: s. n.], 10 ago. 2019f. 1 vídeo (3 min 11 s). Publicado pelo canal Band Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zWf1mHaIYMM>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BOLSONARO chama manifestantes de 'idiotas úteis' e 'massa de manobra'. Rio de Janeiro: **Jornal Hoje**. 2019g. 1 vídeo (3 min 41 s). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7617322/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BOLSONARO exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. [São Paulo: s. n.], 08 ago. 2019e. 1 vídeo (48 s). Publicado pelo canal Estadão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BOLSONARO no Câmara Aberta. Brasília: [s. n.], 03 set. 2017. 1 vídeo (35 min 38 s). Publicado pelo João Roberto Laque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21lQ84pnuwo>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BOLSONARO participa de Lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM). [S. l.: s. n.], 05 set. 2019a. 1 vídeo (54 min 27 s). Publicado pelo canal A folha da pátria. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MplHH_mrudI. Acesso em: 24 out. 2021.

BOLSONARO quer abolir Paulo Freire do MEC com "lança-chamas". **Gazeta Online**, [s. l.], 01 ago. 2018d. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/eleicoes_2018/2018/08/bolsonaro-quer-abolir-paulo-freire-do-mec-com-lanca-chamas-1014142306.html. Acesso em: 17 nov. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Comunico a todos a indicação do Professor Abraham Weintraub ao cargo de Ministro da Educação [...]**. Brasília, 08 abr. 2019c. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1115261421321883648>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Live de quinta-feira, sobre os fatos da semana, com o Presidente Bolsonaro (12+1 /02/2020)**. Brasília: [s. n.], 13 fev. 2020a. 1 vídeo (22 min 3 s). [Live]. Disponível em: <https://youtu.be/qFlPyf4Vmio>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Livre de acordões com corruptos para atender aos interesses da nação e não de partidos políticos [...]**. Brasília, 16 ago. 2018c. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1030195606222974978>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Ministro da Educação desmonta secretaria de diversidade e cria pasta de alfabetização [...]**. Brasília, 02 jan. 2019b. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1080567217031393283>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BOLSONARO, Jair. **O caminho da prosperidade**: Proposta de Plano de Governo. [Brasília], 2018a. 81 p. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

BOLSONARO, Jair. O salário está baixo. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 939, p. 154, 03 set. 1986. Disponível em: https://4.bp.blogspot.com/_elXgfVCIv5w/Suwk-UMUaBI/AAAAAAAAAAIlg/juqT4NdK6gY/s1600-h/revista_veja-bolsonaro-mod.jpg. Acesso em: 05 jan. 2020.

BOLSONARO, Jair. **Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino [...]**. Brasília, 31 dez. 2018b. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1079686972673806336>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BOLSONARO: “Acabei com a Lava Jato, porque não tem mais corrupção no governo”. [Brasília: s. n.], 07 out. 2020c. 1 vídeo (2 min 6 s). Publicado pelo canal Uol. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pc-ADrWSOJs>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BOLSONARO: "As Minorias Tem que se Curvar às Maiorias". [S. l.: s. n.], 09 nov. 2018e. 1 vídeo (1 min 25 s). Publicado pelo canal Amiel Internacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6cIkWMKeDhs&t=14s>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL EM PAUTA | Arnaldo Barbosa, secretário de Educação Superior do MEC. [S. l.: s. n.], 10 set. 2019. 1 vídeo (26 min 52 s). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OCZZ-Mo60kw>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL vive dia de protestos massivos contra Dilma. **Carta Capital**, [s. l.], 15 mar. 2015b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-vive-dia-de-protestos-massivos-contradilma-4764/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ata da 99ª sessão da 3ª sessão legislativa da 49ª legislatura, em 24 de junho de 1993. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, ano XLVIII, n. 109, jun. 1993. 120 p. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25JUN1993.pdf#page=37>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato do presidente de 29/03/2019**. Institui Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 29 mar. 2019ad. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/int/atopr_tn/2019/atodopresidente-57946-29-marco-2019-787892-publicacaooriginal-157663-cd-presi.html. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP RJ em 30/11/2010**. Notas Taquigráficas da sessão nº 208.4.53.O. Brasília, DF, 30 nov. 2010b. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP RJ em 01/12/2010.** Notas Taquigráficas da sessão nº 209.4.53.O. Brasília, DF, 30 nov. 2010c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=209.4.53.O&nuQuarto=85&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:48&sgFaseSessao=GE&Data=01/12/2010>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP RJ em 24/11/2011.** Notas Taquigráficas da sessão nº 334.1.54.O. Fase: BC. Brasília, DF, 24 nov. 2011a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=334.1.54.O&nuQuarto=21&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:40&sgFaseSessao=BC&Data=24/11/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:40&txEtapa=>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP RJ em 24/11/2011.** Notas Taquigráficas da sessão nº 335.1.54.O. Fase: PE. Brasília, DF, 24 nov. 2011b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=335.1.54.O&nuQuarto=20&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:57&sgFaseSessao=PE&Data=24/11/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:57&txEtapa=>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP RJ em 16/10/2012.** Notas Taquigráficas da sessão nº 269.2.54.O. Fase: GE. Brasília, DF, 16 out. 2012b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=269.2.54.O&nuQuarto=106&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:30&sgFaseSessao=GE%20%20%20%20%20%20%20&Data=16/10/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro em 20/03/2014.** Brasília, DF, 20 mar. 2014b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=054.4.54.O&nuQuarto=19&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:36&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20&Data=20/03/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=09:36&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Discurso do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP RJ em 23/06/2015**. Brasília, DF, 23 jun. 2015c.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=164.1.55.O&nuQuarto=46&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:24&sgFaseSessao=BC&Data=23/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:24&txEtapa=>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Reunião de comparecimento de ministro de estado [27/03/2019]**. Notas Taquigráficas da 1ª sessão legislativa ordinária da 56ª legislatura. Brasília, DF, 27 mar. 2019h. Disponível em:

<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/54767>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Seminário Escola sem Homofobia**. Notas Taquigráficas da sessão nº 1161/10. Brasília, DF, 23 nov. 2010a. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=EDUCA%C3%87%C3%83O&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDHM,%20CE%20e%20CLP&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa=>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, ano LXIX, n. 151, 15 out. 2014c. 608 p. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020141015001510000.PDF#page=58>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, ano LXXII, n. 073, 03 maio 2017b. 532 p. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020170503000730000.PDF#page=64>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, ano LXXV, n. 217, v. I e II, dez. 2020n. 1640 p. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020201208002170000.PDF#page=993>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos e Minorias. **Nota Pública sobre o IX Seminário LGBT no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 07 nov. 2014d.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/nota-publica-sobre-o-ix-seminario-lgbt-no-congresso-nacional>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3179/12, de 2012**. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a

possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Brasília: Câmara dos Deputados: 2012a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/534328#entenda-modal>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3262/2019, de 2019**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019r. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Agência Câmara de Notícias. **Projeto revoga lei que declarou Paulo Freire patrono da educação**. Brasília, DF, 27 maio 2019ae. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/558470-projeto-revoga-lei-que-declarou-paulo-freire-patrono-da-educacao>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório final**. Brasília: Câmara dos Deputados, GT-EDSUP – Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro, 29 abr. 2020j. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Relatorio_Final_PCD_GT-EDSUP.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Requerimento de desapensação**. Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 3262/19 do Projeto de Lei nº 3179/12, devido não guardarem vínculo de identidade ou correlação entre si. Requerente: Deputada Bia Kicis (PSL/DF). Brasília: Câmara dos Deputados, 22 mar. 2021f. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1978215&filename=Tramitacao-REQ+545/2021. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 3076/2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília: Congresso Nacional, 02 jun. 2020l. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1900012&filename=PL+3076/2020. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2019c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-publicacaooriginal-159009-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.151, de 2 de dezembro de 2019**. Institui o Programa Ciência na Escola. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6, 03 dez. 2019t. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.151-de-2-de-dezembro-de2019-231014349>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 31 dez. 2019e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.195-de-30-de-dezembro-de-2019-236099560>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 2, 06 out. 2016a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-2016-10-06-decreto-n-8-869-de-5-de-outubro-de-2016-21292718. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 6, 02 jan. 2019a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília: Presidência da República, 2019f. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9665-2-janeiro-2019-787572-publicacaooriginal-157159-pe.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui a Política Nacional de Alfabetização. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 15, 11 abr. 2019i. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Despacho: Consulta Pública/Projeto de Lei. Projeto de Lei. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 03 jan. 2020i. Disponível em: http://andesufrgs.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Future-se_versao3_jan2020.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Despachos do Presidente da República. Mensagem nº 300, de 26 de maio de 2020. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 106, 27maio 2020k. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despachos-do-presidente-da-republica-258706434>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lançada Cartilha de Educação Domiciliar.** Brasília, DF, 28 maio 2021g. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/05/lancada-cartilha-de-educacao-domiciliar>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Brasília: Presidência da República, 2013a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12933-26-dezembro-2013-777776-publicacaooriginal-142529-pl.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 895, de 6 de setembro de 2019. Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de quinze a vinte e nove anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 06 set. 2019b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-895-de-6-de-setembro-de-2019-215089376>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. **Metas Nacionais Prioritárias:** agenda de 100 dias de Governo. Brasília, DF, 2019g. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/01/100-dias-tabela-reformatada-com-17.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programas "Criança Feliz" e "Conta pra mim" ajustam parceria em prol da Primeira Infância.** Brasília: Ministério da Cidadania, 15 jan. 2021d. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programas-crianca-feliz-e-counta-para-mim-ajustam-parceria-em-prol-da-primeira-infancia>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Edital nº 1, de 3 de agosto de 2021. Processo seletivo de admissão 2021/2022 aos colégios militares. **Diário Oficial da União:** seção 3, Brasília, DF, p. 26, 04 ago. 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-1-de-3-de-agosto-de-2021processo-seletivo-de-admissao-2021/2022-aos-colegios-militares-336301971>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **"É a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos", diz ministro.** Brasília: MEC, 11 dez. 2019u. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/83511-e-a-maior-revolucao-na-area-de-ensino-no-pais-dos-ultimos-20-anos-diz-ministro>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Com 33 horas de debates, MEC encerra conferência sobre alfabetização**. Brasília: MEC, 27 fev. 2020c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/81771-com-33-horas-de-debates-mec-encerra-conferencia-sobre-alfabetizacao>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional pela Educação Básica**. Brasília, DF, [2019?]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_Apresentacao-ed-basica.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação domiciliar: um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos**. Brasília: MEC, 2021e. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar_V1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Alfabetização. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Edital de convocação nº 02/2020 – CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático: PNLD 2022. Brasília, DF, 21 maio 2020f. Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/165-editais?download=14174:edital-consolidado-pnld-2022-infantil-%E2%80%93-28-09-2020>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Future-se é a principal aposta da Secretaria de Educação Superior para 2020**. Brasília: MEC, 23 dez. 2019v. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/future-se-e-a-principal-aposta-da-secretaria-de-educacao-superior-para-2020>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **GraphoGame**. Brasília: MEC, [2021?]. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/conteudo-tempo-de-aprender/249-graphogame>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **GraphoGame: um aplicativo educativo, que torna mais divertida a aprendizagem!** Brasília: MEC, [2020?b]. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/grapho-game>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 4.032 de 24/11/2005**. Institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do "Programa Brasil Sem Homofobia" no Ministério da Educação. Brasília, DF, 24 nov. 2005. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-4032-2005_193656.html. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria SE/MEC nº 1.264 de 27/11/2008**. Aprova o Regimento Interno do Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação do "Programa Brasil

Sem Homofobia". Brasília, DF, 27 nov. 2008a. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1264-2008_210521.html. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 271, de 22 de março de 2019. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 25 mar. 2019x. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68367719/do1-2019-03-25-portaria-n-271-de-22-de-marco-de-2019-68367454. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 244, de 19 de março de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 2, Brasília, DF, p. 41, 20 mar. 2019z. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67761552/do2-2019-03-20-portaria-n-244-de-19-de-marco-de-2019-67761398. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep fecha contrato para aplicação do PIRLS 2021**. Brasília, DF, 06 mar. 2020o. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/inep-fecha-contrato-para-aplicacao-do-pirls-2021>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS)**. Brasília: Inep, [2020?a]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pirls>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança a Coleção Conta pra Mim**. Brasília: MEC, 27 ago. 2020g. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-a-colecao-counta-para-mim>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança caderno da Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, 15 ago. 2019k. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/79101-mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança curso de práticas de produção de texto para alfabetizadores**. Brasília: MEC, 13 nov. 2020h. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-curso-de-praticas-de-producao-de-texto-para-alfabetizadores>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança programa “Conta pra Mim” para incentivar a leitura para crianças no ambiente familiar**. Brasília: MEC, 05 dez. 2019p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/83281-mec-lanca-programa-counta-para-mim-para-incentivar-a-leitura-de-criancas-no-ambiente-familiar>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC realiza conferência para discutir estratégias de alfabetização no Brasil**. Brasília: MEC, 22 out. 2019o. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/81491-mec-realiza-conferencia-para-discutir-estrategias-de-alfabetizacao-no-brasil>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministro da Educação envia carta a escolas do Brasil**. Brasília: MEC, 22 fev. 2019w. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=73671>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 167, 28 dez. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.460, de 15 de agosto de 2019. Institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 19 ago. 2019l. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.460-de-15-de-agosto-de-2019-211216061>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.461, de 15 de agosto de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 2, Brasília, DF, p. 21, 19 ago. 2019m. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.461-de-15-de-agosto-de-2019-211227178>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.701, de 30 de setembro de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 2, Brasília, DF, p. 44, 01 out. 2019ab. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.701-de-30-de-setembro-de-2019-219146108>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019**. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 42, 21 set. 2019d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019-228864271>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 69, 21 fev. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 40, de 22 de janeiro de 2021. Altera a Portaria MEC nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas

Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 99, 25 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-40-de-22-de-janeiro-de-2021-300440721>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 181, 24 abr. 2020e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020. Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 33, 18 jun. 2020m. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-545-de-16-de-junho-de-2020-262147914>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 689, de 25 de março de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 25, 26 mar. 2019y. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68565007/do1-2019-03-26-portaria-n-689-de-25-de-marco-de-2019-68564771. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021. Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 56, 29 out. 2021c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 47, 12 maio 2016b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Práticas de produção de texto**. Brasília: MEC, [2020?c]. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/cursos/244-praticas-de-producao-de-texto>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim)**. Brasília, DF, 27 ago. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-acoas/programa-nacional-das-escolas-civico-militares-pecim>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Conta pra Mim: Guia de Literacia Familiar**. Brasília: MEC, SEALF, 2019q. ISBN 978-65-81002-01-5. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/conta-pra-mim-literacia.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019j. 54 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. Portaria nº 1, de 21 de outubro de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 19, 22 out. 2019n. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-de-21-de-outubro-de-2019-223057548>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Recomendação MPF/PRSP N°06/2008, de 28 junho de 2008**. Brasília, DF, 28 jun. 2008b. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/direitos-sexuais-e-reprodutivos/pag-direitos-lgbt/atuacao-do-mpf/recomendacoes/Recomendacao>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. **Minuta Projeto de Lei**. Institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, e dá outras providências. Brasília, DF, 2019aa. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/07/19/programa_futurese_consultapublica.pdf?_ga=2.63960367.1214272087.1635518080-1505421092.1616456338. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Minuta Projeto de Lei**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se, e dá outras providências. Brasília, DF, 2019ac. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei_futurese_gt_portaria_1701_16102019.pdf?_ga=2.154947640.1214272087.1635518080-1505421092.1616456338. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Prazo de votação expira e MP que criou a ID Estudantil perde validade. Brasília: Senado Federal, 17 fev. 2020p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/17/prazo-de-votacao-expira-e-mp-que-criou-a-id-estudantil-perde-validade>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever que a educação domiciliar não caracteriza o crime de abandono intelectual. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132151>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131857>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa. Secretaria de Registro e Redação Parlamentar. **Reunião 26/02/2019 - 3ª - Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. Notas Taquigráficas da 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª

Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. Brasília, DF, 26 fev. 2019s. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/reuniao/pdf/8219>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário 888.815 Rio Grande do Sul**. Trata-se de recurso extraordinário em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou o direito de educação domiciliar ao recorrente, em razão da inexistência de previsão legal. Recte.(s): V D Representada por M P D. Recdo.(a/s): Município de Canela. Relator: Min. Roberto Barroso, 12 set. 2018b. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Camara_Especial/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20RE%20888.815%20-%20Homeschooling.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário com agravo 778141**. Mandado de segurança com pedido de liminar contra ato da Secretária Municipal de Educação de Canela/RS, integrante do Município de Canela/RS com endereço na rua Borges de Medeiros, 926, Canela/RS, o que faz com base no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, e na Lei nº 12.016/2009, bem como nos substratos fáticos e jurídicos [...]. Agravante: Valentina Dias. Agravado(a): Secretaria Municipal de Educação de Canela/RS. Relator: Min. Roberto Barroso, 15 out. 2013b. Disponível em: https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/informativos/2016/re_com_agravo_778141_rs_voll_p1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **PJe - Processo Judicial Eletrônico número: 0601699-41.2018.6.00.0000**. Relator: Min. Carlos Horbach. Brasília, DF, TSE, 16 out. 2018c. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit-gay.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BROOKE, James. Conversations/Jair Bolsonaro; A Soldier Turned Politician Wants To Give Brazil Back to Army Rule. **The New York Times**, Nova Iorque, 25 jul. 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/07/25/weekinreview/conversations-jair-bolsonaro-soldier-turned-politician-wants-give-brazil-back.html>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BUEY, Francisco Fernández. **Marx (sem ismos)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. [S. l.], [entre 2004 e 2010]. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

CAFARDO, Renata. Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização. **Exame**, [São Paulo], 26 mar. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/mec-revoga-portaria-que-suspende-avaliacao-do-nivel-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CAMELO, Edgar Antônio Nery Alves. **O programa “escola sem partido” em Goiânia: implicações e consequências para a educação pública**. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10125>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CAMINHOS do Coração. Intérprete: Gonzaguinha. Compositor: Gonzaguinha. *In*: Caminhos do Coração. Intérprete: Gonzaguinha. [S. l.]: Emi-Odeon Brasil, 1982. 1 LP/CD, lado B, faixa 10 (3 min 51 s). Disponível em: <https://immub.org/album/caminhos-do-coracao>.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Livro reúne críticas e oferece alternativas ao programa Future-se, do MEC. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, dez. 2019. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2019/12/16/livro-reune-criticas-e-oferece-alternativas-ao-programa-future-se-do-mec/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARTEIRINHA de Weintraub caducou. [São Paulo: s. n.], 2020. 1 vídeo (5 min 16 s). Publicado pelo canal O Antagonista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KVgRTJdwnFA>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019. 259 p.

CARVALHO, Olavo de. **O imbecil coletivo**: atualidades inculturais brasileiras [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ev5c8vn>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CASTRO, Gabriel; VIEIRA, Maria Clara. Faxina ideológica. **Revista Veja**, São Paulo, p. 9-11, 06 fev. 2019. Disponível em: https://pedlowski.files.wordpress.com/2019/02/entrevista-veja_ricardo-vc3a9lez-rodrc3adguez.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

CAVALCANTE, Joel Martins. **Análise da “ideologia de gênero” no plano municipal de educação de João Pessoa-PB (2015-2025)**. 2017. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9764>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CERIMÔNIA de transmissão de cargo ao Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. [Brasília: s. n.], 15 jan. 2019. 1 vídeo (13 min 55 s). Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jTcqtKICNtg>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000a. 568 p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b. 103 p.

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FAPERJ, FGV, 2016.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. **Lumina**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 135-151, 2019a. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.28571. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28571>. Acesso em: 25 nov. 2021. <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28571>

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A política e o espetáculo em Jair Bolsonaro, João Doria e Nelson Marchezan. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 112-129, 2019b. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n2p112>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2018v15n2p112>. Acesso em: 25 nov. 2021. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n2p112>

CMSE – Comando Militar do Sudeste. **Colégio Militar de São Paulo recebe projeto básico de engenharia da FIESP**. São Paulo, 11 dez. 2020. Disponível em: <http://www.cmse.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias-categoria/515-colegio-militar-de-sao-paulo-recebe-projeto-basico-de-engenharia-da-fiesp>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CMSP – Colégio Militar de São Paulo. **Histórico**. São Paulo, 26 ago. 2021. Disponível em: <http://www.cmsp.eb.mil.br/index.php/menulateral-historia>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **2016: o Brasil esfacelado pelo golpe**. Brasília: CNTE, 2017. 184 p. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/publicacoes/2016_brasil_esfacelado_pelo_golpe.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

COMISSÃO de Constituição e Justiça e de Cidadania - Discussão e votação de propostas - 10/06/2021. Brasília: [s. n.], 10 jun. 2021. 1 vídeo (3 h 54 min 23 s). Publicado pelo canal Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OozOYBiHfoc&list=TLGGjg-3XdATyskxOTExMjAyMQ>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CONABE - Abertura ministro Abraham Weintraub e secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. Brasília: [s. n.], 27 fev. 2020. 1 vídeo (23 min 57 s). Publicado pelo canal do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cfJF927pK6s>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CONHEÇA o homem que foi salvo de um afogamento por Jair Bolsonaro. [S. l.: s. n.], 30 dez. 2018. 1 vídeo (7 min 56 s). Publicado pelo canal Domingo Espetacular. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cH-EpwADSfA&t=78s>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CONTARATO, Fabiano [OAB/ES 31.672]. **Distribuição por dependência – Inq. n. 4781**. Notícia de fato: com pedido de imposição de medidas cautelares. Brasília, jun. 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/06/Pedido-de-apreensao-passaporte-Weintraub.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 304 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Direita-volver-Final.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3746>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DALARI, Dalmo. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 279 p.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 508 p.

DEBATE na Band: reveja na íntegra o 1º confronto entre os presidenciáveis. [S. l.: s. n.], 09 ago. 2018. 1 vídeo (4 h 16 min 49 s). Publicado pelo canal Band Jornalismo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c&t=5977s. Acesso em: 24 out. 2021.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2011. 216 p.

DIBAI, Priscilla Cabral. **A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro**. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28473/1/Disserta%0c3%a7%0c3%a3o_Priscilla_Dibai_final.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

DISCURSO de Jair Bolsonaro em Vitória ES. [S. l.: s. n.], 31 jul. 2018. 1 vídeo (29 min 45 s). Publicado pelo canal Informa Brasil TV. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=re_Js22xaA8. Acesso em: 27 fev. 2020.

DISCURSO de Ricardo Vélez Rodríguez durante cerimônia de transmissão de cargo. [S. l.: s. n.], 06 jan. 2019. 1 vídeo (13 min 17 s). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MdQINSpaqYQ>. Acesso em: 24 out. 2021.

DISPUTA sobre acesso a dados sigilosos de alunos pesou na demissão do presidente do Inep. **G1**, [s. l.], 17 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/17/disputa-sobre-acesso-a-dados-sigilosos-de-alunos-pesou-na-demissao-do-presidente-do-inep.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2021.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp; Boitempo, 1997.

EDITORA Record não renova contrato com Olavo de Carvalho. **Poder360**, [Brasília], 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/editora-record-nao-renova-contrato-com-olavo-de-carvalho/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

EDUCAÇÃO contemporânea e os desafios da escola no brasil, com viviane mosé. [S. l.: s. n.], 10 ago. 2018. 1 vídeo (2 h 4 min 19 s). Publicado pelo canal Instituto CPFL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jeahVHKvXyE>. Acesso em: 17 nov. 2021.

EDUCAÇÃO, militarização e a perda de direitos. [Goiânia: s. n.], 25 maio 2021. 1 vídeo (2 h 16 min 24 s). Publicado pelo canal UFG Oficial. [Live]. Disponível em: <https://youtu.be/FoI-yLkozKw>. Acesso em: 25 out. 2021.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

EM MANIFESTO, educadores questionam programa ‘Conta pra Mim’. **PublishNews**, [s. l.], 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/10/21/em-manifesto-educadores-questionam-programa-conta-pra-mim>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ENTREVISTA com o Presidente da República. [S. l.: s. n.], 29 abr. 2019. 1 vídeo (14 min 12 s). Publicado pelo canal Programa da Esther. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8V1RBadxQxw>. Acesso em: 24 out. 2021.

FAGUNDEZ, Ingrid. Bolsonaro: a infância do presidente entre quilombolas, guerrilheiros e a rica família de Rubens Paiva. **BC News Brasil**, São Paulo, jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46845753>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FALA de JB abrindo o jantar na embaixada do Brasil nos EUA (17/MAR/2019). [S. l.: s. n.], 18 mar. 2019. 1 vídeo (4 min 15 s). Publicado pelo canal Eduardo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q0GtNa-VHqM>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FIDELIS, Fernanda; LOPES, Flor Marlene Enriquez López. Jornadas de Junho de 2013: formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 12, n. 1, p. 37-53, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5102/uc.v12i1.3381>. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/arqcom/article/view/3381/2705>. Acesso em: 22 nov. 2021. <https://doi.org/10.5102/uc.v12i1.3381>

FLÁVIO BOLSONARO. **Jair Messias Bolsonaro**: mito ou verdade. Rio de Janeiro: Altadena, 2017. 192 p.

FURLIN, Neiva. Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. **Práxis Educacional**, [s. l.], v. 17, n. 44, p. 1-23, jan./mar. 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i44.7042. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7042>. Acesso em: 30 nov. 2021. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i44.7042>

FUTURE-SE: Leia a íntegra da proposta do MEC sobre mudanças na gestão das universidades federais. **G1**, [s. l.], 17 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/17/future-se-leia-a-integra-da-proposta-do-mec-sobre-mudancas-na-gestao-das-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007. 193 p.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRABOIS, Cláudia; CAVALCANTE, Meire. Um golpe na inclusão social e no estado democrático de direito. *In: PRONER, Carol et al. (org.). A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016. p. 74-79. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181026010322/A_resistencia_ao_golpe.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Tradução: Manuel Cruz. Revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GUERRA, Alexandre *et al.* **Brasil 2016: recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. 288 p. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/12/Alexandre-Guerra-et-al.-Brasil-2016.-Recess%C3%A3o-e-golpe-2017.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

GURÃO, Bruno Fonseca. **Junho de 2013: o mês que não começou**. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17661/1/Junho2013Mes.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 336 p.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HELIO Negão explica por que é contra cotas raciais. [S. l.: s. n.], 16 dez. 2019. 1 vídeo (5 min 27 s). Publicado pelo canal Pânico Jovem Pan. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MadzUiQXnao>. Acesso em: 28 fev. 2020.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. Tradução: Renato Janine Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 400 p.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55 p. 30-41, nov. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

IENSUE, Geziela. **Política de cotas raciais em universidades brasileiras: entre a legitimidade e a eficácia**. 2009. 296 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/284>. Acesso em: 07 ago. 2020.

INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional. **Alfabetismo no Brasil**. [S. l.]: Inaf, [2018]a. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional. **Habilidades funcionais**. [S. l.]: Inaf, [2018]b. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/habilidades-e-niveis-de-alfabetismo/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ÍNTEGRA Entrevista Folha-SP. São Paulo: [s. n.], 16 maio 2017. 1 vídeo (42 min 24 s). Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WKVPPXqnZsU&t=9s>. Acesso em: 05 jan. 2020.

JAIR Bolsonaro - Pânico - 08/07/16. [S. l.: s. n.], 08 jul. 2016. 1 vídeo (01 h 32 min). Publicado pelo canal Pânico Jovem Pan. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=orIv9ojQL3o>. Acesso em: 28 fev. 2020.

JORNAL Nacional, Íntegra 28/08/2018. Rio de Janeiro: **Jornal Nacional**. 2018. 1 vídeo (52 min 3 s). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980198/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

JUSTIÇA suspende definitivamente implantação de escola cívico-militar em Sorocaba. **G1**, [s. l.], 25 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/05/25/justica-suspende-definitivamente-implantacao-de-escola-civico-militar-em-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2021.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 184 p.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_fe2aef4ed34349e586ff5ef84a17f916.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

LANÇAMENTO da ID Estudantil. [Brasília: s. n.], 06 set. 2019. 1 vídeo (35 min 52 s). Publicado pelo canal TV BrasilGov . Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ivuMowkAAs. Acesso em: 17 nov. 2021.

LANÇAMENTO do curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC). Brasília: [s. n.], 8 dez. 2020. 1 vídeo (1h 18 min 21 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h2aAls3EO3I>. Acesso em: 19 nov. 2021.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e241425, p. 14-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.241425>. ISSN 1678-4626. Acesso em: 20 nov. 2021. <https://doi.org/10.1590/es.241425>

LIMA, Luciana. Weintraub nomeia testemunha de defesa de Dilma secretário do MEC. **Metrópoles**, [s. l.], 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/weintraub-nomeia-testemunha-de-defesa-de-dilma-secretario-do-mec>. Acesso em: 17 nov. 2021.

LIRA, Luciano Paz de. **Atravessamentos ideológicos do movimento escola sem partido**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Departamento de Ciências Sociais e Letras, Pedagogia e Serviço Social, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/947>. Acesso em: 17 ago. 2020.

LIVROS do PT ensinam sexo para crianças nas escolas [...]. Brasília: [s. n.], 10 jan. 2016. 1 vídeo (6 min 27 s). Facebook: @jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/576132129202444/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MAGALHÃES, Mário. A verdade é dura: quem fica em cima do muro consente com as ideias nazifascistas do bolsonarismo. **The Intercept Brasil**, [Rio de Janeiro], 26 set. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/25/ideias-nazifascistas-bolsonarismo/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MAIA, Mateus. Senador pede ao STF apreensão do passaporte de Weintraub. **Poder360**, [Brasília], 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/senador-pede-ao-stf-apreensao-do-passaporte-de-weintraub/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MANIFESTO Contra a Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2021/2021_05_21_manifesto_ed_domiciliar.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe; Escritos Políticos**. Tradução: Lívio Xavier. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 240 p.

MAQUIAVÉLICO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)**. [S. l.]: DPLP, [entre 2008 a 2021]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/maquiav%C3%A9lico>. Acesso em: 28 nov. de 2021.

MARACCI, João Gabriel. **Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do kit gay**. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado Psicologia Social e Institucional) – Instituto de

Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/201276>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MARQUES, Júlia. Em escola cívico-militar, bônus de oficial de reserva supera salário de professor. **O Estadão**, São Paulo, 10 out. 2021. Disponível em: http://www.cotrimclipping.com.br/arquivos/oeapa1410_12ape.jpg. Acesso em: 17 nov. 2021.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Supervisão editorial: Leandro Konder. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. Tradução: Rubens Enderle, Leonardo de Deus [supervisão e notas Marcelo Backes]. [2. ed. Revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 215–240, 2010. DOI: 10.9771/gmed.v2i2.9595. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9595>. Acesso em: 28 nov. 2021. <https://doi.org/10.9771/gmed.v2i2.9595>

MATOSO, Filipe. Bolsonaro critica questão do Enem e diz que em 2019 vai 'tomar conhecimento da prova antes'. **G1**, [s. l.], 09 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/09/bolsonaro-critica-questao-do-enem-2018-e-diz-que-em-2019-vai-tomar-conhecimento-da-prova-antes.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MEC AMPLIA medida e corta 30% do orçamento de todas as universidades federais. **O Povo**, [s. l.], 01 maio 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/05/01/mec-amplia-medida-e-corta-30--do-orcamento-de-todas-as-universidades-federais.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MEC CORTARÁ verba de universidade e já mira UnB, UFF e UFBA. **R7**, [s. l.], 30 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba-30042019>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MEC FIRMA compromisso para educação básica se tornar referência na América Latina até 2030. Brasília: [s. n.], 11 jul. 2019. 1 vídeo (3 min 19 s). Publicado pelo Canal do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4C6IviEqEyo>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MEC REVOGA portaria que acabava com incentivo a cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação. **G1**, [s. l.], 23 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/23/mec-revoga-portaria-que-acabava-com-incentivo-a-cotas-para-negros-indigenas-e-pessoas-com-deficiencia-na-pos-graduacao.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MEDEIROS FILHO, Barnabé (org.). O golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 05-25. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_fe2aef4ed34349e586ff5ef84a17f916.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira; MAHEIRIE, Kátia; GESSER, Marivete. A retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. **Revista Diversidade e Educação**, [s. l.], v. 8, n. 2, p.128-151, jul./dez. 2020. DOI: 10.14295/de.v8i2.12282. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12282>. Acesso em: 30 nov. 2021. <https://doi.org/10.14295/de.v8i2.12282>

MÍDIA SEM MÁSCARA. **Quem somos**. [S. l.]: MÍDIA SEM MÁSCARA, 2002. Disponível em: <https://midiasemmascara.net/quem-somos/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MIGUEL, Luís Felipe. **Mito e discurso político**: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

MIGUEL, Luís Felipe. Mito Político. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. 578 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 216 p. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/colapso_democracia_Brasil.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

MIGUEL, Luís Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 62, p. e216216, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667136>. Acesso em: 23 nov. 2021. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec. 2013. 416 p.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 112 p.

MINISTRO da Educação diz que “universidade para todos não existe”. **Gazeta do Povo**, 28 jan. 2019b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ministro-da-educacao-diz-queuniversidade-para-todos-nao-existe-9cb1w24y18605jt0mll0g2gnp/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MINISTRO da Educação lança caderno da Política Nacional de Alfabetização. Brasília: [s. n.], 15 ago. 2019a. 1 vídeo (2 min 33 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=evbOR6zyv6o>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MIRRLLESS, Tanner. The Alt-Right's discourse of "cultural Marxism": a political instrument of intersectional hate. *Atlantis Journal*, v. 39, n. 1, p.49-69, ago. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335680303_The_Alt-Right's_Discourse_of_'Cultural_Marxism'_-_A_Political_Instrument_of_Intersectional_Hate. Acesso em: 24 nov. 2021.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 384 p.

MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização*, [s. l.], v. 1, n. 10, p. 66-75, 25 mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba.2019.v1.357>. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MORENO, Ana Carolina. Consulta pública do 'Future-se' recebeu mais de 5 mil respostas nos primeiros dois dias. *G1*, [s. l.], 19 jul. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/19/consulta-publica-do-future-se-recebeu-mais-de-5-mil-respostas-nos-primeiros-dois-dias.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MORENO, Ana Carolina. MEC reformula proposta do Future-se e diz que lançará nova consulta pública até o dia 28. *G1*, [s. l.], 18 out. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/18/mec-reformula-proposta-do-future-se-e-diz-que-lancara-nova-consulta-publica-ate-o-dia-28.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem Partido”**: relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no ensino de História. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174584/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fernanda%20Pereira%20de%20Moura.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MOVIMENTO passe livre | são paulo. São Paulo: Movimento Passe Livre, jan. 2021. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MULTIDÕES agradecem Olavo de Carvalho em atos do dia 26. [S. l.: s. n.], 26 mai. 2019. 1 vídeo (1 min 11 s). Publicado pelo canal Boletim da Liberdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YpTV-A0cRdA>. Acesso em: 23 nov. 2021.

NÃO FOI dessa vez. Continuo sendo investigado no STF. Tenho fé que venceremos e conto com cada um de vocês [...]. [S. l.: s. n.], 1 jul. 2021. 1 vídeo (1 min 38 s). Twitter: @AbrahamWeint. Disponível em: <https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1410747078905532428>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NASCIMENTO, Leonardo *et al.* “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. **Plural**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 135-171, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019>. Acesso em: 17 nov. 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149019>

NETTO, Vladimir. **Lava Jato** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016. Disponível em: https://direitom1universo.files.wordpress.com/2016/08/lava-jato_-o-juiz-sergio-moro-e-os-bastidores-da-operac3a7c3a3o-que-abalou-o-brasil-vladimir-netto.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

NOS 30 anos do fim do regime militar, atos querem derrubar o governo. **Carta Capital**, [s. l.], 15 mar. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/no-aniversario-de-30-anos-da-democracia-movimentos-puxam-ato-pro-impeachment-7820/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

NUNES, Sílvia Ávila. **Escola sem partido sob a crítica de uma perspectiva democrática de educação**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3577>. Acesso em: 17 ago. 2020.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **O pensamento político de Thomas Hobbes**. Porto Alegre: Simplíssimo Livros, 2010.

OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA. **Relatório sobre Governo Bolsonaro: 100 dias**. [S. l.], Observatório da Democracia, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://observatoriodademocracia.org.br/2019/04/10/relatorio-sobre-governo-bolsonaro-100-dias/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OLIVEIRA, Élide. Cresce número de escolas públicas sem banheiro e internet banda larga; 35,8 mil não têm coleta de esgoto. **G1**, [s. l.], 21 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/03/21/cresce-numero-de-escolas-publicas-sem-banheiro-e-internet-banda-larga-coleta-de-esgoto-nao-chega-a-358-mil-predios-escolares.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

OLIVEIRA, Fernando Cezar Melo de. **Sistema de cotas raciais à brasileira: uma análise linguístico-discursiva**. 2016. 278 f. Tese (Doutorado em Linguagem e Sociedade) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21245?mode=full>. Acesso em: 07 ago. 2020.

PAIVA, Henrique; GAVIÃO, Leandro; PRONER, Carol. As Causas Estruturais do Golpe de 2016: Ódio de Classe, Interesses Geopolíticos e Crise Política. In: PRONER, Carol *et al.* (org.).

A resistência internacional ao golpe de 2016. Bauru: Canal 6, 2016. p. 247-262. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181026030049/A_resistencia_internacional.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Projeto de Lei nº 543/2020.** Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. Paraná: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2020. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=93873&tipo=I. Acesso em: 25 out. 2021.

PASSARELLI, Hugo. 'Ideia de universidade para todos não existe', diz ministro da Educação. **Valor**, Brasília, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro. **G1**, [s. l.], 25 maio 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PASSOS, Mariana Rezende dos. **Mito e narrativa:** a (des)construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política de 2016. 2017. 327 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI:10.11606/T.27.2018.tde-21022018-153016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-21022018-153016/publico/MarianaRezendedosPassosVC.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PAULA, Claudio Paixão Anastácio de; ARAÚJO, Eliane Pawlowski Oliveira; SARAIVA, Priscila das Graças Perpétua. Comunicação, Informação e Imaginário no processo eleitoral brasileiro: o “Messias” Bolsonaro e o mito do rei pela graça de Deus. **Prisma. com**, Porto [Portugal], n. 41, p. 100-122, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/6442>. Acesso em: 25 nov. 2021. <https://doi.org/10.21747/16463153/41a7>

PERA, Guilherme. **Grupo de juristas analisará contribuições de consulta pública do Future-se.** Brasília, Ministério da Educação, 01 out. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/80841-grupo-de-juristas-analisara-contribuicoes-de-consulta-publica-do-future-se>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PEREIRA, Ilídio Medina. **Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na Universidade pública brasileira.** 2011. 238 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49272>. Acesso em: 07 ago. 2020.

POLZNOFF JÚNIOR, Paulo. **Como Olavo de Carvalho ganha dinheiro com a ascensão do bolsonarismo.** [S. l.]: Gazeta do Povo, [entre 2019 a 2021]. *E-book*. Disponível em:

<https://image.mktgazeta.com.br/lib/fe3315707564067b731c75/m/2/c359487b-46a1-4b30-a49c-8d77ae7df97c.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

PÔR bombas nos quartéis, um plano na Esao. **Revista Veja**, São Paulo, p. 41, 28 out. 1987. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/06/screen-shot-2018-06-21-at-9-47-50-pm.jpg?quality=70&strip=info>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PORTO, Caroline. Escola cívico-militar: discussão é suspensa por três meses para conselho estudar modelo em Campinas. **G1**, [s. l.], 05 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/03/05/escola-civico-militar-conselho-de-educacao-de-campinas-pede-tempo-para-estudo-e-implantacao-e-suspensa-por-3-meses.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2021.

POSSE do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 02. [Brasília: s. n.], 01 jan. 2019. 1 vídeo (27 min 35 s). Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mNlrh9jNPP4>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PREGAÇÃO com Dr. Damares Alves. [S. l.: s. n.], 19 abr. 2013. 1 vídeo (1 h 13 min 40 s). Publicado pelo canal Primeira Batista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BKWc0sUOvVM>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PRESIDENTE Jair Bolsonaro - Saída do Alvorada - 16 de dezembro de 2019. Brasília: [s. n.], 16 dez. 2019. 1 vídeo (7 min 43 s). Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EZG_TMykjMU. Acesso em: 24 out. 2021.

QUEIROZ, Christina. Desempenho em análise: Infraestrutura e orçamento aparecem em pesquisas como fatores importantes para resultado positivo de colégios militares e escolas militarizadas. **Pesquisa Fapesp**, [s. l.], ed. 301, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desempenho-em-analise/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

QUEM É Olavo de Carvalho? **Brasil Paralelo**, [São Paulo], abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/quem-e-olavo-de-carvalho>. Acesso em: 23 nov. 2021.

REGIMENTO Interno dos Colégios Militares-RI/CM. [S. l.], 2011. Disponível em: https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu_cms/secretaria_ca/legislacao/2_Regulamento_Interno_dos_Colegios_Militares_RICM.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

RESENDE, Marcos Paulo Dias Leite. **A política das escolas e a escola sem partido: um estudo sobre ideologias e valores no sistema de ensino de Congonhas**. 2018. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B6VHX7>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RICHARDSON, Roberto. Jary. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 333 p.,

RODA Viva | Jair Bolsonaro | 30/07/2018. [S. l.: s. n.], 31 jul. 2018. 1 vídeo (1 h 21 min 50 s). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MadzUiQXnao><https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>. Acesso em: 28 fev. 2020.

RODRIGUES, Mateus. 'Future-se' quer alterar a LDB e outras 16 leis em vigor; leia a íntegra do projeto do MEC. **G1**, [s. l.], 19 jul. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/19/future-se-quer-alterar-a-ldb-e-outras-16-leis-em-vigor-leia-o-texto-preliminar-elaborado-pelo-mec.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RODRIGUES, Mateus. Sem detalhes, porta-voz da Presidência anuncia MP sobre emissão de carteiras estudantis. **G1**, [s. l.], 02 set. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/02/sem-detalhes-porta-voz-da-presidencia-anuncia-mp-sobre-emissao-de-carteiras-estudantis.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ROSAURO, Maiquel. POLÍTICA. Os dias em que Bolsonaro, hoje candidato à Presidência, teve uma passagem tumultuada por SM. **Claudemir Pereira**, [s. l.], 18 out. 2018. Disponível em: <https://claudemirpereira.com.br/2018/10/politica-os-dias-em-que-bolsonaro-hoje-candidato-a-presidencia-teve-uma-passagem-tumultuada-por-sm/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**: discurso sobre as ciências e as artes [recurso eletrônico]. Tradução: Sieni Maria Campos. Rio de Janeiro: Ediouro S.A., 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RUSSO, Renan Henrique de Oliveira. A Mitologia Política e a Primeira República portuguesa. **Revista Expedições: Teoria & Historiografia**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 156-173, jan./jul. 2015. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/3144. Acesso em: 24 nov. 2021.

SAINT-CLAIR, Clóvis. **Bolsonaro**: o homem que peitou o exército e desafia a democracia. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2018. 192 p.

SALDAÑA, Paulo. Governo Bolsonaro quer criar carteira de estudante para esvaziar entidades como UNE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/governo-bolsonaro-quer-criar-carteira-de-estudante-para-esvaziar-entidades-como-une.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SANTOS, Rafael José da Costa. **Militarização das escolas públicas em Goiás**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3515>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SANTOS, Lyndon de Araújo; BACCEGA, Marcus Vinícius de Abreu; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil** [recurso

eletrônico]. São Luís: EDUFMA, 2021. 133 p. Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2021/04/O-Golpe-de-2016-e-o-Futuro-da-Democracia-no-Brasil.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez (org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 120 p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage, 2013.

SECRETÁRIO de Educação Superior pede desligamento do cargo. **Agência Brasil**, Brasília, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-01/secretario-de-educacao-superior-pede-desligamento-do-cargo>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009. 440 p.

SILVA, Jansen Carlos Vieira da. **Embates sobre questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN: o fruto proibido na educação escolar**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26279>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, Marcelo Lira. Future-se s.a.: o “programa bolsonarista” para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 88–122, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v11i3.35165. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/35165>. Acesso em: 20 nov. 2021. <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i3.35165>

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Direita-volver-Final.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SILVEIRA, Rocheli Regina Predebon. **“Escola sem doutrinação”:** um patrulhamento ideológico? 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17316>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, [São Paulo], n. 97, p. 23-40, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>. Acesso em: 22 nov. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>

SOBRE cotas nas Universidades Federais. Brasília: [s. n.], 20 out. 2015. 1 vídeo (3 min 14 s). Publicado pelo canal Eduardo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C1KsbQkSMTk>. Acesso em: 24 out. 2021.

SOREL, Georges. **Reflections on violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815614>

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do "nós" e "eles"**. Trad. Bruno Alexander. 1. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018. 208p.

STF DETERMINA que Weintraub explique críticas feitas à UNE. **Correio Brasiliense**, Brasília, 08 jan. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/08/interna_politica,819109/stf-determina-que-weintraub-explique-criticas-feitas-a-une.shtml. Acesso em: 17 nov. 2021.

TOKARNIA, Mariana. MP do ensino domiciliar deverá ser enviada ao Congresso até amanhã. **Agência Brasil**, Brasília, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-04/mp-do-ensino-domiciliar-devera-ser-enviada-ao-congresso-ate-amanha>. Acesso em: 17 nov. 2021.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola sem partido: indícios de uma educação autoritária**. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/166392>. Acesso em: 17 ago. 2020.

TRANSMISSÃO de Cargo. Brasília: [s. n.], 09 abr. 2019. 1 vídeo (34 min 39 s). Facebook: @ministeriodaeducacao. [Live]. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=355654728387300. Acesso em: 20 nov. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006. 175 p.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Dossiê sobre o programa Future-se do Governo/MEC e as implicações para a Universidade e a sociedade**. [Salvador]: Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências, Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH-UFBA, ago. 2019.

VÉLEZ, Ricardo. **Um roteiro para o MEC**. Blog - Ricardo Vélez Rodríguez, [s. l.], 07 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ricardovelez.com.br/blog/um-roteiro-para-o-mec>. Acesso em: 17 nov. 2021.

VICENZI, Celso. A responsabilidade do Ministério Público nos casos de violência policial. **Caderno da Cidadania**, São Paulo, n. 1164, 15 out. 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/a-responsabilidade-do-ministerio-publico-nos-casos-de-violencia-policial/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

VOCÊ já ouviu falar sobre a “ideologia de gênero”? [cartilha]. [S. l.: s. n.], [2015?]. Disponível em: <https://portalconservador.com/wp-content/uploads/2015/06/CARTILHA-ContraIdeologiaDeGenero-2015.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

WADDINGTON, Ana Carolina Figueiredo. **Constitucionalidade da Educação Domiciliar - Homeschooling - no Brasil**. 2019. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Escola de Direito FGV Direito Rio, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29543/ANA%20CAROLINA%20FIGUEIREDO%20WADDINGTON.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2021.

WEINTRAUB ataca PT, Paulo Freire e fala sobre o medo de morrer. [S. l.: s. n.], 22 nov. 2019. 1 vídeo (32 min 23 s). Publicado pelo canal Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ef6zjFU0TnY&t=2s>. Acesso em: 24 out. 2021.

WEINTRAUB, Abraham. **Aviso à tigrada e aos gatos angorás (gov bem docinho). Estou saindo do Brasil o mais rápido possível (poucos dias) [...]**. [S. l.], 19 jun. 2020b. Twitter: @AbrahamWeint. Disponível em: <https://twitter.com/abrahamweint/status/1273948380859949057>. Acesso em: 20 nov. 2021.

WEINTRAUB: carteirinha pode ser feita até 16 de fevereiro, com validade para 2020. Brasília: [s. n.], 08 fev. 2020a. 1 vídeo (5 min 49 s). Publicado pelo Canal de Brasília. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9r_BMXySXo0. Acesso em: 17 nov. 2021.

WETERMAN, Daniel; TOMAZELLI, Idiana; MONTEIRO, Tânia. Onyx evita falar sobre Previdência em apresentação das metas dos 100 dias. **A tarde**, Salvador, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2029238-onyx-evita-falar-sobre-previdencia-em-apresentacao-das-metas-dos-100-dias>. Acesso em: 17 nov. 2021.

XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando (org.). **Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira**. Santo André: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019. 140 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1efXSwwXc--4B4mgZsqWwPPYwZ7-XQ_N2v/view. Acesso em: 20 nov. 2021.

YAHYA, Hanna; HOMERO, Valquíria. Carteirinha estudantil responde por 80% da receita da UNE. **Poder360**, [Brasília], 21 dez. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/carteirinha-estudantil-responde-por-80-da-receita-da-une/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da Ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da Ideologia**. São Paulo: Contraponto, 2013.